UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

MARLI QUADROS LEITE

O PURISMO LINGÜÍSTICO

- SUAS MANIFESTAÇÕES NO BRASIL -

SÃO PAULO
1996

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

MARLI QUADROS LEITE

O PURISMO LINGÜÍSTICO
- SUAS MANIFESTAÇÕES NO BRASIL -

Tese apresentada ao Departamento de Lingüística, para obtenção do título de Doutor em Lingüística, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Professora Doutora *Leonor Lopes Fávero*

Comissão julgadora:

_____

_____

_____

_____

_____

SÃO PAULO
1996

AGRADECEMOS:

À Professora Drª Leonor Lopes Fávero, pela orientação segura.

Ao Professor Dr. Dino Preti, pelo apoio constante e amizade.

Aos meus pais, João e Jaci, pela incondicional confiança.

Aos amigos que me ouviram "pensar alto" algumas etapas do trabalho.

Aos colegas do Projeto NURC/SP - Núcleo USP, pela manutenção da expectativa de ver terminada esta tese.

A Orlando, pelas incansáveis leituras e críticas.

À

Professora *Edith Pimentel Pinto*, uma incentivadora.

(*in memorian*)

E aos meus incentivadores de sempre:

Orlando,

Lorena, Neto e *Lara*.

"Alors? Renoncement à tout progrés? Scepticisme et licence, c'est-à-dire anarchie? Le risque n'est pas grand. Aux erreurs et licences de langage la correction se fait toute seule, parce que le langage, institution démocratique par excellence, soumis a une sorte de consentement universel, est contrôlé par l'ensemble des usagers, doit répondre aux besoins de tous, et y répond effectivement dans la plupart des cas. Le sort de la langue est entre les mains des ceux qui l'emploient; elle est ce qu'ils la font, en dépit des régles imposées, des théories de spécialistes, en dépit surtout des consultations grammaticales qui font l'ornement des journaux littéraires. Il ne dépend pas de nous que la langue soit en progrés; l'intérêt est de l'observer en devenir, c'est-à-dire vivante, et de l'expliquer."

(MAROUZEAU, J. *Aspects du* Français. Paris : Masson & Cie : 1963, p.45)

"Estou convencido hoje de que a gramática é uma espécie de *bestia insatiabilis*."

(BARBOSA, Rui. *Réplica*. Rio de Janeiro : Ministério de Educação e Saúde : 1902, TIII, p.59)

Resumo

O purismo lingüístico é um fenômeno de preservação de norma, cuja ocorrência denuncia a presença do fluxo inovador da língua, em conflito com o refluxo conservador. O estudo do purismo neste trabalho dá-se por meio da análise da metalinguagem produzida por escritores, lingüistas e filólogos, todos interessados na preservação da língua portuguesa. Partindo do princípio de que o purismo é uma atitude discursivo-ideológica e que revela as concepções de língua em vigor em cada época, m primeiro lugar, examinamos o purismo praticado até os anos vinte deste século, mas iniciado desde as últimas décadas do século XIX. Para isso, tomamos discursos de José de Alencar, Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro, além do de Lima Barreto, a fim de mostrar o começo da ruptura com os padrões então cultuados. Depois, elegemos a metalinguagem de Monteiro Lobato e de Mário de Andrade, porque esses discursos revelam tanto o desgaste do velho padrão, quanto o conflito da mudança e instituição de uma norma brasileira que fosse respeitada também na língua escrita. Em seguida, verificamos como a norma brasileira preconizada anteriormente está refletida na linguagem e metalinguagem do texto literário em prosa e verso. Finalmente, analisamos a metalinguagem produzida após os anos sessenta, com o objetivo de mostrar que, mesmo sob os auspícios de teorias de base sociológica, liberalizantes lingüisticamente, o purismo é fato.

Sumário

Introdução 09

I CAPÍTULO
Fundamentos

1 A construção do "bom uso" 16
2 Concepção de língua, norma lingüística e vernáculo 32
3 Concepção de purismo 49
4 Periodização dos estudos da língua portuguesa do Brasil - século XX 69
5 A língua e o contexto sociocultural do Brasil 74

II CAPÍTULO
O purismo histórico ortodoxo e a norma lusitanizante no Brasil

1	José de Alencar	93
2	A polêmica entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro	109
2.1	Concepção de língua	116
2.2	Temas lingüístico-gramaticais abordados na polêmica	125
2.2.1	Colocação de ronomes	125
2.2.2	Formação de palavr	132
2.2.3	Estrangeirismos, neologismos e arcaísmos	148
3	Primeiras reações: Lima Barreto	163

III CAPÍTULO
O purismo nacionalista e a implantação da norma lingüística brasileira

1	Monteiro Lobato: conflito de posições	178
1.1	Concepção de língua	182
1.2	Lobato e o purismo	192
1.3	Lobato e o Modernismo	207
2	Mário de Andrade e a "Gramatiquinha"	217
2.1	Concepção da língua no Modernismo	229
3	A repercussão do Modernismo na norma prescritiva	236

IV - CAPÍTULO:

O purismo nacionalista e a fixação da norma brasileira

1	Manuel Bandeira: novos caminhos para a língua do Brasil	257
2	A crônica no Brasil	261
3	O purismo brasileiro no Pós-Modernismo	265
3.1	Rubem Braga	265
3.2	Graciliano Ramos	286

V - CAPÍTULO:

O purismo heterodoxo e a norma brasileira

1	A divulgação da Sociolingüística no Brasil	294
2	Reformulação de idéias: o ensino de massa e a expansão escolar 298	
3	As discussões sobre o uso lingüístico e as noções de correto/incorreto	309
4	A língua culta em uso: obediência a que norma?	319
5	Os "manuais de redação" jornalísticos e o purismo	352

Considerações finais 369

Referências bibliográficas 375

Introdução

O interesse pelo tema deste trabalho tem raízes no estudo da natureza das forças inovadoras e conservadoras que concorrem para a construção do discurso. Especificamente, visamos a estudar a importância da força conservadora que dá origem a um tipo de atitude lingüística que leva o usuário da língua à defesa de uma norma, o purismo. A perspectiva adotada para o estudo desse fenômeno foi a da análise do discurso metalingüístico, porque na metalinguagem descortinam-se as concepções lingüísticas vigentes em cada época.

Observamos, porém, que grande parte dos estudos lingüísticos contemporâneos estão voltados para o problema da inovação, da evolução das línguas, da diversidade lingüística, já que as línguas são objetos histórico-culturais e, portanto, não se podem manter imutáveis através

dos tempos. Contudo, a diversidade é sempre refreada por forças nificadoras e a interação entre ambas constrói o equilíbrio das línguas.

Isso quer dizer que é preciso analisar tanto as forças inovadoras quanto as conservadoras, para se ter exata compreensão do funcionamento da língua. Situamo-nos no intervalo do embate entre essas forças e, por isso, Nosso trabalho trata do problema da luta da tradição contra certos fatos de inovação.

Como diz ROSENBLAT (1989), há na língua um jogo de contraposição entre as tendências tradicionalistas e inovadoras. A tendência tradicionalista tem como pressuposto o fato de a língua ser uma instituição tirânica e arbitrária", que recebemos como uma imposição. Já a tendência inovadora vem do fato de a língua ser adquirida por aprendizagem, o que fatalmente ocorre com imperfeições e infidelidade.

A imperfeição da aprendizagem da língua é patente em todos os níveis. No âmbito da aprendizagem da língua culta, realizado por meio da escola, entretanto, o problema se revela com maior clareza. É, conseqüentemente, a respeito do nível culto de linguagem que se constrói a metalinguagem preservadora de uma tradição lingüística. Essa metalinguagem revela a luta da tradição contra a renovação na língua.

Nossa tese visa a estudar o purismo como um fato lingüístico de conservação, por meio da metalinguagem. Partindo, então, da premissa de

que o *purismo* é um fenômeno de preservação de norma, tomaremos a metalinguagem objeto de documentos históricos do português do Brasil, para provar que o purismo é fato persistente na língua.

Organizamos, para isso, a tese em cinco capítulos. No primeiro, procuramos fundamentar teoricamente o trabalho e apresentamos a eriodização da língua portuguesa do Brasil, que subsidiou a análise, a fim eleger os documentos metalingüísticos a serem estudados. É importante partir desses estudos, porque, mesmo não havendo coincidência na escolha de critérios nem, conseqüentemente, na delimitação das fases da história do português, há coincidência de fatos que fazem a história da língua.

A eleição dos documentos foi baseada, de um lado, na citação dos textos pelos filólogo-historiadores. De outro lado, baseou-se na observação da tendência dos estudos lingüísticos. Desse modo, trabalhamos com a metalinguagem que registrou e delimitou as diversas fases da língua.

Escolhidos os textos de metalinguagem, entendemos necessário conhecê-los bem para formular as rimeiras hipóteses sobre o urismo. Partimos de três critérios básicos para proceder à análise:

1. o histórico ortodoxo
2. o nacionalista
3. o histórico heterodoxo

Inicialmente, tencionávamos tomar apenas textos metalingüísticos produzidos no século XX. Ao analisarmos, porém, a história da filologia brasileira, verificamos que o ponto de partida para a discussão sobre a variante brasileira do português está localizado no século XIX, com José de Alencar. Por essa razão, abrimos a análise com a metalinguagem desse escritor, no segundo capítulo.

Depois, ainda nesse capítulo, analisamos textos do início do século XX que ainda apresentam características do século anterior. A metalinguagem de Rui Barbosa, posta na *Réplica*, e a de Ernesto Carneiro Ribeiro, na *Tréplica*, são analisadas a fim de caracterizar o purismo no começo do século. Também, dessa fase inicial do nosso século, destacamos a posição de Lima Barreto.

No terceiro capítulo, analisamos a metalinguagem de Monteiro Lobato e de Mário de Andrade. Lobato deixou registradas suas idéias sobre a língua portuguesa nas cartas escritas a Godofredo Rangel e publicadas em *A Barca de Gleyre,* documento importante para a historiografia do português do Brasil, por demonstrar com clareza as duas vertentes que dominaram o pensamento lingüístico brasileiro do começo do século: insistência na fixação da norma portuguesa no Brasil e, ao contrário, a conscientização gradual de que aqui se praticava linguagem diferente da portuguesa.

Depois de Lobato, examinamos a produção metalingüística de Mário de Andrade. Verificamos que a aproximação fala/escrita foi a grande meta do Modernismo brasileiro e que a linguagem lusitanizante empregada pelos escritores não correspondia à realidade lingüística brasileira. Ao contrário, representava o passado da dominação européia sobre o Brasil.

A bandeira modernista européia, calcada no antipassadismo foi transmutada, no Brasil, para o nacionalismo. No fundo, o nacionalismo era o antipassadismo, a negação da presença portuguesa na linguagem. O trabalho de Mário de Andrade foi o de quebrar o tabu da linguagem, isto é, derrubar a norma portuguesa e dar coragem aos escritores brasileiros

de levarem à escrita uma linguagem mais próxima da que se praticava no Brasil.

O quarto capítulo traz a metalinguagem pós-modernista, a fim de verificar se a tentativa de Mário de Andrade frutificou e, para tanto, tomamos textos de Manuel Bandeira, Rubem Braga e Graciliano Ramos.

Depois da atuação de escritores como esses, observamos a metalinguagem purista produzida atualmente, no quinto capítulo. Para isso, examinamos Manuais de Redação de jornais e textos jornalísticos, escritos tanto por articulistas (*ombusdsman*), cronistas e mesmo por leitores preocupados com o uso culto da língua. Observamos em que medida a não coincidência normativa entre a língua praticada objetivamente, falada ou escrita, e aquela idealizada leva especialistas e pessoas comuns a discutirem o problema.

Em última análise, verificamos como acontece a construção de uma metalinguagem restauradora dos usos tradicionais da língua e mostramos que o purismo é um fenômeno comum à linguagem, que tem diferentes configurações, condicionadas pela concepção de língua em vigor em cada época.

I CAPÍTULO

A física qualitativista de Aristóteles foi rejeitada pelo Renascimento, que retomou o matematismo pitagórico-platónico. Mas a influência de Aristóteles perdurou graças sobretudo às suas ideias metafísicas e à sua lógica, que Kant no século XVIII, ainda julgou uma comunista definitiva do espírito humano (Aristóteles, detalhe de "A Escola de Atenas", de Rafael, Palácio Vaticano.)

Fundamentos

1 *A construção do "bom uso"*

O purismo lingüístico é um fenômeno que surgiu a partir do estabelecimento, em uma dada língua, de um modo de falar ou de escrever "melhor" do que os demais. Isto é, decorre do fato de haver em cada língua vários usos, tendo um deles sido escolhido como o que poderia servir de modelo a ser imitado por todos.

As noções de *uso* e *norma* lingüística não podem ser confundidas. Como diz HJELMSLEV (1959:76), "l'act et l'usage précèdent logiquement et pratiquement la norme", além disso, embora do uso se estabeleça a norma, o grau de variabilidade da norma é sempre maior que a do uso, pois um certo uso não é senão uma das possibilidades de realização da norma.

No entanto, historicamente, o homem sentiu necessidade de escolher, dentro do contexto de determinada língua, um uso que representasse "o melhor modo de falar e escrever". A partir dessa eleição, e com o

intuito de "normalizar" a língua, de estabelecer regras rígidas a que todos tivessem a obrigação de seguir, descreveu-se um dos usos, tomado como o melhor, puro e belo. Criou-se, assim, uma *norma explícita*, relativa apenas a um dos possíveis usos da língua, que subrepticiamente se opõe às *normas implícitas* referentes a todos os outros usos.

Para o francês, por exemplo, que é a mais estudada das línguas românicas, há vários trabalhos que tratam da noção de uso[1]. Como a França foi, durante muito tempo, o padrão cultural da civilização ocidental, também os estudos lingüísticos espelharam sua tradição, cujos resultados se irradiaram pelo mundo ocidental. Os estudiosos do português, por exemplo, buscaram, em muitas oportunidades, as experiências dos franceses para dar rumo a seus estudos. Portanto, é importante refletirmos um pouco sobre a trajetória do *uso* naquela língua, a fim de conferir sua importância para a fixação da norma lingüística francesa.

---

[1] LAUSBERG (1974:29) afirma: "A língua francesa é o fruto mais sazonado da evolução das línguas românicas. Deve a sua madureza em grande parte ao facto de se ter educado, durante um milênio, de modo severo e orgânico na escola do latim (monumento mais antigo: *Juramento de* Estrasburgo, em 842; depois a *Seqüência de Santa* Eulália, cerca de 880)."
Sobre os trabalhos que tratam do *uso* no francês, podemos citar, por exemplo: DELBOUILLE, M. La notion de "bon usage" en ancien français. In: *Cahiers de l'Association internationale des études françaises,* nº 14, Paris, mars, 1962.
MARTIN, H. J. Culture écrite et culture orale: culture savante et culture populaire. In: *Le livre française sous l'Ancien régime.* Paris : Promodis, 1987.
TRUDEAU, D. *Les inventeurs du bon usage.* Paris : Éditions de Minut, 1992.

Segundo TRUDEAU (1992), o primeiro acontecimento, na França, digno de nota nesse sentido, foi o fato de, em 1529, Geoffroy Tory ter refutado a idéia da pobreza da língua vulgar e afirmado ser o francês tão bem talhado para a escrita quanto o latim. Depois dele, autores como Palsgrave, que escreveu a primeira gramática francesa, em 1530, seguiu seus conselhos, mas fez sua gramática a partir do modelo da gramática grega de Théodore Gaza (1496). Palsgrave foi sucedido por Dubois, 1536, que procurou restituir a latinidade ao francês. Em 1550, todavia, Meigret publicou obra que "representa um certo ponto de rejeição do modelo latino e um esforço para fundar a gramática sobre o *uso*" (grifamos) (op. cit.:73). Esse uso, segundo Meigret, não é o da corte, nem do povo, mas o dos homens que *aprenderam* francês. Cada vez mais, a gramática latina passa a fornecer apenas o esquema de observação do uso, pois as categorias gramaticais estabelecidas para ela revelam-se inaptas para a descrição das línguas vulgares. Assim, as línguas românicas firmam-se em redor de seu próprio uso.

A identificação da pureza da linguagem em relação a um determinado uso lingüístico, o da corte, teve lugar na França, depois da publicação das *Remarques sur la Langue Française*, de Vaugelais, em 1647. A tese de Vaugelais fecundou e ganhou ressonância, durante o século XVII, pois a escolha do "bom uso" lingüístico calcada em motivos políticos

ainda hoje vigora. Segundo esse autor, somente a corte tinha poder de legislar sobre a língua; os eruditos, os gramáticos e os escritores opinavam quando convocados como conselheiros, em caso de dúvida (TRUDEAU, op. cit.).

Tal situação não vigorou no século XVIII. Para BRUNOT (1932:872), as atitudes lingüísticas em vigor nos séculos XVII e XVIII não são apenas diferentes entre si, mas divergentes. Segundo ele, a atitude lingüística de Vaugelais (1647) era "renovadora", pois fixou como reguladores do "bom uso" o *falado* na corte, e o dos autores do *tempo*. Mas, no final do século XVII, a corte já não tinha a força de Luís XIV e, portanto, estava inerte para se pronunciar acerca de questões culturais, como por exemplo, sobre um livro, ou uma peça de teatro. O pólo cultural deslocou-se da corte para a cidade. Mesmo assim, a corte, como a cidade, — sugere o autor representam *um uso falado*, portanto, dinâmico, renovador.

No século XVIII, principalmente em referência aos seguidores da orientação de Voltaire, a atitude lingüística foi considerada conservadora, pois, para eles, o bom uso da língua devia ser extraído apenas dos grandes escritores. Deslocou-se, nessa época, definitivamente, o ponto de fixação do padrão lingüístico do oral para o escrito. (Cf. BRUNOT, 1932:870-72)

Como a idéia de que a "boa linguagem" era a língua escrita, o abade d'Olivet afirmou o seguinte, sobre o fato de a língua falada ser tomada como modelo:

> *"Si l'on veut s'arreter aux licenses da conversation, c'est le vrai moyen d'estropier la langue à tout moment." (Apud Brunot, 1932:871)*

Nesse percurso, observamos alguns pontos importantes relativos à atitude adotada diante do uso da língua: 1º adoção do uso lingüístico corrente, falado, como ponto de partida para a descrição da língua; 2º tomada de posição quanto à fixação do uso da corte, falado, como modelo regulador do bom uso da língua; 3º a decisão de abandonar a língua falada como padrão de bom uso, e fixar, para tanto, o uso lingüístico de grandes escritores, como vigorou no latim, depois que Cícero "criou a linguagem poética clássica". (Cf. CARDOSO, 1989:172)

Em linhas gerais, esse é o perfil do uso lingüístico, para o francês, quando a França estava no auge do seu esplendor. Do século XIX em diante, com a perda da hegemonia político-cultural, o francês deixou de influenciar diretamente a cultura de outros países. Em verdade, a partir do século XIX, houve uma grande reação ao poderio que a França impusera durante o império napoleônico. A reação nacionalista

romântica portuguesa e brasileira mostra isso muito bem, no que diz respeito à rejeição à linguagem que reproduzia a França.

A França, que exercera tanto poder sobre outros povos, teve sua língua fixada a partir do século XIV. A partir de então, o francês não deixou mais de ser estudado e aperfeiçoado, a fim de melhor traduzir o pensamento francês. Por isso, RIVAROL (1797) escreveu: "Ce qui n'est pas clair n'est pas français"[2].

Com o português a situação foi muito diferente. Primeiro, porque Portugal, embora tivesse conseguido grandes conquistas territoriais durante o século XVI, exerceu pouca influência cultural em suas colônias. O Brasil, por exemplo, depois da chegada dos portugueses em 1530, continuou um imenso país rural, por trezentos anos, sem sofrer a influência da ação da escola e da civilização até a chegada da corte portuguesa em 1808, ao Rio de Janeiro (Cf. CUNHA, 1986). Segundo, porque o português não foi uma língua tão estudada quanto o francês.

O português existe como língua escrita desde o século XII, quando se tornaram conhecidas, em verso, uma cantiga, "Cantiga da Ribeirinha" (1189), de Pai Soares de Taveirós e, em prosa, o "Auto de Partilha" (1192), o "Testamento" (1193) e uma "Notícia de Torto" (1206 ?). Do

[2] Segundo RIVAROL (op.cit.), essa clareza do francês decorria da precisão de suas regras, por isso afirmou: "En perdant l'Académie, nous avons perdu un grand tribunal: les lois ont leurs perplexites quand on en vient à application, et láutorité qui termine les disputes est un grand bien; car en tout, il faut de la fixité."

século XII ao XVI, o português teve a sua fase arcaica e o grande impulso da língua portuguesa como língua de cultura aconteceu a partir do século XVI. (Cf. COUTINHO, 1976:65)

A primeira gramática portuguesa somente veio à luz no século XVI, em 1536, quando Fernão de Oliveira publicou a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*. Essa obra representa a primeira sistematização do português. Logo depois, em 1540, João de Barros publicou também uma gramática. Um rápido exame na metalinguagem de ambos os documentos já permite algumas inferências sobre a importância do uso para a fixação da "boa linguagem portuguesa".

Sobre Fernão de Oliveira, disse SILVA NETO (1986:490) que "tinha a perfeita noção, quer da variedade lingüística-social (sic), quer das variedades regionais", pois, como acentua o filólogo brasileiro, Fernão de Oliveira, no capítulo XXXVIII da *Grammatica*, por exemplo, faz ponderações sobre o uso e a diversidade lingüística, dissertando sobre o que hoje chamamos *língua comum*, *língua padrão*, *línguas especiais* e *falas regionais*.

Sem objetivo prescritivo, o texto de Fernão de Oliveira descreve características do português. No entanto, o autor deixa gravada a sua opinião a respeito dos que melhor usam a língua, nesse passo:

> "Mas os grãmaticos zombão dos logicos: e os sumulistas apupão aos rheitoricos: e assi de todos os outros. O qual defeito não sey cujo he: ainda porẽ q̃ não sey se lhe chamão eles defeito: mas eu julgo o ser grãde e não da lingua: sera logo dos homẽs: e para que possamos fugir destas e doutras culpas em q̃lquer lingua e muito mais na nossa saibamos q̃ a primeira e prinçipal virtude da lingua e ser clara e q̃ a possão todos entender e pera ser bem entedida ha de ser a mais acostumada antre os milhores della e os milhores da lingua são os q̃ mais lerão e virão viuerão continoando mais antre primores sisudos e assentados e não amigos de muita mudãçça". (Oliveira,1536:76 - cap. XXXVIII)

Fica claro no trecho citado que o autor não relaciona o melhor uso da língua ao de um segmento social de maior prestígio, mas o faz em relação àqueles de maior prestígio intelectual, isto é, os que mais leram, mais observaram os usos da língua e que não aceitavam, de pronto, muitas mudanças.

Todavia, outra é a posição de João de Barros. Afirma o autor logo nas primeiras linhas do seu texto:

> "Gramática é vocábulo grego. Quer dizer ciência de letras e, segundo a difinição que lhe os gramáticos deram, *é o modo certo e justo de falar e escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos.* Nós podemos-lhe chamar artifício de palavras postas em seus naturais lugares pera que, mediante elas, assim na fala como na escritura, venhamos em conhecimento das tensões alheias." (Grifamos) (BARROS, 1540:1)

Nesse conceito já aparece a noção de correção, relacionada ao uso de uma determinada classe social, os barões doutos. Embora pareça estar o uso delimitado, o das pessoas ilustres, dos sábios, o autor refere-se ao falar comum, por exemplo, quando define solecismo, estabelecendo a dubiedade de critérios [3].

Não se pode, entretanto, pontuar essa crítica sem registrar que, não obstante isso, as duas gramáticas citadas foram, e são, historicamente, importantes, pois representam o marco de gramaticalização do português, língua vulgar, em relação ao latim.

Conforme lembra MOREL PINTO (1976), é o *Leal Conselheiro* de D. Duarte outro documento importante para a fixação da língua, ao qual não podemos deixar de nos referir. Trata-se de um dos únicos documentos portugueses, anteriores ao século XV, quando os vernáculos começaram a se estabelecer como línguas nacionais, em que há reação contra a cultura clássica latina. Nesse documento, a defesa da língua nacional surge na reação contra os empréstimos de termos alatinados ou de outra origem, pelos falantes do galego-português. Talvez aí esteja uma das primeiras atitudes conservadora e de

[3] "Solecismo é o gênero dos vícios que podemos cometer; este se comete na construição e ordem das partes, quando delas usamos per algum modo apartado do comum falar". (BARROS, 1957:49)

preservação da norma vigente, relativa ao português, embora a norma do bom uso ainda não estivesse fixada[4].

Segundo MOREL PINTO (op. cit.), a influência de Fernão de Oliveira e João de Barros sobre seus continuadores não foi significativa. As obras mais importantes para o estudo do português, desde a publicação das primeiras gramáticas são *Ortografia* (1576) e *Origem da Língua Portuguesa* (1606), de Duarte Nunes Leão. Depois dessas, os estudos sobre a língua portuguesa tiveram avanços significativos, no século XVIII, com a fundação da Arcádia Lusitana (1756) e da Academia Real Portuguesa (1779) que promoveram em Portugal a "renovação filosófica e crítica". Em 1789, veio a lume o *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal Antigamente se Usavam*, de Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo, e, em 1793, publicaram-se o *Dicionário da Língua Portuguesa*, da *Academia Real de Ciências de Lisboa* e o *Dicionário da Língua Portuguesa* (1789) de Antônio de Morais e Silva. Desse autor também são a *Epítome de Gramática Portuguesa* (1813) e a *Gramática Portuguesa* (1822). No entanto, como registra MOREL PINTO, a obra de maior repercussão desse período foi a *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa* (1822), do Padre Jerônimo Soares Barbosa.

[4] Diz mais MOREL PINTO (op. cit.): "Com essa atitude, o erudito rei português antecipou-se ao movimento de defesa das línguas nacionais que, iniciando-se na Itália, pela atuação de Bembo (1526) e Sperone Speroni (1542) logo se estendeu a outros países."

Os estudos filológicos portugueses acompanharam as propostas da Lingüística Comparativa, iniciada nas línguas românicas por Frederico Diez, em 1836, com o lançamento de sua *Gramática das Línguas Românicas*. Em português, o primeiro a seguir a tendência da Lingüística Comparativa foi Adolfo Coelho, com a obra *A Língua Portuguesa*, de 1868. VASCONCELOS (1929:886) acentua que depois de Adolfo Coelho

> "(...) considerou-se, com rigor maior que dantes, a linguagem como elemento de nacionalidade, e ao mesmo tempo como caráter étnico, e nesse sentido opõe-se um dique à corrente de estrangeirismos".

Já no sé ulo XVII , havia a preocupação dos estudiosos com a preservação do "bom português". No entanto, a metalinguagem que registra esse tipo de atitude, o purismo, somente veio a lume no começo do século XIX, com o *Glossário das Palavras e Frases da Língua Francesa, que por Descuido, Ignorância ou Necessidade se Tem Introduzido na Locução Portuguesa Moderna; com juízo crítico nas que são adotáveis nela*, do Cardeal Saraiva, publicado em 1816.

VILELA (1982) explica que, embora o dicionário do Cardeal Saraiva tenha sido publicado no século XIX, os dados lingüísticos nele apresentados são referentes ao séc. XVIII, já que um dicionário é elaborado a partir de um estado de língua anterior ao da sua

publicação. Esse fato, então, aponta que a metalinguagem repressora da incorporação do uso na fala e escrita cultas remonta ao séc XVIII.

Essa metalinguagem tinha o objetivo de

> "preservar o 'antigo e bom uso', atender ao 'gênio da língua', libertar a língua do refugado francesismo, defender a natural formosura 'da nossa linguagem'." (id.)

Os princípios norteadores dessa reação eram baseados na lição de Quintiliano, acerca da perfeição ou decadência das línguas (analogia ou razão, etimologia, antigüidade, autoridade e uso). Em linhas gerais, os princípios nos quais o Cardeal Saraiva se baseou, para elaborar o juízo crítico sobre as palavras e expressões que julgou, são quatro: a. *boa origem*: em primeiro lugar vêm as palavras originárias do latim, em segundo, as do grego; b. *analogia*: boa derivação, regularidade de acordo com os modelos produtivos da língua ou como coerência de significação; c. *expressividade ou harmonia*: razões fonético-fonológicas (bem soantes), morfossintáticas (boa derivação, colocação, repetição de pronomes etc.) ou semânticas (expressividade, harmonia,
significação natural); d. *extensão da aceitação, uso*: uso dos barões doutos. Doutos eram os instruídos na língua, os que conheciam os clássicos e eram escritores e críticos nas línguas clássicas, e, também, na língua nacional. (Op. cit.:12-16)

Em relação ao século X X, pode-se dizer que o combate aos galicismos, motivador da metalinguagem purista do século XVIII, continuou em voga. No entanto, o cenário político-cultural era outro. No âmbito da literatura, por exemplo, o Romantismo trouxe o nacionalismo que, lingüisticamente, se caracterizou pelo combate aos estrangeirismos, valorização do vernáculo, e utilização da linguagem regionalista.

Não há, também em referência ao século XIX, estudos específicos que caracterizam o uso objetivo da língua, os locutores-modelo, correspondentes aos "barões doutos" dos séculos anteriores, nem que confiram a repercussão do uso na norma lingüística.

Os trabalhos sobre a língua, entretanto, atestam a existência da metalinguagem purista do século XIX, que indiretamente documenta o uso por ser reação a ele. MOREL PINTO (1976), por exemplo, falando sobre o desenrolar dos estudos lingüísticos portugueses no século XIX, registrou que o dicionário de Saraiva marcou época pelo zelo purista, gerado pela leitura dos clássicos, tendo sido exemplo de intransigência e visão estreita dos fatos da língua. Essa foi uma situação que contaminou espíritos e gerou polêmicas, características da Filologia brasileira e portuguesa.

No Brasil do século XIX, as polêmicas que giraram em torno da linguagem de José de Alencar ilustram bem esse espírito da época. Alencar foi acusado de praticar uma linguagem descuidada, cheia de neologismos e galicismos. Dessa polêmica tomaram parte tanto portugueses quanto brasileiros contra Alencar. Em verdade, o centro das atenções era Portugal e a produção lingüística brasileira era toda voltada para lá e, portanto, o que escapasse à norma clássica portuguesa era duramente criticado. Diga-se, ainda, que os brasileiros eram mais rígidos que os próprios portugueses, pois queriam deixar patente sua erudição e provar não serem provincianos.

No final do século XIX e início do século XX, o Brasil assistiu à polêmica lingüística travada entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro, a respeito da redação do Projeto do Código Civil. A Réplica e a Tréplica obras resultantes da polêmica, são documentos do uso lingüístico do final do século XIX e começo do século XX, pois trazem reação aos usos

de falantes e escritores cultos, como, por exemplo, textos dos dois contendores. Além disso, são textos que podem ser tomados como prova da mudança lingüística, porque expressões e estruturas violentamente condenadas pelos dois, ou por um dos polemizadores, estão hoje, e já há algum tempo, em pleno vigor na norma cul

prescritiva e objetiva, no registro culto, sem deixar entrever qualquer marca estigmatizadora[5].

A metalinguagem reacionária à mudança, o purismo, elaborada nessa época no Brasil e, pode-se dizer, até às vésperas do Modernismo, tem as mesmas características daquela iniciada no século XVIII. Somente a partir de 1922, tal situação começou a ser transformada quando a força da bandeira modernista — a ruptura com o passado — promoveu uma reforma no panorama lingüístico brasileiro, por propugnar a valorização da variante da língua praticada aqui.

O impacto causado pela linguagem de Mário de Andrade, principalmente, e de outros modernistas, como Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade, Guimarães Rosa e Rubem Braga, abriu espaço para que se praticasse uma linguagem menos artificial e mais próxima da linguagem comum brasileira. Os efeitos dessa abertura, no entanto, só se concretizaram, efetivamente, depois de algum tempo decorrido da revolução modernista. Em termos de norma prescritiva, por exemplo, apenas depois da década de 70 alguns dos usos modernistas foram abonados. Muitos outros, de uso corrente na língua escrita do Brasil, ainda são considerados incorretos.

[5] Do ponto de vista pragmático, de acordo com REY (1972), a norma lingüística denominada objetiva é aquela que é efetivamente praticada pelos falantes no uso espontâneo da língua, no registro culto ou popular. A norma prescritiva é a que está codificada nas gramáticas normativas.

Portanto, mesmo num país novo como o Brasil e que, oficialmente, não tem política purista, a tradição se faz sentir. A língua escrita, mesmo a padrão, praticada na imprensa — e em todos os outros meios que não os científicos e literários, que têm linguagem especial — considerada bastante liberal, ainda é muito voltada para a norma prescritiva[6]. A língua falada, de natureza efêmera, é mais livre da força dessa norma. Mesmo assim, não é difícil observarmos, principalmente no dialeto culto e registro formal, qualquer que seja o grau de formalidade, a força da tradição. Por outro lado, podemos observar no léxico e na gramática da variante culta da língua a presença de estruturas não autorizadas pela norma prescritiva contemporânea. Há, assim, duas forças opostas, um fluxo inovador e um refluxo conservador, trabalhando na construção sincrônica do discurso.

[6] Conforme COSERIU (1992), entendemos por língua padrão "uma segunda língua comum que se estabelece por cima da língua comum (no caso duma língua comum diferenciada regionalmente e/ou socialmente), como forma idealmente unitária da mesma, pelo menos para aquelas tarefas e atividades (culturais, políticas, sociais, educacionais) que são (idealmente) tarefas e atividade de toda a comunidade idiomática. Com isto, a língua exemplar [ou língua padrão] confirma a coesão e a individualidade da comunidade correspondente a uma língua histórica e é a expressão mais eloqüente da unidade étnico-cultural da comunidade idiomática."

2 *Concepção de língua, norma lingüística e vernáculo*

Dizem GREIMAS & COURTÉS (s.d.:258) que "a língua é uma macrossemiótica, cuja especificidade, embora parecendo evidente, não se deixa facilmente definir". E há muitos motivos que determinam essa dificuldade. Em primeiro lugar, são várias as suas propriedades, por exemplo: a. a de formar signos — palavras, expressões, textos; b. a de informar; c. a de comunicar; d. a de mediar a interação humana. Em segundo lugar, há a sua flexibilidade, pois se oferece como meio de pesquisa — a sociólogos, antropólogos, etnólogos — e como objeto de pesquisa para lingüistas e filólogos. Isso quer dizer que pela língua se estuda o homem, a sociedade e, em termos, pode-se conhecer um pouco a natureza. Tudo depende de como o pesquisador focaliza o seu objeto de estudo. Portanto, tem razão SAUSSURE (1975:15) quando afirma: "Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto" (Grifamos). Em terceiro, e finalmente, há a sua capacidade macrossemiótica de constituir-se como "filtro" de todas as outras semióticas, isto é, capacidade de manter com o universo bio-social uma relação semiológica de interpretante e

interpretado (BENVENISTE, 1989:97), pois é por meio da língua que o universo é explicado. É, então, a língua o interpretante e a sociedade, o interpretado. Nenhuma semiótica pode explicar a língua; apenas ela tem essa potencialidade, criando, assim, mais uma de suas especificidades: a metalíngua.

O nosso objeto de estudo, o purismo, advém, primordialmente dessa última propriedade da língua. É por meio dela que o homem busca, sob pontos de vistas e usos diferentes, defender as próprias tradições da língua, entendendo sempre que há um "modo melhor" de expressão, mais próprio, mais correto, mais puro, livre de imperfeições, mais adequado às necessidades e interesses do grupo social a que pertence. Tudo dito sobre língua para a língua.

Como a língua é uma instituição ideológico-social disponível ao homem ele procura tentar adequá-la, do melhor modo possível, aos seus interesses. Isso permite que, por meio dela, possa tanto posicionar-se diante dos fatos físicos, biológicos e sociais, quanto conhecê-los.

Surgem, assim, as diferenças. São vários e diversos os grupos de pessoas que usam de modos diferentes a língua, cada um tentando fazê-lo da maneira mais adequada e própria a seus interesses e conhecimentos. Da

verificação da variabilidade, surge a necessidade da explicação e defesa

de um uso lingüístico, em detrimento de outro. Forma-se uma metalinguagem para defender, ou acusar, um determinado uso.

COSERIU (1987:13-85), no seu estudo "Sistema, Norma e Fala", *diz*: a língua é um sistema, um conjunto de possibilidades que se oferece ao falante; a norma é a regulamentação social do sistema e, portanto, não se oferece ao falante, mas se impõe a ele; a fala é a atualização do sistema e da norma. Sendo a norma uma regulamentação social, abstrata, é correto afirmar que vários grupos sociais, usuários de um determinado sistema, têm normas diferentes, em razão de seus hábitos próprios. Assim, concluímos que a norma varia de grupo para grupo.

Como a noção de *grupo social* não é simples, trazemos, para análise um trecho de ADORNO & HORKHEIMER (1978:25):

> "Na tensão entre o indivíduo e a sociedade, a divergência do universal e do particular implica, necessariamente, que o indivíduo não se insere de forma perfeita, na totalidade social, mas através de instâncias intermediárias. Essas instâncias intermediárias são as que se encontram abrangidas pelo conceito de *grupo* (...). Contudo, tanto na sociologia como na linguagem comum, esse termo ainda não obteve um significado inteiramente definido. A palavra grupo, pelo contrário, é algo semelhante ao que a lógica da linguagem chama de *expressão ocasional* - isto é, um lugar vazio que, segundo o contexto de cada ocasião, se enche de diferentes significados. *Sem violentar o sentido da palavra, podemos definir como grupo uma comunidade de interesses, como uma aglomeração casual de indivíduos, uma*

> *comunidade unitária no tempo e no espaço ou, pelo contrário, dispersa; uma comunidade cônscia de si mesma ou apenas vinculada por algumas características objetivas*". (Grifamos)

Fica claro que os grupos são formados a partir de interesses comuns, diversos de grupo para grupo. Cada um deles desenvolve para si linguagens que se diferenciam de uns para outros, ocasionando, dentro de uma sociedade maior (a brasileira, por exemplo) a formação de outros menores (o de advogados, médicos, professores, operários, estudantes etc.). A repercussão lingüística desse fato é grande e importante. Mas antes da conclusão, vejamos o que diz CARVALHO (1974:291-96):

> "Deste modo, participando num número indefinido de agrupamentos sociais de extensão muito variável — familiar, profissional, e assim por diante — ele [o homem] vem a pertencer finalmente a comunidades incomparavelmente mais vastas — a da Pátria, a da igreja etc. — que total ou parcialmente abrangem aqueles menores, abrangendo ainda muitos outros a que o mesmo indivíduo não pertence, resultando essas grandes comunidades precisamente da integração dos grupos menores, realizada pelas relações que cada indivíduo estabelece de um para outros, pelo fato de pertencer simultaneamente a vários. É pois esta a razão pela qual cada indivíduo, mais do que simples membro, é co-autor (autor com os outros) de toda a comunidade na sua máxima extensão, que não existe sem ele e que, em certo sentido, não existe senão para ele."

Os interesses diferentes dos estudiosos citados, Adorno & Horkeheimer, sociólogos, e Herculano de Carvalho, lingüista, fazem-nos utilizar terminologias diversas para um mesmo problema: grupo social, para os primeiros, e comunidade lingüística, para o segundo. Continuemos com a do lingüista.

Uma comunidade lingüística é subdividida em comunidades menores, a partir do encontro de pessoas que se unem por um interesse comum. Em cada comunidade, as pessoas desempenham papéis sociais, sendo que um mesmo indivíduo, no desempenho de seus papéis (que podem ser muitos, como já deixou claro CARVALHO), integra-se nas várias comunidades. Isso significa que há uma comunidade lingüística maior, subdividida em outras tantas, menores, cada qual com a sua própria norma lingüística, estabelecida pelo uso lingüístico de seus membros, que interagem, disseminando esses usos, levando e trazendo palavras, expressões, frases e prosódias de umas para outras comunidades, promovendo um tipo de coesão social pela língua, criando uma linguagem comum a todos, sem deixar de preservar, entretanto, seus usos característicos, suas normas.

Como a *norma lingüística* é um acordo tácito — um contrato social feito entre membros de uma comunidade — que se impõe por tradição, as rupturas a ela não são bem aceitas; são negativamente avaliadas e, se

necessárias, precisam ser explicadas, para serem defendidas dos ataques da força da tradição. Forma-se uma metalinguagem que procura preservar um uso.

Esse é um processo recorrente em todas as comunidades lingüístico-sociais. Logo, o purismo lingüístico, enquanto preservação de um uso, ocorre em todas as instâncias sociais, em todas as normas lingüísticas. No entanto, como a supremacia dos estudos durante longo tempo recaiu sobre o uso culto da modalidade lingüística escrita, e esta registra, predominantemente, a língua culta literária, o fato lingüístico do purismo ficou relacionado a ela, numa perspectiva bastante reduzida do que ele representa em uma língua, e de modo parcial e pejorativo.

Assim, ficou o purismo relacionado apenas a uma norma e vinculado a conceito de *vernáculo*. De certo modo, a definição do termo vernáculo, para o português do Brasil é ainda mais problemática do que para outras línguas. Um dos motivos que concorreram para isso foi o fato de a língua falada no Brasil ser transplantada. (ELIA,1989:21-30)

Grosso modo, pode-se dizer que para a formação do português do Brasil houve a concorrência das línguas indígenas, existentes no Brasil por ocasião do "descobrimento", denominadas, no séc. XVII de línguas

brasílicas e, hoje, de línguas brasileiras[7]. Além dessas, houve a concorrência das línguas africanas, faladas por escravos importados, principalmente, de dois grupos: os sudaneses, oriundos do Golfo da Guiné, Senegal e Nigéria, e os bântus, originários do Congo, de Angola e da Nigéria. Outras línguas, chegadas com os imigrantes alemães, italianos e japoneses, a partir do século XIX, mesmo que minimamente, não deixam de marcar no português do Brasil a sua presença (id.).

Em segundo lugar, e isto se pode dizer de todas, não há língua cujo léxico, morfologia e sintaxe sejam exclusivamente vernáculos, pois, como disse BRÉAL (1992), o conhecimento é roduzido apenas uma vez, por um determinado povo, e os demais povos o aproveitam. Desse modo, os nomes dados a uma descoberta a acompanham, sendo apenas adaptados aos sistemas das línguas que os adotam. Assim, ao longo do tempo, perde-se a memória dos termos que, por exemplo, vieram ao português pelo grego, latim, francês, inglês.

De acordo com ELIA (op. cit.), os traços sociolingüísticos do português do Brasil são: língua materna, língua oficial, *língua nacional*, língua padrão, língua de cultura. Em específico, interessa-nos aqui comentar a expressão língua nacional. É o português, sem dúvida, a língua da nação brasileira, mas com um grande problema relativo ao registro culto, que

[7] Essa é a denominação usada por Aryon Dall'Igna Rodrigues no livro *Línguas Brasileiras*.

é a ocorrência de duas normas: a brasileira, realizada, mas ainda não descrita satisfatoriamente; e a portuguesa, descrita nas gramáticas normativas, mas não efetivamente realizada, no Brasil. Mesmo sendo essa a realidade, a não observância da norma portuguesa, em textos escritos, deixa o escritor estigmatizado, ainda hoje.

Embora seja essa a realidade, durante muito tempo a norma portuguesa clássica tinha de ser obedecida na escrita brasileira. SILVA NETO (1986b:64-5) apresenta justificativa razoável para explicar o culto exacerbado ao português europeu, por parte de brasileiros dos séculos XIX e XX, durante os períodos já referidos.

> "Há que notar-se, contudo, como fato de capital importância, que tal circulação das élite, não alterou os padrões civilizatórios, visto que ela se fez precisamente, com a preocupação de imitar a sociedade de além-mar. *Os indivíduos que pouco a pouco iam renovando e acrescentando a pequena élite colonial tinham os olhos voltados para ela, no absorvente desejo de assimilar-se, de purificar-se de tudo o que neles ainda lembrasse situação social inferior.* Os modelos supremos eram a Corte de Lisboa e a Universidade de Coimbra." (Grifamos)

Prossegue o autor a sua análise, dizendo;

> "Se, então, se pecou em alguma coisa, foi na excessiva submissão literária e lingüística. Os puristas e os gramáticos exerceram uma fiscalização mais severa e temível que a da própria Inquisição... Condenar-se-ia tudo aquilo que não

> fosse rigorosamente cortado pelos figurinos da metrópole. Não se aceitavam as alterações, naturais e respeitáveis, que a língua assumira na América."

As alterações, ou inovações, feitas ao português, em território brasileiro, eram, na realidade, estigmatizadas e consideradas como "erro de português", em contraposição com o "português correto", usado em Portugal. No entanto, a preocupação com a linguagem fazia os escritores brasileiros procurarem sempre preservar o *vernáculo*, como afirmavam constantemente, desde as polêmicas lingüísticas travadas entre brasileiros e brasileiros, ou entre brasileiros e portugueses, que envolveram a linguagem usada por José de Alencar.

Como a questão da linguagem brasileira sempre esteve ligada ao "bom e mau uso do vernáculo", vejamos, nos dicionários, as acepções desse termo. Em primeiro lugar, apresentamos o verbete do dicionário de AULETE (1968):

> VERNÁCULO: *adj.* próprio do país a que pertence; pátrio, nacional; *Língua vernácula.* A primeira (obra), que principiara a escrever por ordem de James I, e que saiu em idioma *vernáculo*, é a história de Henrique VII. (Lat. Coelho, *Literat.e Histór.*, p. 510 ed. 1925) || (Fig.) Correto, puro no falar e escrever; que conserva a pureza das palavras, frases e construção da língua, sem mescla de estrangeirismo: Elocução correta e *vernácula* algumas vezes. (Lat. Coelho.) || —, *s. m.* diz-se do idioma vernáculo, nacional: O ensino elementar que era dado, até então, em latim, passou a ser dado em *vernáculo.* Afrânio Peixoto, *Ensinar a Ensinar*, XII, 4, p. 236, ed. 1937.) F. lat. *Vernaculus.*

Em seguida, o verbete do Novo Dicionário AURÉLIO (1986);

> VERNÁCULO: [Do lat. vernaculu, 'de escravo nascido na casa do senhor'; 'de casa, doméstico'; 'próprio do país, nacional'.] Adj.1. Próprio da região em que está; nacional: "Nada mais pitoresco, nada mais vernáculo, nada mais genuinamente e mais encantadoramente português do que essas simples e modestas navegações d'água doce!" (Ramalho Ortigão, A Holanda, p. 83); "E à noite o primeiro gródio da serra, com os pitéus vernáculos do velho Portugal!" (Eça de Queirós, A Cidade e as Serras, p. 198); a língua vernácula. 2.Fig. Diz-se da linguagem genuína, correta, pura, isenta de estrangeirismos; castiço. 3. Diz-se de quem atenta para a correção e a pureza no falar e escrever; castiço. S. m. 4. O idioma próprio de um país.

Finalmente, o verbete do dicionário de COROMINAS (1954):

> VERNÁCULO, tomado del lat. *vernacŭllus* 'indígena', 'nacional', derivado de verna 'esclavo nacido en casa de su dueño', nacido en el país, indígena', 1ª doc. Acad. 1884, no 1843. Poco usado y muy culto.

Tanto o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete, quanto o *Dicionario Crítico Etimológico de la Lengua Castelhana*, obra de relevância para a pesquisa filológica de línguas latinas, e o *Novo Dicionário AURÉLIO*, que embora não tenha prestígio na área científica, tem valor por registrar o português em uso no Brasil, trazem dois sentidos básicos para o termo ora sob análise (um o sentido próprio, outro, o figurado). No primeiro sentido, vernáculo é a língua nacional e, no figurado, a língua isenta de estrangeirismos, pura, castiça.

Nota-se, até pelas abonações ao verbete, que o vernáculo, mesmo no dicionário brasileiro, o Aurélio, tem como referente o português de Portugal, e não o do Brasil, enquanto língua nacional. Como desde o começo e até meados do século XX, a força cultural, literária, era toda concentrada no português do além-mar, e o português do Brasil era tido como uma linguagem de nativos, tosca, errada, os escritores brasileiros tomavam como padrão a linguagem de escritores portugueses, de épocas antiga e moderna, séculos XV a XIX, observando-lhes o uso e fazendo, a partir dele, regras a que todos deviam seguir, se não quisessem sustentar a pecha de ignorantes, como já o disse Serafim da Silva Neto. Esse modo de encarar a vernaculidade vigorou por longo tempo, causou muitas reações, e, ainda hoje, há quem dele seja partidário.

É fato, todavia, que o português falado no Brasil ganhou grande diversidade em relação ao de Portugal logo nos primórdios da colonização. As razões para a sustentação dessa tese eram baseadas no fato de haver aqui clima e natureza diversos dos do Império. Argumento mais consistente é o que ressalta o fato de, em nosso território, r havido o fenômeno do contato lingüístico, o que implicou a incorporação, ou adaptação à nossa língua, de termos oriundos e línguas indígenas brasileiras, de africanas e mesmo de européia , como a francesa. Essa influência se fez sentir principalmente

nos locais em que a corte estivera instalada e para onde atraia sempre turistas ou emigrantes. Outra fonte de entrada de expressões e vocábulos franceses foi, de modo geral, a literatura, imitada, também, por escritores brasileiros. Acresça-se a todos esses fatores mais um: o baixo letramento da maioria dos brasileiros.

Esse ponto traz uma interrogação e exige uma explicação. Como expressões e vocábulos franceses se difundem por meio da literatura, se há baixo nível de letramento entre brasileiros? A explicação vem pela Sociolingüística: o homem incorpora na sociedade vários *papéis sociais* (ADORNO & HORKHEIMER, 1978:25-77), desempenhados em várias comunidades lingüísticas (CARVALHO, 1974:291-96), divulgando em cada uma palavras e expressões próprias da outra. Assim, alguém que é ao mesmo tempo pai, médico, patrão, integrante de equipe de futebol etc., inconscientemente ou não, deixa em todas as comunidades das quais faz parte suas marcas lingüísticas e também incorpora as de cada uma por que passa, efetuando, assim, a rotatividade própria da língua. A esse fenômeno de apropriação (e doação) de outras vozes, BAKHTIN chama *interdiscurso*, que é o conglomerado de discursos que se encontra na voz de cada falante. No trecho seguinte tal idéia é enunciada por esse autor:

> "A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos,

> que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua — recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais mas também, e sobretudo, por construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissoluvelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação." (BAKHTIN, 1992: 279)

Se concordamos com essas idéias, é impossível admitir que o produto do discurso do brasileiro, o texto enunciado, falado ou escrito, seja igual ao de Portugal ou de outro lugar do mundo. Hoje, depois de muitas discussões e estudos, já se tem consciência de que a defesa do nosso vernáculo deve ser a da língua em uso efetivo no Brasil, e não, embora a mesma língua, a da em vigor em outra parte do mundo. Tal defesa, todavia, não é uma perseguição estéril a estrangeirismos, neologismos, léxicos ou sintáticos, como o foi outrora.

Vejamos, também, a definição de vernáculo dada por CÂMARA JR (1986):

> VERNÁCULO — nome comumente aplicado à LÍNGUA NACIONAL pelos seus próprios falantes, a fim de acentuarem os aspectos característicos e distintivos em confronto com as línguas estrangeiras. Em relação ao uso literário, chama-se VERNACULIDADE a qualidade de um escritor saber aproveitar os traços característicos e distintivos da língua nacional, mesmo os mais fugidios, de preferência a re[illegible]

> neologismos e estrangeirismos; a vernaculidade é o dom da expressão estilística dentro do purismo.

O conceito de CÂMARA JR. não traz concepção diferente das demais. Ensaia um progresso em relação à definição do fato de ser a venaculidade uma concepção lingüística do próprio falante de uma determinada língua, em confronto com outra, mas não desenvolve a idéia. Ao contrário, volta à oposição vernaculidade vs. estrangeirismo e neologia, agravada pela afirmação de ser a vernaculidade um "dom" da expressão estilística dentro do purismo. Ou seja, é um conceito confuso que não acrescenta nenhuma idéia ao problema e nem esclarece nada quanto à situação de língua transplantada, que é o caso do português do Brasil.

Em relação à variante brasileira do português, sabemos ser essa a compreensão, sobre o problema da vernaculidade, que vigorou durante boa parte do século XX, e até hoje, de modo atenuado, ou disfarçado. São famosas as polêmicas travadas sobre as rupturas da "boa norma" portuguesa que, aos olhos de alguns, escritores brasileiros cometiam. O problema da concepção de o português do Brasil ser errado em relação ao de Portugal existiu, porque se quis cristalizar a norma literária de Portugal, descrita pelo uso de escritores de várias épocas, em especial da quinhentista, fase áurea da história político-econômica portuguesa.

Não é preciso muita sagacidade para entender que tal situação não se sustentaria, pois a língua é uma instituição social que constrói com o homem a sua história, sendo sempre, portanto, dele contemporânea.

Disso concluímos que, se o homem está em contínua evolução, troca de conceitos e elabora outros novos, decorrentes de seu progresso científico-tecnológico, a língua também está, não havendo, então, possibilidade de se aprisionar a norma de uma época, por mais florescente que esta tenha sido, como modelo eterno para o uso de uma língua. A norma é um fenômeno sincrônico, a língua diacrônico, histórico, já o afirmou COSERIU (1987).

É preciso compreender, entretanto, que as mudanças não são bruscas e radicais, mas paulatinas e suaves. Por isso mesmo, há forte tendência de coocorrerem usos de sincronias diferentes. Isto é, numa sincronia em vigor, há um uso inovador e um conservador. Esse representa sincronias passadas, ou melhor, a diacronia. E nesse fato, no conflito de sincronias, uma presente e uma passada, estabelece-se o purismo.

COSERIU (1992:154-60) afirma que a diacronia faz parte da competência linguística dos falantes, mas é, ainda, um fato não descrito. O purismo é um dos fatos que apontam a presença da diacronia na sincronia.

Sobre o apego a uma norma de sincronia passada, o casticismo arcaizante, que vigorou também para o espanhol, é imprescindível citar essa passagem de ORTEGA Y GASSET:

> "O castiço, precisamente porque significa o espontâneo, a profunda e inapreensível substância de uma raça, não pode converter-se em uma norma. As normas são sempre abstrações, rígidas fórmulas provisórias que não podem aspirar a incluir as ilimitadas possibilidades do ser. Por amor à Espanha de hoje e de amanhã, não nos queiram reduzir à Espanha de um século ou de dois séculos que passaram! A psicologia de uma raça deve entender-se como uma fluência dinâmica sempre variável, jamais conclusa." (Cf. CUNHA, 1975: 28)

À passagem acima apresentada, cabe um reparo. O modo castiço também é uma norma e por isso mesmo deixou de vigorar, foi ultrapassado. Engana-se o autor ao conceituar a norma como algo rígido em oposição a algo espontâneo, o que não a caracteriza. De um uso espontâneo, mas repetido, em vigor durante certo tempo, até que seja substituído por outro, faz-se a norma. A complexidade da norma reside em dois pontos básicos: primeiro, há tantas normas quantos usos diferentes existirem; segundo, embora a norma seja temporária, é impositiva e resiste à troca. A resistência vem de falantes já habituados ao uso tradicional, já normalizado em um grupo, e que não aceitam passivamente a intromissão de novidades na norma. Essa é uma das

características que configuram os puristas que existem sempre em todas as línguas.

O conceito de vernáculo é também amplo, como o de norma. Pelo que podemos concluir do já discutido, o vernáculo abrange todas as normas. Logo, todos os usos de uma determinada língua histórica são vernáculos, independentemente de serem antigos ou modernos, cultos ou populares. Assim, o que se entende por vernáculo, enquanto língua pura praticada por escritores de prestígio, de várias épocas, é parcial e irreal e dará sempre lugar a discussões e polêmicas.

3 *Concepção de purismo*

Se buscarmos nos dicionários de língua portuguesa os sentidos do termo *purismo*, observaremos que são somente relativos à linguagem. Vejamos, em primeiro lugar, o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de AULETE (1968):

> PURISMO, s. m. escrúpulo em observar rigorosamente a pureza de linguagem naquilo que se diz ou que se escreve. || Exagero dos escritores que se prendem demasiadamente com a pureza da língua, e que julgam ter chegado à perfeição do estilo, quando lhes não escapa a mínima incorreção.

Segundo AURÉLIO (1986), purismo é o cuidado excessivo no trato com a língua, quando se tem em mente um "modelo ideal, o vernáculo". Leia-se a transcrição do verbete:

> PURISMO [De puro + -ismo.] S. m. 1. Preocupação excessiva de observar a pureza da linguagem, a correção gramatical em relação a um modelo ideal; vernaculismo. 2. Pronúncia afetada ou pretensiosa das palavras.

As definições apresentadas nos verbetes acima pecam pela inexatidão: não delimitam os termos dos elementos comparados. Isto é, se um uso é ou não puro, ele somente pode ser assim definido em contraposição a outro. Desse modo, seria imprescindível delimitar: preocupação com a pureza da linguagem, observadas a norma lingüística, relativa à língua

escrita ou falada, culta ou popular, extraídas de textos escritos ou falados por brasileiros ou portugueses dos séculos XV e/ou XVI e/ou XVII e/ou XVIII e/ou XIX e/ou XX.

Se raciocinarmos de acordo com princípios científicos modernos, jamais deveremos submeter a comparações elementos ou sujeitos diferentes por natureza. Portanto, não terão resultados precisos: pesquisas que submeterem a confrontos textos falados vs. escritos, analisados sob um único ponto de vista; pesquisas que compararem textos falados vs. escritos de normas diferentes, culta e popular, por exemplo; pesquisas ou descrições que compararem escritores brasileiros vs. portugueses, praticantes de normas diferentes em todos os níveis.

A desigualdade do português praticado por falantes portugueses e brasileiros decorre tanto da incidência de fatores geográficos e socioculturais, como bem o diz PRETI (1982:1-37), como de fatores ideológico-discursivos.

Com clareza, BAKHTIN (1992:319) afirma ser o signo um objeto ideológico, carregado da concepção de mundo da sociedade que o utiliza; portanto, a voluntariedade do homem sobre o signo é apenas parcial. É verdade, por outro lado, que o homem, pela língua, pode criar idéias novas, transformar a realidade. Esse paradoxo é o que

BAKHTIN (1988:33) explica pela frase "cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade", isto é, o signo é produto, mas também parte atuante da sociedade, o que possibilita a permanente atualização do homem e da língua. Sendo assim, queira ou não, a tradição lingüística e sociocultural incide sobre o homem, e não há como evitar fazer as coisas e usar a língua do modo como todos os outros o fizeram antes de nós. Vejamos o que diz BAKHTIN sobre o assunto:

> "O objeto do discurso de um locutor, seja ele o que for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões de mundo, tendências. Um locutor não é um Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, os quais é o primeiro a nomear." (op. cit.)

Diante disso, não é possível aceitar ter um escritor brasileiro o mesmo repertório lingüístico de um português e que possa seguir uma norma portuguesa (a culta escrita, por exemplo) do mesmo modo como o fazem os escritores de lá. As diferenças aparecerão sempre, em alguns pontos, e não podem ser consideradas erradas, estando em conformidade com a norma brasileira (culta escrita, por exemplo).

Essas idéias já deixam entrever a com lexidade que envolve a definição do fenômeno lingüístico *purismo*. E, para melhor compreendê-lo, analisemos o que diz CÂMARA JR (1977):

> PURISMO - Atitude de extremado respeito às formas lingüísticas consagradas pela tradição do idioma, que muitas vezes se assume na língua literária; a língua é considerada à maneira de uma água cristalina e pura, que não deve ser contaminada. Daí, a hostilidade aos estrangeirismos aos neologismos e a todas as formas lingüísticas não autorizadas pelo uso literário tradicional. Essa atitude, adotada rigidamente, cerceia a capacidade expressiva. A lingüística ora vê o purismo literário com desconfiança, como um elemento de perturbação no manuseio espontâneo da língua (como acontece com a escola lingüística norte-americana), ora aconselha 'um purismo inteligente, adaptado às evoluções necessárias' (Dauzat, 1930, 8) (como é a orientação das escolas francesa, italiana e espanhola modernas).

Os conceitos apresentados por CÂMARA JR. deixam claro que o purismo, até para a Lingüística, é encarado como um fenômeno relacionado exclusivamente à norma culta escrita. A novidade nesse conceito fica por conta da idéia de que o purismo é um fenômeno de interesse da política do idioma, o "purismo inteligente", como o do francês, do italiano e do espanhol. Impedir a entrada de elementos estrangeiros, principalmente ingleses, por meio dos quais se pode exercer a dominação ideológica, é fato que faz parte da política adotada para cada um desses idiomas. Os meios usados para obstruir a entrada de estrangeirismos, nesses casos, são burocráticos — por exemplo, a não aceitação desse tipo de palavras em documentos oficiais

— e sociais, pois o próprio povo evita usar palavras estrangeiras em lugar de uma vernácula.

Mesmo em países onde não existe política purista explícita para o idioma, o purismo existe e tem muitas faces, e há sempre uma delas à mostra em cada fase sociohistórica da língua[8]. A face do purismo já revelada e conhecida de todos é aquela do cuidado excessivo com a preservação da língua literária que vigorou em algum ponto do

[8] A França é um dos países que têm política purista explícita. A Academia francesa, por exemplo, tinha, no século XVIII, previstas as seguintes atividades:

"Art. 24 - La principale fonction de l'Académie sera de travallier avec tout le soin et toute la diligence possible à donner des règles certaines à notre langue et à la rendre pure, éloquente et capable de traiter les arts et les sciences.

Art. 25 - Les meilleurs auteurs de la langue française seront distribués aux académiciens pour observer tant les dictions que les phrases qui peuvent servir des règles génerales, et en faire rapport à la Compagnie qui jugera de leur travail et s'en servira aux occasions.

Art. 26 - Il sera composé un Dictionnaire, une Grammaire, une Rhétorique et une Poétique sur les observations de l'Académie. (Cf. FRANÇOIS, 1973:31)

Hoje, embora na França não exista mais um purismo nos moldes desse descrito acima, ainda há uma preocupação purista bem acentuada, perceptível, por exemplo, em artigos publicados pela imprensa. O *Le Monde*, 1º mars 1996, traz o artigo "Accent de Discorde", sobre o uso do acento circunflexo na ortografia francesa, que se encerra com a opinião do autor nos seguintes termos: "Aujourd'hui, c'est sans doute contre l'hégémonie de l'anglais et sa graphie sans accents sur Internet qu'il convient de lutter pour la langue française." Além de casos como esses, podemos citar o zelo francês com a língua francesa nos países francófanos. WEINSTEIN (1989:53) diz que a "francophonie is an international language movement led by government and nongovernment elites in over thirty countries where French is official or used by a significant population. The maintenance and extension of a standard spoken an written French language purified of unacceptable English language borrowings and local idiosyncracies is one general goal." Outro país que tem desenvolvido política purista é a Coréia do Sul, como afirma PARK (1989): "The Korea Government is also an active participant in the language purification movement with the Ministry of Education as its nerve center. The Ministry coordinates Government-initiated purification programs with assistence and cooperation from various Governments agencies and national academies/institutes."

Finalmente, citamos os Estados Unidos, onde não há política purista, mas, mesmo assim, há preocupação com a língua. A revista *Times*, de julho de 1996, por exemplo, publicou na página 49, um artigo intitulado "Mosh! Bork! - Wordsmithing in post-contemporary English", sobre o lançamento da edição revisada do *Random House Compact Unabridged Dictionary,* nos seguintes termos. "The English language is alive and ill. The very quality that enriches the vocabulary - its undiscriminating tolerance for the new - obliges dictionary editors to ackowledge such a gallimaufry of new words and phrases that even the most casual browser wants to cry havoc." A grande reclamação do articulista recai sobre o fato de o dicionário incorporar neologismos léxicos e semânticos e desprezar termos antigos, fato que pode desorientar um leitor tradicional do inglês.

passado. Essa concepção de purismo tem origem bem demarcada. Existe desde os gregos, a partir da retórica, incluída como parte de uma das cinco fases da elaboração do discurso: a elocução.

Na Retórica, Aristóteles (s.d. :184-85) já falava sobre um tipo de "pureza da linguagem". Referia-se à funcionalidade da língua, no sentido de estar o texto organizado de modo a permitir que o orador conseguisse transmitir com rapidez e eficiência seu pensamento. Para tanto, apresentava cinco condições, dizendo que "o princípio do estilo é falar com pureza, segundo o espírito da língua". As condições são:

> "1. A primeira reside no emprego das conjunções que devem ser colocadas segundo a ordem natural, uma em primeiro lugar, as outras em seguida, como pretendem certos autores. (...)
>
> 2. A segunda consiste no uso dos vocábulos próprios, sem termos de recorrer às perífrases.
>
> 3. A terceira consiste em evitar expressões anfibológicas, a não ser que propositadamente se tome o partido contrário. (...)
>
> 4. A quarta regra é seguir Protágoras que distingue o gênero dos nomes: masculinos, femininos e neutros.
>
> 5. A quinta regra consiste em observar os números, distinguindo se se trata de muitos ou de poucos objetos ou de um só. (...)"

LAUSBERG (1970:115), partindo dos princípios greco-latinos da *Retórica*, estuda, pormenorizadamente, o sistema dessa disciplina, abordando o discurso como um todo, subdividindo-o em *discurso geral* e *discurso partidário da retórica escolar* e, finalmente, as partes do discurso, subdividindo-as em *dispositio* e *elocutio*. Nessa última, situa e explica o que se entende por pureza da linguagem no contexto da Retórica. Assim, dentro do quadro da teoria da elaboração do discurso, diz o autor:

> "91. A elocutio (λέξις, φράσις; [port. elocução]) é a expressão lingüística (verba: §46) dos pensamentos (res: § 40) encontrados pela inventio (§ 43) .
>
> 92. O discurso (§ 3) está dependente, no que se refere à expressão lingüística, dos praecepta de duas artes (§ 28):
>
> 1) Da *gramática*, (grammatica, γρμματική) que é o sistema de regras que regulamentam a pureza lingüística e idiomática (puritas:§ 103). É deste modo, a gramática a ars bene loquendi.
>
> 2) Da *retórica* que é o sistema de regras (§ 28) que garante o sucesso da persuasão. A retórica é a ars bene dicendi)."

Mais adiante (§103 a 129), o autor citado descreve o purismo como parte indispensável da virtude da elocução, dizendo textualmente:

> "103. A puritas (sermo purus, Latinitas; καθαρότης, καθαρὰ—λέξις, ἑλληνισμός; [port. purismo]) é a correção (recte loqui: § 92, 1) idiomática do discurso (i. é, concordante com o sistema da língua em questão), tanto nos verba singula (§§108-124), como nos verba coniuncta (§§ 125-129)".

LAUSBERG prossegue sua lição, explicando a importância do uso da língua para a norma do purismo, que reside *no uso atual da língua.* Esse uso, porém, não é unitário: varia em relação à quantidade, à classe social e à origem geográfica dos falantes. Acrescenta ainda o autor que, para a pureza, ora importa um ou outro desses usos, exemplificando que o uso de uma determinada camada social forma o *consenso erudito* e o de determinado "meio social localizado com precisão" pode ser, como o foi para o "francês do século XVII, o *usage de la cour*". E, modernamente, segundo nosso ponto de vista, podemos dizer que é o uso da classe social de maior poder socioeconômico.

Outra importante diferença sobre o uso lingüístico refere-se ao emprego das modalidades falada e escrita. Afirma LAUSBERG (id.) que o uso considerado para a elaboração do discurso oral é o *uso lingüístico oral;* já para o texto literário escrito, prosa ou poesia, o que vale é o *uso da tradição escrita*, que difere, portanto, do anterior, em relação: a. à autoridade, uso de autores de reconhecido valor; b. aos arcaísmos, emprego de formas arcaicas para obter-se o estilo poético, e para manter-se a tradição.

O autor dos *Elementos de Retórica Literária* também descreve os erros cometidos contra a pureza. Diz ele que contra a *puritas* pode-se pecar por insuficiência (solecismo e barbarismo) e demasia (*puritas*

afectada: apego exagerado à autoridade, em detrimento do uso vivo da língua e desprezo pelas outras virtudes da elocução*)*. Consigna, ainda, que erros contra a *puritas* podem ser justificados e considerados como licença poética porque:

> "108. (...) Como o ensino da gramática (§ 92,1) compreendia leituras de textos de uso repetido (§§14-19) classificados pela tradição literária como bons para a formação cultural e, como, além disso, esses textos de uso repetido muitas vezes provinham de um meio social diferente, notaram os professores e alunos inúmeras divergências, que esses textos em si continham, em relação ao uso lingüístico (§ 104) que era ensinado nos cursos de gramática normativa. Os professores explicavam essas divergência, como licentia poetarum (§ 94) que era justificada pela autoritas (§ 106,1) dos poetas e escritores: os barbarismos e os solecismos (§ 107, 1), que ao aluno eram imputados como erros, tinham de ser, na leitura de autores consagrados, aceites e desculpados (§ 94), como metaplasmos (§ 118), tropos (§ 117) e figuras gramaticais (§ 126,2), e tinham de ser admirados, como virtus (aptum: § 464)".

Segundo o autor ora estudado, a pureza e a clareza estão intimamente relacionadas, pois se se transgredir uma, certamente a outra estará transgredida. A pureza deve ser observada no domínio da morfologia (das palavras isoladas) e no da sintaxe (das palavras em combinação). Quanto a palavras isoladas, a

> "110 (...) exigência da puritas (§ 103) corresponde o verbum proprium (κύριον ὄνμαα), i. é, um corpo de palavra (§ 99,1), que pertence às existências

> idiomáticas dos corpos de palavras da língua em questão e que fornece ao orador o conteúdo lingüístico (§ 99,2), que normalmente caracteriza esse corpo de palavra no sistema da língua em causa."

Prosseguindo, apresentam-se os comentários sobre os erros quanto às palavras isoladas, que são:

1. Corpo de palavra não idiomático (§ 113-116; 171) barbarismos: palavras que não existem em língua alguma; estrangeirismos; dialetismos; arcaísmos; neologismos. As licenças para usos de tais corpos não idiomáticos existem quanto:

   - aos barbarismos, se "constituem tecnicismos, dentro de determinados gêneros literários";
   - aos dialetismos, se "próprios de determinado gênero literário";
   - aos neologismos e estrangeirismos (de língua de igual níve ou superior ao da importadora), se "são necessários".

   2. A pureza exige que as partes do corpo da palavra sejam inalteradas e a ruptura desse princípio ocasiona erro denominado *barbarismo,* cuja licença é o metaplasmo.

Segundo LAUSBERG (op. cit. §126,1,2), em relação às palavras em combinação, sintaxe, o desvio é o *solecismo,* e a licença é a *figura (de gênero, número, caso, tempo, modo* e *inconveniência* - o zeugma e a hipálage aditiva*).*

Como se pode perceber, a noção de purismo lingüístico é contemporânea da Retórica que, primeiramente, a utilizou como meio, para fazer o escritor, ou orador, obter, em determinada situação, um

efeito. As idéias e os conceitos contidos na Retórica foram amplamente difundidos e respeitados por todos quantos cultivassem o discurso em geral, ou o discurso partidário, em específico. Isso resultou em cultismo aos princípios retóricos, exageradamente defendidos por alguns autores, em determinadas épocas.

Lamentamos, entretanto, que uma importante lição da Retórica não se tenha fixado: a noção de haver vários usos lingüísticos e que a pureza pode estar ora em um, ora em outro desses usos. O conceito de pureza, então, teve como rimeiro critério a seleção de um uso. Assim, notamos que o critério de escolha do que seria considerado puro não foi lingüístico, mas político: o uso escolhido como puro foi aquele da camada social-geográfica de maior prestígio no momento.

Se não há motivos lingüísticos determinantes para a escolha de um uso, claro está que, lingüisticamente, não há usos melhores e piores e, portanto, não cabem julgamentos de valor, forjados sobre fundo lingüístico para que se tome um destes como melhor, mais puro, em detrimento de outro, ou outros. Todas as discussões, até hoje, baseadas no argumento lingüístico de que um uso é puro e outro impuro, porque impreciso, é sofismático. Em verdade, há a defesa de um uso, ou norma, praticado pela camada de maior prestígio sociocultural e econômico de *uma dada sociedade*. Muitos brasileiros despenderam

tempo e tinta defendendo um uso que não era o deles, numa discussão inútil, em muitos pontos, pois se o uso não é o próprio do povo, no todo ou em parte, a norma dele extraída jamais será praticada, e os falantes, nas conversas espontâneas do dia-a-dia, não sofrerão sanção por não atendê-la, pois não existe para aquele povo. Em relação à língua escrita, culta formal, o conflito é maior, porque a sanção existe quando a norma não é observada com rigor.

Uma concepção mais moderna e ampla de purismo indica ser ele um dos muitos processos corretivos voltados para a cultura e não somente para a linguagem. Assim, pode-se falar de purismo na arquitetura, na música e na literatura (Cf. NEUSTUPNÝ, 1989:211). O purismo da literatura, por exemplo, não é voltado apenas para a linguagem, como se pode, *a priori*, pensar, mas também é relativo à fidelidade aos gêneros literários, às regras da poesia, ao conteúdo e à ideologia, como assinala o autor citado.

Em relação à linguagem, o purismo engloba processos de correção discursiva, lingüística e ideológica, que dão origem a três diferentes e inter-relacionados tipos de purismo: *a.* purismo do discurso; *b.* purismo do idioma; *c.* purismo ideológico (op. cit.:212-22).

O *purismo do discurso* é "a certain set of language correction acts, which are employed to remove certain undesirable segments of speec acts" (op. cit.). Esses atos de correção são descritos como *desvios da norma*, *inadequações*, e *ajustamentos corretivos* à linguagem, todos oriundos de uma avaliação negativa (sanção) que o ouvinte/leitor faz do texto com o qual entra em contato. Segundo o autor, o importante é delimitar as razões por que existe tal avaliação negativa dos atos de fala no discurso. A resposta à questão pode ser dada a partir de dados do discurso, tais como:

1. Incongruência estrutural no sistema da linguagem: as estruturas que rompem a gramática da língua, como expressões, palavras e frases estrangeiras, por exemplo, tendem a ser negativamente avaliadas.
2. Falta de estabilidade: processos de ajuste podem confirmar determinado uso, por maioria, e rejeitar uma expressão estrangeira; no entanto, a rejeição pode não ser em decorrência de a expressão ser estrangeira, mas de simplesmente não estar de acordo com o uso.
3. Ineficiência comunicativa: aspectos da linguagem que obstruem a comunicação.

4. Impureza histórica: discordâncias com estágios antigos da língua.
5. Dependência estrangeira: uso de palavras, expressões ou frases de uma língua estrangeira associam realidades sociais, e isso é negativamente avaliado, pois significa dependência, principalmente se a língua que empresta palavras ou expressões é culturalmente superior.
6. Falta de distintibilidade: línguas diferentes devem ter meios diferentes de expressão. (Op. cit. :214)

O *purismo do idioma* "consist of discourse that refers to correction processes which are supposed to 'purify' or 'authenticate' language" (id.). Essa correção pode englobar diferentes problemas, dependendo da comunidade lingüística analisada. Portanto, para algumas comunidades, o processo de correção implica a eliminação de palavras estrangeiras, para outras, a eliminação de estruturas não vernáculas, ou eliminação de elementos nativos e, para outras, ainda, a eliminação de neologismos.

Os processos de correção podem ser considerados puristas, porque para os falantes o objetivo é sempre buscar a "perfeição" no uso de uma determinada língua, em determinada situação de comunicação, seja do ponto de vista do discurso, seja do da língua. Nesses casos, os

falantes podem proceder de diversos modos, por exemplo: a. o próprio falante pode corrigir-se sem falar explicitamente sobre a correção efetuada; b. a correção pode ocorrer a partir do interlocutor, que recomenda a troca de uma expressão por outra, mais adequada a determinado contexto lingüístico, ou situacional. O motivo da correção pode ser ou não explicada. Também, pode ocorrer uma correção purista indireta, quando, por exemplo, não se explicitam as razões da repugnância por elementos não-vernáculos, mas a exemplificação do incorreto é totalmente baseada nesse tipo de expressão.

O purismo do idioma é um fenômeno metalingüístico que veicula avaliações positivas ou negativas sobre os usos lingüísticos em questão. Tais avaliações são enunciadas sob os rótulos: correto/incorreto; estrangeirismos/neologismo; vernáculo/não vernáculo (puro/impuro). NEUSTUPNÝ (1989:219) questiona a relação existente entre correção do discurso e o purismo, metalingüístico, do idioma. Ao que responde apresentantando as seguintes sugestões:

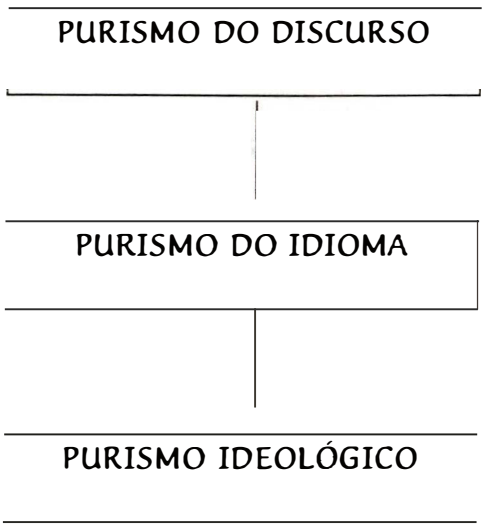
1. Ajustes puristicos podem desempenhar importante papel no discurso, sem repercutir no idioma.
2. Alguns ajustes podem ser enfatizados no idioma, sem repercutir no processo de correção.

3. Fatores como os da impureza histórica ou da dependência estrangeira podem começar nos componentes ideológico ou idiomático e gradualmente se transferir para o discurso.

Segundo o autor, tais fatores indicam que é necessário distinguir o que ocorre no discurso — purismo do discurso — e o que as pessoas falam sobre ele — purismo do idioma — pois, embora haja entre ambos pontos coincidentes, há importantes distinções, porque as relações entre eles originam diferentes tipos de purismo.

Sobre a contraparte ideológica do purismo, *o purismo ideológico* NEUSTUPNÝ (op.cit.) esclarece que ela pode ser consciente ou inconsciente. *Consciente* quando de natureza política, econômica (defesa de comércio) ou cultural, reveladas e assumidas pelos falantes, e *inconsciente* quando essas características são veladas e os falantes pensam estar lutando apenas pela preservação da língua. O conhecimento da natureza ideológica do purismo exige que seja corretamente avaliado, em cada língua em que ele se manifesta. Entretanto, sabe-se que, até então, o julgamento do purismo sempre foi negativo e pejorativo, sem haver considerações sobre o seu papel ideológico.

A teoria proposta por NEUSTUPNÝ (op. cit.) para análise do purismo, então, pode ser demonstrada no seguinte quadro:



Esa proposta teórica apresenta certos inconvenientes, por tratar um fenômeno língüístico que se manifesta por uma atitude una e indivisível como se fossem de três tipos diferentes, embora inter-relacionados. Além disso, para NEUSTUPNÝ essas três atitudes podem ser analisadas separadamente, o que entendemos impossível. Em primeiro lugar, porque o purismo é uma atitude de preservação de norma e não apenas de correção; em segundo, porque a língua é por natureza ideológica; em terceiro, porque o purismo é um fato decorrente do uso da língua, quer em interação face a face ou não, o

que significa que mesmo as auto-correções, difíceis de serem detectadas, se não houver marcas lingüísticas que as indiquem, são potencialmente interativas, já que realizadas a partir da pressuposição de um receptor também potencial[9]; e, finalmente, porque a metalinguagem e sempre ideológica e discursiva. Desse modo, entendemos que o purismo pode ser analisado a partir de critérios extraídos de sua própria manifestação.

Assim, sob o ponto de vista da realização, poderíamos pensar em uma classificação: o purismo discursivo metalingüístico e o purismo discursivo, *strito sensu*.

Fundamentalmente, então, partimos para a análise do purismo, tomando como fonte de pesquisa a metalinguagem. O purismo que não desencadeia metalinguagem e se realiza por meio de escolhas lexicais e sintáticas do falante, isto é, o purismo discursivo *stricto sensu*, gera uma análise subjetiva, e por isso recorremos a ele apenas de modo complementar.

[9] O autor afirma, textualmente: "Discourse correction can be effected without speaking about it at all. Speakears can correct without communicating about such adjustments to anyone." E mais adiante: "Finally, a puristic correction can also be commented upon in a indirect way. The situation and the context, rather than an implicit formulation, become communicative in this case." (Op. cit. :218-19)

Para análise do purismo metalingüístico, que revela sempre a posição ideológica do falante/escritor no contexto de uma língua histórica, podemos pensar em três *critérios básicos*:

1. o *histórico ortodoxo* pelo qual se analisa a presença da diacronia na sincronia. Em relação ao português do Brasil, a diacronia seria o passado literário português, desde a fase antiga da língua até o Romantismo, na fase moderna. Por esse critério, vê-se que a ideologia aparente é a de que somente no passado reside a cultura e a pureza da língua.

2. o *nacionalista* pelo qual se pode revelar a valorização da sincronia, a língua em uso, a cultura em formação. A ideologia aparente é da rejeição de um passado cultural que não está diretamente relacionado à sociedade.

3. o *histórico heterodoxo* pelo qual se considera a presença de diacronia na sincronia e também o aproveitamento da sincronia. A diacronia é usada como forma de poder para a realização da violência simbólica pela linguagem, já que quem conhece a norma culta detém uma espécie de poder, e a demonstração disso pode agredir quem não a conhece. Portanto, mesmo nas altas camadas da

sociedade, ficam estigmatizados os que ignoram a tradição da língua, diante dos que a conhecem.

Do exposto acima, conclui-se que o purismo é um fenômeno complexo, que não pode ser entendido de modo simplista apenas como correção gramatical, sendo sempre indesejável e pejorativo. A atitude purista tem sua conformação a partir de objetivos que extrapolam o âmbito da língua, mas que estão nela amalgamados. Pela metalinguagem purista, então, é possível recuperar posições ideológicas dos falantes diante de certos fatos que implicam a defesa e preservação da história e da cultura do homem, pela língua que usa. Em suma, o comportamento purista revela a postura ideológica, em vigor em cada época, adotada diante da língua.

4 *Periodização dos estudos da língua portuguesa do Brasil - séc. XX*

O fato de o purismo ser fenômeno lingüístico decorrente da variação de normas impõe que seu estudo seja feito a partir da demarcação das normas em vigor em cada é oca, sempre sob ponto de vista sincrônico. Deste modo, para o português do Brasil, durante o século XX, podemos identificar fatos marcantes que implicaram mudanças de atitud perante a língua, para assinalar o começo e fim de um período.

O século XIX, marcado pelas teorias naturalistas, levou à compreensão da língua como um organismo vivo que nascia, evoluia (desenvolvimento, corrupção e transformação) e morria. Essa concepção levou estudiosos da língua a atitudes contraditórias em relação às mudanças lingüísticas. Primeiro, ao reconhecimento das transformações por que passam as línguas, já que, segundo a teoria ora em vigor, seria natural, às línguas, a evolução. Depois, o temor da conseqüência natural da evolução: a morte. Por isso, adotaram-se atitudes radicais de "preservação da época de ouro" do desenvolvimento da língua portuguesa: o clacissismo. O que se revelou

na defesa exagerada da norma escrita literária, a única reconhecida como "boa", "pura" e "perfeita" e, que, portanto, não deveria ser contaminada pela língua vulgar falada pelo povo, ignorante das regras gramaticas e do léxico. A língua "estiolada do vulgo" encaminhava-se para a morte, o que deveria ser evitado a todo custo.

Foi em reação ao naturalismo, que dominava todas as ciências, no século XIX, que surgiram as teorias de base social amplamente aceitas e expandidas no século XX. Essa nova concepção foi primeiramente elaborada por A. Comte, em 1838, que criou o termo sociologia, para denominar a "ciência de observação dos fenômenos sociais". (Cf. ABBAGNANO, 1982: 881).

Em decorrência dessas idéias, em finais do século XX, 1875, na obra *La Vie du Langage,* WHITNEY já afirmava ser a língua uma instituição social. Tal tese, incorporada por SAUSSURE nos seus cursos, mudou completamente a concepção de língua, confirmando a afirmação de Whitney e criando a teoria do signo.

O desdobramento da teoria saussuriana permitiu, já nos anos 60, que o estudo da língua fosse feito, predominantemente, a partir do relacionamento língua/sociedade, considerando-se as variações por que passa a sociedade, e as repercussões desses fatos sociais sobre a língua,

especialmente a oral. Surgiu, assim, a Sociolingüística. A tendência dessa ciência foi empreender o estudo da língua oral, o que fez derrubar o excessivo cuidado com a correção lingüística, baseada na norma escrita literária. Colocam-se as noções de erro e acerto sob cerrada avaliação crítica, atitude tomada nas faculdades de Letras, no Brasil, e logo levadas às escolas de 1º e 2º graus, o que provocou algumas mudanças no ensino: o ensino da norma gramatical prescritiva perdeu a primazia e passou a ser feito ao lado dos estudos e interpretações de texto. O problema específico da variação lingüística continuou, todavia, sem tratamento adequado.

Percebe-se, então, que o rumo tomado pelos estudos lingüísticos, ao longo do tempo, segue acontecimentos que transcendem os fatos lingüísticos. A propósito desse assunto, registra PIMENTEL PINTO (1988: 9):

> "A direção dos estudos, em cada época, com suas múltiplas implicações, como a supervalorização ou desvalorização dos preceitos gramaticais; o interesse ou desinteresse pelos fatos da oralidade; o caráter teórico ou pragmático dos trabalhos lingüísticos empreendidos; a idealização ou a racionalização na concepção do texto escrito — têm decisiva influência sobre os vários aspectos da língua literária da época em questão."

Os acontecimentos que imprimem direções novas aos estudos lingüísticos podem ser tomados como marcos para a periodização dos

estudos relativos a determinada língua. Conforme PIMENTEL PINTO (op. cit.: 9-11), para o português do Brasil do século XX, podem ser contados "três momentos didaticamente destacáveis":

1. *O primeiro (1920-45)* corresponde ao momento de adesão à ruptura, consciente ou não, aos padrões tradicionais da língua literária luso-brasileira, pela valorização da oralidade.[10]
2. *O segundo (1945-1960)* corresponde ao retorno à ortodoxia gramatical, sem constituir, no entanto, volta ao antigo apego aos preceitos gramaticais lusitanos.
3. *O terceiro (1960 em diante)* corresponde ao retorno à valorização da oralidade, não mais com o objetivo de romper padrões vigentes, mas para, por meio de pesquisa, cercar as suas características.

Como o objetivo da autora supra-citada é o de caracterizar os momentos da língua literária do Brasil, no século XX, os primeiros anos do século puderam ser descartados, por estarem mais identificados com as características do século passado. Outro é, entretanto, o nosso objetivo e, em decorrência dele, é-nos imprescindível partir daqueles anos desprezados para a periodização vista acima, pois simbolizam uma certa atitude purista, como perfeição lingüística, segundo parâmetros portugueses.

Reformulando, minimamente, o quadro fixado por PIMENTEL PINTO (op. cit.), partiremos, para o estudo do purismo no português do

[10] A autora citada não considera os primeiros anos do século vinte por entender que estes têm mais características do século XIX do que do atual.

Brasil, tomando como marcos divisórios das diferentes reações puristas, ocorridas ao longo do tempo, fatos que levaram estudiosos, escritores, pesquisadores, filólogos, gramáticos e lingüistas a produzirem discurso metalingüístico. Serão, portanto, estes os momentos estudados:

1º *A exarcebação purista lusitanizante*: (1900-1920) a. polêmica lingüística entre Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro.

2º *A implantação da norma lingüística brasileira*: fluxo e refluxo (1920-1930):

a. Monteiro Lobato e o conflito de posições: lusismo e antilusismo;

b. Mário de Andrade e a tentativa de instituir uma norma genuinamente brasileira.

3º *A busca de equilíbrio*: fixação da norma brasileira — a crônica (1930-1960).

4º *A aproximação fala/escrita*: (1960 em diante) Alguns preceitos da Sociolingüística e sua repercussão no uso da língua.

Para o estudo de cada período delimitado acima, tomaremos o discurso metalingüístico produzido pelos autores citados.

5 *A língua e o contexto sociocultural do Brasil*

Como a nossa investigação sobre o purismo lingüístico exige a recorrência a documentos em que está registrado o percurso da língua ao longo do tempo, nosso trabalho é, em certa medida, historiográfico. Empreendemos esta pesquisa, então, entendendo ser próprio à historiografia investigar não somente a história da evolução léxico-gramatical de uma língua (história interna), mas também a relação dessa mudança com o contexto sociocultural, a política das atitudes relativas à linguagem e, enfim, a filosofia da linguagem de cada época (história externa). SWIGGERS (1992) afirma que a combinação dessas duas perspectivas (história interna e externa) possibilita melhores resultados para o trabalho do historiador[11].

Também para confirmar o enquadramento teórico do trabalho na linha da historiografia, apresentamos as suas principais tarefas, com as quais a nossa pesquisa está em consonância. Segundo SWIGGERS

[11] "(...)the history of linguistics includes not only the history of grammatical and lexicographic practice and the theory, but also the history of policies and attitudes toward language, as well as philosophy of language, logical semantics, and language-related religious thought. Two main approaches can be distinguished, while allowing for a variety of expository models and corresponding metalanguages. One focuses on the 'internal' history of linguistics thinking, favoring study of evolution of linguistics views and descriptions; the other is oriented toward the 'external' history of linguistics thought, resulting in a study of the socio-cultural context in which linguistics ideas have developed. A combination of both orientations seems to offer the most fruitful perspectives." (op. cit.:140)

(1990), o trabalho de historiografia lingüística corresponde, essencialmente, a uma análise que envolve:

> 1. "a number of themes, motives — or better, problems;
> 2. 'actantes', who have to solve a number of problems, and who may cooperating or rivalizing;
> 3. a cronology of events, marked by activites of actantes, as welll as a metachronology, which involves the relation of the actantes with the respect to the past as they perceive it;
> 4. an observer, who reconstructs (in a selective way) this chronology and metachronology."

Para a realização do estudo do purismo em relação à língua portuguesa do Brasil, é preciso, então, considerarmos certos fatores históricos qu , direta ou indiretamente, condicionaram esse tipo de atitude frente à língua.

Em primeiro lugar, não podemos nos esquecer, por exemplo, que embora "descoberto" o Brasil no século XVI, o português só passou a existir como língua da nação brasileira a partir da segunda metade do século XVIII, quando Pombal expulsou os jesuítas, eliminando, assim, os últimos focos de ensino do tupi, praticado como língua geral de comunicação entre índios e portugueses, e definindo o lugar da língua européia também como língua popular. Por isso, CAMPOS (1933) disse

que "o destino feliz da língua portuguesa na América foi obra de Pombal"[12].

AZEVEDO (1971:325) escreve que no século XVIII o tupi já não tinha a força que teve nos dois primeiros séculos da colonização, e que o português falado pelos colonizadores já apresentava características diferenciadoras do europeu na prosódia, no vocabulário e na sintaxe, em decorrência do contato tanto com o indígena, quanto com o africano.

Também HOLANDA (1995:122-33) pesquisou o tema e afirmou que até o final do século XVII a língua geral era usada pelas famílias paulistanas. Para comprovar a asserção, primeiramente formulada por Teodoro Sampaio — e muito combatida — parte da análise de documentos em que se encontram afirmativas que a validam. São testemunhos deixados pelo Pe. Antônio Vieira[13], na exposição do governador Antônio de Sá Meneses, em 1725, em que solicitava que o rei enviasse ao Brasil vigários conhecedores da língua indígena[14]. Há também o relatório do governador Antônio Pais de Sande, escrito por

[12] Cf. AZEVEDO (op. cit.). A citação cumpre apenas o papel de informar que o português sobrepujou a língua-geral. O "feliz" usado pelo autor deve ser posto de lado por dois motivos: porque em ciência não cabem adjetivos como esse e também porque, subrepticiamente, aprova a política genocida desenvolvida pelos colonizadores. O que importa é o fato de ter o português, por decisão política, sido firmado, no Brasil, como língua nacional.

[13] "(...) e a língua que nas ditas famílias se fala he a dos indios, e a portuguesa vão os meninos aprender na escola." (op. cit.:133)

[14] "(...) a maior parte daquela Gente não se explica em outro ydioma (...)" (id.)

volta de 1692[15] e, ainda, uma referência feita, um século depois, por D. Félix Azara, a propósito da situação de bilingüismo do Paraguai[16]. Outro dado existente é o fato de, em 1636, o juiz de órfãos ter solicitado um intérprete para entender a expressão de Luzia Esteves, filha de Brás Esteves Leme, porque ela não sabia "falar bem a língua portuguesa". Há, ainda, uma carta na qual o bispo de Pernambuco afirma que Domingos Jorge Velho precisou levar intérprete para se entender com ele porque o bandeirante "nem falar sabe".

Além desses testemunhos, HOLANDA (op. cit.:125) refere-se ao fato de os apelidos das pessoas serem registrados em tupi, para comprovar a tese do predomínio da língua geral sobre o português no séc. XVII. Portanto, poder-se-ia considerar verdadeira a afirmação de que "entre os paulistas do século XVII fosse corrente o uso da língua-geral, mais corrente do que o próprio português", e completa o autor:

> "Nada impede, com efeito, que esses testemunhos aludissem sobretudo às camadas mais humildes (e naturalmente mais numerosas) do povo, onde a excessiva mistura e a convivência de índios quase impunham o manejo constante de seu idioma." (id.)

[15] "(...) os filhos primeiro sabem a lingua do gentio do que a materna." (id.)
[16] "Lo mismo ha succedido exatamente en la imensa provincia de San Pablo, donde los portugueses, habiendo olvidade su idioma, no hablan sino el guarani." (op. cit.:125)

Sobre a incorporação do português como língua nacional corrente, HOLANDA (op. cit.:129) afirma que apenas ocorreu durante a primeira metade do século XVIII.

Nesse século, apesar de no grande movimento revolucionário que foi a Inconfidência Mineira "unirem-se, pela primeira vez no Brasil a política e as letras, atraídas pela idéia de emancipação nacional", os poetas que se sobressaíram eram conservadores quanto à língua. Entre esses, podem-se citar Cláudio Manuel da Costa, Inácio José Alvarenga Peixoto, Manuel Inácio Silva Alvarenga e Tomás Antônio Gonzaga. Embora fossem considerados poetas conservadores, havia notas de americanismos em suas poesias[17]. A predominância do conservadorismo se explica, no dizer de AZEVEDO (op. cit.:328), porque "as mudanças de idéias precedem, e as mudanças de forma seguem uma metamorfose social."

A mudança na sociedade brasileira aconteceu com a vinda da família real, em 1808, para o Rio de Janeiro. Segundo NOVAIS (1995), "a timidez das reformas sociais em Portugal tornavam-no vulnerável à onda revolucionária; e a isso se somava a indispensável proteção inglesa que de um lado colocava em xeque o esforço de autonomização

[17] Somente nas "Cartas Chilenas", de autoria atribuída ora a Cláudio Manuel da Costa, ora a Tomás Antônio Gonzaga, há "um grito de revolta" contra os moldes clássicos. Cf. AZEVEDO (op. cit.).

econômica, e de outro colocava Portugal em posição de hostilidade em face da França, centro de uma revolução já agora na fase expansionista". Esses motivos obrigaram D. João VI a abandonar Portugal e instalar a corte na colônia.

A conseqüência da chegada da corte imperial desencadeou a abertura dos portos e a liberdade comercial, provocou o desenvolvimento urbano e econômico do Rio e de outras cidades litorâneas e impulsionou a vida intelectual do país.

Segundo informa AZEVEDO (o.p. cit.:330), a vida intelectual brasileira no período de D. João VI e no primeiro reinado girou em torno da tribuna, sacra e profana, e do jornalismo. Foi por meio deste, ainda com toda a dificuldade da impressão do jornal na Inglaterra, que se fez a campanha pela abolição da escravatura e pela Independência. E depois desta, com a liberdade de imprensa, a campanha pela abdicação de D. Pedro I.

Com o segundo Império, aparentemente, vieram as transformações no plano lingüístico-literário. O nacionalismo, reação natural provocada pela independência política, foi a cor mais forte do Romantismo que teve como desdobramento temático o indianismo e o regionalismo, na

descrição da vida sertaneja, nos conflitos raciais com o negro e a vida urbana.

O Brasil, porém, não viu consolidada, até o primeiro quartel do século XX, nenhuma mudança relativa aos temas abordados durante o Romantismo. O índio foi exaltado, mas dizimado, o negro sempre estigmatizado e a língua continuava lusitanizada, embora já enriquecida por expressões resultantes do encontro do português com as línguas africanas e indígenas, mas rejeitadas na fala culta e na escrita.

Isso se explica porque, como acentua SODRÉ (1976:207), o Romantismo não foi um movimento popular, mas forjado, transplantado:

> "Aquela superficialidade, a tendência à imitação, a ausência de um pensamento original, denunciavam os fundamentos da transplantação, e denunciavam ainda o formidável esforço para enganar a verdade profunda com a verdade superficial, travestindo, na prosa e no verso, as manifestações com o espírito patriótico, com a tendência à diferenciação do idioma, com a exaltação do pitoresco, com a infatigável busca do quotidiano, do comum."

Nessa época, o Brasil continuou a importar cultura, sendo que o modelo a ser imitado deixou de ser Portugal e passou a ser a França. Por isso, também, a tentativa de estabelecimento de diferenciação

lingüística de José de Alencar pelo nacionalismo não frutificou. A diferença lingüística do português do Brasil em relação ao de Portugal era um fato vivido e observado, mas não admitido pela elite aristocrática que detinha o poder, e ainda insistia em viver de acordo com os padrões europeus.

SODRÉ (op. cit.:207) afirma que esse culto aos padrões externos tem razão no fato de terem os "senhores territoriais" empresado a Independência. E essa classe, acrescenta o autor, dependia economicamente dos fatores externos, porque vivia das exportações de gênero alimentício e matéria prima. Isso comprova porque nem social, nem lingüisticamente havia a intenção da ruptura.

A propósito disso, AZEVEDO (1971:334) comenta um dos paradoxos que a atitude de José de Alencar representou para o português do Brasil, frente à sociedade e, conseqüentemente, à língua. Afirma, então, que "José de Alencar é um renovador que acolhe e faz circular pela prosa artística o vocabulário, as expressões e os torneios especiais, resultantes das transformações do idioma falado no Brasil" e, para explicar o motivo dessa atitude do escritor, diz que "*não tendo o culto da elite, não fez esforço para ceder à tendência popular*". Talvez por isso, e por constituir um ato isolado, mesmo sendo produto de comportamento coletivo, a atitude de José de Alencar não interessou à

aristocracia, que então ocupava o lugar das letras no país. Alencar não teve seguidores, e o português do Brasil continuou em marcha lusitanizante até o Modernismo.

No Brasil, outro problema em relação à linguagem diz respeito à guerra que os puristas ortodoxos empreenderam contra os galicismos. Durante o segundo Império vigorava a atitude nacionalista, representando a afirmação dos valores brasileiros diante de Portugal. Isso deveria valer, se o movimento fosse verdadeiro, também para a língua, e poderia ser traduzido na luta contra o domínio que o português europeu exercia sobre o brasileiro. Mas não somente isso não aconteceu (e, portanto, Alencar ficou sozinho na luta pela diferenciação lingüística) como os brasileiros incorporaram tanto o português europeu — em detrimento do brasileiro — quanto a luta política de Portugal contra o domínio Francês, que insistia em acontecer também na língua. Por isso, a aversão "à francesia" lingüística era tão violenta, mas, contraditoriamente, os costumes franceses chegavam pela literatura, ou por outro meio, e eram copiados, sem restrição.

Alguns outros fatores contribuíram decisivamente para a situação lingüística brasileira permanecer lusitanizante. Um deles foi a formação dos literatos e parlamentares que detinham o poder da palavra, na

época. Muitos ainda iam estudar em Coimbra e os que aqui ficavam esforçavam-se por imitar a linguagem do antigo Império, a maioria adquiria educação erudita pronta a ser mostrada na tribuna ou no jornal. Assim, outro fator foi a importância do discurso parlamentar na tribuna. (Op. cit.)

Segundo AZEVEDO (1971:340), os brasileiros, influenciados pela atuação do parlamento inglês e também pelas tendências românticas, transformaram a palavra em um elemento de combate e de domínio político. Foi a época da grandiloqüência dos discursos na tribuna, quando se sobressaíram, por exemplo, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. Por isso, diz o autor que o parlamento "(...) se tornou no Império a forja das nossas letras".

A importância dos discursos parlamentares no Brasil do final do século tem explicação social. Em primeiro lugar, a tribuna foi usada, estrategicamente, pela aristocracia desejosa de ocupar o poder público, para preencher a lacuna do poder econômico que já começava a lhe escapar com o fortalecimento gradual da classe média, a burguesia que se formava.

Como diz SODRÉ (op. cit.:341-42), a aristocracia brasileira, ao contrário do que aconteceu em outros países do mundo, não

encontrou oposição da burguesia que começou a se formar depois da abolição da escravatura e do desenvolvimento de técnicas de transportes, comunicações e expansão do comércio. Os burgueses em ascensão tenderam a imitar os padrões aristocratas e seguir a norma destes "em tudo e por tudo, seja na orientação política, seja na atividade econômica, seja no simples gosto ou nas preferências isoladas. Não há, assim, nessa fase, conflito entre as classes." Em relação à linguagem, ocorreu o mesmo: imitação da norma lingüística da aristocracia, ou seja, da norma lusitanizante.

Os cursos de Direito, especialmente os de Recife e São Paulo, também tiveram importância para que a aristocracia se mantivesse no poder e a burguesia se aproximasse da aristocracia. O Direito, como a Medicina e a Engenharia, foi usado para que os filhos de famílias de classe média tivessem acesso à camada mais alta da sociedade, assim como serviu para que os filhos dos aristocratas ingressassem no parlamento. Era comum, por parte dos estudantes dos cursos de Direito, a ocupação da tribuna, onde realizavam, muitas vezes, discursos vazios e "de retórica palavrosa e inútil".

A tribuna teve grande importância histórica, pois foi de onde se fizeram muitas campanhas, inclusive a da proclamação da República, e

de onde se defendiam as posições políticas que podiam passar a vigorar no país.

A eloqüência empregada na tribuna, com o fim de persuadir e impressionar, foi transferida para a língua escrita literária e emprestou-lhe um caráter artificial e empolado. Essa situação, no entanto, começou a decair no fim do século, com o conhecimento de novas idéias que encerravam o Romantismo e traziam a perspectiva Realista. Cansados da "retórica palavrosa", e mais afeitos às tendências científicas que se afiguravam em outras partes do mundo, o quadro filosófico brasileiro, até então dominado apenas pelo nacionalismo, começou a se ampliar, tomando lugar teorias como o Positivismo e o Determinismo, baseadas nas teorias de August Comte, de Spencer e de Taine, entre outros.

Esse contexto é fértil para o surgimento de polêmicas acerca dos mais diversos assuntos[18]. O uso da língua portuguesa, por exemplo, foi tema de muitas discussões encetadas pela diferença lingüística existente entre as variantes americana e européia ou pelo uso de galicismos. As mais famosas foram a que envolveu José de Alencar e vários

[18] COUTINHO (1968:144) anota que o ano de 1870 "é uma encruzilhada" de tendências: nacionalismo e as novas preocupações científicas, positivismo, materialismo, evolucionismo. Essa situação propiciou ambiente para polêmicas entre conservadores e inovadores, especialmente a respeito da situação da língua portuguesa do Brasil. Houve embates entre nacionalistas e lusófilos, por exemplo, entre Carlos de Laet, nacionalista e, portanto, antilusista, contra Camilo Castelo Branco, e a polêmica Alencar-Nabuco, este ocidentalista e aquele, brasilista.

"adversários", filólogos ou não, que o acusavam de "estiolar" o vernáculo português; além da que envolveu Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro, a propósito da redação do Projeto do Código Civil, em 1902.

A vida literária brasileira do final do século XIX ficou marcada por três acontecimentos: "o dissídio entre as letras e a política, a reação contra o Romantismo e a criação da Academia Brasileira de Letras[19]" (AZEVEDO, 1971:344). Esses fatos foram lentamente concorrendo para quebrar um pouco a "dureza" do português escrito praticado no Brasil, ainda muito lusitanizante, em completo desacordo com a realidade lingüística brasileira.

Nesse período, as letras brasileiras vêem surgir escritores do quilate de Machado de Assis, Euclides da Cunha e Lima Barreto. Segundo descrição de AZEVEDO (id.:352), Machado tinha cultura universalista, um clássico, o símbolo maior da literatura brasileira, pelo equilíbrio e perícia no uso da palavra e exploração da psicologia humana. Euclides da Cunha era um nacionalista, cuja obra apresenta "uma cor localista", na exploração e descrição do sertão brasileiro. E Lima Barreto tinha

[19] Criada em 1896, segundo modelo da Academia Francesa, no Rio de Janeiro. A Academia Brasileira, porém, sempre foi acusada de abrigar "diplomatas em repouso, oradores fatigados e homens de Estado", afastando-se, portanto, daquele que deveria ser seu objetivo primeiro: a defesa dos interesses da língua e literatura nacionais.

notável sensibilidade, escreveu romances urbanos e suburbanos, denunciando desigualdades sociais, com humor fino[20].

Lima Barreto foi pioneiro na denúncia da artificialidade social e lingüística que vigorava na literatura do Brasil, quando, já na República, ainda se mantinham, em fins da primeira década do século XX. Lima Barreto afirmava que as características lingüísticas da época Imperial ainda vigoravam na literatura brasileira, pois os escritores insistiam em usar a "genuína" norma portuguesa, quando, também, a situação lingüística brasileira já, de há muito, não coincidia com a portuguesa. Ao comentar a literatura de Lima Barreto, BOSI (1985:307) diz:

> "Para esse mestiço humilhado e ofendido, a sociedade brasileira sob a Primeira República aparece como simulacro de democracia, um regime de desequilíbrios de raça e de classe, uma fachada de gesso floreal, um discurso parnasiano requentado, um macaquear da 'belle époque' internacional".

Não se pode dizer que as reclamações de Lima Barreto foram vãs, mas não surtiram resultado imediato. Somente depois do Modernismo a

[20] " Nas letras, os dois rumos foram paralelos. Machado de Assis e Euclides da Cunha encarnam as suas expressões extremas. Um cristalizou a universalidade do pensamento. O outro fixou o colorido localista, as inspirações da terra, o feitio particular da nacionalidade. Machado foi uma voz macia, um produto de cultura requintada: extraiu de nosso espírito o que ele tem de universal, Euclides procurou os sertões, galgou e transpôs a cordilheira que separava o Brasil em domínios estanques, fechados e impermeáveis, viu o 'reverso da medalha', dilatou horizontes do nacionalismo intelectual, impregnando a nossa cultura de um gosto mais forte da terra." (Cf. AZEVEDO, 1971:353)

norma lingüística brasileira passa a ser valorizada literariamente, como ele havia vislumbrado[21].

O começo do século XX foi marcado pela explosão da Primeira Guerra Mundial e com ela a decadência da ordem social e política vigente, uma época de mudanças no plano sociopolítico. Além disso, o Brasil somente começa a sentir a repercussão da industrialização tardiamente, já no século XX, e esse é outro fato que influi nesse processo de transformação de idéias e atitudes no país.

No plano das artes, o clima era também de mudanças preparadas desde o final do século anterior. Saturado o Parnasianismo, vieram o Simbolismo e o Impressionismo na preparação do terreno para o Modernismo. COUTINHO (1976:252) afirma que a fase anterior ao Modernismo é um pouco subestimada na historiografia literária, mas "na verdade foi durante ela que germinaram as sementes do movimento estourado em 1922", cuja bandeira era a afirmação da brasilidade, o nacionalismo. Para atingi-lo era necessária uma ruptura

[21] Outro autor que fez um trabalho de denúncia satírica da situação social e lingüística que vigorava no Brasil, em São Paulo, foi Hilário Tácito (José Maria Toledo Malta), no livro *Madame Pommery*. BOSI (op. cit.:311) diz que a sátira de Hilário Tácito "escolhe, nas filigranas da sintaxe e do vocabulário, as formas de uma paródia cujo ponto de referência é o purismo que então dominava o trabalho da elocução". Não obstante isso, preferimos tomar o trabalho de Lima Barreto como símbolo dessa denúncia, porque ele constitui, hoje, o marco desse tipo de atitude, e o nosso objetivo é partir de obras que "fizeram história" em relação às diferentes fases por que passa a língua portuguesa no Brasil. O próprio BOSI (id.) afirma sobre Madame Pommery: "o livro está por estudar (...)". Recentemente, no entanto, BRAIT (1996) estudou o livro em *Ironia em Perspectiva Polifônica*, onde, também arrola, na bibliografia específica, obras que tratam do livro de Hilário Tácito.

com os padrões artísticos e lingüísticos em vigor, um rompimento com tudo o que representasse o passado colonial, a repetição de Portugal. Importava "criar o Brasil dentro do Brasil"[22].

Para a historiografia portuguesa, esses fatos são importantes porque trazem uma mudança de atitude definitiva em relação à linguagem brasileira. O Modernismo, disse BOSI (op.cit.:312), teve como objetivo a renovação da linguagem e "pretendeu ser a abolição da República Velha das Letras". Para alcançar esses objetivos radicalizou, causou polêmica e escandalizou os conservadores, mas conseguiu chamar atenção para o problema lingüístico do Brasil e, podemos dizer, logrou resultados positivos por ter repudiado a literatura "palavrosa" e estimulado a literatura de linguagem simples, mais próxima da realidade lingüística nacional. Nas obras modernistas, anota BOSI (id.), "estilizou-se a indefinição de caráter nacional. Nelas parodiaram-se os resíduos de vernaculismo que persistiam na república brasileira de letras", e foi desse modo que os modernistas firmaram seus ideais. Em termos de conteúdo, o Modernismo assimilou a temática da industrialização e da técnica, então em expansão no Brasil.

Passados os primeiros anos da explosão do Modernismo, de 1930 em diante, o ambiente literário já havia aplacado seu furor revolucionário.

[22] Conforme expressão de Gilberto Amado, repetida por COUTINHO (op.cit).

Começava a vigorar a ordem, os excessos foram postos de lado. Na análise de BOSI (op. cit.:318), "de trinta até o segundo pós-guerra, a prosa do resto do Brasil falou pela boca do realismo crítico, social ou psicológico, já não modernista, mas moderno." Em termos de norma lingüística, o moderno foi a depuração dos excessos, tanto da linguagem revolucionária, quanto dos resíduos lusófilos, e a adoção do padrão brasileiro na língua literária. Assim, o período que se estende de 1930 a 1960 é de acomodação lingüística e, portanto, de algum modo, de retorno a certos padrões ortodoxos.

A situação lingüística somente toma novo impulso a partir de 1960, quando há um segundo surto de industrialização, urbanização e ampliação dos meios de comunicação de massa. A televisão, surgida no Brasil na década de 50, começa a chegar ao interior do Brasil, divulgando novos meios de pensar, agir e falar. Prepara-se uma revolução silenciosa que atuará nos costumes e na linguagem.

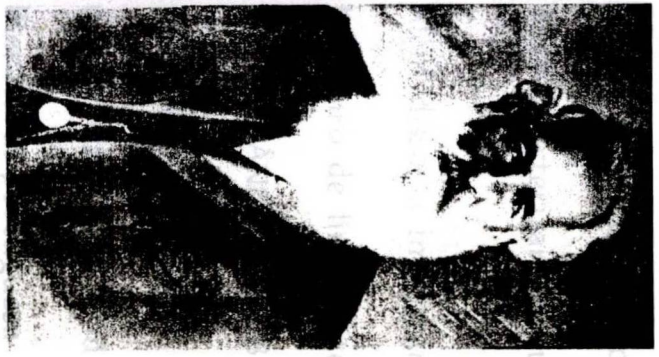
O golpe militar de 1964 foi um fator que impediu o desenvolvimento rápido dessa "revolução silenciosa", pois durante vinte anos vigorou no Brasil a censura aos meios de comunicação. Mesmo assim, a TV e o rádio são eficientes divulgadores de um registro lingüístico cada vez mais imitado pelo povo.

Nos planos educacional e político, um fato de grande repercussão lingüística foi a decretação da Lei de Diretrizes e Bases, nº 5692, de 1971, que democratizou o acesso do povo à escola. A Lei trouxe o lado positivo da liberação do acesso à escola, antes freqüentada apenas pela elite, e o negativo da vulgarização do ensino. A conseqüência desse fato é social e burocrática: a existência de grande número de "portadores de diploma" sem o correspondente preparo intelectual.

Na década de 80, depois da queda do regime militar e da abertura político-social, o Brasil tomou novo impulso. Os meios de comunicação de modo geral, principalmente a TV, o mais atraente deles, têm papel preponderante na divulgação de novos costumes, já que passa a abordar, sem peias, todos os assuntos.

Os meios de comunicação concorrem para encurtar distâncias e destruir fronteiras. 90 é a década da globalização. A repercussão lingüística disso é a neutralização de preconceitos em relação a normas geográfico-sociais e a solidificação de uma linguagem comum.

Não obstante todos esses fatores que favorecem a rápida mutação da norma lingüística, há, sempre, forças que atuam na direção contrária, no sentido da conservação da norma. É a força da tradição, da historicidade do homem.



II CAPÍTULO

O purismo histórico ortodoxo e a norma lusitanizante no Brasil

1 *José de Alencar*

José de Alencar representa um marco na literatura brasileira. Destacou-se, também, por divulgar, nos seus escritos, os costumes da vida brasileira, deixando de lado as referências aos clássicos gregos, vezo tão em voga em seu tempo. Sofreu com as críticas à linguagem que usou para caracterizar a natureza e o homem do Brasil.

Além disso, a importância de Alencar para a delimitação do padrão brasileiro de língua literária é incontestável. Isso é notório, pois até mesmo CÂNDIDO (1981:28) que chega a usar a expressão "literatura comum", ao referir-se às literaturas brasileira e portuguesa — e que não utiliza o critério ideológico/nacionalista como divisor de águas das lite aturas portuguesa e brasileira — reconhece:

> "a nossa literatura é ramo da portuguesa; pode-se considerá-la independente desde Gregório de Matos ou só após Gonçalves Dias e José de Alencar, segundo a perspectiva adotada."

Sobre a obra de Alencar muito se escreveu, tanto no que se refere a seu estilo quanto a sua linguagem. Em PIMENTEL PINTO (s.d. : 55-79), por exemplo, encontramos análise da expressão desse autor, seja no referente a temas gramaticais, seja sobre o uso de neologismos e estrangeirismos por ele abordados e utilizados. Sobre o assunto, diz a autora:

> "Em síntese, os pontos que abordou, desenvolvendo um esboço de teoria gramatical, foram: uso do artigo definido; colocação dos pronomes átonos; uso dos pronomes reflexivos; uso de preposições." (id. : 66)
>
> "Assim, partindo como sempre de usos seus, visto que se considera um legítimo representante da variante brasileira da língua portuguesa, e portanto credenciado a teorizar sobre ela, Alencar se empenha em estabelecer regras de uma nova gramática, baseada, de maneira mediata, no uso popular e de maneira imediata no uso literário, pois depurar a 'língua inculta' do povo era, a seu ver, função do escritor.
>
> Sua teoria, a tal respeito, consolidada nos vários textos em que tratou do assunto, firma-se nas seguintes idéias:
>
> 1º - 'O gênio pode criar uma língua, uma arte, mas não fazê-la retroceder.' - 'Proscrito' de *Diva*.
>
> 2º - 'A gramática sai da infância do povo rude e ignorante e são os escritores que a vão corrigindo e limando.'- 'Pós-escrito' de *Iracema*
>
> 3º - O corpo de uma língua, a sua substância material, que se compõe de sons e vozes peculiares, esta só a pode modificar a soberania do povo, que nestes assuntos legisla diretamente pelo uso. Entretanto, mesmo nesta parte física é infalível a influência dos bons escritores, eles

talham e pulem o grosseiro dialeto do vulgo.'- 'Pós-escrito' de *Iracema*."

4º - '(...) Compreendam os críticos a missão dos poetas, escritores e artistas (...) São estes os operários incumbidos de polir o talhe e as feições da individualidade que se vai esboçando no viver do povo. Palavra que inventa a multidão, inovação que adota o uso, caprichos que surgem no espírito do idiota inspirado; tudo isto lança o poeta no seu cadinho, para escoimá-lo das fezes que lhe ficaram do chão onde esteve, e apurar o ouro fino.' - 'Bênção Paterna', In: *Sonhos d'Ouro*.)

5º - 'Se o escritor apenas tem a iniciativa da introdução, alguma coisa é preciso para completar o ato, a qual é o consenso da opinião, sem a qual não se poderá dizer adotada, e ainda menos introduzida uma palavra em qualquer língua'." "Questão Filológica".

Fica, assim, explicitada a necessidade da chancela popular no início e no final do processo de alteração da língua, via-escritor (op. cit. : 71-3).

Sobre os neologismos e estrangeirismos, Alencar precisou pronunciar-se varias vezes, desde o primeiro texto, publicado em 1865, para defender-se dos constantes ataques dos críticos que não os admitiam. Sua posição era favorável à entrada dos "neologismos brasileiros", pois deveria haver palavras referentes à natureza brasileira. Em relação aos estrangeirismos, não os aceita integralmente, chegando mesmo a elaborar regras que orientariam o escritor quando do emprego de um deles. As regras são as seguintes:

[Não se aceitam os estrangeirismos:]

"se o termo constitui idiotismo na língua de origem (como 'tratamento do emprego', por 'estipêndio');

> se na língua de adoção só for admitida uma acepção ('endossar a letra', mas não endossar a casaca'). Fora disso, dispensa-se a consulta aos clássicos para verificar se se pode ou não empregar o termo: basta que seja 'próprio ou elegante'
>
> Uma característica de Alencar que deve ser posta em relevo é a de ele envolver-se emocionalmente em suas defesas, registrando sempre que os usos defendidos são os seus usos, a partir dos quais elabora suas regras[23]. (Op. cit.:62)

O envolvimento de Alencar quanto às defesas de seus usos lingüísticos é tamanho que não lhe permite enxergar as contradições em que caiu, até mesmo em um único texto. Nesse caso, então, não se pode falar de mudança ou evolução das idéias. Por exemplo, na resposta a Pinheiro Chagas, português que o criticou pela "falta de correção na linguagem portuguesa", afirma que a linguagem é uma arte, como a escultura, pintura ou outra, mas sobre ela os escritores "não têm nenhuma ação". É exatamente quando fala disso que Alencar volta a se referir à força que o povo exerce perante a língua e, então, trai aquelas idéias enunciadas no 'Poscrito', em 1865, quando, como já ressaltamos, disse estar a língua em evolução porque o povo que a usa também está.

---

[23] Para exemplificar, transcrevemos o seguinte trecho: "Todavia, se o uso e a lição clássica permitem a opção entre as duas preposições, a perspicuidade, que é uma das excelências do estilo, exige algum discrímen. A preposição *a* por uso que significa o acesso designa com mais propriedade a idéia de aproximação, enquanto *em* melhor exprimirá a relação de ingresso e permanência.
Eu direi, pois, *estar à janela* de uma pessoa que avizinhou-se dela, ou a ocupou de passagem e ligeiramente; *a estar na janela* da que se acha positivamente nela e aí se demora. Da mesma forma, *chegar à casa* é tocar-lhe a soleira: e *chegar em casa*, achar-se dentro."
Basta de gramaticar: deixemos isso para os sábios e tornemos ao nosso tema que é o cancioneiro." (In: PIMENTEL PINTO, 1978:125)

A declaração de Alencar sobre o trabalho do escritor com a língua confirma o que disse COSERIU (1992) sobre a língua literária: "a língua literária é o estilo — ou, melhor, o "registro" (conjunto de estilos) mais elevado da língua exemplar; nas nossas comunidades é também a oficina onde constantemente se experimenta e se elabora a exemplaridade idiomática e, ao mesmo tempo, a concreção por antonomásia da língua exemplar." A influência da língua literária sobre a língua padrão pode-se dar diretamente, por meio dos textos literários, ou indiretamente, por meio da norma prescritiva. Desse modo, não se pode negar que a língua literária tem importância na formação da norma linguística.

Diante de tais peculiaridades, entendemos que o discurso de Alencar deva ser submetido a uma análise que extrapole a superficialidade dos fatos lingüísticos enquanto elementos do sistema da língua, para analisá-los enquanto enunciados, formulados em um determinado contexto temporal e situacional, a fim de tentar elucidar com maior clareza o *não-dito*.

O discurso sobre o qual nos debruçamos para análise é sempre *réplica* metalingüística, pois constitui resposta sobre questões de uso lingüístico, destinadas a um *TU* determinado ou não. É importante

caracterizar o tipo de discurso porque, como diz BAKHTIN (1992: 285):

> "os enunciados e o tipo a que pertencem, ou seja, os gêneros do discurso, são as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua sem ter sido longamente testado e ter passado pelo acabamento do estilo-gênero."

O discurso metalingüístico de Alencar sobre o português do Brasil, e uma voz que se opõe às investidas contra ele feitas por críticos e filólogos. Em verdade, não elaborou discurso apenas para divulgar suas idéias sobre a diversidade lingüística brasileira frente a portuguesa.

Para esclarecer pontos do contexto em que Alencar produziu a metalinguagem, apresentamos a lista de seus opositores, o assunto das polêmicas e a data de cada uma delas:

TEXTO	OPOSITORES	ASSUNTO
1. Poscrito (Diva,1865)	1. Gente retrógrada (críticos)	1. Opinião sobre língua; Neologismos
2. Pós-escrito (Iracema, 1870)	2. Sr. Pinheiro Chagas e Dr. Henrique Leal	2. Evolução da língua; Neologismos; Galicismos
3. Bênção Paterna (1872)	3. Críticos	3. Fases nacionalistas e seu reflexo na literatura
4. Questão Filológica (1873)	4. Dr. A. H. Leal	4. Cacofonias; galicismos; neologismos; problemas de revisão

		de originais;
5. O Nosso Cancioneiro - Cartas I (1874)	5. Filólogos	5. Purismo X expressividade
6. O Nosso Cancioneiro - Cartas II (1874)	6. Filólogos	6. Sintaxe: regência (preposição a x em)
7. O Nosso Cancioneiro - Cartas IV (1874)	7. Filólogos	7. Fonética; Evolução da língua
8. O Nosso Cancioneiro - Cartas V (1874)	8. Crítica	8. Sintaxe; fonética
9. Às Quintas VI (1875)	9. Joaquim Nabuco	9. Galicismos;
10. Às Quintas VII (1875)	10. Joaquim Nabuco	10. Neologismos
11. Beotices	11. Camilo Castelo Branco	11. Expressão nacional

O discurso de Alencar nos mostra que, em última instância, ele não estava mesmo preocupado em defender a maneira brasileira de expressão, mas, e sobretudo, sempre se pronunciava em seu proprio favor e dos usos lingüísticos que individualizou. Além disso, podemos observar que J. de Alencar nem sempre foi fiel a suas premissas sobre a língua. Vejamos: no 'Poscrito' (*Iracema*, 1865) enuncia assim suas idéias:

> " (...) gosta do progresso em tudo, até mes o na língua que fala."
>
> "entende que sendo a língua instrumento do espírito, não pode ficar estacionária quando este se desenvolve."

> " (...) a língua rompe as cadeias que lhe querem impor, e vai se enriquecendo, já de novas palavras, já de outros modos diversos de locução."
>
> "A língua é a nacionalidade do pensamento como a pátria é a nacionalidade do povo. Da mesma forma que instituições justas e racionais revelam um povo grande e livre, uma língua pura, nobre e rica, anuncia a raça inteligente e ilustrada.
>
> Não é obrigando-a a estacionar que hão de manter e polir as qualidades que porventura ornem uma língua qualquer: mas sim fazendo que acompanhe o progresso das idéias e se molde às novas tendências do espírito, sem contudo perverter a sua índole e abastardar-se. (In: PIMENTEL PINTO, 1978:55-60)

Acerca do problema da aceitação do progresso em todas as questões de língua, Alencar contradiz-se quando, no ímpeto de apresentar suas defesas, traz vozes de autores quinhentistas, clássicos e mesmo gramáticos, portugueses e latinos, o que vai totalmente de encontro a sua pregação. Para ilustrar, apresentamos as seguintes passagens:

> "Exale - Hesitei quando a pena escreveu este adjetivo desconhecido na língua portuguesa. Lembrava-me sim das mui judiciosas observações do bom Felinto Elísio a respeito do uso dos adjetivos passivos, que ele tanto preconizou como uma das belezas da língua. Mas os adjetivos passivos de que ele falava vinham do latim em linha reta: e o meu não tinha por si o cunho da mestria romana. Refletindo mudei de pensar e arrisquei-me. Assim como os bons clássicos latinos fizeram de, **proecipitatus, exanimatus, occultatus** podiam muito bem ter feito de **exhalatus, exhalis**. Esqueceram-se: nem era possível que de tudo se lembrassem. Convinha suprir a lacuna, tanto mais quando **exale** é irmão de **extreme, entregue** e outros que não descendem do latim. Em conclusão, o vocábulo aí

> fica registrado. Os que, como eu, têm o vício de esperdiçarem seu tempo e saúde a rabiscar papel, muita vez terão sentido a monotonia das desinências uniformes dos particípios passados dos verbos especialmente da primeira conjugação. Esses, espero, serão indulgentes para o meu adjetivo."
>
> "Antes de tudo, cumpre-me dizer que recolher na significação neutra por mim empregada encontra-se nos bons clássicos e especialmente em J. de Barros — *Clarimundo*. (In: PIMENTEL PINTO, 1978:60)

Nos textos compulsados, vemos defesa de vocábulos tipicamente brasileiros apenas em *O Cancioneiro*, carta V (1874). Nesse texto, o autor fala, entre outros assuntos, sobre a palavra *sinhá*, afirmando estar essa formação acorde com o gênio da Língua Portuguesa, tais como: *jacá, fubá, patiguá, patuá, acaçá, aluá, samburá, xará* etc.

Além dessas, notamos que as expressões tipicamente brasileiras, e aqui nos referimos ao léxico, são raramente atacadas pelo opositores de J. de Alencar e, assim, também referenciadas por ele. Outro recurso à expressão brasileira, à natureza tropical do Brasil que, em tese, foi um dos motivos que levou à diferenciação lingüística entre o colonizado e o colonizador, ocorre na passagem em que se refere à diversidade da pronúncia do homem português e do brasileiro. Leia-se o trecho a seguir:

> "O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pera, o damasco e a nêspera?" (In: PIMENTEL PINTO, 1978:141)

Bem ao contrário, e como deixa muito claro PIMENTEL PINTO (s.d. : 76), Alencar lutou todo o tempo em benefício próprio e não para caracterizar a variante brasileira da Língua Portuguesa. Vejamos o texto citado:

> "Realmente, o que Alencar defende, apesar de se apresentar como paladino da variante brasileira não era exatamente isso, nem, como pretende Gladstone Chaves de Melo, em *Alencar e a Língua Brasileira*, o 'estilo brasileiro', mas o 'seu estilo', de que era extremamente cioso — e nisso estava em seu pleno direito, pois se tratava da defesa de uma posição estética".

Não é fácil fazer afirmações sobre a linguagem de Alencar, dada a discordância entre os pesquisadores que se debruçaram sobre sua obra, para estudá-la.

Um outro ponto de vista, por exemplo, sobre o uso lingüístico alencariano, pode ser encontrado em PRETI (1982:96):

> "(...) em Alencar, existe uma preocupação evidente para com a linguagem falada no Brasil. Seja por uma atitude nacionalista, seja por ter sentido a ação inegável de outros fatores sobre a nossa língua. O certo é que o diálogo se enriquece a todo momento, nas obras analisadas, de estruturas orais, de vocabulário popular e até mesmo de transcrições fonéticas, de notações prosódicas e de onomatopéias. Alencar criou polêmica literária com seu estilo. Expôs-se à crítica, enfrentou as mais violentas diatribes e corajosamente sustentou sua posição de renovador."

E mais adiante, diz o autor:

> "Os fatores situacionais, por exemplo, determinam o uso de certos registros." (Id.)

E ainda mais:

> "Seria impossível repetir aqui o número de exemplos que se sucedem em quase todos os diálogos do autor, testemunhando recursos orais que Alencar transcreve para tornar as falas mais naturais. Alinhavamos aqui apenas algumas das expressões de situação mais comumente repetidas nos livros em que pesquisamos (pois, pois bem, mas, as gentes, vejam lá, olhe)."[24] (Id.)

Nesse ponto, entram em choque as pesquisas de PRETI (1982) e PIMENTEL PINTO (s.d.). Enquanto o primeiro afirma: "As soluções que encontrou [J. de Alencar] refletem sempre o cuidado com o que ouviu, pesquisou e procurou reproduzir a linguagem oral do seu tempo"; a segunda, por seu turno, diz ter J. de Alencar reconhecido a existência de duas espécies de linguagens — a literária e a comum — e completa: "Desta fala comum Alencar jamais cogitou, no sentido de levantar-lhe os traços fundamentais ou específicos, para eventual aproveitamento literário. Toma-o como abstração, ponto de referência, em abono de uso seu, dada a sua condição de falante competente".

Não deixam de ter razão ambos os pesquisadores. Fica mesmo evidente que a formação e o uso de Alencar era erudito, mas, por outro lado, ele aproveitou em sua literatura expressões de situação, dialetos e níveis

[24] Essas expressões de situação correspondem ao que se estuda, hoje, na Análise da Conversação como marcadores conversacionais.

de fala brasileiros. Esse paradoxo fica explicado pelo pensamento de BAKHTIN (1992: 286):

> "Em cada época de seu desenvolvimento, *a língua escrita é marcada pelos gêneros do discurso e não só pelos gêneros secundários* (literários, científicos, ideológicos), *mas também pelos gêneros primários* (os tipos do diálogo oral: linguagem das reuniões sociais, dos círculos, linguagem familiar, cotidiana, sociopolítica, filosófica, etc.). A ampliação da língua escrita que incorpora diversas camadas da língua popular acarreta em todos os gêneros (literários, científicos, ideológicos, familiares, etc.) a aplicação de um novo procedimento na organização e na conclusão do todo verbal e uma modificação do lugar que será reservado ao ouvinte ou ao parceiro, etc., o que leva a uma maior ou menor reestruturação e renovação do gênero do discurso." (Grifamos)

O que se pode afirmar é que, realmente, Alencar usou a língua escrita de modo diferente do que era comum à época, conscientemente ou não, seja em decorrência de norma gramatical diversa daquela em vigor, seja em decorrência de um estilo novo, ou da percepção de fatores sociolingüísticos ligados ao usuário (dialetos) ou à situação de comunicação (níveis de fala). No entanto, é interessante notar que não foram os fatores que implicaram a diferença o que, em verdade, levou críticos e Alencar aos embates lingüísticos. Melhor dizendo: não foram os neologismos inventados por ele que faziam a diferença entre o português brasileiro e o de Portugal; tampouco foram os galicismos por ele usados, pois tal fato era comum não só no Brasil, mas também

em Portugal, já que a França era, naquele tempo, o símbolo do desenvolvimento intelectual e sua literatura apreciada e imitada em todo o mundo. Também não foram alguns dos usos ortográficos por ele eleitos como melhores do que os em vigor que o notabilizaram. Foi, sim, a coragem de escrever e defender um estilo seu, individual.

Por outro lado, Alencar soube muito bem, como notou PRETI (1982), observar e levar para a literatura o *modo de falar coloquial*, como era conveniente ao estilo romântico, sem, no entanto, como é fácil verificar em qualquer de seus livros, descurar da norma gramatical, no arranjar da frase e dos neologismos estilizados e estribados na tradição latina.

Depois de rever tais pontos, questionamos qual foi, realmente, a importância de Alencar, já que ele nem foi tão nacionalista quanto se acreditou, nem foi tão arraigado defensor da variante do português falado no Brasil e nem registrou, efetivamente, língua aqui falada. É claro que sua linguagem foi diferente e opôs-se à língua classicizante usada na literatura de então. E como diz PIMENTEL PINTO (op.cit.:77):

> "Realmente, se para o leitor moderno as raízes de uma linguagem tipicamente brasileira são pouco aparentes em Alencar, na época avultavam como exotismo em contraste com a tradição purista.
>
> Essa expressão, que era mais um grito de independência que a independência de fato, consolidou no entanto um clima de que se beneficiaram escritores contemporâneos seus, endossados pela chancela da autoridade de que Alencar, contestado ou não, gozava a seu tempo".

Para nosso propósito, o mais importante é verificar como os temas gramaticais, dos quais Alencar foi acusado de mau uso, foram objeto de discussões lingüísticas desde essa época, e examinar como eles foram tratados pelos que se pronunciaram sobre o uso do português do Brasil.

Das discussões alencarianas, além do problema dos neologismos estilísticos que criou, dos tupinismos usados nas obras indigenistas e dos denominativos necessários à configuração do mundo brasileiro, como registra PIMENTEL PINTO (op. cit.:76), sua lição gramatical circunscreveu-se:

a. ao uso do artigo definido;

b. à colocação de pronomes átonos;

c. ao uso dos pronomes reflexivos;

d. ao uso de preposições.

Sobre esses pontos, a síntese de seu pensamento, desenvolvido nas réplicas a seus opositores é a seguinte, já sumariados por PIMENTEL PINTO (op. cit.):

TEMAS	REGRAS	TEXTOS	OBSERVAÇÕES
1. Uso do artigo	1. Elimina-se o artigo antes dos nomes próprios, salvo uando	1. 2ª edição de Iracema; Questão Filoló ica; O	1. Considerava o artigo um item redundante.

	não se conhece o indivíduo, ou se pode confundi-lo com outro, e, também antes de nomes de familiares; • Usa-se o artigo com sobrenomes e com certos nomes geográficos.	Nosso Cancioneiro.	
2. Uso dos pronomes reflexivos	2.Verbos como recolher, enroscar e destacar, quando usados na significação neutra dispensam o pronome, por elipse. Evita-se o pronome se, quando em seqüência, por eufonia. • Com o verbo na forma ativa, usa-se o pronome e na forma neutra sem ele.	2. Pós-escrito da 2ª edição de Iracema; Questão Filológica	
3. Uso de preposições em e a.	3. A preposição a indica acesso, aproximação; • em indica ingresso, permanência.	3. O Nosso Cancioneiro	3. Elabora regra para acentuação da preposição a.
4. Uso dos pronomes átonos.	4. Uso brasileiro é livre, como era o latino; • Alguns gramáticos consideram a próclise como uso clássico; • A clareza e a	4. Pós-escrito da 2ª edição de Iracema;	

	eufonia constituem o único fundamento para a colocação pronominal.		

É importante ressaltar que a preocupação em negar a atitude purista ortodoxa sempre esteve presente no discurso de Alencar. Embora sua atitude perante a língua não fosse totalmente ortodoxa, por, também, fazer uso de expressões vernáculas do Brasil, não era anti-ortodoxa porque estava sempre ancorada nos clássicos ou na tradição lusitana quando criava seus neologismos. Vejamos, por exemplo:

> "**Núbil** - É o adjetivo latino nubilis, tão eufônico e elegante como o seu equivalente pubere. Nenhum dicionário do meu conhecimento faz dele menção: mas talvez já fosse usado por escritores portugueses.

A posição de Alencar foi resultante das duas tendências que vigoraram no Brasil da época: de um lado, a força da norma lusitana, da ortodoxia normativa; de outro, a força do nacionalismo, superficial, característico do Romantismo, que está refletido na imprecisão de seus "brasileirismos", decalcados nos clássicos.

A despeito de tudo isso, a contribuição de Alencar ao português do Brasil foi fundamental, pois levantou o problema da diferenciação lingüística entre Brasil e Portugal.

2 *A polêmica entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro*

O maior símbolo do purismo lingüístico do português do Brasil é, sem dúvida, o conjunto de documentos fruto das discussões sobre a redação do Projeto do Código Civil, elaborado pelo jurista Clóvis Beviláqua. Neste trabalho, examinaremos, em específico, a abordagem que Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro fizeram, na *Réplica* e na *Tréplica*, respectivamente, a alguns temas lingüísticos, para analisar a atitude purista característica do final do século XIX e início do XX.

Em todas as épocas há purismo, enquanto preocupação com a manutenção do *status quo* da língua. O que muda de época para época é a concepção de língua e com ela o modo como a preocupação com aquele *status* se manifesta. Tal mudança escamoteia o sentimento, a atitude, que as pessoas de cada geração têm em relação à língua. Assim, em todas as épocas há escritores que têm a sensação de não serem puristas, mas o são, e, bem ao contrário, imaginam-se renovadores em relação à língua do seu tempo. É o que se pode inferir das atitudes de Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro, quando cada um, por seu turno, nega o fato de serem efetivamente puristas.

Em primeiro lugar, citemos RIBEIRO (1957:16), trazendo as vozes de Latino Coelho e J. F. de Castilho para ajudá-lo a blaterar contra o

purismo, segundo a crença, comum na época, de serem as línguas organismos vivos que crescem, se desenvolvem e morrem. O autor admite a introdução de neologismos para a expressão de novas idéias. (Assim, diz pelas vozes dos dois outros:

> 'Se as línguas, "diz J. F. de Castilho", são de seu natural mutáveis, crescidiças, perfectíveis, como se demonstra que são, e se prova que não podiam deixar de ser; e se, por outra parte, se está vendo que, pelos mútuos empréstimos, cada vez mais francos, a maior parte delas tendem a se irmanar, até que algum dia, talvez depois de séculos, talvez depois de milhares de anos, se venham a fundir em uma só; o exclusivismo de nacionalidade, o puritanismo, a vernaculidade escrupulosa e ciumenta, deverão ser enjeitados por quimeras, por sonhos de estacionários ou retrógrados e atentados contra o progresso; mas tão impotentes e fúteis, que basta o surdo correr das idades para os afogar e confundir'.
>
> 'E se, "conforme pensa o douto Latino Coelho", o idioma de cada período reputado clássico, não pode servir à expressão do pensamento na época seguinte da história literária, se Fr. Luiz de Souza não sabe já pensar com o vocabulário de Castanheda, nem Bernardes se acomoda com o português, já então deficiente, de Heitor Pinto, como é que nós, os homens de um século riquíssimo de noções desconhecidas aos nossos avoengos, havemos de condenar-nos, em nome de um purismo intolerante, a constranger os nossos movimentos intelectuais no leito de Procusto de uma linguagem sacerdotal e imobilizada?' *(Ligeiras Observações* : 16)

Depois dessa citação, que é uma afirmação, passa o autor a tecer objeções àquelas feitas por Rui Barbosa no *Parecer* a suas emendas ao Projeto. A polêmica travada em decorrência dos "erros de português" — que ambos cometeram quando sugeriram mudanças ao texto do

Projeto do Código Civil — e toda a argumentação, acerca dos problemas levantados, é fundamentada no exemplo dos clássicos portugueses. Os autores brasileiros são pouco citados e de modo insignificante. Mesmo assim, nem Carneiro Ribeiro nem Rui Barbosa admitem ser chamados puristas. Diz, por exemplo, o primeiro:

> "Temos, logo, razão de dizer: o purismo exagerado, intransigente, é impossível, perante o estudo histórico das línguas". RIBEIRO (1957: 81)

Vejamos agora o que nos diz o autor da *Réplica* sobre o tema. Curioso é observar que o epíteto de purismo é pecha que ninguém quer sustentar. Na resposta dada ao crítico José Veríssimo, que o denominou de purista, assim redargüiu Rui:

> "Na argüição, que me faz, de purismo e tendência ao gosto arcaico, há injustiça, que suposto rebatida pelo simples aspecto de todos os meus escritos, demandava aqui exame, atenta a ocasião, da censura, que me irroga a propósito da forma por mim dada ao substitutivo. Não sou dos que precisam de ser catequizados à verdade científica da evolução dos idiomas. Meu trato dos antigos escritores não me levou ao fetichismo da antigüidade vernácula, não me converteu em amouco dos vícios do classicismo, não me divorciou dos estudos hodiernos sobre as leis da vida orgânica nas línguas. Conheço, graças a Deus, tão bem, a este respeito, os escritos dos LITTRÉS, dos RENANS, dos BRÉALS, dos BRACHETS, dos WHITNEYS, como os dos

> BLUTEAUS, os dos SOUSAS, os dos BERNARDES, os dos VIEIRAS, os dos CASTILHOS, os dos HERCULANOS. Usado a buscar nas fontes antigas os veios preciosos do oiro fino, que elas escondem ao modernismo pretensioso e ignaro, amo e uso também a linguagem de meu tempo, esforçando-me, entretanto, por lhe evitar os defeitos". *(Réplica* : 91-2)

Na resposta a Veríssimo, Rui responde também a Ernesto Carneiro Ribeiro, no tocante à lição deste sobre o evolucionismo das línguas. Recusando o cognome de purista, no âmago, sua resposta traz um paradoxo: não ser purista e confessar a repugnância ao modernismo que, em tese, traz no seu bojo a ignorância; amar a linguagem do seu tempo, mas dela depurar os defeitos. Em verdade, sua prática contradiz seu discurso e o que temos, em última instância, em ambos os casos, é discurso e prática ortodoxamente puristas.

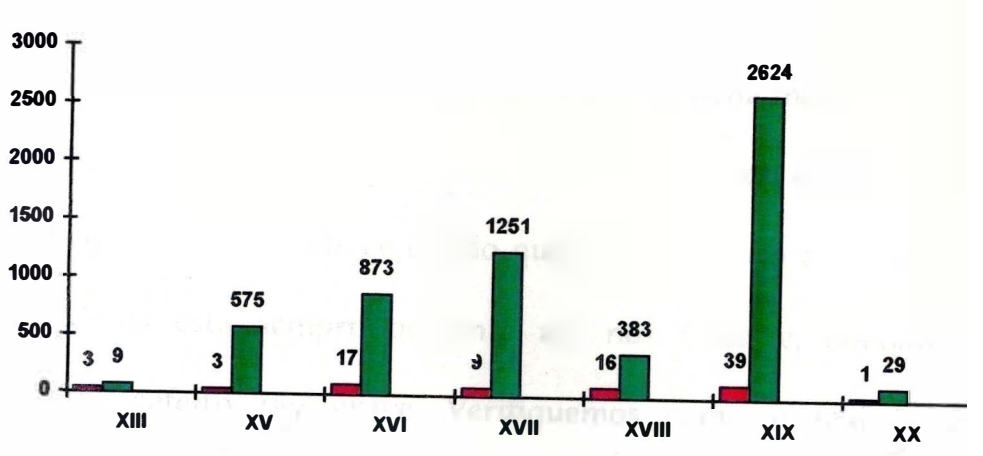
Observa-se na argumentação de ambos os autores a preocupação constante com a confirmação de sua afirmativas pela voz de autores antigos, clássicos ou modernos.

Cientes disso, verifiquemos de que época são os autores nos quais Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro estribam suas opiniões[25].

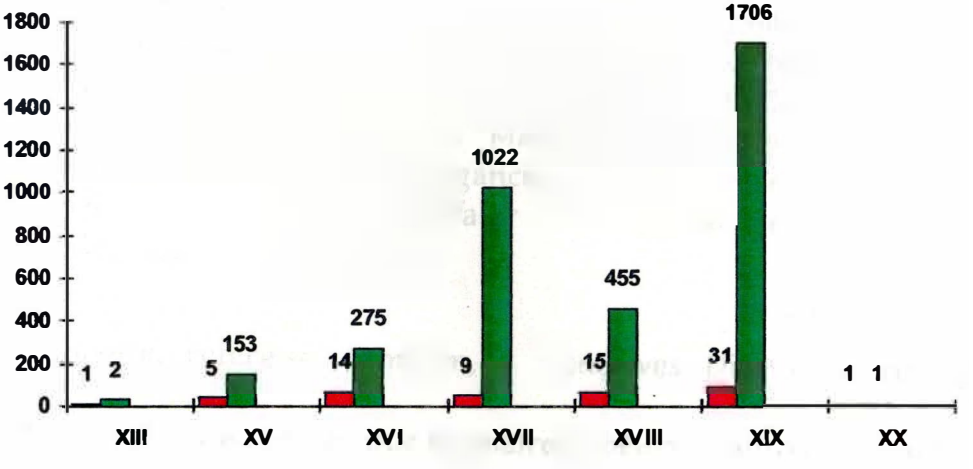
[25] O Gráfico apresentado foi organizado a partir do levantamento estatístico das citações feitas na *Réplica* e na *Tréplica*. Agrupamos por século os autores citados, a fim de ressaltar que em alguns séculos há poucos autores citados, mas a quantidade de citação de cada um é significativa.

CITAÇÕES

Rui Barbosa



Carneiro Ribeiro



Pelo gráfico, é possível verificar que tanto Rui Barbosa quanto Carneiro Ribeiro recorrem, para confirmar suas opiniões, a escritores

portugueses antigos e modernos, sendo que há percentual significativo de recorrência aos escritores antigos da língua, o que comprova a tese de que, para ambos, era o passado que representava a pureza e a grandeza do português.

A remissão a autores brasileiros ocorre em pequena monta, e, pelo que se observa, em questões marginais. Mesmo Machado de Assis, a quem Rui dirige muitos elogios, é citado quando necessário confirmar que a má eufonia está sempre presente até nos bons, e, portanto, não constitui defeito tão grave. Verifiquemos como o maior escritor brasileiro moderno é citado:

> "Como não é da pureza vernácula que se trata, senão da eufonia, podemos ir bater à porta dos estilistas mais recentes: dos Ramalhos e Eças. (...)" E mais adiante, continuando esse pensamento: "Também o nosso Júlio Ribeiro não se expressava diversamente (...)" Concluindo, enfim, com estas palavras: "Machado de Assis, verdadeiro mestre esse, assim na elegância, como na vernaculidade, não se desdenha de falar ao mesmo jeito (...)". *(Réplica:123)*

Mais adiante, refere-se, também, a Gonçalves Dias e outros, para defender-se das cacofonias que Carneiro Ribeiro apontou no seu texto, neste parágrafo:

> "Entre nós, Gonçalves Dias escreveu: 'com novo'; João Lisboa: 'do papa para'; Júlio Ribeiro: 'honestíssima manipulação'. De quantos em Portugal e no Brasil, sob este aspecto, me foi dado a examinar, o mais estreme de tal senão, é Machado de Assis, verdadeiro modelo da boa linguagem, assim na correção, como no gosto. A ele mesmo contudo, e nas sua Poesias, cujo esmero desafia a mais exigente crítica, escapou, a págs. 347, 'aroma melhor' e, a págs. 263, 'ele ama'." (*Réplica* :165)

Ainda sobre *eco* Machado de Assis é convocado:

> "Tomem da melhor poesia, a de Machado de Assis, por exemplo, recitem-na a esse jeito, e vejam onde vai dar a leitura de trechos como estes: 'único em meio' [*Poes.*, p. 43]; 'sulco de um fundo' [*Poes.*, p. 173] (...)" (Op. cit. :172) Ainda sobre o tema: "Escritor ainda mais cuidadoso, e isso no apurado lavor de versos exemplares, Machado de Assis não se desprezou de escrever: 'frouxo ia o sol' [*Poesias* : 236] (...)".

Como se vê, para os puristas dessa fase, os escritores contemporâneos não foram modelos de perfeição, mesmo que ciosos usuários da norma europeia.

2.1 Concepção de língua

A concepção de língua, vigorante no século XIX e estendida até início o séc. XX era a de língua como uma organismo vivo, que nasce, cresce, evolui e morre, segundo as teses revolucionárias, na época, advindas da biologia. Sendo assim, havia necessidade de preservar a língua de fatores e influências que a iriam deturpar e fazê-la perecer, antes do tempo certo para isso. Vejamos como Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro concebiam a língua, para entender a posição adotada nos trabalhos examinados.

Em ensaio intitulado "A Posição Filosófica de Rui Barbosa no Mundo da Filosofia", REALE (1966:818) critica Capistrano de Abreu por ter dito, sobre Rui: "cultura filosófica parece não a possuir. Para ele a filosofia reduz-se à lógica e à dialética". Rui, afirmou Reale, embora não fosse um pensador ou filósofo, era um homem conhecedor das correntes de pensamento de seu tempo. Pensou e experienciou o mundo naturalista, positivista e espiritualista. Morreu espiritualista.

Rui estudou e, em certos momentos de sua vida, aceitou idéias de filósofos como Augusto Comte, Littré, Herbert Spencer, Stuart Mill e

outros. Do naturalismo ficou-lhe a concepção de língua, que é o que procuraremos demonstrar.

Ernesto Carneiro Ribeiro, médico, filólogo e professor de línguas, não se deteve no debate filosófico. No entanto, pelo exame de suas idéias, pode-se inferir sua posição filosófica. A respeito da língua, assim como Rui, adotou princípios naturalistas.

Em ambos os autores, entretanto, não se encontram discussões sobre causas e conseqüências advindas dessa tomada de posição sobre o conceito de língua, e sua repercussão nos seus trabalhos. Não há referências específicas a autores, filólogos ou lingüistas, naturalistas, com o objetivo último de firmar ou defender posição filosófica sobre a concepção de língua. Não há, por exemplo, referência a Augusto Shleicher, alemão que na tentativa de estabelecer princípios científicos rigorosos para os estudos da linguagem, aliou-os às ciências naturais. Diz CAMARA JR (1975:51) sobre esse autor:

> "Dessa maneira, o desenvolvimento da linguagem não era por ele considerado como desenvolvimento histórico, como de todos os outros traços da sociedade humana. Comparava-o ao desenvolvimento de uma planta com suas leis fixas de crescimento e morte. A linguagem era vista como algo da natureza, ou seja, um animal ou uma planta".

O que diz CÂMARA JR (id.) no passo seguinte nos interessa mais:

> "Ora, os lingüistas anteriores a Schleicher costumavam comparar a linguagem a um organismo natural a fim de acentuar o caráter sistemático de seus traços. Mas com Schleicher passamos de uma comparação vaga para uma interpretação coerente da linguagem com um organismo. Como tal poderia ser aplicado à linguagem o conceito de evolução que o estudioso de Ciências Naturais, Darwin, desenvolvera no mundo da natureza. É este o propósito que encontramos, em um livro de Schleicher, intitulado A Teoria de Darwin e a Linguagem".

Esse trecho relata o que acontecia em relação ao conceito de língua, vigorante no séc XIX e começo do XX. As pesquisas darwinianas difundiram-se e influenciaram outras áreas do conhecimento humano, tal como a Filologia (já chamada Lingüística — glottiker, em alemão — por Schleicher) e a Literatura. Na Literatura, muitos autores escreveram sob forte influência dessas pesquisas, e os princípios naturalistas são facilmente identificáveis nas obras. Na Filologia, também, também houve a influência naturalista e "o trabalho de Schleicher é considerado o ponto culminante da primeira fase da Lingüística do séc. XIX" (CÂMARA JR., op. cit). O ponto positivo decorrente das pesquisas de Schleicher foi a difusão da Língüística pela Europa. Max Müller, por exemplo, foi um seguidor e divulgador das idéias de Schleicher, que, jovem, aos 25 anos, saiu da Alemanha e foi lecionar na Inglaterra (na Universidade de Oxford) onde divulgou as idéias naturalistas.

Os trabalhos que ora examinamos apresentam, claramente, princípios naturalistas no tocante à concepção que ambos os autores, Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro, têm de língua.

Carneiro Ribeiro diz textualmente:

> "Uma língua, que se divorciasse das outras, seria um organismo em marcha acelerada para a dissolução e para a morte; a vida da língua, como a do organismo vegetal ou animal, está num renovamento incessante e perene, em que todas se dão as mãos, assimilam e irmanam". *(Ligeiras Observações : 16)*

Mais claro ainda é o autor neste trecho da *Tréplica*:

> "Como as ciencias naturais, não tem a gramática sua taxonomia, cujos princípios se não deve infringir, sob pena de tudo embrulhar e confundir no estudo dessas ciências?" (*Tréplica* : 468)

Na mesma linha segue Rui Barbosa:

> "(...) Todos, pelo contrário, pressupunham e reconheciam a *natureza orgânica, evolutiva, progressiva da língua*. O a que se opunham, era ao arbítrio, ao desenfreio e à anarquia na invenção neológica. *Uma língua é um organismo vivo*; mas, por isso mesmo, não será lícito garfar-lhe quantos enxertos se quiserem, ainda que de hibridismo irredutível à natureza[26]". (*Réplica* : 400)

MELO (1950) advoga a tese de ser Rui apenas um hábil usuário da língua. Um dos seus argumentos para a sustentação de tal idéia é o de o civilista não ter formação filológica e não conhecer trabalhos de

[26] O autor refere-se aqui aos motivos arrolados para exclusão, do texto do Código Civil, dos vocábulos *propositalmente, agir, desvirginar, afetar, autoral,*

filólogos, como Leite de Vasconcelos ou Carolina de Michaelis e, contrariamente, tomar como "eminente filólogo", por exemplo, Cândido de Figueiredo, que não o era. Este até recebeu severas críticas partidas de Leite de Vasconcelos verdadeiro filólogo, internacionalmente reconhecido — em razão das posições lingüísticas duvidosas, ou mesmo erradas, adotadas em seus escritos sobre a língua portuguesa. No entanto, a curiosidade de Rui a respeito de autores estrangeiros era grande e, por força das novas idéias de então, acerca do naturalismo, chegou a citar Max Müller, procurando defender-se de agressões. A passagem citada do livro *Chips from a German Worshop*, foi a seguinte:

> "Nada mais fácil, observava, em relação a um desses doestadores professos, um sábio filólogo moderno, nada mais fácil do '*que entornar todo um dicionário de baldões, sem o mínimo efeito. Uma página de lábeus, porém, outra coisa não mostra que a bílis de um espírito amargo e a consciência de uma causa fraca*'". (Grifamos)

Vê-se, pois, que Rui cita o filólogo sem lhe explorar a lição filológica específica, mas o conheceu e dele adotou, como demonstrado, o princípio naturalista.

A atitude purista adotada por Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro decorre dessa concepção de língua. O organismo vivo em marcha evolutiva deve

ser defendido de tudo o que lhe é estranho e que possa vir a deteriorá-lo. Portanto, o léxico e as estruturas morfossintáticas aceitas são aquelas tradicionais, já utilizadas por grandes escritores. Exceções a essa regra só as que, de algum modo, podem ser avalizadas pela pesquisa histórico-etimológica.

A idéia de evolução, contudo, choca-se, em certos momentos, com a de tradição. Se esse organismo, a língua, nasce, cresce, evolui e desaparece, como negar-lhe o direito à fase evolutiva, ficando-se preso à tradição? Por isso, tanto Rui como Carneiro não se dizem puristas. Vejamos.

Reclama Rui:

> "Onde, porém, os documentos do meu *purismo*? Purismo, no sentido pejorativo do vocábulo, é a superstição da imobilidade do idioma numa fase delimitada pelos últimos escritores que se cotaram com o apreço dos mestres. Fixada a imutabilidade vernácula com essa rigidez inflexível, todas as formas, que não couberem no inventário exato do classicismo, incorrem na averbação de viciosas, tão-somente porque novas, embora de bom préstimo, boa origem e bom cunho. Em sendo neologias, dado que necessárias e bem nascidas, não se tolerem. Mereci, acaso, por algum feito em linguagem, que tal me culpassem?" (*Réplica* : 399-400 (v.III))

E Carneiro:

> "A idéia fundamental e primitiva que se liga a tal elemento formativo, prefixo ou sufixo, gera no espírito outras idéias acessórias ou secundárias, vários matizes da idéia geral, os quais se nos antolham como sendo, por sua vez, fonte e origem fecunda e copiosa de novas formações, em que

> muitas vezes se perde, oblitera e obscurece a idéia matriz, que lhes parecia servir de apoio e substratum, manifestando-se assim a vida das línguas nessas perdas e renovamentos, nesse incessante turbilhão em que se elas volvem, giram e revolvem, e que é o característico de todo organismo vivo.
>
> Temos, logo, razão de dizer: o purismo exagerado, intransigente, é impossível, perante o estudo histórico das línguas". (*Ligeiras Observações* : 81)

Nesse ponto, ambos os autores sentiam-se incomodados. A língua não podia ficar enclausurada no passado, mesmo que consagrado; mas a força do "bom uso", este efetivado por escritores renomados de épocas anteriores, era o que manteria a língua incólume, livre do perigo da corrupção, deterioração e morte. Daí a preocupação de aquilatar seus usos lingüísticos nas "melhores fontes", deixando contribuições de garimpeiros para a língua que praticavam.

Ora, se os melhores escritores, diz COSERIU (1987), são aqueles que exploram ao máximo as possibilidades do sistema, mesmo escapando da norma vigente no seu tempo, não se pode admitir que os que têm o direito de fazer uso de licença poética, tenham qualquer norma, presente ou passada, como camisa de força. É compreensível que os autores em questão não fizessem uso dessa licença, por não serem propriamente escritores, eram técnicos mais que literatos.

Ainda para afirmar essa atitude paradoxal de estar preso à norma dos "clássicos" portugueses, mas também pretender-se liberal, em matéria

de língua, vale transcrito o seguinte trecho de Rui Barbosa sobre neologismos:

> "Bem sei que depois, adindo CHATEAUBRIAND e de BALZAC, os grandes inovadores, vieram os GONCOURTS, os DAUDETS, os BAUDELAIRES, os BANVILLES, os ZOLAS, os impressionistas, os naturalistas, os realistas, os simbolistas, e a anglomania, e a ciência, e a tribuna, e a imprensa, imaginando forjando, engendrando, importando, amalgamando, tumultuando, carreando, golfando, para o vocabulário, para a sintaxe para a rua, para as letras, para a especulação, para o trabalho, para a vida, uma torrente de formas inesperadas, cambiantes, revolucionárias, que desbordam o léxico, embatem a sintaxe, e deixam em caminho a barreira das tradições, como os rochedos que o rio desapoderado açoita, e abandona borbotando.
>
> É, todavia, aos preservadores e mineiros da tradição como FLAUBERT que se agradece o haverem 'aumentado a força a resistência do idioma, recuando a vitória da barbaria'. Se a um jurisconsulto, porém, ciente das responsabilidades de sua missão ali pedissem a matéria, onde se inscreve a epigrafia dos códigos civis, não a iria buscar à área inconstante das aluviões: teria de pedi-la ao mármore daquelas canteiras impolutas, onde RENAN, 'o quase único', talhava na pureza das formas consagradas as finas linhas do seu pensamento". (*Réplica* : 391)

Nesse pequeno trecho já fica entrevista a força do uso da língua, livre da tradição. São Balzac, Baudelaire ou Zola que rompem a tradição, levam textos das ruas para a literatura, e desta para aquela, deixando tontos os ortodoxos, que resistem e dizem, como Rui: neologismos só os devemos aceitar se talhados sob molde vernáculo, se produtos de extrema necessidade na língua. Afora isso, devem ser dispensados.

Contraditoriamente, os conservadores reivindicam posição de contribuintes do léxico, pela criaçao de palavras novas, todas *bem formadas* e *bem nascidas*. Rui chama a si a paternidade literária, por exemplo, da palavra *estadual*, equivalente de *provincial*, já naquela época, existente em países onde vigorava o sistema confederativo centralizado.

Finalmente, podemos afirmar que o purismo exercido por Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro é decorrente da concepção de língua que ambos adotam. Como bem o diz Rui comparando-se ao seu contendor, quanto aos *princípios* regentes da criação das neologias: "Estávamos, portanto, de acordo nos princípios. Onde o não estávamos era na aplicação".

2.2 *Temas lingüístico-gramaticais abordados na polêmica*

Dos 496 parágrafos da *Réplica*, Rui Barbosa dedicou 325 as respostas às *Ligeiras Observações* de Carneiro Ribeiro, e este, 78 dos 80 capítulos da *Tréplica* para (re)analisar as questões postas por aquele. Com o objetivo de verificar como foi, na prática, o tratamento purista dado a certos fatos gramaticais, procederemos à análise de alguns dos tópicos da polêmica lingüística travada entre Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro. O critério adotado para a escolha dos itens a serem analisados foi o da freqüência desses temas nas polêmicas lingüísticas. Assim, a título de exemplo, abordaremos os seguintes temas: colocação de pronomes; formação de palavras; estrangeirismos, neologismos e arcaismos

2.2.1 Colocação de pronomes

O problema da colocação pronominal no português do Brasil vem, ao longo do tempo, suscitando polêmicas e dando lugar a muitas pesquisas[27]. Embora nos ocupemos aqui com esse tema, o nosso

[27] Citaremos aqui algumas pesquisas recentes sobre o problema
CARVALHO, Joaquim Brandão de. "Phonological Conditions on Portuguese Clitic Placement: on Syntactic Evidence for Stress and Rythmical Patterns". *Linguistics*. Berlin, Mouton de Gruyter, 1989, nº 27, p. 405-36.
LOBO, Tânia. "Observações sobre a Sínclise Pronominal no Século XV e nas Variantes Européia e Brasileira do Português Contemporâneo". *Comunicação apresentada ao VI Encontro da Associação Portuguesa de Lingüística*, Porto, 1990.

objetivo não é analisar o problema em si, mas verificar o tratamento dado a ele pelos autores da *Réplica* e da *Tréplica*. Portanto, o objeto de nossa atenção é a *atitude lingüística* de cada um dos polemistas diante do uso dos pronomes átonos e, conseqüentemente, diante da norma realizada a partir dele.

Dentre os muitos capítulos que versam sobre a questão da colocação pronominal, escolhemos para exame os seguintes:

ASSUNTO	RÉPLICA	TRÉPLICA	ART. CÓD. CIVIL
1. Colocação de pronomes	Tomo II cap. VI § 60 p.134 -46	cap. VI § p. 61 -7	107
2. Atração	Tomo II cap. 15 § 105 p. 218 - 31	cap. 12 § p. 109 -28	34
3. Posição do pronome	Tomo III cap. 54 - 55 § 221 - 238 p. 2 - 58	cap. 40 - 44 § p. 399 - 551	1.212 325 § único 1.222 658

_____. *A Colocação dos Clíticos em Português: Duas Sincronias em Confronto*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1992.

MARTINS, Ana Maria. *Clitic Placement from Old to Modern Portuguese*. University of Maryland at College Park, 1992. (Texto xerografado)

MONTEIRO, José Lemos. *Os Pronomes Pessoais no Português do Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

NUNES, Jairo. *Directionality of Cliticization, Distribution of Clitics, and Null Objects in Brasilian Portuguese*. University of Maryland at College Park, 1992. (texto xerografado)

OMENA, N. P. *Pronome Pessoal de Terceira Pessoa. Suas Formas Variantes em Função Acusativa*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1978.

Sobre o primeiro ponto, a discussão gira em torno da redação do artigo 107, em que figurou, na elaboração redacional da Câmara, a expressão *se julgará* a que Rui Barbosa propõe substituição por *julgar-se-á*. Estava assim o artigo:

> "*Se a simulação for absoluta*, sem que tenha havido intenção de prejudicar a terceiros, ou de violar disposição de lei, e for assim provado a requerimento de algum dos contraentes, — *se julgará o ato inexistente*."

Carneiro Ribeiro criticou a troca do *se julgará* por *julgar-se-á*, da redação original do Código, afirmando *não ser esta a única forma de redação possível* para o caso em questão. A fim de comprovar o seu parecer, arrola alguns textos de *clássicos de nomeada*: Rodrigues Lobo, Pe. Manuel Bernardes e Antônio Vieira. Na *Réplica*, então, Rui Barbosa não aceita a corrigenda, ignora a flexibilidade da regra citada por seu opositor e dispara — retomando lições do seu antigo mestre, nos *Serões Gramaticais*: *não se começa frase alguma* em português pelas variações pronominais oblíquas *me, te, se, lhe, nos vos, o, a, os, as*. Na *Tréplica*, Carneiro Ribeiro defende-se, afirmando não se tratar, nesse caso, de início de frase, o que se dá pela subordinada condicional. No entanto, a consulta às gramáticas normativas, em uso no período, foi feita por Rui Barbosa e, realmente, nenhuma delas trazia regra que

sancionasse a afirmação de Carneiro Ribeiro. Ao contrário, RIBEIRO (1904), dos mais prestigiosos gramáticos de então, chega a afirmar:

> "Nunca se começa *frase ou período* com pronome oblíquo." (Gramática Portuguesa:231) (Grifamos)

Se Carneiro Ribeiro mantivesse o seu primeiro argumento, o da flexibilidade da regra, decorrente dos dois usos, com certeza lograria melhor resultado. Ao invés disso, apegou-se a uma duvidosa regra, e não convenceu.

Ainda nesse capítulo, para provar que dentre todas as regras enunciadas sobre a colocação de pronomes, somente "três ou quatro" são absolutas, Rui levanta outros problemas (a. anteposição do pronome ao verbo, nas orações com *que*, pronome ou conjunção, e *porque*; b. próclise com advérbios *ali*, *agora*, *como*, *assim*, *aqui*; c. próclise com o pronome *cada*; d. concordância verbo/sujeito em frases em que há voz passiva, com *se* apassivador) em relação a regras infringidas até pelos melhores escritores. Dentre aquelas "três ou quatro" regras absolutas, no entanto, está a de não se iniciar frase com pronome oblíquo. Se há exemplos, segundo Rui, que a contradigam, estes ficam por conta das

> "anomalias, mais ou menos raras, mais ou menos freqüentes, devidas umas a incorreções de oficina, outras a negligências dos próprios escritores. É sem dúvida, contudo, que essas leis nem por isso se combalem, quando bem assentes na tradição geral do idioma e formuladas segundo as boas normas científicas da indução extensivas à linguagem humana". (*Réplica* :143)

O que se depreende de tal análise é que a argumentação lingüística em termos prescritivos não é sólida nem definitiva. Há sempre a sensação de se estar em terreno movediço quando o propósito é "legislar" sobre a língua, pois a norma se faz do uso e esse é variável, principalmente se se trata de um uso, o literário, tomado como modelar, de cuja descrição se extraem as regras prescritivas. A variação, nesse caso, diz respeito a fatores tais como: época e local em que foi escrito o texto, estilo e formação discursiva do escritor. Daí estarem ambos os autores claudicando em torno de regras nem sempre seguidas pelos escritores.

Outra discussão acerca desse tema foi a travada sobre o artigo 34, escrito originariamente do seguinte modo;

> "O domicílio civil da pessoa natural é o lugar *onde ela estabelece* de modo definitivo a sua residência." (Grifamos)

Ernesto Carneiro Ribeiro mudou a expressão grifada por *em que estabelece ela*. As razões específicas da troca de uma expressão por outra não foram enunciadas. Os argumentos arrolados por Carneiro

Ribeiro dão conta apenas da vernaculidade e precisao da expressão escolhida, pelo exemplo dos clássicos. Rui Barbosa teceu a crítica também baseado em uma escolha pessoal, já que, como ele próprio disse "a frase não transgride as leis elementares da construção gramatical. Mas ante a eufonia é *inadmissível*".

Embutida nesse assunto, veio à tona a discussão sobre o problema do significado gramatical da palavra *atração* que, sob o ponto de vista prescritivista, rege a posição que o pronome deve ter na frase. As razões para isso, entretanto, não são claras: alguns estudiosos tentam explicar o fato por motivos fonéticos, outros por razões morfossintáticas. Nenhum desses argumentos, porem, são cabais. A verdade é que há flutuação em nível de norma, a partir das possibilidades do sistema. A língua funciona perfeitamente bem com o pronome posicionado antes ou depois do verbo. No registro culto pode haver preferência por uma ou outra colocação, ou, em determinados casos, por ambas. As discussões acerca de problemas como esse denotam maior apego a uma das possibilidades que a língua oferece, tida como de maior prestígio em determinada época. No período, era importante estar de acordo com a norma tradicional da língua.

A palavra *atração*, como demonstrado pelos polemistas, pode ser usada numa acepção lata ou estrita. De modo lato, ou ainda melhor, no

sentido comum do termo, a palavra é usada para indicar, como explica Rui BARBOSA (*Réplica*:310), "mútuo *pendor* entre dois elementos da oração", isto é, não há *exigência gramatical* de combinação entre ambos. Já no sentido estrito, ao contrário, há *necessidade gramatical* de combinação entre os dois elementos. Isso é o que existe, como explica o autor (id.:230) nas gramáticas grega e latina:

> "(...) entre os gramáticos latinos e gregos se fala na atração do sujeito para o caso do relativo, na atração do pronome para o gênero e número do predicado (...)".

Concordando nesse ponto com o que Rui explanou, na *Réplica*, Carneiro Ribeiro demonstra, por exemplificação, não haver essa atração gramatical, obrigatória, em português. Para tanto, trouxe, também, à luz a definição de Bescherelle:

> 'Modificação que sofre o gênero, o número, o tempo ou a pessoa de uma palavra, em conseqüência da vizinhança de outra, com que se faz a concordância contra as regras ordinárias' "e exemplifica": 'Ce sont les hommes qui font les reputations'. 'La nourriture de l'écureuil sont des fruits (Buff.)'. (Cf. *Tréplica* : 125)

Os contendores discutem o fenômeno da atração, mas não conseguem resolver definitivamente o problema. Se, por um lado, tentam dizer que o que há é apenas convenção, nem sempre seguida pelos usuários da língua, por outro, são traídos pela tradição da língua e precisam falar de atração.

Ainda sobre colocação pronominal, voltam os polemistas a discutir três casos: o primeiro em que aparece o relativo *cujo; o segundo* em que há locução prepositiva, formada com o advérbio *depois;* e o último com palavra de *expressão* negativa, nem. Para todos os casos, os argumentos dos dois autores são os mesmos já enunciados nos casos citados acima: Rui Barbosa defende a anteposição do pronome ao verbo, se na frase houver determinadas palavras (como pronomes relativos, conjunções, advérbios de tempo e os terminados em *-mente* etc.) que atraem o pronome. Carneiro Ribeiro aceita a flexibilização da regra e mantém a anteposição do pronome mediante determinadas palavras (como as citadas), se o verbo da oração em questão estiver no infinitivo. Tanto em uma quanto em outra situação, os próprios autores arrolam exemplos, retirados de abalizados escritores e que destoam das regras prescritas.

2.2.2 Formação de palavras

Um dos níveis lingüísticos que têm dado margem a discussões entre os conservadores é o léxico, em especial a respeito de: adoção e formação de neologismos, uso de estrangeirismos e arcaímos. Em geral, os conservadores repudiam as palavras que não sejam abonadas pelos

grandes escritores de épocas passadas. É verdade que, ainda assim, aceitam formações vocabulares novas, mas sob rígidas condições, para preservar a língua da deterioração.

A respeito da polêmica que ora analisamos, em todas as questões, porém, há de se registrar a postura mais avançada de Carneiro Ribeiro, em se comparando com a do seu opositor, pelo fato de ser aquele um filólogo e, portanto, profundo entendedor da matéria de que tratava. Ao contrário, Rui era apenas, em relação à língua, um bom usuario, como o disse ELIA (1963:169):

> "Não devemos confundir o 'mestre da língua' com o mestre da ciência da língua'".

E, para reafirmar sua posição, ELIA (id.) chama a voz de Rocha Lima que diz:

> "Não queremos com isto insinuar haja sido Rui gramático, ou filólogo. Pensamos, até, que esses títulos lhe devam ser recusados."

Como os contendores têm uma concepção naturalista da língua, entendem que a formação desmedida de palavras novas, ou a aceitação de estrangeirismos levaria a língua à morte. Além do mais, neologismos, principalmente brasileiros, estariam sempre em dissonância com a norma portuguesa extraída do uso de escritores consagrados, o que não era admissível.

Para exemplificar, vejamos como Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro analisaram as seguintes formações vocabulares:

ASSUNTO	RÉPLICA	TRÉPLICA	ART. CÓD. CIVIL
1.Propositalmente	cap. 14 § 102 p. 215 - 218	cap. 11 § p. 105 108	Nota ao 46
2.Honorabilidade	cap. 25 (?) § 126 p. 254 - 262	cap. 17 § p. 157 - 162	223
3.Insolvabilidade	cap. 38 § 174 p. 339	cap. § p.	426
4. Viável Viabilidade Vitalidade	cap. 58 § 243 p. 58 -80	cap.45 § p. 553 - 68	4º

A discussão sobre a formação da palavra *propositalmente* ficou bastante conhecida. Sobre esse ponto estiveram os contendores em acordo: ambos julgaram não ser vernácula a palavra. Como disse Rui:

> "Dá-me razão aqui o Dr. Carneiro. Reconhece que propositalmente não tem carta de palavra portuguesa." (*Réplica* : 215, TII)

Os argumentos que ambos usaram para o julgamento da palavra foram os mesmos: essa é palavra neológica porque as regras de analogia não autorizam sua formação. O único ponto do desacordo decorreu do fato de ter afirmado Rui Barbosa, no Parecer sobre a Redação do Código Civil, que a palavra em exame seria formada a partir de *propósito*, mais o advérbio *-ente*. Nisso o corrigiu Carneiro, dizendo:

> "Não é de propósito nem de a propósito que se compõem em nossa língua os advérbios propositadamente, apropositadamente; mas dos adjetivos propositado, apropositado, em suas terminações femininas, ajuntando-se-lhes o sufixo -mente (e não ente), derivado do ablativo latino mente, que, nos idiomas novo-latinos, de elemento autônomo que era, se transformou em sufixo ou elemento formativo." (*Ligeiras Observações*:23)

A tal correção o senador reagiu bravamente, afirmando ter sido erro tipográfico o *-ente* em vez de *-mente,* sufixo adverbial de formação das palavras.

Aqui, a arraigada convicção de somente usar palavras abonadas impediu até o filólogo de enxergar em *propositalmente* palavra portuguesa formada em consonância com as regras do sistema da língua. Portanto, dentro das regras da analogia.

O que ocorreu quando da formação de tal palavra foi, como diz SANDMANN (1994:83-87), um "salto de etapa" morfológico, que ocorre quando entre uma palavra já atualizada há outra não atualizada. Exemplifiquemos com o que aconteceu em relação a *propositalmente*. Essa é uma palavra que tem como constituinte imediato o adjetivo *proposital* e não *propositado*. Mas na época em que houve a discussão em torno da redação do Código Civil, aquele adjetivo não estava em uso e, portanto, foi rejeitado pelos polemistas. O levantamento dos constituintes imediatos de propositalmente e propositadamente permite visualizar o que acontece com ambas as palavras:

1. Propositadamente
   propositadamente
   propositado
   propósito

2. Propositalmente
   propositalmente
   proposital
   propósito

No primeiro caso, há o acréscimo do sufixo verbal *-(a) do*[28] ao radical e, como este não é sufixo bloqueador, ainda se adiciona à palavra o sufixo adverbial *-mente*[29]. No segundo caso, também, a partir do substantivo, acrescenta-se o sufixo adjetival *-al*, ao qual se pospõe o

[28] O (a) é vogal temática.
[29] Uma análise diacrônica possível do vocábulo *propósito*, supino latino *positum* (posto), pode ser a que segmenta o prefixo *pro-*, que se antepõe ao radical *pos-*, e sufixos *-it* e *-o*. Cf. HECKLER et al. (1984:3305). Outra interpretação há, por exemplo, no dicionário *Aurélio* que dá *propositado* como originário de *propósito* + *ado*, sendo propósito originário do latim *propositu*.

sufixo adverbial -mente. Ve-se, pois, que pode ter havido um "salto de etapa" na formação de propositalmente, na época, por se ter atualizado essa palavra antes mesmo de seu constituinte imediato *propositar*[30]. Esse "salto" é presumido pelo menos em nível da norma escrita literária. FIGUEIREDO (1939), por exemplo, só o registra a partir da quarta edição do seu dicionário. Para Carneiro Ribeiro e Rui Barbosa, o fato de a referida palavra não constar do dicionário de FIGUEIREDO é representativo, pois este constituía uma das âncoras lexicais de ambos.

Se a dúvida, então, fosse quanto à procedência do sufixo *-al*, poder-se-ia compreender a rejeição à palavra, mas esse não parece o problema. Vejamos o que diz CUNHA (1987), sobre esse sufixo:

> -al suf· nom. do lat. *-alis -ale*, que forma; (i) substantivos oriundos de outros substantivos com as noções de (a) 'conjunto de plantas que recobrem certa porção de terra, plantação' (*ananasal*, *bananal*, *cafezal*) e (b) "grande quantidade"(areal, lamaçal); (ii) adjetivos oriundos de substantivos, com a noção de "relação, pertinência (*campal*, *conjugal*). No antigo português eram muito mais freqüentes formações do tipo divinal, eternal, mundanal etc., em que o suf. -al representa um processo de derivação pleonástico, uma vez que o acréscimo do suf· não altera os significados dos adjetivos *divino*, *eterno*, *mundano* etc.

Claro está que o sufixo não representaria problemas à aceitação da palavra, pois é latino e autoriza a formação como a que se examina agora, o que está patente na acepção (ii). Diante disso, vimos ser a

[30] MORAIS (1987) já registra o verbo *propositar*, embora ainda como neologismo.

palavra perfeitamente adequada aos padrões da língua portuguesa. Logo, não há porque o repúdio a tal palavra como mal formada; o verdadeiro motivo da rejeição naquela época foi sua ausência nos textos literários tradicionais.

Outra discussão como a anterior girou em torno da palavra *honorabilidade*.

Desta vez apenas Rui Barbosa tachou a palavra de mal formada e vários são os argumentos usados pelo senador para repudiá-la. Em primeiro lugar, diz não ser de origem latina, mas francesa, mesmo reconhecendo que o termo latino havia sido registrado no dicionário de Quicherat, edição de Chatelain (1899), mas com péssima e insuficiente abonação. Em segundo, nem o vocábulo *honorável*, precedente imediato de honorabilidade, existia em português . Em terceiro, outras línguas como o espanhol e o inglês também não aceitaram o vocábulo. Enfim, diz ele:

> "É um vocábulo de acepção indefinida e, talvez, indefinível." (*Réplica* : 261, TII)

Diferente é a argumentação de Carneiro Ribeiro, porque favorável à palavra. Para isso, primeiro comprova sua existência (*honorabilitas*) em latim, depois comprova a existência do vocábulo nas línguas inglesa e italiana e, por último, demonstra a vigência da palavra em português,

pelos próprios textos do opositor, que o usa mais de uma vez nas *Cartas de Inglaterra*. Isso feito, rebate as afirmações de Rui quanto à origem dos substantivos abstratos *credibilidade* e *suscetibilidade*, que este afirma derivarem do português *credível* e *suscetível*. Para que existissem palavras como aquelas, não seria necessário, afirmou ele, a existência desta, mas que no latim existisse o adjetivo correspondente a elas. Assim, o pré-requisito para a formação de *honorabilidade* seria a existência de *honorabilis*, no latim, e não *honorável* em português.

A posição de especialista da língua, mais uma vez, deu vantagem a Carneiro Ribeiro, embora sua argumentação fosse essencialmente diacrônica, sem reconhecimento de que o uso sincrônico pudesse consagrar palavras sem correspondentes no latim. De sua lição, percebe-se que as "boas" palavras da língua são aquelas cuja etimologia residisse no latim, apenas.

Mesmo assim, contrariamente à argumentação de ambos os contendores percebemos a força do uso. Não fosse isso, o que explicaria o fato de Rui Barbosa usar em seus escritos palavra que, conscientemente, repudia? Essa é a maior prova de que a palavra já existia no português, era bem formada e adequada às necessidades comunicativas dos usuários.

Ainda sobre formação e uso de palavras, vejamos o que disseram os polemistas sobre *insolvabilidade, viabilidade x vitalidade.*

A palavra *insolvabilidade* foi condenada tanto por Carneiro Ribeiro quanto por Rui Barbosa. O argumento usado na sentença foi o da ausência de abonação da palavra pelos clássicos. No entanto, ambos reconhecem já ter sido atualizada a palavra e sabem que ela consta nos Dicionários de Morais, em edições não revistas pelo autor, e no Dicionário de Fr. Domingos Vieira[31]. Mesmo assim, por extremo apego à norma clássica, não aceitam a palavra. São atitudes como essa que caracterizam a atitude purista ortodoxa dessa época, tão atribuída a eles e igualmente refutada, como já tivemos ocasião de demonstrar.

A palavra poderia ter sido reconhecida, pelo menos, por Carneiro Ribeiro, em razão do seu conhecimento lingüístico. Ora, por analogia a tantas outras, é palavra bem formada, assim como o é *honorabilidade*, reconhecida por ele como tal. A questão poderia ser a origem da formação: aquela "descendeu" diretamente do latim, esta do francês. E aqui a incoerência do filólogo. Como rejeitar agora uma palavra bem formada e "de boa origem", do latim pelo francês, se antes houvera dito sobre honorabilidade:

[31] Na nota (33) das *Ligeiras Observações*, diz Carneiro Ribeiro: "Morais não registrou o vocábulo "insolvabilidade", de vez que este não aparece na 2ª edição, a última revista pelo seu autor, nem mesmo o traz na 4 ª ed. de 1831. A 7ª ed. já averba a palavra.

> "É um neologismo, é verdade, que nos veio através do francês, tendo sua origem na língua matriz; é formado por boa analogia; não há, portanto, razões para impugná-lo". (Ligeiras Observações : 31)

CUNHA (1987) dentro do verbete *solver*, proveniente do latim solvere, séc. XIV, apresenta:

> solver vb. 'orig. absolver' 'resolver, solucionar' 'dissolver' (...) do lat. *insolubilis* -e ‖INsolvABIL- idade 1858(...) do lat. tardio solubilis -e ‖solvABILIDADE 1874 ‖solvÁVEL 1858 (...).

Transitando da análise diacrônica para a sincrônica, podemos verificar os constituintes imediatos da palavra para, assim, poder tirar conclusões sobre sua formação. Partindo de *insolvabilidade*, temos.

> insolvabilidade
> insolvável {~bil}
> solvável
> solvar (não atualizada em português) ou (~a, vogal temática)

Isto posto, vemos que o "problema" residiu na última forma, o verbo *solvar*, não atualizado pelos falantes do português e nem do francês, que têm: *solvabilité*, substantivo, e *solvable*, adjetivo, mas não o verbo correspondente a essas formas.

Outro modo de raciocinar sobre essas formações seria considerar a existência de um alomorfe da vogal temática *-e* do verbo *solver*, que passou a **solvar*, com vogal temática *-a*, nas palavras so*lvável*, *insolvável* e *solvabilidade*, estudadas acima. De qualquer modo, vale

reafirmar a gramaticalidade das palavras examinadas, sistematicamente formadas, o que se poderia resumir na seguinte fórmula:

Subst.[Adj.{T (Rd *solv*-+ VT *a*) + S (~*bil*/vel)} + S (~*idade*/dade)][32]

ou

Subst.[Adj.{ P + T (Rd *solv*-+ VT ~a/*e*) + S (~*bil*/vel)} + S (~*idade*/dade)]

insolvável

insolvabilidade

No dicionário de uso mais consultado no Brasil, o dicionário de Aurélio Buarque de Holanda, há os seguintes verbetes sobre os termos em questão:

insolvabilidade [Do fr. insolvabilité.] S. f. 1. V. insolvência.

insolvência [De in-2 + solvência.] S. f. 1. Qualidade ou situação de insolvente. *[F. preferível a insolvabilidade.]* (Grifamos)

solvabilidade [Do fr. solvabilité.] S. f. 1. V. solvibilidade. Verbete: solvibilidade S. f. 1. Qualidade de solvível; solvabilidade, solvência.

solvável [Do fr. solvable.] Adj. 2 g. 1. Solvível.

Como percebemos, as palavras estudadas ainda podem estar em vigor no Brasil. A possível origem atribuída à palavra é francesa e, curiosamente, como acontece com outros verbetes, o autor do

[32] Segundo KEHDI (1992: 55), considerar o sufixo {~-idade} como alomorfe de {-dade} é mais econômico do que considerar o -i do primeiro como vogal de ligação.

dicionário opina sobre o emprego da palavra com o "forma preferível a". Talvez a base para a recomendação tenha sustentação na norma portuguesa clássica, sobre a preferência de uso de *insolvência* por *insolvabilidade*, como o demonstraram Rui e Carneiro, mesmo sabendo que essa era uma forma correntemente usada no comércio, como *ipsis literis* afirmou o último:

> "Embora de uso *muito comum no comércio* e já apontada nos dicionários de Morais, de Domingos Vieira e Ferreira Borges, o vocábulo insolvabilidade devera ser substituído pela palavra insolvência, achando-nos neste ponto de acordo com o ilustre Dr. Rui Barbosa". (*Ligeiras Observações* : 43)

A discussão travada entre os contendores sobre os termos *viável / viabilidade* vs. *vital / vitabilidade* já não se prende, exclusivamente, à formação dessas palavras, mas também ao seu emprego. Sobre a formação, naquela atitude ora liberal, ora conservadora, diz Carneiro Ribeiro:

> "Não é razão, pois refugarmos os vocábulos viável, viabilidade, no sentido em que os toma a medicina, só pelo fato de se ligarem diretamente ao francês viable, viabilité (...)" (*Tréplica* : 558)

Em primeiro lugar, vejamos a rejeição de Carneiro Ribeiro *ao uso* proposto por Rui Barbosa, para a expressão. Aceitando a palavra como portuguesa, bem formada, a despeito de ser oriunda do francês, não

aceita a expressão *feto vital*, porque este adjetivo se restringe, hoje, em português, ao sentido do que "é relativo, concernente à vida, força, vigor, o que é essencial, fundamental". *Viável*, por sua vez, é o adjetivo que se aplicaria bem à *expressão médica* e que, nessa acepção, significa "capacidade de viver", feto viável, então. E conclui Carneiro:

> "São, pois, o francês viable no sentido médico e o português vital, embora ligados ao mesmo elemento mórfico ou raiz, dois vocábulos semasiologicamente diferentes". (*Tréplica :* 561)

Rui argumenta para refutar a palavra *viável*, porque é galicismo semântico, "sem foro de vernaculidade". Embora recorrendo a dicionaristas franceses, ingleses e italianos e, também, a juristas italianos, para comprovar a especificidade jurídica do emprego do adjetivo *vital* — no sentido de ser capaz de se manter vivo — em lugar de *viável*, Rui Barbosa não consegue provar o uso vernáculo da expressão, recusada unicamente em razão da origem francesa, como fica evidente na citação de Cândido de Figueiredo, a quem se refere como "a maior de nossas competências atuais em matéria de lexicologia portuguesa" (*Réplica* : 59). Sobre o termo, diz o lexicólogo, na citação por Rui:

> "Tal palavra, todavia, é um claro francesismo (cf. o francês viable, de vie, vida). Não tem, portanto, formação nem derivação, que a torne ao menos aparentada com palavras nossas.

> Nós temos viável (que se pode percorrer ou transita caminho viável, campo viável); mas este é um vocábulo distinto de viável, no sentido de que pode viver, que é vivedoiro, que pode ter efeito, e muito justificável com o latim viare". (In: *Os Estrangeirismos* : 70)

À parte o que diz respeito ao preconceito com o galicismo e ao uso médico do *termo, têm razão Cândido de Figueiredo e Rui Barbosa* quando afirmam serem as palavras *viável/viabilidade* e *vital/vitabilidade* duas palavras diferentes no português. Isso pode ser demonstrado pela análise dos constituintes imediatos de cada uma delas.

1. viabilidade
   viabilidade
   viável
   via

2. vitabilidade
   vitalidade
   vital
   vida

O veio principal da discussão, no entanto, girou em torno do emprego da palavra, conforme Carneiro Ribeiro (Tréplica:556). O étimo, duvidoso, apresentado pelo americano Whitney, segundo o qual "a origem remota do vocábulo *viable* do francês é o vocábulo latino *vitabilis*", em verdade, não viria ao caso. O que interessava no momento era o emprego dado ao termo em medicina legal.

Esse era o ponto sobre o qual Carneiro Ribeiro deveria ter baseado sua argumentação. Se assim o fizesse, teria sido convincente. Mas ficaram dúvidas em relação ao caso, porque não arrolou exemplos do uso do

termo em medicina, naquela acepção. Desse modo, concluímos nós, mais uma vez travou-se uma discussão vã, em razão de os autores não aceitarem a norma contemporânea.

Pela apresentação, a seguir, dos verbetes dispostos no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio B. de H. Ferreira, podemos verificar dois pontos importantes: primeiro, o uso contemporâneo dado à palavra e, segundo, superposto a esse, o resquício da posição purista, no rótulo da palavra. Vejamos:

viável [De um *viar < lat. viare, 'caminhar', + -ável.] Adj. 2 g. 1. Que pode ser percorrido; que não oferece obstáculo; transitável. 2 [Do fr. viable.] Adj. 2 g. *Gal. 1. Duradouro, vivedouro. 2. Executável, exeqüível, realizável.* (Grifamos)

viabilidade S. f. 1. Qualidade de viável.

vital 1 S. m. 1. Certa casta de uva. 2 [Do lat. vitalle.] Adj. 2 g. 1. Respeitante à vida. 2. Próprio para a preservação da vida; fortificante. 3. De importância capital; essencial. ~V. aura —, ciclo —, espaço — e espíritos vitais.

vitalidade [Do lat. vitalitate.] S. f. 1. Qualidade de vital. 2. O conjunto das funções orgânicas. 3. Força vital; vigor.

O fato é que a palavra é usada, não importando se veio do francês ou do latim. Entretanto, em termos de linguagem culta formal escrita, no entanto, ainda é praxe aguardar a consolidação do uso. *A priori*, pode-se pensar, como possível entre outros, o seguinte caminho percorrido por um termo novo na língua: a. uso oral; b. uso na imprensa falada; c. uso na impressa escrita (jornais e revistas); d. uso literário. No caso dos

termos, essa trilha não precisa ser percorrida, pois são criados ou adotados em novas acepções, especificamente para denominar conhecimento emergente. Desse modo, entendemos que a intransigência lingüística acerca de usos passados é anacrônica e antieconômica.

Se assim pensarmos, não diremos, como Rui, que a gramática é uma *bestia insatiabilis*, mas, sim, que a língua é dinâmica e acompanha o desenvolvimento natural do homem, que nunca está saciado de produzir e criar novos modos de viver e pensar. Isso Rui não assimilou, mas sua frase demonstra que somente o *uso* governa a língua e que ela jamais se deixa aprisionar nas descrições de usos de determinada época.

2.2.3 Estrangeirismos, neologismos e arcaísmos

Sobre estrangeirismos e neologismos, algumas idéias de Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro já vieram à tona. Mesmo assim, retomaremos a questão estudando os capítulos, tanto da *Réplica,* quanto da *Tréplica* em que os autores discorreram especificamente sobre esses temas. É digno de nota o conflito existente entre a teoria — em muitos pontos liberal — explicitada pelos contendores, e a prática de cada um deles, sempre conservadora diante das questões sobre as quais se debruçaram.

Portanto, pode-se dizer que a discussão sobre os estrangeirismos, neologismos e arcaísmos ocorreu de dois modos: primeiro, foi implícita, entremeada em cada tema abordado; segundo, explícita, desenvolvida em itens ou capítulos específicos, para se defenderem dos ataques de tê-los usado. Rui, por exemplo, responde ao crítico José Veríssimo que comentou, por meio do ensaio *"Uma Lição de Português"*, o seu primeiro trabalho sobre a redação do Código.

Carneiro Ribeiro, por sua vez, abordou o tema quando rebateu críticas que Rui fez sobre outros trabalhos seus: *Serões Gramaticais* e *Gramática Filosófica.*

Ao defender-se das acusações de ter transigido em relação aos arcaísmos e estrangeirismos, Carneiro Ribeiro estabelece, com propriedade, aproximação entre esses fenômenos lingüísticos. Dos estrangeirismos, é o galicismo que ocupa espaço na discussão pois, como bem o disse Carneiro:

> "De todas as línguas de procedência latina é, como se sabe, o francês que mais tem concorrido para opulentar o vocabulário de nossa língua, já estudada na primeira fase de sua existência, já considerada nos períodos ulteriores de seu desenvolvimento". (*Tréplica* :766)

A posição de Carneiro Ribeiro diante do uso de termos oriundos do francês é dúbia, como já demonstramos acima. Em determinados casos, defende-os, mas em outros, rejeita-os. No trecho citado, por exemplo, vemos sua postura condescendente em relação a tais termos, pois são compelidos a figurar em nossa língua por força do uso, que, por sua vez, decorre de fatores sóciohistóricos, independentes da interferência de filólogos, gramáticos ou quem quer que pense em intervir no funcionamento da língua. Tanto isso é verdade que as palavras podem ser, ao mesmo tempo, arcaísmos e estrangeirismos, como reconhecido por Carneiro. Desse modo, fica bem claro que, também para eles (sobre isso estão de acordo Rui e Carneiro), o fato de as palavras e expressões figurarem nos textos clássicos, por si, não estão isentos de procederem

de outras línguas. Os antigos e clássicos também estiveram expostos, viveram e sofreram todas as influências de suas épocas.

Continuando sua exposição, Carneiro Ribeiro apresenta palavras e expressões arcaicas, de origem francesa, usados por antigos e clássicos de nomeada. São exemplos:

a) atender, na acepção de esperar;

b) sageza, sajaria, de sagesse;

c) perches, de perche (usado por Azurara);

d) prasmar, blasmo, por vituperar, censurar, repreender, do francês antigo *blâmer*;

e) a froto ou em froto, por a nado, do francês *à flot*, ou do italiano a *frotta*, *in frotta*;

f) a causa de, em vez de por causa de, por amor de;

g) à condição que, à condição de, por com a condição que;

h) esqueunça, por sorte, lance feliz, boa fortuna, do francês échéa ou do espanhol escaencia ; etc.

Mesmo assim, o autor reprova uso de expressões modernamente decalcadas no francês. É exemplo a expressão *de resto*, que era usada por poucos clássicos. Vejamos a incoerência no trecho seguinte:

> "Não basta um só clássico ou dois, por elevada que seja sua autoridade, para imprimirem numa palavra contestada o selo da vernaculidade.
>
> Não reprova o Dr. Rui, e julgamos com razão, o de resto, de que tanto usam alguns?" (*Tréplica* : 781)

Depois dessa afirmação, Carneiro Ribeiro transcreveu trechos de Antônio Vieira, Camilo Castelo Branco, Alexandre Herculano e outros.

Rui Barbosa, muito mais rigoroso e intransigente do que Carneiro Ribeiro, sobre essas questões, dedica-lhes três capítulos, um para cada tema: primeiro os galicismos, depois os neologismos e, por último, os arcaísmos. Usa 92 páginas para desenvolver os tópicos, sempre na defesa de não os ter usado nem (paradoxalmente) de ser intransigente em relação a eles.

O primeiro passo desse autor, no entanto é defender os clássicos de terem recorrido a francesias. Assim, contraditando José Veríssimo, apela para Antônio Vieira e Duarte Nunes por terem empregado a palavra *sucesso*, tida por galicismo, no sentido de bom êxito. Também, lança-se a encontrar etimologias portuguesas para palavras usadas por autores antigos e clássicos, a fim não lhes deixar a mácula do galicismo. São exemplos disso:

a) contagião: Sobre essa palavra diz ele: "Se Vieira usa de contagião, é que esta palavra não é menos nossa que dos franceses."

b) maladia: Palavra de que Vieira usou e deriva do baixo latim *malatus*, (que Bluteau registra *malato*) e do italiano *malato*, embora nos modernos dicionários, diz Rui, de Littré, Quichereat e Daveluy, Hatzfeld e Darmsteter não figure a palavra. Portanto, conclui que "antes que se ligasse ao francês, teria que entroncar no espanhol, no italiano e no latim".

c) remerceas, mais, mes, davantage, sages, a grande pena, guardar-se de, reguardar, contenença, tressair etc.: Todos parecidos com formas francesas, mas vernáculos, pois usados por D. Duarte, em o Leal Conselheiro. Outros tantos são os exemplos dados, que segundo Rui enganariam a quem visse só a aparência da palavra.

O argumento apresentado para a defesa de tais expressões, mesmo sendo todas semelhantes às do francês, é sempre o mesmo : se os mais reputados antigos e clássicos usaram, é vernáculo o dizer. Por isso, não aceita o pressuposto de Carneiro Ribeiro que uma palavra, ou expressão, pode, a um só tempo ser arcaísmo e galicismo. São suas palavras:

> "Se esses vocábulos são arcaicos, isto é, têm a sua ascendência no velho português, como os averbar de galicismos, isto é, de importações francesas?" (*Réplica:*369, TII)

E para dissipar qualquer dúvida:

> "Arcaísmo e estrangeirismo, ou neologismo, são epítetos que se encontram, e se repelem." (*Réplica* : 369, TII)

Observamos nessa afirmação que os conceitos de neologismo e estrangeirismo não se diferenciam, para Rui Barbosa. Diferença faz, no entanto, entre neologismo e neologia. Esta denominação cabe a uma palavra nova, útil e justificada pela falta de uma vernácula que exprima uma nova idéia, ou ser, animado ou inanimado. Aquele é o vício, é a denominação para as palavras, geralmente francesias, que vêm concorrer com as vernáculas. Sobre o assunto, leia-se este parágrafo da *Réplica*:

> "Com essas trocas do português em francês teria lucrado o discurso em colorido, em graça, em harmonia, em força, em clareza? Muito ao contrário. Coteje-se o *boudoir* ao *toucador*, o *abat-jour* ao *quebra-luz*, o *adresse* ao *endereço*, o *detalhes* a *pormenores*, o *unido* ao *liso*, o *gauche* ao *desazado*, o *massacre* ao *morticínio*, o *debutar* ao *estrear*, e logo se verá quanto descai a expressão, em luz, em sonoridade, em transparência, em energia, das castas e belas formas vernáculas para os bastardos e aleijados arremedilhos franceses. Na aberração dessas preferências pelo vicioso, pelo maculado, pelo disforme não se pode enxergar o critério ou a intuição da arte: são os defeitos do temperamento do artista, as influências da sua leitura, as intermitências da sua atenção, os bocejos da sua indolência, as falhas da sua cultura mental e essa espécie de dandismo literário, enfim, que dos hábitos pessoais se reflete na língua de certos escritores." (*Réplica* : 383, TII)

Depois de toda essa preleção, a reticência de Rui quanto ao hermético repúdio ao estrangeirismos. Note-se que não se trata de dúvida quanto

ao uso de estrangeirismos, mas quanto as suas palavras relativas ao assunto. Essas precisam ser amenizadas, para que sua defesa diante da forte acusação de purista implacável seja possível. Portanto, lemos:

> "Todos os idiomas vivos permutam uns com os outros. Seria desatino recusar esses subsídios, tão inestimáveis quão imprescindíveis, que se mutuam as línguas, enquanto não fossilizadas. Condenar, pois, em absoluto os estangeirismos fora não ter senso comum. Não são os galicismos em si mesmos o que se repele, mas a superfluidade evidente, ou a crueza indigesta, nos galicismos. Podemos importar de França o que não tivermos, e necessitarmos, contanto que o façamos, respeitando as leis da morfologia na história natural da gênese e transformação das palavras. Muitos vocábulos são hoje portugueses, ninguém o ignora, que eram meramente franceses; e todos os prosadores, todos os poetas contribuem para esse capital de importação, essencial ao convívio dos povos civilizados." (*Réplica*:383-4, TIII)

Diante dessa atitude de resistência, na prática, e aceitação, na teoria, em relação aos neologismos/estrangeirismos, Rui declara ser adepto dos seguintes critérios para tratar os neologismos:

1. são aceitos os neologismos que apresentarem *molde vernáculo*;

2. são aceitos os neologismos *necessários*.

No decorrer dos comentários que fizemos a algumas das questões discutidas por Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro, no entanto, percebemos como são subjetivos esses critérios. Ao primeiro faltava a devida

com reensão científica da língua para julgar convenientemente a adequação das palavras à morfologia da língua, em relação ao critério número 1. O número 2 é naturalmente subjetivo, pois não há para ele nenhuma condicionante histórico-social. Nesse caso, o ilustre senador voltava-se à norma antiga do português, na busca de palavras vernáculas para cravar a condenação a uma já adotada pelo povo e em uso por escritores, embora considerado "impuro". Não é difícil citar palavras rejeitadas por não necessárias ou não adequadas ao "molde vernáculo", mas que usadas desde então, sem oferecer ao falante da língua portuguesa qualquer suspeita de estrangeirismo. Podemos exemplificar citando as seguintes: *detalhe*, *sucesso*, *costume*, *partilhar*, *qualidade*, *um amor por* (em vez de *um amor a*), *fazer conhecimento*, *abajur*, *agir*, *afetar*, *desvirginar*, *autoral* etc.

A posição de Rui frente ao uso de arcaísmos não é diferente daquela adotada quanto aos neologismos: "usarem-se discretamente, quando necessários, ou úteis". No entanto, seus críticos o acusavam de arcaísta, tanto no uso da sintaxe, quanto do léxico. Por isso, VERÍSSIMO (1946) afirmou:

> "O sr. Rui Barbosa, como escritor, era alheio ao seu meio; admiravam-se os seus escritos como belos exemplares do classicismo; mas, salva rara exceção, ninguém se deixou contagiar pelo seu exemplo, nem se fez seu discípulo." ("Uma Lição de Português", In: *Letras Brasileiras* : 67-72)

A crítica de José Veríssimo deixa claros dois pontos importantes sobre a atitude lingüística de Rui Barbosa. O primeiro diz respeito ao fato de o senador, por ser um homem preso à norma lingüística prescritiva, ser anacrônico. O segundo, ao fato de, mesmo sendo anacrônico, ser admirado, mas não imitado. Isso revela que a linguagem de que fazia uso em seus escritos era artificial e oferecia dificuldades de ser imitada, até para os seus admiradores, pois o "normal", também em termos lingüísticos, é o contemporâneo; lingüisticamente, é o que é atualizado pelos usuários da época.

Tal fenômeno não é difícil de ser compreendido se se tiver como pressuposto a realidade de ser a língua um fenômeno sóciohistórico. Isso significa que a língua é inalienável ao homem e este do seu meio e todas as suas determinações. Tal afirmação não significa, deterministicamente, que a língua seja o espelho da sociedade. Ela é muito mais, é a sua interpretante: é o meio mais econômico e usual de o homem "dizer o mundo" tanto interior, subjetivo, quanto exterior a si próprio. É, como diz HALLIDAY (1974), o que o homem possui de mais íntimo. Portanto, contemporâneo.

Ainda com referência a esse pensamento de HALLIDAY (1974), observamos que o fato de ser a língua algo tão subjetivo explica, em grande parte, as reações que os polemistas ora estudados tiveram

diante das "correções" feitas à linguagem que usaram. Muitos devem ter-se perguntado: por que tamanha dimensão dada a tais correções? A resposta é simples: tocar na linguagem do homem é tocar no próprio homem. E os que têm brio, se ofendidos, defendem-se.

A defesa de Rui à crítica de José Veríssimo não convence. Retoma pontos já discutidos sobre o uso de neologismos, galicismos e arcaísmos. Nessa reposta, como há a divisão em capítulos para os três assuntos, parece que o autor os diferencia, mas a análise de cada um mostra haver diferença apenas entre os dois primeiros — que se identificam — e o último.

A posição de VERÍSSIMO (op. cit.:68) é vacilante. Critica o purismo em termos, pois afirma:

> "Reconhecendo embora a relativa legitimidade do purismo, admitindo-lhe limitações grandes, penso que se ele tem ainda lugar é na lei, é num código, mas mesmo aí cumpre impor-lhe limites."

É verdade que VERÍSSIMO leu e citou BRÉAL (1992), mas não extraiu dele a maior lição. Ao contrário, deteve-se em uma das características da norma lingüística, que é a de ser, também, conservadora. O aspecto inovador não foi considerado.

Para considerar com maior proximidade o pensamento do lingüista francês citado, voltemos ao seu texto, intitulado "O que Chamamos Pureza da Língua?" BRÉAL (op. cit.) parte do comentário sobre o purismo lingüístico enquanto atitude política explícita. Diz, então, que aqueles que têm na pureza da língua a pureza da raça, todo estrangeirismo é não só invasão, mas também contaminação. O autor questiona a possibilidade de uma língua não aceitar estrangeirismos, lembrando que o vocabulário acompanha a ciência, a arte, a cultura, enfim. Essa afirmação vai ao encontro do que afirma FOUCAULT (1987:28) sobre a continuidade discursiva, i. é., o homem absorve a cultura, e aí o discurso, de todos os que o precederam, acrescentando sua contribuição, que, por sua vez será, se relevante, incorporada por outros que virão. As palavras de BRÉAL sobre esse assunto foram as seguintes:

> "Assim os empréstimos são de todas as épocas. São tão velhos quanto a civilização, porque os objetos úteis à vida, os instrumentos das ciências e das artes, assim como as concepções abstratas que consolidam e afinam o sentido moral, não se inventam duas vezes, mas se propagam pelos povos, para tornarem-se o bem comum de todas as nações. Parece legítimo conservar seus nomes. Já que as palavras são, a seu modo, documentos históricos, é um pouco fora de propósito e talvez um pouco falso suprimir preconcebidamente seu testemunho." (Op. cit.:172)

Além de tudo isso, os empréstimos têm a vantagem de facilitar a interação entre povos diferentes. Nessa questão, o autor prevê, já no século XIX, a globalização da comunidade humana, ao afirmar não pertencerem os homens a um grupo étnico ou nacional, mas a comunidades ideais, ao mesmo tempo mais extensas e limitadas. Assim se realizam as trocas científicas, técnicas, comerciais, empresariais, esportivas, turísticas e de outros campos em todo o mundo. O exemplo dado para esclarecer esse fato é interessante e merece ser comentado. BRÉAL (op. cit.) refere-se ao fato de os puristas quererem usar vocabulário francês na denominação dos fatos e fenômenos ligados ao futebol, porque, mesmo tendo esse esporte sido, modernamente, importado da Inglaterra, a França antiga o conhecia e o praticava. A juventude, no entanto, não aceitou a idéia, pois tal atitude poderia dificultar a interação entre os atletas nacionais e estrangeiros. Por isso, disseram os jovens, nas palavras de BRÉAL:

> "Era melhor conhecer e manejar a língua de seus rivais que a de seus ancestrais, ancestrais respeitáveis certamente, mas que não serão encontrados nunca no hipódromo ou nos campos." (Op. cit. :173)

Mesmo tendo essa posição avançada, o autor recomenda algum comedimento no uso dos estrangeirismos. Portanto, faz duas condenações ao uso indiscriminado de estrangeirismos:

> "O que é preciso condenar é o abuso das palavras estrangeiras: o abuso seria acolher sob nomes exóticos o que já possuimos. O abuso seria também empregar palavras estrangeiras diante de qualquer espécie de auditório." (Op. cit. : 174)

Notamos até aqui que o autor não se refere aos termos com decalque em outras línguas, já incorporados à língua de adoção. Também, trata o neologismo como fenômeno diverso de estrangeirismo. Aquele surge em decorrência do desgaste sofrido pelas palavras em uso, em determinado momento, e que, naturalmente, são substituídas pelos falantes. Essa substituição pode ser em nível de significado e significante, ou apenas de significado, sobre um significante já existente, e é ação constante e gradual de todos os usuários. Sobre isso diz BRÉAL:

> "Todos preparamos, mais ou menos, o vocabulário do futuro, ignorantes ou sábios, escritores ou artistas, pessoas da sociedade ou homens do povo." (*Op. cit.* : 176)

Também em relação aos neologismos, o autor lembra critérios que, naturalmente, impõem limites a sua criação. O mais importante é a força da tradição cultural e literária, por isso afirma:"O limite no qual deve parar de inovar não é dado somente por uma necessidade de 'pureza' que pode ser sempre contestada, ele é imposto pela necessidade que temos de ficar em comunicação com o pensamento daqueles que nos precederam." (*Op. cit.* : 176)

Uma da características do purismo é ser um fato de diacronia na sincronia (COSERIU,1995:158-60). Essa é a base do pensamento que José Veríssimo pinçou do texto de BRÉAL, sem considerá-lo no contexto de que é apenas um fragmento, e a argumentação desse autor não confirma o ponto de vista e a ideologia subjacentes ao texto do crítico fluminense.

BRÉAL (1974) lembra também que o neologismo não se limita somente às palavras, mas atinge a gramática. Esta, porém, é mais resistente e, ao longo do tempo, poucos exemplos se fazem notar em uma língua, pois mudanças nesse nível atacariam o patrimônio histórico-cultural que representa séculos de pesquisas.

A conclusão a que chega o lingüista francês ao final do texto traz, mesmo depois de todas essas restrições, o verdadeiro espírito moderno. Fazendo suas as palavras do sueco Adolf Noreen, finaliza BRÉAL:

> 'Não será juiz em matéria de uso da língua o historiador da língua, que só tem a palavra para o passado; não será também o lingüista, que tem a tarefa de descrever as leis da linguagem, mas não de ditá-las; não será o estatístico que apenas registra o uso. A quem, pois, atribuir a autoridade? Ela pertence ao inventor, àquele que cria as formas das quais se serve em seguida o comum dos homens, ao escritor, ao filósofo, ao poeta... Nós somos a multidão que veste o pensamento com roupas criadas por eles; nós usamos esta vestimenta e a gastamos. Por nós mesmos, não podemos contribuir senão muito pouco para

> o desenvolvimento da linguagem; e ainda somente sob a direção desses mestres. É preciso que nos resignemos a sermos simples escolares, e não cabe aos escolares comandarem.' (Op. cit. : 179)

Tivessem os dois polemistas buscado alguma dessas luzes, não teriam dispensado tanto tempo a uma discussão lingüística que, no fundo, era regida por preferências individuais em relação a essa ou aquela construção, ou palavra, já que a noção de certo e errado é por eles mesmos desmitificada, ao provarem que, mesmo na literatura antiga e clássica, há usos para todos os gostos.

3 *Primeiras reações: Lima Barreto*

Posição bem diferente da de J. Alencar foi a de Lima Barreto. Inicialmente, ressalte-se que a primeira publicação desse autor ocorreu muitos anos depois (1909) das publicações de Alencar (1860). Aquele foi um precursor do modernismo, esse, um romântico. O nosso objetivo não é estabelecer comparação entre ambos, mas ressaltar diferenças de *atitude* perante o trato com a língua portuguesa entre autores que escreveram numa época em que vigorava a certeza de que o bom escritor era aquele que prezava o vernáculo, preservando-o, para conservá-lo tal como os grandes escritores do passado o usaram. Note-se que quase 50 anos separam José de Alencar de Lima Barreto, mas essa barreira temporal não constitui obstáculo para o estabelecimento do contraste entre ambos, porque, como já salientamos anteriormente, a língua praticada por escritores nos primeiros anos deste século manteve características da anterior, isto é, escritores do começo do século XX procuravam escrever tomando como norma o português dos séculos anteriores.

Contra essa atitude rebelou-se Lima Barreto. JOÃO ANTÔNIO (1995:9), também por isso, afirma sobre esse autor: "E ele em certos momentos

era quase um carbonário (...)" . Em relação à linguagem, no seu contexto, foi um carbonário, e é essa a sua faceta que exploraremos.

Lima Barreto escreveu a partir de 1909. Sobre os primeiros anos deste século, PRETI (1982:169) lembra que, na poesia, lideravam os parnasianos e, na prosa, os vernaculistas, ambos partidários de estilo lingüístico rebuscado e ornamental, conservador, em relação à norma lusitana. A sociedade passa por transformações políticas (a Abolição e a República) que fermentam atitudes de rebeldia a respeito do novo *status* do negro na sociedade urbana brasileira. Literariamente falando,

> "esses 'humilhados e ofendidos' teriam no mestiço Lima Barreto o seu romancista, perenemente inconformado com as desigualdades sociais e o regime político, com os mandarinatos literários e o preconceito vernáculo." (PRETI, op. cit.)

Por meio do narrador-personagem Isaías, no prefácio do romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, assim se pronuncia Lima Barreto:

> "Não é meu propósito também fazer uma obra de arte de ódio; de revolta enfim; mas uma defesa a acusações deduzidas superficialmente de aparências cuja essência explicadora, as mais das vezes, está na sociedade e não no indivíduo desprovido de tudo, de família, de afetos, de simpatias, de fortuna, isolado contra inimigos que o rodeiam, armados da velocidade da bala e da insídia do veneno". (*Recordações*:19)

Nessa obra, a autor blatera contra todos os tipos de poder. Não somente o poder que se exerce pela força do dinheiro e da posição social, mas também daquele subliminar, a maioria das vezes decorrente desse, que é o do emprego da palavra rebuscada, da sintaxe preciosista desligada da simplicidade da vida, presa a regras rígidas ou em desacordo com o uso.

Por isso, dos dezessete livros de Lima Barreto, tomamos o primeiro, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, e o segundo, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, com o fito de explorar as suas idéias sobre a linguagem praticada então, mesmo cientes de que por toda a sua obra há observações sobre uso lingüístico. A razão da escolha é uma só: estes foram alguns dos romances pioneiros na denúncia da prática do artificialismo lingüístico e na defesa do uso do português do Brasil, naquele contexto.

Seguidor das idéias de Taine, Lima Barreto deixa claro pelas atitudes e falas de suas personagens a certeza do determinismo social — da raça, do meio e do momento histórico — na vida do homem[33]. Em relação à linguagem, esse determinismo revela-se no próprio uso da língua, bem condizente com a vida do brasileiro, o que é patente nos diálogos de suas personagens, inclusive com a reprodução de estrangeirismos,

[33] Hippolite Taine (1828-1893) filósofo, historiador e crítico francês que acreditava no determinismo do meio, da raça e do momento histórico.

coloquialismos, neologismos, ou na crítica sutil e mordaz acerca da língua praticada na época. Algumas passagens de seus romances podem ilustrar o fato.

Em primeiro lugar, o trecho em que Isaías narra a aparição do escritor Veiga Filho, fazendo várias ironias ao seu estilo.

> "(...) quase me fizeram duvidar que fosse aquele o Veiga Filho, o grande romancista, *o grande romancista de luxuoso vocabulário, o fecundo conteur, o enfático escritor a quem eu me tinha habituado a ler com dicionário na mão?*" (*Recordações*:96) (Grifamos)

E mais adiante:

> "Foi um duplo triunfo, terminava assim a notícia, de Veiga Filho e de Napoleão, o último grande homem que a nossa espécie viu, cuja grandeza e cujos triunfos aquele grande artista soube pintar e descrever, *jogando com as palavras como um malabarista hábil faz com as suas bolas multicores*". (*Recordações*:97) (Grifamos)

A pressão do meio é tamanha sobre o homem, na visão do autor, que as personagens sucubem diante dela. Vejamos a passagem de conclusão do episódio acima citado:

> "Veiga Filho acabou de ler a notícia no meio da sala, cercado de redatores e repórteres. Enquanto ele lia cheio de paixão, esquecido de que fora ele mesmo o autor de tão lindos elogios, *fiquei também esquecido e convencido do seu malabarismo vocabular, do sopro heróico de sua palavra, da sua erudição e do seu saber...*" (*Recordações*:98) (Grifamos)

Mais significativa ainda é a confissão de Isaías de que se havia rendido às circunstâncias que o encarceravam naquele período:

> "Depois de acobardado, tornei-me superior e enervado e não tentei mais mudar a situação, julgando que não havia, no Rio de Janeiro, lugar mais digno para o genial aluno de Dona Ester que o de contínuo numa redação sagrada. Não estudei mais, não mais abri livro. Só a leitura d'O Globo me agradava, me dava prazer. *Comecei a admirar as sentenças literárias do Floc, as pilhérias do Losque, a decorar a gramática homeopática do Lobo e a não suportar uma leitura mais difícil, mais densa de idéias, mais logicamente arquitetada, mesmo quando vinha em jornal. Era pesado e...*". (*Recordações*:100) (Grifamos)

Quanto ao uso da linguagem pelas personagens, observa-se nos textos de Lima Barreto uso de linguagem mais próxima da realidade brasileira. É o que verificaremos no diálogo acontecido entre Olga e Felizardo, em que o autor trabalha características do dialeto culto e popular:

> *"— Bons dias, 'sá dona'.*
>
> *— Então, trabalha-se muito, Felizardo?*
>
> *— O que se pode.*
>
> *— Estive ontem no Carico, bonito lugar... Onde é que você mora, Felizardo?*
>
> *— É doutra banda, na estrada da vila.*
>
> *— É grande o sítio de você?*
>
> *— Tem alguma terra, sim senhora, 'sá dona'.*
>
> *— Você por que não planta pra você?*
>
> *— 'Quá sá dona!' O que é que a gente come?*

Na fala de Olga, notamos as seguintes marcas dos dialetos culto e popular:

DIALETO CULTO	DIALETO POPULAR
1. Ênclise: trabalha-se	1. Uso de pronome de tratamento em lugar do possessivo: — É grande o sítio de você? 2. Topicalização do objeto — Você por que não planta para você?

Já o discurso de Felizardo apresenta predominantemente marcas do registro popular. Vejamos:

DIALETO CULTO	DIALETO POPULAR
1. Sem marcas específicas.	1. Redução de palavras e combinação de duas formas de tratamento com mesmo valor: Sá dona = senhora dona 2. Uso de 3ª pessoa em lugar da 1ª

N fala de Olga, notamos as seguintes marcas dos dialetos culto e popular:

DIALETO CULTO	DIALETO POPULAR
1. Ênclise: trabalha-se	1. Uso de pronome de tratamento em lugar do possessivo: — É grande o sítio de você? 2. Topicalização do objeto — Você por que não planta para você?

Já o discurso de Felizardo apresenta predominantemente marcas do registro popular. Vejamos:

DIALETO CULTO	DIALETO POPULAR
1. Sem marcas específicas.	1. Redução de palavras e combinação de duas formas de tratamento com mesmo valor: Sá dona = senhora dona 2. Uso de 3ª pessoa em lugar da 1ª

	— Tem alguma terra (...) = Tenho alguma terra 3. Eliminação do "l" em final de palavra: — Quá (...) = Qual 4. Utilização de léxico específico: — E doutra banda(...) = É do outro lado

Também fortes e significativas foram as observações de Lima Barreto quanto à atitude vernaculista, purista ortodoxa, que escritores, gramáticos e jornalistas adotavam diante da Língua Portuguesa. Sobre o problema da vernaculidade, o escritor pôs a personagem Policarpo Quaresma para requerer que o Congresso Nacional do Brasil decretasse o tupi-guarani como língua oficial, já que essa era a língua em vigor no Brasil, até que os portugueses trouxessem e emprestassem o português aos brasileiros, que, por sua vez, na visão daqueles, nunca a utilizaram "bem". Eis a íntegra do requerimento de Quaresma;

"Policarpo Quaresma, cidadão brasileiro, funcionário público, certo de que a língua portuguesa é emprestada ao Brasil; certo também de que, por esse fato, o falar e o escrever em geral, sobretudo no campo das letras, se vêem na humilhante contingência de sofrer continuamente censuras ásperas dos proprietários da língua; sabendo além, que, dentro do nosso país, os autores e os escritores, com especialidade os gramáticos, não se entendem no tocante à correção gramatical, vendo-se, diariamente, surgir azedas polêmicas entre os mais profundos estudiosos do nosso idioma — usando do direito que lhe confere a Constituição, vem pedir que o Congresso Nacional decrete o tupi-guarani, como língua oficial e nacional do povo brasileiro.

O suplicante, deixando de parte os argumentos históricos que militam em favor de sua idéia, pede vênia para lembrar que a língua é a mais alta manifestação da inteligência de um povo, é a sua criação mais viva e original; e, portanto, a emancipação política do país requer como complemento e conseqüência a sua emancipação idiomática.

Demais, Senhores Congressistas, o tupi-guarani, língua originalíssima, aglutinante, é verdade, mas que o polissintetismo dá múltiplas feições de riqueza, é a única capaz de traduzir as nossas belezas, de pôr-nos em relação com a nossa natureza e adaptar-se perfeitamente aos nossos órgãos vocais e cerebrais, por ser criação de povos que aqui viveram e ainda vivem, portanto possuidores da organização filosófica e psicológica para que tendemos, evitando-se dessa forma as estéreis controvérsias gramaticais, oriundas de uma difícil adaptação de uma língua de outra região à nossa organização cerebral e ao nosso aparelho vocal — controvérsias que tanto empecem o progresso da nossa cultura literária, científica e filosófica.

Seguro de que a sabedoria dos legisladores saberá encontrar meios para realizar semelhante medida e cônscio de que a Câmara e o Senado pesarão o seu alcance e utilidade

P. e E. deferimento". (*Triste fim*:48)

O ridículo em que caiu a personagem, vítima da troça de toda a cidade, não impediu que o autor veiculasse sua idéia sobre o problema do uso da língua portuguesa no Brasil, diverso do de Portugal. Esse problema indica que os brasileiros, principalmente naquela época, tinham de dominar ativa e passivamente duas normas lingüísticas, a do Brasil e a de Portugal, e os escritores, gramáticos e usuários cultos da língua estavam sempre prontos a criticar ferrenhamente todos quantos se desviassem da norma portuguesa. Em muitos casos, no entanto, havia indefinição da norma, decorrente de usos diverso de escritores, o que causou muitas polêmicas, em que os participantes imaginavam defender "o melhor uso", ou a "forma mais correta e pura de expressão"

Nas *Recordações*, Lima Barreto criou Lobo, o gramático, ridicularizado por estar sempre preso a regras gramaticais. A participação do gramático na história é burlesca, assim como sua aparência. Figura descrita pelo narrador como "velho e esquálido gramático", "caturra", "de mau humor", sempre vestido de preto, com uma velha sobrecasaca curta, desusada, com abas espapadas e grandes placas reluzentes nas costas" (*Recordações* : 130), cuja "sabedoria" e "poder" eram demonstrados apenas pela exposição de regras gramaticais, muitas vezes duvidosas, ou desusadas.

A intenção era mesmo expor o ridículo da atitude purista ortodoxa, estendida do século XIX até 1922, antes do movimento modernista que inibiu esse tipo de comportamento. A referência ao representante máximo do purismo ortodoxo na época, Rui Barbosa, e aos gramáticos atuantes naquele período não escapam ao autor. Neste trecho, por exemplo, há uma referência a uma das lições puristas de Rui Barbosa, constantes da *Réplica*:

> "Os outros curvavam-se servilmente ao diretor. O que não seria se o doutor em Exegese Bíblica tivesse os cuidados puristas do Oliveira, que reclamava um 'propositalmente' por propositadamente! Toda a sua gramática estava aí. Ele conseguira saber que 'propositalmente' não era aconselhado pelo Rui e ai do revisor que deixasse escapar um na sua seção! O próprio Loberant, tão ignorante quanto o Oliveira, pessimo escritor, tinha fúrias extraordinárias quando lhe trocavam uma palavra no luminoso artigo". (*Recordações*:102)

Nas *Recordações*, as personagens ignorantes eram as que se prendiam ferozmente às pequenas regras gramaticais. Entre eles, Ricardo Loberant, o dono do jornal, Oliveira, o redator, e Lobo, o gramático, que era, na expressão irônica de Lima Barreto "sabichão em gramática, Geografia e línguas". O excerto seguinte comprova essas idéias:

> "Naquela manhã [Lobo] não parecia disposto ao seu *sport* favorito. Entrou carrancudo, com a ruga mais acentuada, cumprimentou ligeiramente Floc, e, já sentado, perguntou-lhe, olhando por cima dos óculos:
> — Quem é esse Sanches que escreveu este artigo sobre "Bancos emissores"?
> — Não sei bem, disse Floc. Creio que é um advogado aí.

> —Que ignorante! Pois esta besta não escreveu — um dos que foram — isso se admite? Qual! Como é que saem batatas destas?! Estou desmoralizado... Todos sabem que tenho aqui a responsabilidade da língua... Que dirá o João Ribeiro? o Said Ali? o Fausto? E o Rui, que dirá? Naturalmente vão acusar-me de ignorante... Vou dizer ao Ricardo que preciso ver todos os originais, senão declaro publicamente que não tenho responsabilidade com a gramática do *O Globo*. Não é possível ser assim! (*Recordações*:131)

O parecer do narrador sobre a Gramática de Lobo é tão acre quanto o sobre a pessoa. Diz ele:

> "A Gramática do velho professor era de miopia exagerada.
>
> Não admitia equivalências, variantes; era um código tirânico, uma espécie de colete de força em que vestira as suas pobres idéias e queria vestir as dos outros." (*Recordações*:131)

Outro fato a ser registrado sobre a importância da linguagem para Lima Barreto é o da rivalidade entre os jornais *O Globo* e o *Jornal do Brasil*. A personagem Loberant já havia empreendido alguns expedientes para não perder popularidade e vendas, para o rival. O único fato que diferenciava o *Globo* de *O Jornal do Brasil* era a menor rigidez na aplicação das regras gramaticais. Isso, segundo Loberant, deixava o rival em vantagem quanto à popularidade, portanto exigiu:

> " Não quero mais gramática, nem literatura aqui!..... Nada! Nada! De lado essas porcarias todas... Coisa para o povo, é que eu quero!" (*Recordações* : 107)

Nesse fato, observamos que o rigor e o preciosismo no trato da língua não são populares e, portanto, inadequados aos objetivos de um jornal. O gramático, no entanto, não se conforma e argumenta, deixando clara a ideologia purista ortodoxa: o uso contemporâneo da língua a estiola e corrompe:

> "— Mas, doutor...
>
> — Ora, Lobo! já vem você...
>
> — Mas, doutor, A língua é uma coisa sagrada. O culto da língua é um pouco o culto da pátria. Então o senhor quer que o seu jornal contribua para a corrupção deste lindo idioma de Barros e Vieira...
>
> — Qual Barros, qual Vieira! Isto é brasileiro - coisa muito diversa!
>
> — Brasileiro, doutor! falou mansamente o gramático. Isto que se fala aqui não é língua, não é nada: é um vazadouro de imundícies. Se Frei Luís ressuscitasse, não reconheceria a sua bela língua nesse amálgama, nessa mistura diabólica de galicismos, africanismos, indianismos, anglicismos, cacofonias, cacotecnias, hiatos, colisões... Um inferno! Ah, doutor! Não se esqueça disto: os romanos desapareceram, mas a sua linda língua ainda é estudada..." (*Recordações* : 107)

Outras lições gramaticais de Lobo, salpicadas no livro, abordam fatos coincidentes com o falar brasileiro, repudiados pelos puristas da época. Como exemplo, o uso do pronome átono solto entre dois verbos, ou o início de frase que comece com esse tipo de pronome.

> "Não admitia que se escrevesse 'vieram lhe chamar', se alguém o fizesse em dias de mau humor, era certo ter de refazer de começo ao fim todo o seu trabalho". (Recordações:132)

> "— Me falece competência para falar de si, começou.
> Lobo, que continuava de mau humor, não se conteve e exclamou do canto:
> — Xi! Quanta asneira!". (*Recordações* : 134)

O fim reservado por Lima Barreto para o gramático que, intransigentemente, queria fazer a antiga norma portuguesa vigorar no Brasil, em detrimento da contemporânea, foi condizente com sua atuação na história. O Lobo enlouqueceu de tanto ouvir incorreções gramaticais:

> "O tempo trouxera à redação inevitáveis modificações. Lobo enlouquecera e estava recolhido ao hospício. Sua mania era não falar nem ouvir. Tapava os ouvidos e mantinha-se calado semana inteira, pedindo tudo por acenos. Ao médico que lhe perguntou por que assim procedia, explicou, a muito custo:
> — Isto não é língua... Não a posso ouvir... Tudo errado... Que vai ser disto!
> — E por que não fala?
> — Os erros são tantos, e estão em tantas bocas, que temo que eles me tenham invadido e eu fale esse calão indecente...". (*Recordações*:161)

Embora Lima Barreto tivesse idéias renovadoras em relação à língua, o discurso do narrador em seus romances dá-se sempre em linguagem bem cuidada, apesar de simples. Isso já o disse PRETI (1982:174):

> "A posiçao polemista de Lima Barreto em relação ao 'purismo' não o levaria a uma atitude de absorver totalmente a linguagem popular do Brasil, em detrimento da culta.(...)"

> "Entretanto, nao fugiu a um narrador, nitidamente colocado na norma culta e, apesar de alguns deslizes, sua linguagem é simples e cuidada, em especial quando se serve do foco narrativo onisciente, como ocorre em Triste fim de Policarpo Quaresma".

Esse fato indica que não é fácil romper uma tradição, como era a atitude purista adotada por todos os literatos de então. Lima Barreto prenunciou uma nova atitude em relação à língua falada no Brasil, somente posta em prática de modo coletivo a partir da Semana de Arte Moderna, em agosto de 1922. Essa atitude do autor prova que ele foi realmente um carbonário: insurgiu-se contra os padrões vigentes, na sua época, em relação à Língua Portuguesa.

Apesar de todos esses brados de Lima Barreto, a posição purista ortodoxa vigorou plenamente no Brasil até, aproximadamente, 1922, quando se iniciou uma nova fase do português do Brasil.

III CAPÍTULO

O purismo nacionalista e a implantação da norma lingüística brasileira

1 Monteiro Lobato: conflito de posições

O purismo ortodoxo denunciado por Lima Barreto foi também praticado por Monteiro Lobato, literato que criou polêmicas relativas tanto a suas atitudes político-sociais, quanto às relacionadas às letras. No âmbito sócio-político, levantou questão sobre a pobreza e ignorância do homem do campo, quando criou Jeca Tatu, e sobre o problema do petróleo e do ferro brasileiros. Em relação às letras, suas opiniões sobre o uso da língua também marcaram época.

Por isso, o exame da metalinguagem produzida no século XX não pode excluir a produzida por Monteiro Lobato entre os anos de 1904 a 1945. Em primeiro lugar, porque é significativa para a história da língua praticada no Brasil; em segundo, porque é abundante; em terceiro, porque reflete a indecisão e o conflito que envolveu o problema da constituição da norma brasileira.

A análise do discurso de M teiro Lob to mostra como suas convicções lingüísticas eram temporárias e como eram destoantes o seu discurso e a prática. As mudanças de posição acerca do conceito de língua servem como linhas divisórias das fases por que passou. Adotou posição conservadora, mas reagiu à dureza de certas regras gramaticais em vigor. Preocupou-se com a prescrição gramatical, mas assumiu posição inovadora, rejeitando intensamente a prescrição. E, finalmente, retomou antigas posições, embora de modo menos rigoroso.

As fases lingüísticas de Lobato aparecem com nitidez em textos de diversa natureza. Como assinalou PIMENTEL PINTO (1994:52), os textos do escritor paulista podem ser distribuídos em três grupos: "os de finalidade literária; os de finalidade pragmática, voltados para a defesa de idéias ou propostas; os de finalidade subjetiva ou de expressão pessoal — a sua riquíssima correspondência". O nosso interesse recai, predominantemente, nos trabalhos relativos a esse último grupo, na tentativa de mostrar, pela análise dos comentários lingüísticos, postos na correspondência pessoal do autor, sua concepção de língua e seu pensamento sobre a prática lingüística, o uso.

As cartas escritas a Godofredo Rangel, ao longo de 40 anos, colecionadas na obra *A Barca de Gleyre*, constituem o nosso *corpus* principal. Esse material apresenta dupla vantagem: autenticidade, pois

não havia, po parte dos correspondentes, até 1919, intenção de publicá-lo, e desenvolvimento cronológico claro. No entanto, não nos escusamos de utilizar textos de finalidade literária e pragmática, quando indispensáveis a nossa análise.

A metalinguagem de Monteiro Lobato traz características dos dois primeiros períodos do século. Essa é uma situação natural, já que viveu, e incorporou, as tendências de uma época extremamente marcada pela discussão a respeito do uso da língua. Não é sem razão que PIMENTEL PINTO (1981:XIII) diz:

> "O período que vai de 1920 a 1945 é, sem contestação, o mais denso de toda a história da língua portuguesa do Brasil, de tal sorte que não constitui tarefa simples sistematizar-lhe a produção."

Essa densidade diz respeito não somente à quantidade de textos produzidos, mas também à diversidade de fontes deles depositárias. Além dos comentários publicados pela imprensa, nos discursos proferidos por filólogos e interessados na língua de modo geral e nos textos especializdos sobre o assunto, o texto literário, com muito maior freqüência que antes, passou a abrigar metalinguagem relativa ao português praticado no Brasil.

Decorre disso a dificuldade de organização do pensamento de Lobato sobre a língua portuguesa. Um método possível para levar adiante essa tarefa é investigar-lhe a produção a partir de duas vertentes complementares: a cronológica e a conteudística. Partindo, então, da linha cronológica, obtém-se a seguinte disposição temática da metalinguagem do autor:

- *de 1904 a 1919* — apego, ora maior, ora menor, a prescrição gramatical;
- *de 1920 a 1940* — rejeiçao à gramática, aceitação da variante brasileira da língua portuguesa, a que chamou "língua brasileira".
- *de 1941 a 1945* — retorno à ortodoxia gramatical. Reconhece diferenças entre a modalidade escrita e a falada, mas não aceita muitas interferências desta naquela.

1.1 Concepção de língua

Os escritos de Lobato evidenciam o cuidado que sempre teve com a linguagem, em todas as fases por que passou. Nas cartas que escreveu a Rangel, há muitos comentários a respeito do estilo, da precisão e clareza da linguagem e da correção lingüística[34]. O trabalho lingüístico que empreendia para extrair bom efeito dos seus textos foi penoso e custou muita leitura e estudo das obras dos clássicos portugueses (Camilo Castelo Branco — para ele o mais perfeito de todos — Frei Luís e Sousa, Bernardes, Fialho, Almeida Garrett, Herculano de Carvalho esses com referências explícitas nas cartas). Entre os brasileiros, admirava o classicismo português de Rui Barbosa, Euclides da Cunha e Machado de Assis, em quem reconheceu um estilo clássico suave, mais adequado ao gosto brasileiro.

Das cartas publicadas em a *Barca* também é possível entrever posições não somente lingüísticas, mas também político-filosóficas. A análise de tais posições mostra que o conflito e a inquietação característicos da

[34] "Na propriedade da expressão está a maior beleza; dizer " 'chuva' quando chove - 'sol' quando soleja. É aí que entra exata na rosca o parafuso" (*A Barca de Gleyre*: 23):
" 'Balbucio adorável'. É preciso expulsar do teu vocabulário este adjetivo que o Macuco e a pandilha do Brás puseram a perder. O 'adorável' está babado demais, gosmento. 'Doídas saudades': é um perigo este adjetivo; fatalmente o tipógrafo comporá 'doidas' e o revisor deixará passar. 'Espaços trêmulos de asas ruflantes': restos do nefelibata: coisa sonante harmoniosa, mas trop literaire. 'O baque dos monjolos *percutia:* acho o 'percutir' muito de gatilho de espingarda, muito metálico; monjolo é pau e um pau que bate noutro não percute, dá um choque balofo. O 'sem fim das colinas' está magnífico. É teu? Quanto ao fecho (a pergunta final), não compreendo bem a sua razão de ser. Tudo mais, ótimo." (Op. cit : 24)

personalidade de Lobato têm origem, também, nos textos que davam suporte a suas atitudes. Quanto à Filosofia, apoiava-se nas obras de Nietzsche, referindo-se muitas vezes a *Assim Falou Zaratustra*. Como ele mesmo afirmava, sobre Filosofia, cada vez que lia Nietzsche, ficava "mais topetudo". O topete lingüístico era de Camilo que extraia:

> "Cada vez que mergulho em Camilo, saio de lá adiante eu mesmo — mais topetudo" (A Barca:259)

Politicamente, deixa expressa sua preferência pelo "ruismo", contra o "hermismo"[35]. Nessa opção ficam argamassadas a admiração política e a lingüística por Rui, pois o considerava o clássico do Brasil, a quem se podia admirar. Veja a expressão do seu pensamento:

> "Tens os discursos do Rui? Que maravilha! Que deslumbramento! que incomparável mestre e que artista de palavra! É o grande clássico que nos dispensa de lidar com os velhos clássicos — tudo que neles há de bom aparece em Rui, e melhorado. Tem todas as energias e todas as suavidades. Rui é um Everest." (A Barca:177 - 15/09/1909)

Lobato permaneceu partidário de Rui Barbosa durante o período de governo de Afonso Pena, de Nilo Peçanha e de Hermes da Fonseca. Três anos mais tarde, porém, confessa a Rangel ter passado o seu "período

[35] Nome atribuído à corrente política favorável à candidatura de Hermes Rodrigues da Fonseca, defensora do retorno do "militarismo" ao poder, contra o "civilismo" defendido por Rui Barbosa, também candidato a presidente, para o quadriênio 1910-1914.

febril" de ruísmo. O motivo da dissensão foi político, mas implicou a indiferença pelos textos de Rui. Disse Lobato:

> "Eu é que estou divorciado de Rui... por motivos bélicos. Eu não o leio. Como torço pela vitória da Alemanha e Rui é o paladino da derrota alemã, resumo a minha opinião sobre ele com a imbecilidade dum calouro: 'É uma besta!" (*A Barca*:363 -11/10/17)

Quanto às convicções lingüísticas de Monteiro Lobato, pode-se dizer que a única constância foi a veneração que nutriu pelo estilo e linguagem de Camilo Castelo Branco. Nas fases de maior dependência da norma portuguesa, Lobato enalteceu Camilo incondicionalmente e o considerava modelar. Nas fases de menor dependência, estabelecia algumas restrições à exploração do texto camiliano, quando afirmava que o romântico português era fonte, mas seria preciso estar atento à contemporaneidade da linguagem que a vida estava a exigir. Sempre, no entanto, cobrava de Rangel, e de si próprio, que os clássicos, e em especial Camilo, não deviam ser imitados. Ao contrário, o objetivo era saírem mais individualizados depois de cada leitura. O que visavam a aprender nos clássicos era o estilo, os torneios de linguagem, o manejo e a experiência de produzir forte efeito de sentido até a partir da exploração de fatos banais da vida cotidiana, imperceptíveis ao homem comum.

Para Lobato, Camilo era o remédio para todos os males lingüísticos: a falta de vocabulário, a imprecisão das imagem verbais, a incorreção gramatical... Portanto, o romântico português foi útil em todas as fases da vida literária de Lobato, não importando se este estava mais ou menos afeito á "gramática". Por isso, na fase em que achava que o estilo, o vocabulário e a sintaxe de Camilo podiam ser recriados por ele, sem restrições, disse Lobato a Rangel:

> "Confundes bobamente duas coisas: clássicos e Camilo. Camilo não é clássico no sentido gramaticóide do termo; e para afundarmos os dois no mar do classicismo, nunca te convidaria eu, porque os aborreço sobre todas as coisas. Convidei-te para o passeio através de Camilo *como remédio* contra o estilo redondo dos jornais, que somos forçados a ingerir todos os dias. *Camilo é o laxante*. Faz que eliminemos a 'redondeza'. É água limpa onde *nos lavamos dos solecismos, das frouxidões do* dizer do noticiário — e também nos *lavamos* da adjetivação de homens copados como Coelho Neto. Camilo é lixívia contra todas as gafeiras. E além desse papel de potassa cáustica, ele nos dá essa coisa linda chamada topete. Camilo nos 'desabusa', como aos seminaristas tímidos um companheiro desbocado. Ensina-nos a liberdade de dizer fora de qualquer forma." (Grifamos) (*A Barca*:259)

E, em fase posterior, apresenta restrições ao exagero a imitação do literato português, quando fala a Rangel:

> "Hoje estás no ponto em que é só escrever e publicar: A crítica só terá carinhos com você. Uma coisa ainda aconselho: *podar as camilices* enxertadas na primeira parte. Estou convencido de que o vocábulo fora da moda, fóssil ou raro, é 'pedra' de banana-maçã. O teu

> estilo é o desta última parte. Nela não há ressaibo de Camilo nem de ninguém: tudo ali é Godofredo Rangel até o sabugo das unhas." (Grifamos) (*A Barca*:289 - 01/08/1915)

A metalinguagem produzida por Lobato, embora extensa, não traz sinais de estudos teórico-filosóficos sobre língua, restringindo-se seus comentários à prescrição gramatical, ao estilo, ou uso da língua. Sobre o conceito de língua do autor, pode-se dizer apenas o que está subjacente a suas afirmativas. Nesse particular, Lobato deixou-se levar pelas correntes filosóficas da época, pelas quais se interpretava o mundo e, inevitavelmente, a língua. Isso quer dizer que se percebe em seus comentários a presença do *evolucionismo*, por meio do qual se acreditava que as línguas passavam pelo mesmo processo por que os seres vivos passavam: nascimento, crescimento, corrupção — em específico em relação às línguas — e morte. A propósito disso, escreveu:

> "Assim como o português saiu do latim pela corrupção popular desta língua, o brasileiro está saindo do português. O processo formador é o mesmo: corrupção da língua mãe. A cândida ingenuidade dos gramáticos chama 'corromper' ao que os biologistas chamam 'evoluir'." ("O Dicionário Brasileiro"In: PIMENTEL PINTO, 1981:102)

Pelo discurso e prática do autor, a teoria evolucionista era a que realmente apoiava as suas idéias sobre a língua. Por isso, acreditava na pureza e impureza da língua e no seu desgaste pela ação dos que

ig m "a fase áurea do desenvolvimento da língua", representada nos textos de escritores antigos e clássicos. Desse modo, pode-se dizer que o autor pratica o tipo de purismo ortodoxo. Isto é, considerava superior a norma portuguesa, lutava para mantê-la e preservá-la e ridicularizava o uso brasileiro da língua, o que fica evidente em várias das suas afirmações, como por exemplo:

> "Num romance de Júlio Verne há um Thiago Paganel, geógrafo de má memória, ao qual sucedeu o caso, que hoje não me espanta, de aprender o espanhol pelo português. Quando deu pelo engano, abriu a boca. Não me espanto porque fiz o mesmo: aprendi por cá uma língua bunda pensando que era a nobre e fidalga língua portuguesa." (Grifamos) (*A Barca*:191 - 12/01/1910)

Em outras fases, nota-se avanço em relação à concepção de língua de Lobato. Um dos motivos que concorreram para isso talvez tenha sido o fato de ter aceitado a teoria determinista de Taine, que já conhecia, pois, em 1910, confessava a Rangel:

> "E espero encomendas feitas a várias livrarias lusitanas que me abasteçam de Francisco Manoel, um sujeito que deve valer muitos Sthendais e Taines." (*A Barca*:191 - 12/01/1910)

Mesmo assim, os efeitos do determinismo só se fazem sentir mais vigorosamente a partir de 1940. Nessa época já era um escritor conhecido, há alguns anos, e havia entendido que o livro precisaria

tra er linguagem atual e mais condizente com a realidade linguística dos que usam cotidianamente a língua, para que o texto fosse aceito pelo público a que se destina. Fica implícito, então, que o meio determinaria a linguagem a ser usada. Em outras palavras, a língua modificava-se se submetida a novo ambiente social, racial e geográfico. Sobre isso, Lobato afirmou:

> " O português, no Brasil, está se modificando, e essa modificação se processa sem a menor unidade. *Efetua-se ela ao sabor das diferenças mesológicas, raciais, sociais*. Se essas diferenciações não forem neutralizadas por uma força mais forte, então o 'brasileiro' *degenerará* em inumeros dialetos." (Grifamos)("Prefácio", *Folha da Manhã, 1943*. In: PIMENTEL PINTO, 1981:79)

Observe-se, na citação, que o autor não se libertou de suas convicções evolucionistas, apenas acresceu a ela a certeza do determinismo. Desse modo, continuava acreditando na degeneração da língua e na ação benéfica, conservadora, da norma tradicional, "a força mais forte", segundo a qual "escritores de alto coturno", ajudam a preservar a língua.

Pelo visto, o tratamento que Lobato dispensou à língua foi impressionístico[36]. Como ele mesmo afirmou várias vezes, em matéria

[36] As opiniões sobre língua nesse período são, predominantemente, impressionistas. No entanto, existem especialistas que também escrevem sobre o assunto, dos quais podemos destacar: Amadeu Amaral, Sousa da Silveira, Antenor Nascentes, Júlio Ribeiro, Serafim da Silva Neto, Clóvis Monteiro.

de língua, guiava-se pelo "tato e faro". A relevância que Lobato deu ao assunto pode ser explicada por dois fatores: interesse pessoal pela literatura e, portanto, pelo aperfeiçoamento do uso e exploração do instrumento de trabalho, e influência das discussões sobre temas sociopolíticos da época.

Quanto a isso, não se pode negligenciar que, desde o século XIX, fatores político-sociais (como a abolição da escravatura, a Independência e a proclamação da República) levaram, pelo menos superficialmente, os brasileiros à afirmação da nacionalidade[37]. Esse sentimento fez-se realidade, primeiro, no Romantismo, quando a fala regional invadiu a literatura, mesmo tendo sido, nesse momento, como denuncia SODRÉ (1976:199-230), apenas a "exaltação do pitoresco" e não a verdadeira representação da fala popular.

Com José de Alencar iniciou-se a discussão sobre a prática lingüística brasileira: surgiram na literatura tupinismos e neologismos literários, arduamente combatidos pelos mais conservadores. Nesse período, o lugar das discussões eram os jornais, as revistas e os discursos. Começa, ainda devagar, a vigorar uma atitude antilusista baseada nos "ideais libertários".

[37] Nessa época, houve apenas, conforme registra SODRÉ (1976:207-09) independência política, porque intelectualmente continuávamos colônia, menos de Portugal e mais da França.

À exceção d *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, de Lima Barreto, publicado em 1909, somente a partir de 1922 a metalinguagem passa a ocupar os textos literários. Monteiro Lobato e Manuel Bandeira inauguram a nova tendência: aquele publica o conto "O Colocador de Pronomes" e este, "Poética" e "Evocação do Recife". Depois desses, surgem muitos textos literários que tratam do problema, especialmente os dos modernistas, cujo objetivo era destruir o passadismo e reafirmar a nacionalidade brasileira[38]. Também é nessa ocasião que os jornais deram mais espaço à publicação de crônicas e comentários sobre o problema lingüístico brasileiro[39].

Como toda ruptura é difícil e polêmica, investiu-se muito na discussão sobre a língua, em especial sobre a denominação da língua praticada no Brasil (língua brasileira, idioma nacional, língua pátria, língua nacional) e sobre as diferenças léxicas e gramaticais do português brasileiro, frente ao português. O resultado, pois, não poderia ser outro senão a incorporação do tema por aqueles participantes da vida cultural do país.

Vemos, portanto, que Lobato sofreu a pressão de duas atitudes lingüísticas conflitantes. A primeira foi a da norma portuguesa que

[38] Sirvam de exemplo: *Poesias Completas*, *O Empalhador de Passarinhos*, de Mário de Andrade; *República dos Estados Unidos de Brasil*, de Menotti Del Picchia; *Quatro Poemas*, de Brasil Pinheiro Machado; *Poesias Humorísticas*, de Bastos Tigre.

[39] Cf. PIMENTEL PINTO, 1981:XLIV-XLV.

vigorou do final do século XIX até os anos vinte do século seguinte. A segunda, conseqüente dessa, foi a revolta contra o apego à norma portuguesa, primeiramente denunciado por Lima Barreto e, depois, pelos modernistas.

Lobato não demonstrou força suficiente para sustentar uma ou outra dessas causas. Vacilou. Em alguns momentos praticou purismo ortodoxo, em outros, nacionalista, sem apresentar, nos comentários sobre a língua, posição definitiva para um ou outro. No fundo, porém, sempre foi purista ortodoxo, cujas bases foram minadas pela divulgação de novas idéias sobre a língua e pela verificação de que a literatura que atinge o povo tem de ser vazada em linguagem que ele compreenda, isto é, que lhe seja contemporânea, como passaremos a mostrar em pormenor.

1.2 Lobato e o purismo

É preciso registrar que Lobato, antes de "apaixonar-se" pelo português, de Portugal, não considerava ser essa língua suficientemente formada para expressar grandes sentimentos, como as literaturas estrangeiras o faziam. Também sobre isso foi drástico: primeiro valorizou as literaturas estrangeiras, russa e inglesa, em detrimento da portuguesa; depois, recusou-se a ler outras línguas, pois era o português que queria "aprender", pela literatura portuguesa. Em 1907, dizia a Rangel:

> "Não te posso dizer nada sobre *Crime e Castigo* porque não há falar de coisas grandes com meios pequenos — com estas pulgas glóticas que são as 'palavras em língua portuguesa', esse produtinho lá de Portugal, onde também fazem tamancos e palitos. A nossa análise está aparelhada com medidas francesas, decimais — um sistemazinho decimal de idéias. Não pode, pois, não tem jeito, não consegue dar idéia das coisas russas. Quando leio as outras literaturas, eu sinto isto e aquilo — sentimentos analisáveis e classificáveis. Quando leio os russos, eu pressinto. *Guerra e Paz*!... *Crime e Castigo*! *Casa dos Mortos*! Gorki — Gogol — Turguenef — todos..." (A Barca:123- 31/08/1907)

Pouco mais tarde, já tinha mudado de opinião, e alçado o português à posição de língua apta à expressão literária:

> Parei com as minhas leituras de língua estrangeira. Não quero que nada estrague minha lua de mel com a língua lusíada, que descobri como o Nogueira descobriu a Pátria e o Macuco o verbo 'apropinquar'. E sabe o que mais me encantou no Português? Os idiotismos. A maior

> beleza das línguas está nos idiotismos e a língua lusa é toda um Potosi." (*A* Barca:175 -15/09/1909)

Quando acreditou no português como língua de expressão literária, Lobato incorporou todas as tendências caracterizadoras do purismo ortodoxo do começo do século. Assumiu ser o português europeu, dos escritores antigos, clássicos e modernos (até o Romantismo), o "bom e correto português" e que toda linguagem em desacordo com ele era impura e representava corrupção ao "vernáculo" (de Portugal). São inúmeras as passagens em que reafirma esses pressupostos, vejamos algumas, a título de exemplo:

> "O mau português mata a maior idéia, e a boa forma até duma imbecilidade faz uma jóia." (*A Barca*:145 01/11/1908)

> "Precisamos ler Camilo. Vou mandar vir um sortimento. Saber a língua é ali! Camilo é a maior fonte, o maior chafariz moderno donde a língua portuguesa brota mijadamente, saída inconscientemente, com a maior naturalidade fisiológica. Eu tenho a impressão de que os outros aprenderam a língua e só Camilo a teve ingênita até no sabugo da unha de todas as células do corpo." (*A Barca*:166 - 07/07/109)

> "Vou atacar uns livros tremendos: Anais de D. João III, de Frei Luís de Souza e Vida de S. Francisco Xavier, de Lucena. Também vou afundar na História Universal de Laurent." (*A Barca*:172 - 02/09/1909)

> "A mim me faltam muitas leituras, mais, mais Camilo, talvez o Bernardes da Nova Floresta. Que bem escreve esse raio de padre! Como deliberei aprender a língua de

> ouvido, e meu ouvido é lerdo, despendo mais trabalho que os que vão logo às regras — à Gramática. Terminada a lição de Camilo e Bernardes, esses dois colossos, tentarei produzir algo. Por ora o que me sai são uns contitos de pé quebrado — e vejo você sabedor da língua e acorrer!"(*A Barca*:327 - *30/08/1916)*

Lutar contra o galicismo foi uma das maiores bandeiras dos puristas ortodoxos do começo do século. Monteiro Lobato foi "anti-galicista" e essa foi a contraparte ideológica de seu purismo. O antigalicismo era uma briga de Portugal, que não queria se submeter, também na língua, ao domínio francês já existente na esfera político-econômica. Por extensão, e não por convicção, os brasileiros reagiam contra esse domínio. No Brasil, segundo assinala SODRÉ (1976:208), o que ocorre é uma *transplantação* cultural de influência predominantemente francesa, abraçada pelas classes proprietária e intelectual. Iniciada em meados do século XIX, com o Romantismo, esse domínio estendeu-se até início do século XX.

Lobato chamou a si a briga contra "a francesia" e por isso rejeitava violentamente não apenas as palavras e expressões que "cheiravam a francês", mas tudo o que viesse da França. "Abaixo a francesia" era palavra-de-ordem do escritor. Essa posição está documentada em toda a sua obra, quer de caráter pragmático, subjetivo ou literário. Como exemplo, apresentamos um trecho registrado em *A Barca de Gleyre*:

> "Também vou com o Nogueira no relativo à linguagem. Limpe-a do 'insucesso', do 'banal' e do mais que cheirar a francês. Abaixo a França! A minha germanofilia me está beneficiando o vocabulário. Da antipatia pelo gaulês passei à execração do galicismo; e se de passagem pilho-o, mato-o entre as unhas como a um piolho." (Op. cit.:324 - 30/08/16)

No livro *Idéias de Jeca Tatu*, cuja 1ª edição é de 1919, Lobato ainda blaterava contra o francesismo. Por isso, afirma:

> "Arinos enfrentou a corrente desbragada da francesia; mostrou como era grotesco o pastiche invasor, contrapondo-lhe uma obra profundamente racial." ("A Criação de Estilo". In: *Idéias de Jeca*:28)

O livro *As Idéias de Jeca Tatu* traz prefácio em que se explica a aversão de Lobato pelo francesismo. Lê-se lá que a assimilação da cultura francesa representa "a nossa completa anulação de personalidade diante da França" e que Jeca, coitado, representa os "macacões" plagiadores, que têm como língua o "patuá senegalesco".

Em "Curioso Caso de Desmaterialização", Lobato conversa com a "sombra" de Camilo, para ouvir dele toda a indignação quanto à "parvoiçada" em que se encontrava a língua portuguesa, com a qual entrou em contato, no Brasil, por meio de um pequeno anúncio de restaurante. Depois de procurar informar-se a respeito da "macaquice" que é a mistura de português-inglês-francês do anúncio, disse a sombra:

> "—Sabe que mais? Vou desmaterializar-me já e já; volto aos intermúndios e lá darei à sombra de Cabral pêsames pela asneira que praticou. Receio que dêem vocês de criar pêlo no corpo e vos nasçam caudas no cóccix, e se ponham todos de repente a marinhar árvores acima com bananas na munheca — desmentindo Darwin. O inglês pôs o macaco no começo da evolução: vocês provam que ele acerta melhor pondo-o no fim. Au revoir! ("Curioso Caso de Materialização"In: *Idéias de Jeca*:135)

O método usado por Lobato para conservar a norma portuguesa no Brasil era "joeirar" a linguagem portuguesa, de Camilo Castelo Branco, principalmente, e de outros grandes escritores da literatura portuguesa da época, citados anteriormente. "Joeirar" significa ler, anotar para assimilar a forma da frase e o tom das palavras, não para decalcar, dizia ele, mas para imitar criando[40].

A tarefa de imitar a norma portuguesa, entretanto, não era tão fácil. Se Lobato não estivesse imerso na comunidade lingüística brasileira, em que atuava como agente e paciente da história, talvez conseguisse êxito total quanto ao intento de praticar completamente a língua de Portugal. Todavia, mesmo mergulhado em Camilo até sentir engulho, a língua da sua comunidade lingüística aparecia, até quando rejeitada.

[40] "O meu processo é anotar as boas frases, as de ouro lindo, não para roubá-las ao dono, mas para pegar o jeito de também tê-las assim, próprias. Dum de seus livros extraí 60 frases de encher o olho. Não releio o compendiado, o extrato, e aspiro o perfume e me saboreio. Formo assim um florilégio camiliano do que nele mais me seduziu as tripas estéticas. E não discuto nem analiso botanicamente um cravo ou uma gostosa laranja mexeriqueira. Cheiro um e como a outra.
Resumindo: meu plano é ter uma horta de frases belamente pensadas e ditas em língua diversa da língua bunda que nos rodeia e nós vamos assimilando por todos os poros da alma e do corpo."(*A Barca:257 -16/01/1915)*

Isso se faz sentir, por exemplo, no caso da colocação dos pronomes, que foi a grande preocupação dos puristas dessa fase[41].

É inegável que Lobato usava linguagem ao gosto da época. Tanto isso é verdade que arrancou elogios de Rui Barbosa, o que foi providencial para sua literatura, pois, a partir desse fato, seus livros começaram a ser procurados. Mesmo assim, escapavam-lhe alguns pronomes que teimavam em não aparecer no lugar, apesar do joeiramento lingüístico nos grandes mestres portugueses. Resolveu, então, dar seus textos à correção de Godofredo Rangel, que, pelo que se pôde depreender, era mais afeito aos estudos das prescrições gramaticais e, portanto, podia receber a incumbência de fazer a revisão de seus pronomes[42].

> "Estou com uma idéia: não mando mais nada sem um repasse aí pela tua fieira ou crivo, porque me envergonho muito quando me escapam deslizes, sobretudo maus pronomes. *Como é difícil esta peste de língua portuguesa!* Haverá alguma pior?" (A Barca:332 - 12/09/1916) (Grifamos)

A observação final do autor, nesse trecho, merece comentário. Primeiro por partir de alguém que, além de interessado nas questões de língua,

---

[41] Entre os puristas, destaca-se Cândido de Figueiredo que escreveu as séries *O que se não Deve Dizer*, *Lições Práticas de Português*, além de *Estrangeirismos* e, *O Problema da Colocação de Pronomes*. Outro que pode ser citado é Carlos Góis que escreveu *Dicionário de Galicismos*. Registre-se que como vigorava o império da norma clássica, mesmo autores que não tinham índole purista, como Antenor Nascentes, publicou obra com tal característica, intitulada *Dicionário de Dúvidas e Dificuldades do Idioma Nacional*, não sem antes justificar-se na Introdução: "Embora não concorde com todas as pequeneses inventadas pelos puristas, exponho-as para livrar o candidato [o aluno] de incorrer na pecha de ignorá-las".

[42] Ao longo do livro *A Barca de Gleyre*, Lobato afirma várias vezes que Rangel era afeito aos estudos gramaticais e, por isso, estava apto a corrigir-lhe os "erros de português".

foi estudioso. Foi leitor atento de inúmeras obras literárias portuguesas, mas como ele mesmo disse, apenas com intuito de ver atenuada a sua culpa pelos deslizes gramaticais. Até então lia obras francesas e pouquíssimas portuguesas; como exemplo, citou Eça, Camilo e Machado de Assis. Segundo, porque a dificuldade a que se refere o autor não é quanto ao uso do português, mas ao uso do *português de Portugal*, do qual não era usuário nativo. Escapam-lhe, portanto, nuances e sutilezas da variante brasileira. Ao contrário, as peculiaridades da língua praticada no Brasil, se em confronto com as de Portugal, aparecem como erros. E o conflito fica estabelecido.

A instabilidade da atitude lingüística de Lobato é clara, porque, ao mesmo tempo em que lamentava a dificuldade da língua e buscava a solução de problemas de prescrição gramatical, rejeitava a gramática (o motivo maior da revolta contra a gramática foi uma reprovação em português, quando adolescente). Nesse caso, entretanto, o discurso e a prática estavam divorciados. As palavras negavam a importância e a força da prescrição gramatical que, por essa época, era completamente fundada na língua escrita literária do passado português. A ação de Lobato, todavia, traía o discurso e ele corria atrás das regras gramaticais, por meio da "garimpagem" no texto literário em que, além do estilo buscava as constâncias lingüísticas — as regras gramaticais,

portanto —, e por meio de consultas a Rangel, sempre bem informado acerca da norma prescritiva. Contra a gramática, esbraveja nos seguintes termos:

> "Grande bem me fazes com as denúncias das ingramaticalidades. De gramática guardo a memória dos maus meses que em menino passei decorando, sem nada entender, os esoterismos de Augusto Feire da Silva. Ficou-me da 'bomba' que levei e da papagueação, uma revolta surda contra gramáticas e gramáticos, e uma certeza: a gramática fará letrudos, não faz escritores." (*A Barca*: 268 - 30/09/1915)

Todavia, menos de um mês depois, dizia a Rangel:

> "Est modus in rebus — nem tanto a Cândido nem tanto a Graça. Olhe que se este nos autoriza ao 'fazer com que', ao 'cumprir com o dever' etc., é o caso de nos mudarmos para o bairro dos que o não autorizam. Há sempre uma alta nobreza no estilo que se põe nos moldes sintáticos dos grandes antigos, procurando tomar como regra o que neles for regra, e não se autorizando a constituir como regra geral uma exceção, uma cinca, um desleixo de Vieira ou de Camilo, quando é certo que até Homero cochilava". (*A Barca*:272 - 23/10/1915)

Aí está o exemplo da busca das regras prescritivas por outra via que não o livro, o manual, onde estão codificadas todas elas. Não fosse ele, realmente, muito apegado à norma gramatical, procuraria a força expressiva da sintaxe já usada no Brasil, como, por exemplo, a

colocação dos pronomes cujas regras não correspondem à portuguesa, ou a regência de alguns verbos, a exemplo de *chamar* e *pedir*.

Depois de 1920, Monteiro Lobato acentuou o tom das críticas à gramática. Nessa epoca a renovação nos estudos lingüísticos já começava a se fazer sentir e o radicalismo em torno da linguagem portuguesa, em detrimento da brasileira começava a ficar ridículo[43]. Lobato também, acompanhando a tendência da época, mudou um pouco o seu discurso, acentuando as críticas à gramática.

Em 1917, Lobato já havia pensado em escrever o conto "O Colocador de Pronomes", em que a personagem apresenta a paranóia lingüística da colocação dos pronomes à moda portuguesa e termina morrendo por causa de um pronome mal colocado. O conto foi publicado em 1920. Em 1918, havia lido *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, de Lima Barreto, e não fez restrições à linguagem do autor, criticada na época por conta de "alguns deslizes". Ao contrário, Lobato gostou do texto e o elogiou a Rangel[44].

[43] Por essa época a discussão sobre a língua do Brasil já havia começado. Amadeu Amaral publicou parte da obra - a introdução e o primeiro capítulo - *O Dialeto Caipira*, na Revista Brasileira, em 1916, mas publicado inteiramente em 1920. Esse foi o livro que, a partir da orientação da Dialetologia, trouxe idéias renovadoras sobre o português do Brasil. Em 1919 veio a público o *Trechos Seletos* e, em 1920, *A Língua Nacional e seu Estudo*, de Sousa da Silveira.

[44] "Como ainda estou de resguardo e preso em casa, leio como nos bons tempos de Taubaté. Fechei neste momento um romance de Lima Barreto, Isaías Caminha. É dos tais legíveis de cabo a rabo. Romancista de verdade." (*A Barca*:384 - 24/11/18)

As idéias de Lima Barreto, no entanto, não influenciaram tanto Lobato, pois, numa atitude aparentemente jocosa contra o purismo ortodoxo e contra a escravidão que a sintaxe pronominal e outros temas gramaticais lhe impunham, anunciou ao amigo correspondente que em próximo livro (publicara *Negrinha* em 1919) colocaria um prefácio nos seguintes termos:

> "CHAMINÉS
>
> Contos de Monteiro Lobato, com pronomes por Álvaro Guerra; com a sintaxe visada por José Feliciano e a prosódia garantida no tabelião por Eduardo Carlos Pereira. As vírgulas são do insigne virgulógrafo Nunálvares, etc.
>
> Tudo gente da mais alta especialização — e a crítica que se engalfinhe com eles. *Isso, para não haver hipótese de me sair coisa vergonhosa como a primeira edição de Idéias de Jeca Tatu.*" (A Barca:403 - 17/01/1920)

Se assim o fizesse, estaria isento da culpa dos deslizes gramaticais e de acordo com a tradição da língua lusitana! Essa era a intenção. Desse modo, não vivenciaria outra vez a experiência por que passou quando as *Idéias de Jeca Tatu* estavam no prelo e ele resolveu dar uma olhada no material. Lá verificou grande quantidade de erros, mas não os pôde corrigir. Não havia sido feita a revisão. O sentimento que teve no momento está descrito no seguinte passo:

> "Li várias páginas e *corei até a raiz da alma.* Não tinham feito revisão nenhuma. *Erros indecorosos*

> pululavam ali como pulga em cachorro sarnento. Corrigi o que pude. Era composição manual — uns tipos velhos, desbeiçados, indecentes. *Tudo indecente*. Estive lá até meia noite caçando pulgas no resto, mas desanimei: havia mais pulgas que estrelas no céu. mandei tudo para o inferno e fui dormir." (*A Barca*:403 - 17/01/1920) (Grifamos)

De 1920 a 1940, Lobato sustentou sua crítica à gramática. A influência das novas idéias exerce-se sobre ele que, além de defender a idéia da língua brasileira, pensa em publicar uma gramática brasileira e, também um dicionário brasileiro. Assim, em 1921 no artigo "Gramática Portuguesa", afirma:

> "A língua brasileira está a sair das faixas, e coexiste no Brasil ao lado da língua portuguesa — como filha que cresce ao lado da mãe que envelhece. Tempo virá em que veremos publicar-se a Gramática Brasileira. Pois bem: a gramática de Firmino Costa, sem que o autor pensasse nisso, é já um bom passo à frente para a criação da gramática brasileira." ("Gramática Portuguesa". In: PIMENTEL PINTO, 1981:54. v. II)

Na mesma trilha, no artigo "*O* Dicionário Brasileiro", de 1921 prega a necessidade da elaboração de um dicionário que apresentasse a neologia, os regionalismos e tupinismos brasileiros.

> "Não há documentos, mas é provável que o primeiro brasileirismo surgisse exatamente no dia 22 de abril de 1500. E desde então não se passou um dia sem que a língua do reino não fosse na colônia infiltrada de vocábulos novos, de formação local, ou modificada na significação dos antigos."

("O Dicionário Brasileiro". In: PIMENTEL PINTO, 1981:58)

Em outro texto, defende a língua falada e argumenta sobre a diferença entre as modalidades falada e escrita:

> "A correção da língua é um artificialismo, continuei episcopalmente. O natural é a incorreção. Note que a gramática só se atreve a meter o bico quando escrevemos. Quando falamos, afasta-se para longe com as orelhas murchas. Na linguagem falada, a não ser na boca dum certo sujeito que conheço, o verbo concorda ou não com o sujeito — à vontade (e repetir a frase para restaurar uma concordância é pedantismo). (...) Em oposição a essa língua freqüentíssima, tão pitoresca, toda improvisações e desleixos, com todas as cores do arco-íris, todos os cheiros e todos os sabores, temos a língua escrita, emperrada, pedante, cheia de "cofos" e "choutos". ("Prefácio de 'Éramos Seis' da Sra. Leandro Dupré". In: PIMENTEL PINTO, 1981:79)

No que diz respeito à sintaxe de colocação e uso do pronome sujeito em função de objeto, resume:

> "Não obstante, a corrente do *ele* cresce dia-a-dia e acabará expungindo o *o*."

> "A língua é um meio de expressão. Modifica-se sempre no sentido de aumentar o poder de expressão. A variedade de coisas novas que tivemos necessidade de expressar, num mundo novo como o Brasil, forçou no povo um surto copiosíssimo de vocábulos. (...) Os bons [vocábulos], os expressivos, vencem, ficam aquartelados na língua. A princípio na língua falada. Depois penetram na chamada literatura regional. Daí passam aos glossários de

> brasileirismos e entram, por fim, consagrados, no panteon dos dicionários." ("Dicionário Brasileiro". In: PIMENTEL PINTO, 1981:54)

A última posição de Lobato diante da língua portuguesa foi conservadora, embora menos radical do que a primeira. Em verdade, depois de uma fase de revolução, Lobato tinha uma de reação. Portanto, após defender a língua brasileira, chegou à conclusão de que ela não existia:

> "Mesmo assim posso dizer-lhe que ao meu ver não existe uma língua brasileira. Existe, sim, no Brasil, uma língua em muitos pontos diversa da que se fala em Portugal"("Língua Brasileira" — Entrevista ao repórter de *A Folha da Manhã, em 1941*. In: PIMENTEL PINTO, 1981:75).

Havia, então, entendido que o que havia era a língua portuguesa, com variações decorrentes de fatores geográfico-sociais. Mesmo assim, não adotou posição completamente liberal em relação à língua, mas também não voltou totalmente à ortodoxia inicial. Seu pensamento evoluiu em muitos pontos. Verbalizou suas conclusões sobre as duas modalidades lingüísticas, a falada e a escrita, reconhecendo ser aquela mais assimilada pelo público.

Esse fato o levou à pratica da língua "desliteraturizada" nos seus livros infantis, para que fossem compreendidos pelas crianças. E esse foi o

"filão" que encontrou. Chegou a afirmar a Rangel que "desgraça da maior parte dos livros é o excesso de literatura". Esse é o pensamento que transparece na pequena fábula que conta, a propósito de um livro do amigo correspondente:

> "Aquilo é formidável; se o público não se apressa, é que a 'quantidade' sempre desprezou a 'qualidade'. Para tudo há uma fábula. O galo encontrou uma pérola. 'Antes fosse um milho', disse e passou. Você deu pérola ao galo. Eu dou milho eis a razão do meu sucesso. Mas eu dou milho, meu caro Rangel, por uma razão muito simples: incapacidade de dar pérolas..." (*A Barca*:420 -30/06/21)

Mais contundente ainda está no trecho seguinte sobre o combate à literatura:

> "Não imaginas a minha luta para extirpar a literatura dos meus livros infantis. A cada revisão nova nas novas edições, mato, como quem mata pulgas, todas as 'literaturas' que ainda as estragam. Assim fiz no Hércules, e na segunda edição deixá-lo-ei ainda menos literário do que está. Depois da primeira edição é que faço a caçada das pulgas — e quantas encontro, meu Deus!" (A Barca:372 -10/12/1945, v.2)

A "literatura" é exatamente o estilo, a sintaxe e o vocabulário à moda portuguesa, que ele tanto sofreu para aprender e dominar... A linguagem, enfim, destoante da realidade brasileira e que, por isso, precisava ser atualizada.

Todos esses avanços não implicam que Lobato tivesse aceitado e praticado uma linguagem livre de regras. Ao contrário, o reconhecimento das diferenças entre a língua escrita e a falada o autorizara a pleitear sempre a correção da linguagem, na língua escrita, sem, no entanto, os exageros que se cometeram outrora, mas nunca deixou completamente de ser um purista ortodoxo.

1.3 Lobato e o Modernismo

Explicitamente Lobato foi anti-modernista. Isso é o que mostra a superfície de sua metalinguagem, pois em várias oportunidades declarou-se contrário aos princípios do movimento. A primeira vez o fez ao criticar duramente a arte de Anita Malfatti. Foram essas as palavras que traziam a súmula do pensamento do autor sobre esse assunto:

> "Entretanto, seduzida pelas teorias do que ela chama de arte moderna, penetrou nos domínios dum impressionismo discutibilíssimo, e pôs todo o seu talento a serviço de uma nova espécie de caricatura." ("Paranóia ou mistificação?" In: *Idéias de Jeca Tatu*:61)

Em relação à literatura e uso da língua, não emitiu opinião sobre a ação dos modernistas, mas vê-se que acompanha o movimento e mantém contato com artistas nele envolvidos, como Graça Aranha, Ronald de Carvalho, Ribeiro Couto e Paulo Duarte, todos citados nas cartas de *A Barca*. Sobre o Modernismo, no entanto, falou, reclamou da importação de arte, da reprodução de padrões europeus. Para o Brasil, queria o *brasileiro*, dizia, e era intransigente.

Embora tivesse idéias parecidas com as defendidas no Modernismo, em alguns pontos, por exemplo, na questão da defesa da "língua brasileira", Lobato não foi modernista. Como acentua CAVALHEIRO (1955:300), o artigo de Lobato sobre Malfatti foi o motivador "de toda a má vontade de alguns modernistas contra o autor, origem e causa de longo e melancólico mal-entendido". Em nota, inclusive, Cavalheiro registra que "espíritos superiores como Mário de Andrade e Manuel Bandeira jamais perdoaram a Monteiro Lobato o artigo sobre Anita Malfatti." E diz ainda que Mário não cita Lobato como escritor nem depois de este se ter esforçado, quando estava nos Estados Unidos, para que *Macunaíma* fosse traduzido para o inglês. Embora o reconhecimento público ao escritor não tivesse sido enunciado, pela ajuda quanto à tradução de Macunaíma, Mário enviou-lhe carta datada de 31 de agosto de 1931, para agradecer-lhe, desejando que retornasse logo ao Brasil, a fim de dar "prô Brasil uns novos Urupês". (Op. cit.:712)

Paradoxalmente, no entanto, em alguns aspectos Lobato tinha idéias parecidas com as modernistas, com muita antecedência em relação à eclosão desse movimento. Foi nacionalista, embora não exatamente com os mesmos ideais que os modernistas, mas bradou contra a importação de padrões europeus, quer na arquitetura quer na

literatura, ou nas artes de modo geral. No campo das letras, pode-se dizer que renovou o terreno em duas frentes: a temática e a lingüística, ainda que de modo conflituoso. Lobato tinha personalidade indecisa e inconstante, o que se faz sentir na sua obra.

Em específico, quanto à linguagem de Lobato, há um movimento de fluxo conservador e refluxo renovador, que se mostra na mistura de estilo clássico, português, e moderno, brasileiro. Por isso CAVALHEIRO (1955:288) diz que Lobato tinha um "estilo clássico dos grandes narradores, mas que buscou sempre clareza e simplicidade". Essas qualidades, porém, não foram plenamente atingidas. Em *Urupês,* Lobato "era uma mistura de camilismo e caipirismo", o que representou um refluxo em relação a *Cidades Mortas*[45]*;* já em *Negrinha* e em *O Macaco que se Fez Homem* quase atingiu o ideal desejado (op. cit.:290).

PIMENTEL PINTO (1994:55-9), ao analisar a posição de Lobato, deixa claro o motivo que o levou a essas inconstâncias. É que viveu na época em que o padrão da "boa literatura" era o português dos clássicos europeus. Portanto, como já comentamos, estudava Camilo com intenção de chegar àquele estilo pelo caminho brasileiro, sem nunca

[45] Conforme adverte PIMENTEL PINTO (1994:52), *Cidades Mortas* foi publicado em 1919, depois, portanto, da 1ª edição de Urupês, 1918, mas traz muitos contos anteriores a essa data.

deixar de ser "bestialmente Lobato". Isso resultou no seguinte quadro da prática literária de Lobato: 1ª fase — uso de lusismos vocabulares, sintáticos e prosódicos, e ausência de neologismos, em *Urupês*; 2ª fase — desativação de lusismos, a partir dos anos vinte, uso de neologismos, que marcaram a sua literatura (ib.). Essa última fase corresponde ao "abrasileiramento" da linguagem, o que correspondia, objetivamente, à utilização lexical típica do Brasil, mas, sempre, com sintaxe de acordo com a dos padrões tradicionais, embora sem inversões radicais que complicassem a frase.

Ainda segundo PIMENTEL PINTO (op. cit.:60), o abrasileiramento da linguagem de Lobato e visível na literatura infantil. Realmente, a literatura infantil deu a Lobato o que ele sempre procurou: vender muitos livros, ser um sucesso comercial. Não são poucos os registros em que declara estar à procura de uma fórmula que dê certo comercialmente, e a literatura *sem literatura* era o que o povo poderia aceitar. É o que está dito a Rangel:

> "Quem sabe pode e quer você empreitar um serviço de que precisamos? Pretendemos lançar uma série de livros para crianças, como Gulliver, Robinson, etc. os clássicos, e vamos nos guiar por umas edições do velho Laemmert, organizadas por Jansen Müller. Quero a mesma coisa, porém, com mais leveza e graça de língua. Creio até que se pode agarrar o Jansem como 'burro' e reescrever aquilo em língua desliteraturizada — porque a desgraça da maior parte dos livros é sempre o

> excesso de 'literatura'. Comecei a fazer isso, mas não tenho tempo; fiquei no primeiro capítulo que te mando como amostra. Quer pegar a empreitada?" (*A Barca*:419)

> "Estou a examinar os contos de Grimm dados pelo Garnier. Pobres crianças brasileiras! Que traduções galegais! Temos de refazer tudo isso — abrasileirar a linguagem." (*A Barca:453*)

> "A coisa [literatura infantil] tem de ser narrativa a galope, sem nenhum enfeite literário. O enfeite literário agrada aos oficiais do mesmo ofício, aos que compreendem a Beleza literária. Mas o que é beleza literária para nós é maçada e incompreensibilidade para o cérebro ainda não envenenado das crianças." (*A Barca:453*)

Mesmo com essa certeza, não foi fácil quebrar a *expectativa lingüística* que vigorava em sua época[46]. Por isso, PRETI (1990b:35) registra que tanto as traduções de Lobato, quanto as de Rangel ainda eram fiéis a um ideal que correspondia às expectativas lingüísticas da época. Assim, mesmo *desliteraturizada*, os diálogos de textos destinados ao público infanto-juvenil ainda eram artificiais. Lobato traduziu assim um diálogo do livro *O Lobo do Mar*, de Jack London:

> " Gosto muito da senhora para magoá-la de qualquer maneira, respondeu Larsen com uma ternura que me fez estremecer. Mas não o faça,

[46] Segundo PRETI (1990b:35), cada época é marcada por um ideal lingüístico com o qual os textos devem estar em conformidade para serem aceitos. A propósito disso, diz o autor: "Os mecanismos de aceitação ou rejeição lingüística agem mais ou menos como os mecanismos morais. Comportamentos que nos espantavam até recentemente, hoje são tidos como normais e vamos constantemente alterando nossa atitude ética, como alteramos nossa atitude lingüística, alargando nossos critérios de aceitabilidade social."

> "Recebi sua carta de 11 do corrente, dizendo que está lendo o D. Quixote e já leu Reinações e gostou. Nesse ponto o avô está de acordo com o neto, porque eu também gosto muito desse livro — e tem sido uma mina de dinheiro. Essa mina um dia passará para as mãos de você e de Joyce, que são os meus únicos herdeiros — e é bom que você vá sabendo disso. Depois de Reinações você vai ler todos os outros, na ordem marcada, e ira verificando que o seu avô, como diz a Emília, é um danadinho para escrever histórias que toda a gente compra. A grande coisa é esta: produzir coisas que o mundo compra, porque se o mundo não compra a gente fica a chupar o dedo, com o bolso sempre vazio." (*Cartas Escolhidas*:268)

Lobato foi inteligente o suficiente para perceber a distância que havia entre a língua literária, praticada então no Brasil, e a realidade. Literatura para adultos que, conseqüentemente, tinha de ser escrita segundo a tradição e por isso, não venderia, e a intenção dele era "inundar o país de livros" (e o bolso de dinheiro, como vimos). Conseguiu, efetivamente, seu objetivo com a literatura infantil. Não sem antes, é verdade, trabalhar muito pela implementação e expansão da indústria gráfica do livro, no Brasil.

Mesmo tendo sido cheia de conflitos a relação de Lobato com a linguagem, podemos admitir que um ponto coincidentente entre ele e o Modernismo foi a "simplificação" da linguagem, que anunciou já no início dos anos vinte. Mesmo não tendo praticado cabalmente o que dizia, reconheceu que a linguagem tinha de ser o mais possível

atualizada, contemporânea. A linguagem "literaturizada", ao gosto português dos séculos anteriores não atingia o leitor brasileiro, mesmo se fosse "simples e clara". Esse ideal perseguido está mais vivo na sua literatura infantil. De modo geral, a linguagem de Lobato, depois de *Urupês*, é relativamente simples, clara e sempre marcada por neologismos, o que, como afirmou PIMENTEL PINTO (1994), constituiu seu estilo definitivo.

A "linguagem simples" de Lobato, no entanto, não é imitação da língua falada, pois ele não admitia interferência de uma modalidade na outra. A simplicidade era alcançada pelo uso de sintaxe descomplicada, de frases mais curtas e termos da oração dispostos em ordem direta, além de vocabulário atualizado, condizente com a realidade lingüística brasileira.

Segundo análise de PIMENTEL PINTO (op. cit.:55-6), em *Urupês* Lobato era ainda muito lusitano: usava sintaxe e até prosódia à moda européia. Os poucos neologismos que usou nesse livro, como "lusco-fuscou e tendenciadas", foram substituídos em edições posteriores à primeira, "numa evidente concesão aos puristas, que incluíam os neologismos entre os então chamados 'vícios de linguagem' "(op. cit.). A partir desse livro, aos poucos, Lobato foi abandonando a norma européia, porque,

segundo as declarações feitas a Rangel, ia percebendo o descompasso entre aquela linguagem e a realidade brasileira.

Do que analisamos, vemos claramente que não foi somente o episódio Malfatti que afastou Lobato do Modernismo, mas ele mesmo com seus objetivos, em alguns pontos coincidentes e em outros completamente distantes daqueles desse movimento literário. Em todo o tempo, o modelo de linguagem de Lobato foi Camilo, mesmo na sua fase de maior simplicidade e de busca de um estilo brasileiro. Ao contrário, a linguagem praticada pelos modernistas, embora muito estilizada, tinha o falar do povo como fonte de inspiração. Nos escritos de Lobato, a fala tosca do Jeca era apenas mais um recurso usado na caracterização da personagem e jamais seria usada como fala padrão brasileira.

Podemos concluir, assim, que a mudança de atitude lingüística de Lobato foi resultado de seus conflitos e contradições e também a motivos econômicos, talvez mais do que a convicções lingüísticas. As razões econômicas vieram da necessidade de atualizar a linguagem para vender livros, o que foi decisivo na sua mudança de atitude lingüística. De todo modo, não se pode deixar de reconhecer que o aproveitamento de fatores sociais e geográficos feitos pelo autor em seus textos o levaram a praticar uma linguagem (confundida até com uma língua) brasileira, é claro, diferente da portuguesa.

Mesmo com tanto problemas, podemos dizer que, indiretamente, Lobato contribuiu para a implantação da norma brasileira. Reconheceu e divulgou a dificuldade de compreensão e a difícil aceitação que a língua lusitanizante oferecia ao leitor brasileiro, e procurou escrever, pelo menos a literatura infantil, de acordo com princípios que permitissem *certa aproximação* da língua escrita com a realidade lingüística brasileira.

Mesmo com tanto problemas, podemos dizer que, indiretamente, Lobato contribuiu para a implanta ão da norma brasileira. Reconheceu e divulgou a dificuldade de compreensão e a difícil aceitação que a língua lusitanizante oferecia ao leitor brasileiro, e procurou escrever, pelo menos a literatura infantil, de acordo com princípios que permitissem *certa aproximação* da língua escrita com a realidade lingüística brasileira.

2 Mário de Andrade e a Gramatiquinha

Pretendemos analisar aqui a posição de Mário de Andrade em relação ao problema da especificidade do português do Brasil e à luta diferenciadora em relação ao português de Portugal, dentro do contexto da sua atitude lingüística, tantas vezes recriminada e elogiada. O nosso ponto de apoio será a obra *A Gramatiquinha de Mário de Andrade: Texto e Contexto*, organizada por PIMENTEL PINTO (1990). Essa obra tem duplo mérito: primeiro, o de trazer reunidas as preciosas anotações de Mário de Andrade, tanto as que integram o projeto da tão propalada Gramatiquinha, assim como outras que constituem a *marginália* desses apontamentos, retirada de livros lidos por Mário, nos quais após observações sobre os assuntos que lhe despertavam interesse e provocavam reações de concordância ou discordância sobre o tema tratado. Segundo, o de trazer a interpretação desse material de modo claro e objetivo, tecendo comentários sobre o contexto do autor, confrontando suas diversas opiniões sobre determinado tópico e, finalmente, elucidando questões até então obscuras quanto à intenção e ao próprio projeto da *Gramatiquinha da Fala Brasileira*.

Mário de Andrade representou reação ao *status quo* da língua praticada então. O que vigorava, em termos de língua escrita, era a norma portuguesa, sem forte interferência de usos cristalizados na linguagem praticada pelo povo brasileiro.

Quando falamos dessa linguagem brasileira, estamo-nos referindo à modalidade escrita, objeto de estudo desta pesquisa, sem deixar de atentar para o fato da diferença existente entre as modalidades escrita e falada e para as variações de registro. Não obstante as diferenças citadas, há interação entre as duas modalidades, pela ação do homem, de sorte que uma deixa marcas na outra.

Esse não é um fenômeno difícil de ser demonstrado, mesmo em relação ao período mais lusitanizante da história do português do Brasil. É inevitável a veiculação de sintaxe ou mesmo vocabulário popular ao texto escrito, pois o homem assimila a linguagem própria do seu tempo e lhe é "quase" impossível desvincular-se dela. O *quase* justifica-se porque as variações de modalidade e registro são, de certo modo, praticadas pelos falantes (cultos), mas a exata separação do que e próprio, ou exclusivo, da língua falada ou da escrita é impossível ser feita. Essa impossibilidade decorre do fato de o falante, mesmo o especialista — lingüista, gramático, filólogo e o literato — não se poder

isolar da língua praticada no âmbito do seu grupo social, levando, assim, o que é próprio de um grupo a outro[47].

Como ja enunciamos no primeiro capítulo, segundo a idéia da *historicidade do signo* (BAKHTIN, 1992), é impossível a utilização exclusivamente voluntária e individual do signo, pois esse já se lhe oferece carregado da ação de todos os que o construíram. Por isso, pode-se afirmar:

> "Em cada época de seu desenvolvimento, a língua escrita é marcada pelos gêneros do discurso e não só pelos gêneros secundários (literários, científicos, ideológicos), mas também pelos gêneros primários (os tipos do diálogo oral: linguagem das reuniões sociais, dos círculos, linguagem familiar, cotidiana, sociopolítica, filosófica, etc.). A ampliação da língua escrita que incorpora diversas camadas da língua popular acarreta em todos os gêneros (literários, científicos, ideológicos, familiares, etc.) a aplicação de um novo procedimento na organização e na conclusão do todo verbal e uma modificação do lugar que será reservado ao ouvinte ou ao parceiro, etc., o que leva a uma maior ou menor reestruturação e renovação do gênero do discurso." (BAKHTIN, op. cit.:285-86)

[47] Essa mesma idéia é defendida por LESSA (1966:5-6) que diz: "Mas não nos esqueçamos também de que o escritor é, antes de tudo, um homem, vale dizer, um ser social: ele vive no seio do povo, em contato diuturno com os seus semelhantes, de variadas classes sociais, de diferentes níveis intelectuais, de sorte que não lhe é possível, apesar de tudo, escapar inteiramente à influência das linguagens populares, razão pela qual fenômenos característicos destas também hão de atingir a própria língua escrita, mas, evidentemente, sem a mesma constância, sem a mesma intensidade, sem a mesma facilidade, com que as interpretações e mutabilidades se desenrolam nas linguagens faladas, porque a língua literária é disciplina de seleção".

Desse modo, e também pela própria formação do português do Brasil, não se pode esperar que a norma praticada aqui, quer em textos escritos, quer em falados, seja a mesma que a de Portugal. Mas, no Brasil, o que vigorou até a eclosão do Modernismo foi a *intenção de fazer valer a norma portuguesa*[48], mesmo depois do Romantismo, de toda a discussão em torno da literatura de Alencar, como já comentado no capítulo precedente. Fosse natural o fato de se praticar, no Brasil, a norma européia, certamente não existiriam as polêmicas sobre a variante brasileira do português, nem as discussões entre aqueles que de modo consciente queriam usar exclusivamente a norma lusitana, como o fizeram Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro, por exemplo, e, mesmo assim, incorreram em desvios a essa norma. Tampouco haveria discussões entre os que conscientemente se desviaram da norma lusitana, para fazer registrar na língua escrita a norma brasileira.

Sobre a repercussão efetiva do Modernismo na norma lingüística brasileira há muitas polêmicas. BARBADINHO NETO (1972:23), por exemplo, diz "que aquele rumoroso rompimento com o passado da língua, entre os Inconfidentes da Arte Nova, foi apenas um *boato falso*[49]", mas conclui que há "leves diferenças de norma e da nítida

[48] Embora, como ressaltamos antes, a intenção fosse perpetuar a norma portuguesa, pode-se dizer que a partir do Romantismo já se sentia o início das diferenças entre as duas variantes do português. Isso é o que afirma Ismael de Lima Coutinho, no Prefácio ao livro de LESSA (1966): "Para isso, teria de começar, senão dos primeiros cronistas, ao menos do advento do Romantismo, onde se manifestam os mais claros indícios de divergência entre o português daqui e o lusitano."

[49] Expressão usada por Mário de Andrade em "O Movimento Modernista".

existência de um estilo nacional americano e um estilo nacional português". Esse autor preocupou-se em apurar a consistência ou inconsistência da tese da "língua brasileira", anunciada por Mário de Andrade, mas depois negada por ele mesmo:

> "Na verdade, apesar das aparências e da bulha que fazem agora certas santidades de última hora, nós estamos ainda atualmente tão escravos da gramática lusa como qualquer português. Não há dúvida nenhuma que nós hoje sentimos e pensamos o *quantum satis* brasileiramente". (Op. cit. : 143)

Também LESSA (1966) trabalha para demonstrar ter sido o Modernismo um movimento vitorioso no que diz respeito a evidenciar as diferenças existentes entre a norma portuguesa e a brasileira. Não deixa o autor de acentuar os excessos da primeira geração de 22, liderados todos por Mário de Andrade, não se esquecendo de esclarecer que Mário, ao refletir sobre a sua atitude lingüística, reconhecia estar *forçando a nota* para obter os resultados esperados: construir uma literatura brasileira pautada sobre a norma brasileira, e não sobre a portuguesa, mas que, nesse afã, comete exageros. Registra, então:

> "E teria sido assim, ao calor da insurreição avassalante, que um fenômeno ocorreu, facilmente compreensível, porque profundamente humano, profundamente psicológico: no combate salutar ao erro, resvalou-se num erro oposto. Surgiu, então, obsidente, a idéia da "língua brasileira", compreendendo-se, pois, que se tenha clamado,

> com um entusiasmo inaudito — quase diríamos: com um furor descontrolado — que se tenha clamado pela aproximação efetiva entre a língua escrita e a língua falada, pela consagração do vocabulário popular e da sintaxe brasileira, e pela destruição sistemática e impiedosa, das regras cerebrinas dos gramatiqueiros". (LESSA,1966:22)

A linguagem de Mário de Andrade constituiu, também, objeto de estudo de GOMES (1979) que analisa, em específico, *Macunaíma*, para investigar em que níveis lingüisticos Mário de Andrade contribuiu, registrando usos que realmente diferenciam as modalidades americana e européia do português. A conclusão a que chega é a de Mário ter operado em bases equivocadas para a sistematização da linguagem brasileira, já que trabalhou a partir da fala, das diferenças, das variedades, para estabelecer uma norma[50]. Não considerou, porém, o autor, o fato de ser *Macunaíma*, e de resto toda a literatura de Mário de Andrade, um laboratório lingüístico, o ápice da estilização lingüística, sem, no entanto, ser uma linguagem inventada, mas o registro de falas que ouviu pelo Brasil afora[51]. O fato de ter colhido *in loco* tudo o que usou para caracterizar a norma brasileira deve ter

[50] Cabral (1986:17) esclarece que o termo *sistematização* empregado por Mário de Andrade não era o mesmo do estruturalismo. Queria o autor dizer "oficialização, ou seja, o emprego constante de certas variantes e não o termo como é entendido no estruturalismo, equivalente à descrição das oposições (paradigma) numa dada língua".

[51] O próprio Mário confessa, no texto que escreveu para prefácio da sua Gramatiquinha: "É certo que desque me pus na fadiga de escrever brasileiramente, não fiz caricatura nem pândega. Todas as manifestações de brasileirismo lingüístico que empreguei, empreguei sinceramente, não pra fazer comicidade nem mostrar burradas de incultos. Estilizei com seriedade depois de muito matutar e nem tudo acertei porque si o povo pela sua incultura é por muitas partes imbecil e estúpido, por essa mesma incultura que o livra de uma imundície de preconceitos descobre aquelas fórmulas orais de expressão que incarnam, refletem e explicam as sensibilidades caracteristicamente nacionais". In: PIMENTEL PINTO (1990: 316)

causado a impressão de que Mário de Andrade queria chegar a uma sistematização — tal como o termo é entendido no estruturalismo da "língua brasileira".

A leitura da metalinguagem de Mário de Andrade, na *Gramatiquinha*, deixa ver claramente que ele refletiu muito sobre o problema lingüístico brasileiro e obteve, quando isso ocorreu, respostas diversas, em diferentes épocas, para o problema. Entre tais preocupações, podemos citar:

- diferença entre língua falada e escrita, quando diz:

> "A censura de que 'ninguém fala como eu escrevo' é besta. Primeiro: escrita nunca foi igual à fala. Tem suas leis especiais" *(Gramatiquinha*:325)

> "A contradição de que eu não falo como escrevo é das mais rápidas, mais tolas e pueris que conheço. Ninguém nunca não falou como escreve. Em qualquer escritor mesmo nos mais aparentemente naturais, si a gente os freqüenta põe logo reparo na distinção que existe entre a maneira deles escreverem e a de falarem. Sempre em todos os tempos teve duas línguas, a língua geral e a língua literária, aquela falada e esta escrita. Sei que esta distinção ainda pode ser mais especializada e que são mais numerosas ainda as línguas simultâneas duma fala só porém essa divisão primeira me basta pra argumentar. Enfim ninguém escreve como fala e eu sou um deles. *(Gramatiquinha*: 325)

- níveis de língua:

> "J. J. Nunes na Gram. Histórica Portuguesa, 2, enumera as diversas feições duma só língua. Entre as faladas de deveras a gente pode afirmar que essas feições variam de classe pra classe, de ofício pra ofício, a fala dos jóqueis, a fala dos médicos, a fala dos fadistas, a dos gatunos, a das mocinhas etc. O engraçado é a gente gramática dar a essas feições o nome de 'línguas', a língua falada, a literária etc. etc. diferençando uma de outra como si fossem outras tantas falas. O que prova que entre dialeto, línguas e sublínguas tem uma confusão e entrelaçamento de conceitos. Também a fala brasileira não é diferente da fala portuga, é apenas distinta desta". (*Gramatiquinha*: 337)

- uso pragmático da língua:

> "Todas as palavras de todas as línguas do mundo pertencem à fala brasileira. Se entenda: a fala brasileira é um meio que a gente brasileira possui para se fazer entender abstratamente portanto é lógico que um meio de expressão humana não pode ser objeto de nenhum diletantismo. A língua tem que servir, isso carece jamais não esquecer. Assim quando a gente brasileira empregar uma palavra de outra língua essa palavra deve ter uma justificativa expressional ou moral". (*Gramatiquinha*:375I

- normalização lingüística:

> "A língua evoluciona e os exemplos devem ser tirados dos escritores bons atuais. (*Gramatiquinha*:329)

"O milhor meio seria o governo entregar a normalização sintática contemporânea a um grupo de homens de valor, tais como naturalmente se indicariam os nomes dos Snrs. Mário Barreto, João Ribeiro, Amadeu Amaral — falo valor lingüístico — e que pesquisassem no falar brasileiro certas determinações fraseológicas mais ou menos gerais que pudessem ser estabelecidas como normas de sintaxe nossa. Isso porém desde logo sem a utilização dessas normas por escritores literários nacionais se tornava muito difícil. Carecia que estes primeiro tentassem nas suas obras essa estilização. Não só porque facilitariam a aceitação popular dessas normas pros semicultos que são a praga e a maioria pavorosa"como principalmente sendo eles literários, isto é possuindo sensibilidade que colhe e advinha as normas mais artísticas (aqui artísticas significa; mais humanas) facilitariam grandemente o trabalho desses cientistas. (*Gramatiquinha:*330-31)

- estilização:

• "Agora que mostrei o que tem de desarrazoado nos outros e em mim igualmente, mostro por onde me separo razoavelmente deles. A língua literária dum povo, a língua escrita, estilizada, não passa dum dos muitos preconceitos fatais sem os quais não existe vida social. O que eu faço pois, e sei muito bem disso, não é sinão substituir um preconceito por outro". (*Gramatiquinha:* 327)

- fala brasileira:

"As observações e pesquisas sobre a língua nacional não devem ser feitas exclusivamente entre pessoas das classes proletárias, entre analfabetos e pessoas rurais. Deve estender-se a todas as classes, até mesmo aos cultos, mas sempre na sua linguagem desleixadamente espontânea e natural. As observações só não devem se estender aos

indivíduos que timbram em falar certo. Ou milhor: tem muita importância em verificar e apontar as regras e casos em que mesmo estas pessoas 'culteranistas', por desatenção momentânea pecam contra o português de Portugal ou das gramáticas". *(Gramatiquinha*:338)

- língua brasileira:

" Inda não existe. No entanto na pronúncia temos já uma língua inteiramente apartada da fala portuga. Essa pronúncia e todos os [sic] fenomenologia fonética já nos teriam levado pra outra fala si não fosse reação erudita. Os benefícios e os males da erudição. A falsa erudição que não tem coragem pra ir pra diante pela observação dos fatos, porém se orgulha de mostrar que ficou pra trás por saber o passado e ter lido nos livros". *(Gramatiquinha:* 341)

"A verdade é que a gente não possui ainda uma fala brasileira distinta. A gente ainda está naquela fase de desagregação da fala portuga em que a fenomenologia poucas normas gerais apresenta " (*Gramatiquinha:* 341)

- reação a Portugal:

"(...) o que a gente tem de fazer é isso: ter a coragem de falar brasileiro sem si amolar com a gramática de Lisboa. Dar cada um a sua solução pessoal de falar brasileiro pra que depois um dia os gramáticos venham estabelecer a gramática do Rio de Janeiro. Está certo. Vejam bem: Falei 'sem se amolar com a gramática de Lisboa' e não 'se opondo à gramática de Lisboa. Não se trata reação contra Portugal. Trata-se duma independência natural, sem reivindicações, nem nacionalismos, sem antagonismos, simplesmente, inconscientemente". *(Gramatiquinha:* 333)

> "Não se trata de reagir. Trata-se de agir, que é muito mais viril e nobre". *(Gramatiquinha:* 334)

> "Os escritores nacionais mais célebres têm às vezes incitado, aconselhado a libertação nossa de Portugal - João Ribeiro, Graça Aranha. Principiam por um erro; opor Brasil a Portugal. Não se trata disso. Se trata de ser brasileiro e não nacionalista". (*Gramatiquinha:* 331)

> "A gente deve ser brasileiro não pra se diferençar de Portugal porém porque somos brasileiros. Brasileiros. Brasileiros sem mais nada. Brasileiros. Sentir, falar, pensar, agir, se exprimir naturalmente". *(Gramatiquinha:* 332)

- diferença entre brasileiro e português:

> "Será total a diferenciação entre brasileiro e português (língua). Talvez não pode ter [sic] sendo falas do mesmo berço comum. Quando muito talvez daqui a século como entre português e espanhol. Não é razão para que não principiemos". (*Gramatiquinha:*335)

- brasileirismos:

> "Uma constatação importante é esta a que cheguei: Não tem 'brasileirismos'. Desde que um fulano fale uma palavra ou esse modismo se generalize ele faz parte da língua". *(Gramatiquinha*:377)

- gramática:

> "Esta gramática, pois que gramática implica no seu conceito o conjunto de normas com que torna consciente a organização dũa ou mais falas, esta gramática parece estar em contradição com o meu sentimento". (Gramatiquinha:334)

Pelo tratamento que Mário deu aos temas, vemos que, embora não especialista no assunto, tentava entender a complexidade do problema lingüístico e abordá-lo convenientemente. Isso, porém, não conseguiu alcançar, o que fica evidente na falta de imprecisão dos conceitos que apresenta, por exemplo, na confusão que vê entre "dialetos, línguas e sublínguas", e no fato de não ter levado adiante o projeto da *Gramatiquinha*.

2.1 Concepção de língua no Modernismo

A formação lingüística de Mário de Andrade não deixa dúvidas quanto ao fato de não ser ele um especialista em língua, embora interessado no assunto. Os textos que leu até 1927 eram voltados para o uso normativo da língua. A partir de 1927 recebe indicação bibliográfica enviada por Sousa da Silveira — o que havia solicitado dois anos antes, por intermédio de Manuel Bandeira — em que constam nomes de lingüistas e filólogos de nomeada, tal como: Vendryes, Dauzat, Bourciez, Leite de Vasconcelos, Brunot, Antenor Nascentes e Jorge Guimarães Daupiàs (PIMENTEL PINTO, 1990:77-9).

Ainda segundo PIMENTEL PINTO (id.), de Vendryes, cujo livro *Le Langage* foi a obra lingüística mais divulgada na época, e Dauzat, Mário de Andrade buscou informação teórica para esculpir suas idéias lingüísticas. A influência dessas idéias pode ser verificada "no enfoque psicossociológico" adotado tanto no uso da língua, quanto na metalinguagem que produziu para justificar a linguagem que praticou nos artigos, nas cartas e na literatura.

Pela leitura da metalinguagem marioandradina, percebemos que o autor esteve mais preso, *teoricamente*, ao psicologismo lingüístico que

ao sociologismo. Deste utilizou-se apenas dos princípios que o levaram à valorização do uso corrente da língua, em suas diversas manifestações sociais, inclusive recolhendo amostras, estudando-lhes as constâncias, para empregá-las de modo a caracterizar a norma brasileira[52]. Esse trabalho com o lado social do uso da língua, Mário faz sem preocupações teóricas, isto é, não há referências explícitas, nesse sentido, a estudos lingüísticos. O reconhecimento da variação social na língua levava Mário a ilações de ordem psicológica, quando extraía das variedades de uso, características que evidenciam o "espírito" brasileiro, a psicologia da fala brasileira[53]. É o que se observa muitas vezes no texto que comporia a *Gramatiquinha*[54].

Uma afirmativa de CABRAL (1986:48) corrobora essa nossa última observação. Diz ela que "fatores externos conduzem à mudança lingüística e à fixação dos sistemas lingüísticos numa dada comunidade, *ao contrário da posição de Mário de Andrade que centrava muito o fator língua literária como preponderante em tal fixação*". Não há ênfase de Mário de Andrade a respeito da importância do uso

[52] FARIA (1982:56) afirma: "O objetivo de Mário (...) é abolir a dicotomia entre a língua escrita e a falada, uniformizando a sua escritura a partir da contribuição dos modismos da fala corrente."

[53] BORBA, F da S. & NEVES, M. H. de Moura. (1991:117), na resenha à edição da *Gramatiquinha*, organizada pela Profª Edith P. Pinto, afirmam:
"O que se pode dizer, porém, é que os textos da *Gramatiquinha* não autorizam inequivocamente essa configuração [abordagem psico-sociológica], apresentando, mais que tudo, uma pretensão de orientação psicológica, a julgar pela insistência em tal rótulo, que a própria autora aponta".
"(...) ele estava mesmo interessado em incorporar à língua literária os vários níveis de variação lingüística do Brasil, intuindo que é realmente a oralidade que vivifica a escritura. Nisso MA é pioneiro".

[54] Cf. p. 311-12; 384; 394; 398; 414-15 etc.

lingüístico efetivo para a fixação das peculiaridades brasileiras do português, fato que, na época, seria compreensível, tamanha a força da norma portuguesa, praticada por brasileiros que não queriam parecer ignorantes. Daí a importância da atitude lingüística de Mário de Andrade ao "forçar a nota" — conforme dizia — na estililização de uma linguagem literária baseada em fenômenos colhidos, estudados e sistematizados a partir da fala do brasileiro, pois seria por meio da linguagem literária que a norma brasileira seria consolidada, e não pelo próprio uso da língua.

A partir dos comentários de Mário de Andrade sobre "psicologia da frase" ou "psicologia das palavras", não é possível chegar a conclusão acerca do que ele entendia sobre o problema[55]. FARIA (1982:58) afirma, também, essa intenção do autor quando diz: "baseando-se substancialmente no exame da língua falada, Mário adota como princípio norteador da sua sistematização a observação psicológica". Nos textos que comporiam a *Gramatiquinha*, o autor registra alguns traços psicológicos como característicos do que denominava "psicologia da língua brasileira", traços esses apenas pertinentes à descrição do

[55] Como afirmou PIMENTEL PINTO (1991:293): "A posição idealista de Mário de Andrade, que acionou o projeto de configuração da fala brasileira, foi, quanto à sua execução, fator negativo. Seu idealismo, evidenciado no interesse quase exclusivo pela expressão popular e na preocupação com o aspecto psicológico - teoricamente muito impreciso, acrescente-se - levou-o a buscar exemplos 'líricos'- ou estilísticos".

brasileiro, enquanto pessoa, e não referentes à língua em específico. Desse modo, diz ele:

> "Um capítulo chamado Psicologia da Língua Brasileira: Doçura. Lentidão. Meiguice. Sensualidade. Ironia. Asperezas. Embolados." *(Gramatiquinha:416)*

> "Caracteres psicológicos do brasileiro: carinho, pegafocismo, sensualidade, calor na sonoridade (escrito) verdadeira musicalidade no oral que nem com as crianças. O caipira quando fala, sobretudo o mulato canta que nem criança. Comodismo lentidão escarrapachada e acocorada. Fazer considerações sobre isso em solução da rapidez moderna". (*Gramatiquinha*:416)

Também impreciso é conceito social da linguagem para Mário de Andrade. Quanto a esse, podemos afirmar que deriva de um dos pressupostos do Modernismo brasileiro — a valorização da realidade nacional — o que implicou afirmar que a língua do Brasil era aquela falada pelo povo de todas as camadas sociais, e não somente a falada pelas pessoas cultas, ou a escrita padrão ou literária[56]. Portanto, a preocupação com o lado social da linguagem está implícita na obra de Mário de Andrade e é possível depreendê-la mesmo sem haver referências a teorias e teóricos.

[56] Diz Mário de Andrade (PIMENTEL PINTO, 1990:64): "As observações e pesquisas sobre a língua nacional não devem ser feitas exclusivamente entre pessoas das classses proletárias, entre analfabetos e pessoas rurais. Deve estender-se a todas as classes, até mesmo aos cultos, mas sempre na sua linguagem desleixadamente espontânea e natural".

Diante disso, já é possível perceber que a visão de língua desta época é muito diferente da que dominou o cenário brasileiro do começo de século até, praticamente, 1922. Não se fala mais a respeito do determinismo da natureza sobre a língua, nem se cogita que a língua é um organismo que nasce, cresce, evolui e morre, como todos os seres vivos. Por isso, a tese da diferenciação lingüística Brasil/Portugal existe, nessa fase, amparada em argumentos diversos daqueles defendidos por José de Alencar, que entendia ser o português do Brasil uma língua que se diferenciou da de Portugal, do modo como as línguas neolatinas do latim, ou seja "por evolução". Os argumentos de Mário de Andrade são, embora imprecisos ou confusos, de natureza social e psicológica, o que torna evidente que a sua atitude, ao defender a "língua brasileira", como denominou inicialmente, ou a "língua nacional", como chamou depois a língua usada no Brasil, era diferente da de Alencar, pela concepção de língua de cada um deles. O que os une é o *nacionalismo*, se bem que esse tenha sido um fenômeno de configuração diferente no Romantismo e no Modernismo, e que naturalmente não se manifestou do mesmo modo em Alencar e Mário de Andrade.

É necessário registrar, também, que os objetivos desses dois escritores, em relação à divergência da orientação lusitana, clássica, foram muito diferentes. O objetivo de Alencar era, por exemplo, praticar uma linguagem mais próxima da realidade brasileira, para que sua literatura

fosse apreciada por um público literário mais amplo, como era característico no Romantismo[57]. De acordo com a principal bandeira romântica, o nacionalismo, havia o desejo de caracterizar a cultura brasileira, incluindo aí a língua, pelas peculiaridades da modalidade falada brasileira, utilização de indianismos e africanismos. A esses acrescentava seus neologismos literários[58]. Ao usar uma linguagem que não estava cabalmente de acordo com a norma canonica portuguesa, José de Alencar foi duramente criticado. Às críticas, respondeu retomando as clássicos, ao invés de apoiar-se no uso brasileiro.

Os objetivos de Mário de Andrade eram completamente diferentes dos de Alencar. Em primeiro lugar, e naturalmente, porque a época e os valores eram outros. Mário viveu a época da destruição *do status quo* que vigorou no Brasil desde o surgimento da literatura brasileira: o apego à cultura portuguesa, em detrimento da brasileira[59]. Sua literatura foi um laboratório experimental de tudo o que estudou

[57] CÂNDIDO (1981:110) afirma que um dos motivos que intervieram para consolidar o Romantismo foi "em primeiro lugar a ampliação do público ledor, devida a participação mais efetiva do povo na cultura, depois dos movimentos democráticos".

[58] CÂNDIDO (op. cit.: 116) ao se referir sobre as duas tendências do Romantismo, esclarece: "No caso do indianismo, tratando-se de descrever populações de língua e costumes diversos dos portugueses, podia a convenção poética agir com grande liberdade, criando com certo requinte de fantasia a linguagem e atitudes dos personagens".

[59] Segundo COUTINHO (1976:244), as características do Modernismo eram: "Em vez da universalidade e do absoluto, o que lhe importa é o particular, o local, a circunstância, o pessoal, o subjetivo, o relativo, o detalhe, a multiplicidade; em lugar da permanência, é a mudança, a diversidade, a variedade; ao absoluto, prefere o relativo, à Verdade, muitas verdades; às normas absolutas, o relativismo e a diversidade da experiência artística e dos casos individuais; à estabilidade o movimento; à natureza, a natureza humana; à descrição e revelação do mundo exterior, o sentimento da existência subjetiva; fugindo à tradição de nobreza, dignidade e decoro, incorporou as assuntos baixos e sujos, a realidade cotidiana, o terra-a-terra, o circunstancial e particular".

sobre a cultura brasileira. A linguagem que usou é estilização da fala brasileira, não a simples reprodução do que ouviu e anotou[60]. Em segundo lugar, porque a sua preocupação era dar *status* literário à variedade praticada no Brasil, usando para isso termos e expressões colhidas do povo e trabalhadas por ele, quer nas falas do narrador, quer nas das personagens. FARIA (op. cit.:61) confirma essa idéia quando diz que "tudo o que Mário escreveu entre fins de 1924 e meados de 1927, época do "forçar a nota", traz as marcas da tentativa de fixação de um modo de expressão nacional".

Em resumo, pode-se afirmar que a concepção de língua de Mário formou-se a partir de duas bases, uma sociológica e outra psicológica: esta adotada conscientemente, embora não efetivamente explorada, formada pelas leituras de obras lingüísticas a que teve acesso; aquela, adotada inconscientemente, pois decorria da sua posição frente ao fenômeno social e, nesse caso, o reconhecimento da relação inalienável língua/sociedade.

[60] Cf. *Gramatiquinha:*318: "É incontestável que com a estilização da fala brasileira que é a minha contribuição pessoal prá codificação futura do brasileiro, ninguém não me pode pegar em erro".

3 A repercussão do Modernismo na norma prescritiva

Se se pode falar em êxito do Modernismo, esse foi exatamente quanto à "renovação da república velha das letras", como disse BOSI (1985). Embora isso seja verdadeiro, não significa que a língua praticada no Brasil tenha conquistado posições definitivas em relação a sua descrição e normalização. Mesmo assim, não é impreciso afirmar que foi por meio desse movimento que se começou a utilizar, na literatura, um registro mais próximo da realidade lingüística brasileira.

A tese de que a língua praticada no Brasil é diferente da de Portugal foi defendida por diversos estudiosos e intelectuais. E o Modernismo foi o movimento que contribuiu para a implantação de uma norma lingüística mais próxima da realidade brasileira. Não é sem propósito, então, verificarmos as posições de alguns estudiosos, gramáticos, literatos ou críticos sobre o problema.

COUTINHO (1976), por exemplo, afirma que o português do Brasil se diferenciou do de Portugal desde a instalação do homem civilizado em terras brasílicas — seguindo, nesse ponto, o pensamento de Ortega y

Gasset[61]. Desse modo, concorda com o argumento de que a linguagem escrita praticada no Brasil até a estréia do Modernismo estava em total desacordo com a realidade lingüístico-social do Brasil:

> "Uma das mais fecundas consequencias do Modernismo diz respeito ao problema da língua e do estilo brasileiro como legítimo instrumento da literatura aqui produzida. Até então vigorava maciça a norma portuguesa, havendo escritores, como Rui Barbosa e Coelho Neto, que se valiam de uma linguagem inteiramente em desacordo com o objeto que tinha em mira descrever ou tratar, vício tantas vezes verberado em Coelho Neto por Veríssimo e outros críticos". (COUTINHO, 1976:289)

Esse autor levou às últimas conseqüências a tese da diferenciação linguística. Chegou mesmo a defender, até a década de 80, a diferenciação sistêmica entre a língua de Portugal e a do Brasil, tese já esgotada desde o Modernismo.

Também LESSA (1966) discutiu o problema da variação da língua portuguesa, analisando a linguagem literária de dez representantes do Modernismo (linguagem do narrador, predominantemente). Nesse trabalho, defende a tese da diferenciação lingüística existente entre o Brasil e Portugal, embora reconheça a identidade sistêmica entre as

[61] "Tal processo não podia deixar de modificar profundamente o homem, criando um novo homem, sob todos os aspectos. Poderíamos, porventura, considerá-lo um simples continuador do europeu? Como afirmou Ortega y Gasset, um homem novo gerou-se desde o primeiro instante em que o colono pôs o pé no novo mundo. Foi o americano, o brasileiro." (COUTINHO, 1976: 235)

variantes de língua[62]. As especificidades do português do Brasil, analisadas pelo autor e exemplificadas em abundância, são relativas aos níveis léxico e sintático. Quanto à importância do Modernismo na fixação da linguagem brasileira na literatura, diz o autor:

> "Hoje, porém, a revolução modernista já está vitoriosa, o problema lingüístico já foi posto suficientemente em evidência, o linguajar brasileiro definitivamente consagrado, em grande parte, na língua literária, de sorte que não há mais necessidade de escândalos e exageros, já não se faz mister "forçar a nota". (*O Modernismo*:25-26)

O autor, porém, não deixa de anotar que, apesar das conquistas do Modernismo, os resultados da nova atitude lingüística demoraram de ser incorporados. Por isso, diz que "este linguajar brasileiro ainda não penetrou, contudo, nas aulas de Português dos nossos ginásios, nem tampouco nas nossas gramáticas." Essa observação, feita em 1966, já não é mais *inteiramente* verdadeira, pois algumas das estruturas e palavras arroladas são já de uso corrente nas escolas, na linguagem escrita dos jornais e revistas, nos livros, de modo geral e, até nas gramáticas, certas estruturas e palavras são citadas como próprias do uso brasileiro. Exemplos disso são a colocação dos pronomes átonos e a regência de verbos como assistir, chegar, chamar etc.

[62] "Não afirmamos, portanto - é bom insistir -, que a literatura modernista criou ou consagrou a 'língua brasileira'. Mas sustentamos que, com os modernistas, o português do Brasil intenta atingir uma certa emancipação, sobretudo no que concerne a peculiaridades sintáticas, desassombradamente, corajosamente, com uma coragem e um desassombro com que jamais se houve em épocas passadas. E isto a par de benfazejo combate ao purismo e de uma tentativa de aproximação mais íntima e mais definitiva entre língua escrita e a língua falada".(LESSA, 1966: 09)

LESSA (1966:79) inicia a apresentação a que procedeu acerca da linguagem dos modernistas pela "*colocação irregular dos pronomes*", trazendo à baila, primeiramente, os "*períodos iniciados por pronome oblíquo*", depois a "*colocação irregular do pronome em locuções verbais*". Entre os casos de regência arrolados pelo autor estão: a. o. emprego da preposição *em* com verbos de movimento; b. o verbo *chamar* com predicativo regido de preposição; c. o verbo pedir regido da preposição *para*. Outras estruturas sintáticas divergentes das apregoadas pela norma portuguesa, assim como itens léxicos, são citadas para comprovar a proximidade da escrita modernista com o uso popular falado do Brasil.

Nas atuais gramáticas normativas, de autores de indiscutível autoridade, como as de BECHARA (1983a) e CUNHA & CINTRA (1985), já existem referências a esses e outros usos inaugurados na literatura pelos modernistas. Alguns, por enquanto, são notas que registram o uso brasileiro, não sendo recomendados para a linguagem formal escrita, pois vêm acompanhados das advertências: *uso coloquial*, *linguagem familiar*, *linguagem popular* etc. Outros já vão ganhando *status* e integram o corpo da descrição gramatical.

Passemos, desse modo, a verificar, nas gramáticas normativas de CUNHA & CINTRA (1985) e de BECHARA (1983) alguns desses usos

lingüísticos trazidos da fala à literatura, pelos modernistas. Vejamos, então, o que dizem os primeiros (op. cit:127) sobre o uso do verbo *ter* como impessoal, em lugar de *haver*.

> "Na linguagem coloquial do Brasil é corrente o emprego do verbo *ter* como impessoal, à semelhança de *haver*. Escritores modernos — e alguns dos maiores — não têm duvidado em alçar a construção à língua literária. Comparem-se estes passos:
>
> Hoje tem festa no brejo!
>
> (C. Drummond de Andrade, R, 16.)
>
> Em passárgada tem tudo,
>
> É outra civilização...
>
> (M. Bandeira, PP, 222)"

Esse já é um dos casos em que os autores registram o uso brasileiro no corpo do texto, deixando registrada, entretanto, a informação de que esse é típico da *linguagem coloquial do Brasil*, o que equivale a dizer que é uma locução imprópria para uso culto, escrito ou falado. Ora, essa situação obriga-nos a refletir sobre o real papel da gramática normativa. Sabemos que esta traz a descrição de *um dos usos* da língua, a saber, o escrito, praticado pelos escritores de prestígio da língua. Esse, descrito, constitui a norma explícita da língua[63].

[63] ALÈONG (In: BÉDARD & MAURAIS, s.d.:261): " La norme explicite comprend cet ensemble de formes linguistique ayant fait l'objet d'une tradition d'elaboration, de codification et de prescription. Elle se constitue selon des processus sociohistoriques dont nous verrons quelque grandes lignes plus bas. Codifiée et consacrée dans un appareil de référence, cette norme est socialment dominante en ce sens qu'elle s'impose comme l'idéal à respecter dans les circonstances qui appellent un usage réfléchi ou contrôle de la langue, c'est -à-dire dans les usages officiels, dans la presse écrite et audiovisuelle, dans le système d'esignement et dans l'administration publique."

É à gramática descritiva que cabe a função de descrever as diversas normas, faladas ou escritas, *normas implícitas* da língua[64]. No entanto, como a modalidade escrita culta do português do Brasil ainda não sofreu uma descrição completa, vemos, nas nossas gramáticas de maior prestígio, misturados, comentários referentes às normas explícitas e implícitas. Muitas vezes, como pormenorizaremos a seguir, é impossível ao leitor decidir quanto a um determinado uso, porque o próprio gramático não deixa clara a sua posição. No caso apresentado, por exemplo, não é cristalina a posição dos autores, pois se há a observação do uso coloquial, há, também, a afirmação de que escritores de prestígio fizeram uso da dicção. Portanto, ao usuário comum cabe a dúvida: é ou não legítima a expressão?

Sobre o mesmo tema, diz BECHARA (1983a, p. 201):

> "Na linguagem familiar do Brasil é freqüente o emprego do verbo ter como impessoal, à maneira de haver:
>
> Há bons livros na biblioteca
>
> Tem bons livros na biblioteca"

A esse caso, o autor sugere uma explicação, modalizada pelo verbo *parecer*. Para apresentar a insistência no uso tradicional, o da não aceitação da impessoalidade do verbo *ter* — fato que contraria o uso

[64] Id. "Quant aux normes implicites, il s'agit de ces formes qui, pour être rarement l'objet d'une réflexion consciente ou d'un effort de codification, ne représentement pas moins les usages concrets par lesquels l'individu se présente dans sa société immédiate. Bien entendu, il s'agit surtout de la langue orale et de ce fait ce type de norme n'a pas la rigidité d'un code écrit."

brasileiro, pois é locução presente, em muitos casos, até mesmo na língua escrita —, o autor usa a força da tradição, fazendo uma *debreagem enunciva*, de pessoa, (Cf. FIORIN, 1989), distanciando-se do discurso, quando diz que é *a gramática normativa*, e não ele, o gramático (nessa hora com o papel de lingüista mais saliente do que o de gramático) que a representa, que exige um uso e não o outro, dos verbos ter/haver[65]. Esse é um dos modos pelos quais a tradição impera, mesmo quando não há justificativa lingüística que confirme uma tradição contrária a um uso. São estas as palavras de BECHARA (op. cit.), no trecho comentado:

> "Em tal construção *parece* ter-se originado uma mudança na formulação da frase *A biblioteca tem bons livros*, auxiliada por vários outros casos em que *haver* e *ter* têm aplicações comuns. *A gramática normativa*, entretanto, pede que se evite este emprego de ter impessoal. Em linguagem coloquial escritores modernos já agasalharam esta construção: (Grifamos)
>
> "Na Rua Toneleiros tem um bosque, que se chama, que se chama, solidão".
>
> (Manuel Bandeira, Poesia e Prosa, II, 419)"

[65] A debreagem é o processo da instalação da *pessoa*, *tempo* e *lugar*, no discurso. Assim, a *debreagem é enunciativa* se a voz do discurso estiver instalada a partir da tríade EU + AQUI + AGORA. Se a voz do discurso estiver instalada a partir da tríade ELE + LÁ + ENTÃO, o discurso tem uma *debreagem enunciva*. No primeiro caso, o efeito de sentido criado no discuro é sempre de *proximidade* do sujeito enunciador em relação ao fato narrado ou apresentado, no segundo, o efeito de sentido é de *distanciamento*.

Note-se, também, a referência, sempre presente em casos como esses, aos usos dos modernistas que, como já acentuado, guindaram à literatura a formulação lingüística caracteristicamente brasileira.

Uma das questões que mais geraram polêmicas lingüísticas em torno do português do Brasil foi a colocação dos pronomes átonos. Desde José de Alencar, até a última geração modernista, não se deixou de discutir sobre a utilização que os brasileiros fazem dos pronomes átonos. Tamanha foi a resistência dos modernistas às normas de colocação elaboradas a partir do uso português, que, se ainda não se consagrou o uso específico do português do Brasil, já se o colocou em posição de destaque nas gramáticas, em especial nas que ora vimos estudando.

Ambos os autores abrem para o estudo do assunto um subtópico. CUNHA & CINTRA (op. cit.: 307-08), por exemplo, tratam de "A Colocação dos Pronomes Átonos no Brasil", e BECHARA (op. cit.: 329) da "Explicação da Colocação dos Pronomes Átonos no Brasil". Sobre esse ponto, os autores não apresentam expressões restritivas quanto ao uso brasileiro. Ao contrário, até criticam a posição tradicionalista da teoria gramatical normativa. Esse fato aponta certa incoerência das regras gramaticais no Brasil, pois as posições sobre os usos brasileiros da língua portuguesa são diversíssimas: ora alguns usos brasileiros são considerando errados, impróprios ao uso culto; ora são apenas

registrados; ora, com ambígua imparcialidade (como se ao consultor da gramática coubesse decidir se deve ou não aceitar um tal "brasileirismo"), são enfatizados, sob crítica da posição tradicionalista da gramática que teima em não aceitar um determinado uso consagrado pelos falantes da língua. Sobre a colocação de pronomes, há o seguinte:

Dizem CUNHA & CINTRA (id.):

> "A colocação dos pronomes átonos no Brasil, principalmente no colóquio normal, difere da atual colocação portuguesa e encontra, em alguns casos, similar na língua medieval e clássica.
>
> Podem-se considerar como características do português do Brasil e, também, do falado nas Repúblicas africanas:
>
> a. a possibilidade de se iniciarem frases com tais pronomes, especialmente com a forma *me*;
>
> b. a preferência pela próclise nas orações absolutas, principais e coordenadas não iniciadas por palavra que exija ou aconselhe tal colocação;
>
> c. próclise ao verbo principal nas locuções verbais."

A respeito desse tema BECHARA (op. cit.: 329) é mais incisivo e tece as seguintes críticas à regra tradicional:

> "Nos princípios anteriormente comentados vimos certas tendências brasileiras que nem sempre a Gramática agasalha como dignas de imitação, *presa que está a um critério de autoridade que a lingüística moderna pede seja revisto.* (Grifamos)

Para respaldarem as suas posições, tanto BECHARA (id.) quanto CUNHA & CINTRA (id.) apelam, nesse ponto, para o texto de Martinz de Aguiar[66], que explica o fato da diferenciação de uso brasileiro e português 'por um complexo de fatores, fonético (rítmico), lógico, psicológico (estilístico), estético, histórico, que às vezes se entreajudam e às vezes se contrapõem', favorecendo usos como o da junção do pronome ao particípio, procliticamente; a aposição de pronomes aos futuros; e a anteposição do pronome à forma nominal de um locução. Diante de tais argumentos, BECHARA (op. cit.) finaliza, de modo inovador, seus comentários sobre o tema:

> "Pelas mesmas razões variadíssimas é que no Brasil, na linguagem coloquial, o pronome átono pode assumir posição inicial de período. Este fenômeno, válido para a lingüística, só por comodidade e inadvertência se tem como 'erro' de gramática"

É de notar que as posições de lingüista e a de gramático, para os autores citados, deixa-os em posição desconfortável diante dos temas a respeito dos quais há forte divergência entre a norma portuguesa e a brasileira. Se de um lado existe a força do conhecimento da tradição, da norma portuguesa usada efetivamente por portugueses, na literatura ou na linguagem corrente, que não pode apenas ser desconsiderada, do outro existe a força do uso brasileiro, de modo

[66] In: Notas e Estudos de Português, 181-183 (cf. BECHARA, 1983a:255-60).

efetivo e predominante na linguagem falada, não somente na coloquial, mas também na culta, e na escrita da maioria dos usuários, inclusive daqueles da imprensa, como veremos adiante. Esse é um fato que não pode ser ignorado, em favor de regras que, mesmo conhecidas, não se impõem. Divididos entre esses dois usos, estão os gramáticos que também são lingüistas. Os gramáticos que não desempenham os dois papéis não se encontram em dificuldades, pois a sua única função é propugnar a norma tradicional, sem consideração sobre o uso. Para esses, se o uso estiver em discordância com a norma prescritiva é simplesmente tachado de errado.

Outro tema que oferece muita controvérsia é o da regência verbal. Contra o preceito gramatical vem o uso e a sua consagração na literatura moderna contemporânea, o que, ao cabo de algum tempo, deve influenciar o discurso gramatical prescritivo. Esse é o caso, por exemplo, da regência direta do verbo *assistir*, na acepção de *estar presente, presenciar*. Mais uma vez o discurso normativo é debreado enuncivamente, e CUNHA & CINTRA (1985:508-09) criam um efeito de sentido de afastamento para, de um lado, deixar falar a voz da tradição e, de outro, a voz do povo que usa uma linguagem diferente daquela prescrita. Nesses casos, os autores ficam preservados, já que não

assumem posição diante dos dois usos. Observemos o discurso dos autores:

> "1º) *Uma longa tradição gramatical ensina* que este verbo [assistir] é TRANSITIVO INDIRETO no sentido de "estar presente", "presenciar". Com tal significado, deve o OBJETO INDIRETO ser encabeçado pela preposição a, e, se for expresso por pronome de 3ª pessoa, exigirá a forma a ele(s) ou a ela(s) e não lhe(s). Assim:
>
> Assisti *a algumas touradas*
>
> (A. F. Schimidt, AP, 1975)
>
> Não é propósito nosso descrevermos uma corrida de touros. Todos têm *assistido a elas* e sabem de memória o que o espetáculo oferece de notável.
>
> (Rebelo da Silva, CL, 177)
>
> *Na linguagem coloquial brasileira*, o verbo constrói-se, em tal acepção, de preferência com OBJETO DIRETO (cf.: assistir o jogo, um filme), e escritores modernos têm dado acolhida à regência gramaticalmente condenada. Sirvam de exemplo estes dois passos:
>
> Trata-se de um filme *que* eu *assistia*.
>
> (C. Lispector, AV, 32.)
>
> Dava dinheiro e corrompia para fazer passar de novo e sempre as fitas *que* não *assistira*.
>
> (Autran Dourado, IP, 38.)"

CUNHA & CINTRA (id.: 510), ao falarem sobre a regência do verbo *chamar*, tão discutida por diferir o uso brasileiro do português, quando na acepção de *apelidar*, *dar nome*, *qualificar*, têm postura diferente daquela adotada em relação a outros casos de opção lingüística brasileira divergente da portuguesa. Relativamente ao verbo

chamar, o uso brasileiro vem arrolado no corpo do texto, integrando a totalidade da descrição. Apenas há, quanto a ele, o seguinte rodapé, que não o discrimina:

> "Esta construção, desusada em Portugal e condenada pelos puristas, é a predominante na linguagem coloquial brasileira e tende a sê-lo também na expressão literária modernista".

Assim, então, é descrição:

> 3º) No sentido de 'qualificar', 'apelidar', 'dar nome', constrói-se:
>
> a) com OBJETO DIRETO + PREDICATIVO
>
> O povo *chamava-o maluco.*
>
> (J. Lins do Rego, U, 127)
>
> b) com OBJETO DIRETO + PREDICATIVO (*precedido de preposição*)
>
> *Chamaram-no de mentiroso, de ingrato e de vítima.*
>
> (C. Drummond de Andrade, CB, 71)"

Situação semelhante ocorre com a regência do verbo *visar*. No sentido de *ter por objetivo*, freqüentemente, no Brasil, esse verbo é empregado com o complemento direto, o que está consignado por CUNHA & CINTRA (op.cit.:525), já como construção *quase* aceita, pois descrita entre as tradicionais. Dizem eles[67]:

[67] Note-se que entre os exemplos, os autores incluem M. Torga, português.

"2º) No sentido de "ter em vista", "ter por objetivo", "pretender", pode construir-se:

a) com OBJETO INDIRETO introduzido pela preposição *a*:

> Não visava a lucros e, sim, ajudar o próximo.
>
> (J. Amado, MG, 80-81)
>
> (...)

b) com OBJETO DIRETO:

> Concentro-me sem *visar nenhum objeto* — e sinto-me tomado por uma luz.
>
> (C. Lispector, SV, 35)
>
> O balde de água fria *visava* também *uma finalidade concreta*.
>
> (M. Torga, V, 214)

Esta última construção, condenada por alguns gramáticos, é a dominante na linguagem coloquial e tende a dominar também na língua literária, principalmente quando o complemento vem expresso por uma oração reduzida de infinitivo:

> O ataque *visava cortar a retaguarda da linha de frente*.
>
> (E. da Cunha, OC, II, 399)
>
> — Numa palavra, essa revolução *visava derrubar as oligarquias* que nos infelicitam!
>
> (É. Veríssimo, A, II, 485)".

Sobre a regência do verbo *pedir* com a preposição *para*, BECHARA (1983a:311-312) demonstra o cruzamento sintático entre as formas *pedir algo, com alguma finalidade*, em que o *algo* é *um objeto direto*, e a *finalidade* é uma *oração adverbial final*. Assim, só seria possível o aparecimento da preposição *para* quando fosse expressa a oração

subordinada final, mas o que ocorre é a inserção da preposição na frase em que é atualizado o objeto direto. Assim, a frase "*Pediu para que Antônio saísse*" é usada em lugar de "*Pediu que Antônio saísse*". Mais uma vez o discurso é debreado enuncivamente e o julgamento do autor sobre esse uso fica atenuado, misturado às vozes *dos gramáticos* e o leitor não tem, assim, uma posição inequívoca se ele avaliza ou não a construção. Para melhor compreensão do problema, examinemos suas palavras:

> "Os gramáticos ainda não aceitaram a operação mental [o cruzamento das construções], apesar da insistência com que penetra na linguagem das pessoas cultas. O novo modo de expressão traz também uma ambigüidade, porque se fica sem saber qual é, na realidade, o sujeito da oração subordinada. Em:
>
> Antônio pediu para José sair,
>
> custa-nos a dizer de pronto se quem sai é mesmo Antônio ou José. O gramático só considera a expressão correta se o sujeito for Antônio, mas a linguagem coloquial constrói o período como se o sujeito fosse José, pois interpreta a oração subordinada como objetiva direta: Antônio pediu que José saísse.
>
> Sob a alegação de que o objeto direto oracional não pode vir introduzido por preposição (...) é que gramáticos repudiam tal linguagem. Pode-se ver na construção o *para* como posvérbio iniciando a oração objetiva direta para denotar o interesse ou insistência do pedido". (id.)

Mais uma grande discussão sobre o uso brasileiro em relação à regência verbal diz respeito aos verbos de movimento, como *chegar*, usados com a preposição *em* ao invés de *a*. Curiosamente, entretanto, nenhum dos autores ora examinados deteve-se no estudo desse verbo, a despeito de sobre ele se ter discutido desde a época alencariana. CUNHA & CINTRA (op. cit.) não fazem referência a esse verbo e BECHARA (op. cit.:315) apenas o traz no rol de outros tantos, sobre ele fazendo apenas a seguinte observação:

> "Chegar-se a (não em junto ao lugar)."

O *Dicionário Prático de Regência Verbal*, de LUFT (1987:116) traz uma observação sobre o assunto. A explicação do autor para o fato é a "tendência de considerar o estado e o repouso ('lugar onde') em vez do movimento ('lugar para onde')[68]. Não obstante isso, e até discordando de ELIA, LUFT recomenda, para o uso escrito formal, a regência com a preposição *a*[69].

Os itens selecionados, todos já conhecidos e discutidos de há muito, foram citados com a finalidade de comprovar que a insistência no uso lingüístico de muitas expressões, guindadas à literatura pela pena dos

[68] Nesse ponto, o autor segue a trilha de Antenor Nascentes (1953:171-4)
[69] "Lessa transcreve 19 exemplos de *chegar em* contra 10 de *chegar a*. 'Já se tolera o chegar em, na língua escrita' (Elia:11). Mesmo assim, penso que em texto escrito culto formal melhor se ajusta o *chegar a*." (Op. cit.)

primeiros modernistas, fez com que ganhassem foro de cidade. Tanto isso é verdade que muitas delas já residem no corpo do texto de gramáticas de prestígio como a de CUNHA & CINTRA (1985)e a de BECHARA (1983).

Do que vimos, e os exemplos podem-se multiplicar, é possível concluir que o esforço dos modernistas não foi desperdiçado. Mário de Andrade, tomado aqui como figura-símbolo do Modernismo, seguido por escritores eminentes, como, por exemplo, os autores citados por CUNHA & CINTRA e BECHARA, atuou contra o purismo ortodoxo, praticou o purismo nacionalista, voltado para a preservação da norma lingüística do Brasil, ("Brasileiros. Brasileiros sem mais nada. Sentir, pensar, agir, se exprimir naturalmente.") forçou a entrada de certos usos populares na literatura, implantou uma nova norma, cujos resultados somente começaram a aparecer no texto prescritivo muito tempo depois da revolução feita pelo Modernismo. Agora a descrição da modalidade escrita literária culta do português do Brasil urge ser empreendida, para que a norma brasileira deixe de ocupar o rodapé e as notas de exceção das gramáticas.

Insistindo na idéia de purismo relativo ao português brasileiro, purismo nacionalista, citemos a passagem em que Raquel de Queirós reage à proposta de revisão do seu texto, pelo editor português, que se

encontrava inconformado com os "erros de português" presentes nas obras da autora, a serem publicadas em Portugal. Disse, então, Raquel de Queirós em carta ao editor:

> "(...) Não, não me venham dizer que em Portugal não entendem o que escrevemos. E, fosse esse o caso, bastaria a aposição de um glossário no fim de cada livro para resolver as dúvidas. Mas o que nos propõe é outra coisa: é correção, é conserto de pronomes, é a revisão do caçanje brasileiro que fere o bom ouvido peninsular. Acontece entretanto, meu caro amigo, que esse caçanje, que esses pronomes mal postos, que essa língua que lhes revolta o ouvido, é o nosso modo normal de expressão, *é — ouso dizer— a nossa língua literária e artística*. Já não temos outra e, voltar ao modelo inflexível da fala de Portugal, seria para nós, a esta altura, uma contrafação impossível e ridícula". (Grifamos) (QUEIRÓS, 1970)

Nesse trecho há metalinguagem de purismo nacionalista: a luta agora é preservar o português do Brasil que já começava a se se impor.

Mário de Andrade, ao refletir sobre o purismo português, defende o uso da expressão que tem força significativa, ou expressional, ou moral na língua, sem necessidade de considerações sobre a sua origem e abonações. Em suma, defende a pragmaticidade da língua: a língua que "serve" aos falantes é a que deve ser usada sem preconceitos. É desse modo que aparece o purismo nacionalista.

Textualmente, Mário de Andrade reagiu ao purismo português, grafando na sua *Gramatiquinha* as seguintes idéias:

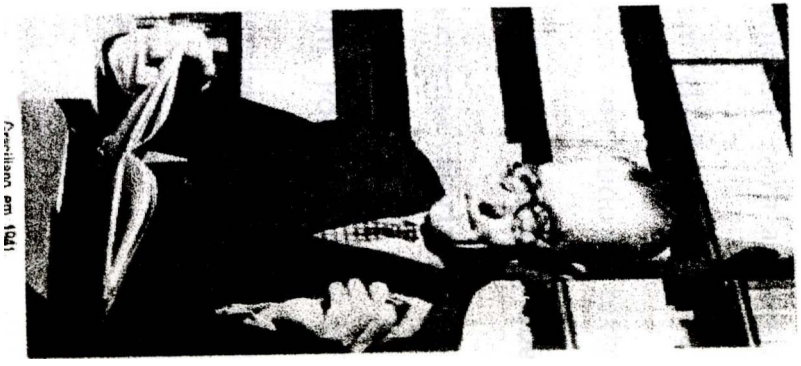
> "Por exemplo se observa as palavras *Constatar* e *Evoluir* que falam os puristas não pertencem à língua portuguesa de que a gente provém por linha reta. Essas palavras podem não se justificar expressionalmente porém se justificam moralmente. Pra me exprimir não careço de *Evoluir* porque possuo já *Evolucionar*, nem *Constatar* por causa de *Verificar*. Mas tem no homem certas precisões obscuras ou por outra certas transitoriedades provindas do preconceito do hábito, de muita coisa que são [sic] humanas e fatais. *O erudito que se opõe a elas faz papel de besta*". (Grifamos) (*Gramatiquinha*:375)

Mais uma vez Mário tinha razão. Não é preciso nem exemplificação para comprovar o largo uso que dessas palavras fazem os usuários do português do Brasil, sendo que os mais jovens e os não especialistas não têm memória sobre a discussão já travada sobre a origem e "impropriedade" do uso de tais palavras (constatar e evoluir), importadas do francês. Em verdade, causa estranheza, hoje, a observação, se alguém a fizer, de que são palavras a serem evitadas.

A visão atual da ação modernista encabeçada por Mário de Andrade permite-nos dizer que a revolução da língua não é uma ficção. Vê-se que muitos dos usos lingüísticos colocados em letra de forma, nos textos literários (e até mesmo em artigos, como foi o caso de Mário de

Andrade), na época completamente inaceitáveis na língua literária, combatidos por gramáticos e usuários afeitos à norma europeizante, venceram as resistências e encontraram espaço na linguagem culta oral e escrita do Brasil. É claro que não nos referimos a toda a linguagem marioandradina, pois nela havia o exagero próprio das revoluções que forçam a morte de um estado, para que um novo surja com pujança. Em termos de língua, esse é um processo lento e os resultados, quando os há, só são percebidos posteriormente a largo período de uso.

Os reflexos da luta para a elevação da língua do Brasil ao nível literário foram-se revelando aos poucos. A sua primeira conseqüência foi a rejeição da linguagem preciosista baseada nos clássicos. A segunda, foi a crescente valorização da norma brasileira. Portanto, muitos escritores passaram não somente a praticar a norma brasileira, mas também a reclamá-la por meio de metaliguagem que defendia a tradição lingüística brasileira o que, em última instância, constitui o purismo brasileiro.



Graciliano em 1941

IV CAPÍTULO

O purismo nacionalista e a fixação da norma brasileira

1 *Manuel Bandeira: novos caminhos para a língua do Brasil*

Desde o Modernismo, a poesia foi também meio para se externarem revoltas contra o artificialismo da norma lingüística vigente até o primeiro quartel do século XX. Manuel Bandeira bradou contra o *status quo* lingüístico que prevalecia então, quando clamou pelo emprego da linguagem natural, livre das regras morfossintáticas e do rigor léxico, voltados para a norma européia. Bandeira é antipurista não somente em relação à ortodoxia da linguagem, mas também em relação à forma e ao conteúdo do texto literário. Por outro lado, podemos dizer, pelo critério ideológico, que é um purista nacionalista, caracterizado pela extrema valorização da língua e da literatura nacional.

Em "Poética" vemos a força dos versos de Bandeira, funcionando como verdadeiros argumentos em prol da norma brasileira:

Poética

Estou fato do lirismo comedido
do lirismo bem comportado.
Do lirismo funcionário público com livro de ponto expediente
[protocolo e manifestações de apreço ao Sr.
[diretor

Estou farto do lirismo que pára e vai averiguar no dicionário
[o cunho vernáculo de um vocábulo

Abaixo os puristas
Todas as palavras sobretudo os barbarismos universais
Todas as construções sobretudo as sintaxes de exceção
Todos os ritmos sobretudo os inumeráveis
Estou farto do lirismo namorador

Político
Raquítico
Sifilítico
De todo lirismo que capitula ao que quer que seja fora de si
[mesmo.

De resto não é lirismo
Será contabilidade tabela de co-senos secretário do amante exemplar
[com cem modelos de cartas e as diferentes
[maneiras de agradar às mulheres, etc.

Quero antes o lirismo dos loucos
O lirismo dos bêbedos
O lirismo difícil e pugente dos bêbedos
O lirismo dos clowns de Shakespeare

— Não quero mais saber do lirismo que não é libertação.

(BANDEIRA, 1986:207)

(Grifamos)

Outra crítica de Manuel Bandeira à situação lingüística brasileira está gravada em "Evocação do Recife". Nesse poema há a intuição de Bandeira sobre a historicidade da língua, pois diz que o que fazemos no Brasil é "macaquear a sintaxe lusíada". Em outros termos, a norma só é integralmente praticada por aqueles que a criam. Se se quer praticar a norma de Portugal no Brasil haverá sempre um déficit do uso em relação a essa norma, ou melhor, há sempre a predominância da norma local, produto da língua efetivamente realizada.

O poema "Evocação do Recife" traz referência, importante, pela qual se comprova que a intenção dos modernistas era fazer o alinhamento da norma brasileira, a partir da observação direta da língua em uso. Os versos de Bandeira aos quais nos referimos são os seguintes:

(...)

"A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros
Vinha da boca do povo na língua errada do povo
Língua certa do povo
Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil
Ao passo que nós
O que fazemos
É macaquear a sintaxe lusíada
A vida com uma porção de coisas que eu não entendia bem
(...)

(Op. cit., p. 213)

A conscientização de que a norma brasileira era mesmo diferente da portuguesa foi-se solidificando, cada vez mais. Como Rubem Braga, na esteira de Manuel Bandeira e de outros modernistas, muitos escritores foram, aos poucos *adotando* o modo brasileiro de escrever, em termos de léxico e gramática e, desse modo, foi-se fixando uma norma lingüística para a língua escrita do Brasil, menos distante da língua efetivamente praticada no país[70].

[70] Adoção no sentido coseriano: "aquisição de uma forma nova, duma variante, dum modo de selecionar, em vista de atos futuros." COSERIU (1979:72)

2 A crônica no Brasil

Depois de alguns anos passados do "vendaval" que a Semana de Arte Moderna representou para a renovação das artes brasileiras, alguns de seus sinais são bem visíveis. Em relação à linguagem, estão presentes na prosa e na poesia de autores, hoje, de grande prestígio, como Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Guimarães Rosa, Rubem Braga, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Graciliano Ramos e Raquel de Queirós para lembrar somente alguns dos mais importantes herdeiros do Modernismo. FARIA (1982:67) comprova essa idéia, formulando uma pergunta retórica: "Como negar na poesia de Dummond, de Manuel Bandeira e Augusto Meyer, na prosa de José Lins do Rego e Guimarães Rosa a presença 'espiritual' de Mário de Andrade?"

A leveza da linguagem pós-modernista pode ser observada em todos os gêneros literários. É na crônica, no entanto, que se pôde sentir a partir dos anos trinta o reflexo da ruptura modernista com o passadismo. É bem verdade que, como diz CÂNDIDO (1992:8), desde Bilac, a crônica "já estava brasileira, a ponto de obrigá-lo a amainar a linguagem, a descascá-la dos adjetivos mais retumbantes e das construções raras",

porque esse é um gênero em que não cabe a linguagem rebuscada. Na época de Bilac, no entanto, a crônica ainda não era a que temos em nossos dias.

Ainda de acordo com CÂNDIDO (id.), a definição e consolidação da crônica moderna deu-se no decênio de 1930. Entre outros autores que se afirmaram por essa época (como Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade e Manuel Bandeira), está Rubem Braga, o único que pode ser considerado cronista por excelência, já que se dedicou (quase) exclusivamente a esse gênero[71].

MOISÉS (1994:101-02) faz um breve histórico da crônica, lembrando que na acepção histórica o termo crônica era referente a um tipo de narrativa histórica em que os fatos eram ordenados de acordo com seu acontecimento no tempo, e, como tal, alcançou o ápice no século XII, na França; nesse sentido o termo continuou a ser usado até o século XV. Em outra acepção, de gênero em que se fazia crítica dramática, começou a ser empregado no século XVIII, na França, por meio dos *feuilletons*, inaugurados por Julien-Louis Geoffroy, um professor de retórica que, por esse meio escrevia artigos, mais tarde reunidos em seis volumes, cujo título é *Cours de Literature Dramatique*.

[71] O autor publicou, em Recife, 1980, um pequeno livro de poesias, o *Livro de Versos*. Além disso já havia feito parte da *Antologia dos Poetas Brasileiros Bissextos Contemporâneos*, organizada por Manuel Bandeira, em 1946. (ARRIGUCCI JR., 1988:162)

Ainda segundo MOISÉS (op. cit.), no Brasil, os *feuilletons* deram origem ao *folhetim,* meio pelo qual desde 1836 escritores (de José de Alencar até Machado de Assis) publicavam contos. A criação e publicação de crônicas tal como a conhecemos hoje teve origem no começo do século, 1900 a 1920, inaugurada por João do Rio e de "larga difusão e aceitação com Rubem Braga, em 1930".

É claro que muitos cronistas, desde a década de 30, são dignos representantes do gênero no Brasil. No entanto, tomemos Rubem Braga não só por ter sido uns dos primeiros divulgadores, e criadores, desse estilo literário que pode até ser chamado brasileiro, mas também porque é o único que se dedicou completamente à crônica e por meio dela influenciou a norma lingüística brasileira.

Como já acentuaram os críticos literários, Antônio Cândido e Massaud Moisés, já citados, a crônica é um tipo de literatura "de jornal", que não foi feita para durar, e que fala das coisas miúdas do dia-a-dia. Por isso mesmo, de linguagem leve, mais próxima da realidade lingüística do país. O assunto e a linguagem, aliados, fazem o sucesso da crônica, especialmente no Brasil, país em que há um imenso déficit educacional, e onde a literatura densa que demanda "reflexão e inteligência crítica" para a sua compreensão não encontra espaço na massa leitora. Esse

espaço é da crônica. Como vimos, Monteiro Lobato já havia percebido que a linguagem "literaturalizada não vende" no Brasil.

MOISÉS (1994:119) afirmou que a crônica, mesmo publicada em livro, encontra rapidamente a "senescência precoce", e diz: "Machado de Assis, se ressuscitasse em nossos dias, veria, entre cético e melancólico que suas crônicas reunidas em volume não conhecem o milagre da reedição". Esse é um ponto que, hoje, merece revisão. Em primeiro lugar porque as crônicas de Machado de Assis foram reeditadas, por exemplo, pela Folha de São Paulo e Editora Ática, em 1992. Em segundo, porque há, desde a década de 70 grande circulação de crônicas em livros, quer paradidáticos — como a coleção *Para Gostar de Ler*, um sucesso editorial — ou não, como os volumes de Rubem Braga, que têm muitas reedições[72]. Em verdade, há muitos outros autores que tiveram seus volumes de crônicas reeditados, como Carlos Drummond de Andrade e Fernando Sabino.

Desse modo, não há como negar a importância da crônica para a literatura e, principalmente, para a língua do Brasil[73].

[72] Aqui, por exemplo, citamos *200 Crônicas Escolhidas*, pela 9ª edição, *As Boas Coisas da Vida*, pela 4ª edição, e *Os Melhores Contos*, pela 2ª edição.

[73] Sobre a predominância da crônica na literatura do Brasil, Décio Pignatari afirmou recentemente: "O Brasil não tem mais escritores, só cronistas. A crônica matou a prosa brasileira. Todo mundo quer ser *best seller*, todo mundo escreve crônica". (Folha de São Paulo, Ilustrada, 4, 31 de maio de 1996)

3 O purismo brasileiro no "Pós-Modernismo"

3.1 Rubem Braga

A maior vitória do Modernismo, como vimos, foi relativa à linguagem.

Como afirmou Peregrino Júnior, esse movimento

> "libertou os escritores brasileiros de uma imemorial e voluntária subordinação aos cânones clássicos de Portugal, permitindo-lhes adotar uma linguagem mais livre, mais solta, mais natural, de inspiração regional e popular, o que representou sem dúvida um enriquecimento e uma libertação para a nossa língua literária, tornando realidade aquilo que os românticos, Alencar à frente, tentaram fazer em pura perda" (COUTINHO, 1986:286).

Assim, COUTINHO (1976:289) diz que o Modernismo procedeu a uma purificação da língua no Brasil. A esse propósito, o autor cita a crônica *O Trabalho do Modernismo,* em que Rubem Braga se refere à "liberação dos fantasmas que povoaram a mente dos nossos escritores, criados pela subordinação aos cânones lusos e entravando a sua liberdade expressional". Como essa crônica reflete a idéia que temos sobre a atuação do Modernismo sobre a língua portuguesa do Brasil, achamos que vale a pena citá-la na íntegra:

O Trabalho do Modernismo

Rubem Braga[74]

Pensemos nos pronomes. Até o Modernismo quem escrevia em língua portuguesa tinha um fantasma pela frente: os pronomes. Uma das preocupações do escritor era colocá-los bem. Preocupação estéril para o escritor, porque desviava a sua atenção para um problema que não envolvia o menor interesse estético, um problema infecundo. E os modernistas? Aparentemente eles se libertaram dessa preocupação, mas apenas, aparentemente. Na realidade o que eles fizeram foi libertar disso os pós-modernistas. Tanto quanto o acadêmico, o modernista foi atrapalhado pelos pronomes. Preocupou-se em colocá-los mal - de acordo com a gramática portuguesa. Teve o trabalho de colocá-los à maneira brasileira, ou às maneiras brasileiras, e ainda de inventar meios de colocá-los. De qualquer modo preocupou-se fortemente com os pronomes. Em certas frases de escritores acadêmicos vemos um pronome, situado de acordo com as melhores regras, que estraga a frase, incomoda o leitor, dói. Em frase de escritores modernistas vemos pronomes tão abusiva e deliberadamente errados que também incomodam, que também dão na vista. Para reagir contra a linguagem de colarinho duro muitos modernistas desceram até a linguagem cafajeste. Lutando contra uma falsa dignidade da língua escreveram, às vezes, uma linguagem sem dignidade.

Ora, o pós-modernista teve esta vantagem: desconheceu os pronomes. Foi escrevendo os pronomes da maneira que lhe pareceu mais fácil, sem reparar como escrevia, sem se preocupar se estava certo ou errado. O pronome para ele ficou sendo um elemento qualquer da oração como o advérbio por exemplo. Enfim: o pós-modernista não teve mais o problema dos pronomes.

[74] Crônica publicada em 28 de junho de 1942, no *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro.

> A língua escrita antes do Modernismo era incômoda e desconfortável. Acontecia que, para escrever com simplicidade, um escritor, que tinha a obrigação de ser correto, enfrentava problemas complicadíssimos de estilo. A maioria preferia escrever sem simplicidade. Que fizeram os modernistas? Reagindo contra a linguagem lusitana se agarraram aos barbarismos. Assim como os outros se preocupavam em embelezar a frase com palavrões clássicos e às vezes arcaicos, os modernistas se preocuparam em recheá-la de brasileirismos e palavras plebéias. Abriram as porteiras da língua, e ficaram atrapalhados com a invasão. Fizeram como crianças que, tendo aprendido algumas palavras feias, as repetem a todo momento, embora sem oportunidade, para mostrar que sabem essas palavras e que podem dizê-las. Fizeram demonstração. Demonstração e em muitos casos exibicionismo, abuso deliberado, ostentação novo-rica da língua que tinham ido buscar na boca do povo — às vezes através de livros de folclore — para meter na língua escrita. Naturalmente neste detalhe como em outros o mal variou de acordo com os temperamentos pessoais. Em muitos casos chegou a um preciosismo populista mais precioso que qualquer preciosismo acadêmico. Assim fazendo os modernistas fizeram bem... aos que vieram depois. Assim mesmo fizeram mal, porque se preocupando tanto com a língua, com o instrumento de trabalho, prejudicaram o próprio trabalho. Já os pós-modernistas não precisaram mais se preocupar mais com casticismos nem com barbarismos. Quando começaram a escrever foram escrevendo, pensando apenas em dizer o que queriam dizer, em dar o seu recado. Foram escrevendo na língua que lhes pareceu mais cômoda, mais fácil de escrever e de ser entendida.(Cf. COUTINHO, 1976:290)

Nesse texto, Rubem Braga caracteriza muito bem o movimento lingüístico modernista e pós-modernista brasileiro. Primeiro, o exagero

próprio das revoluções, a ruptura, o "abre-alas" para a prática da língua portuguesa do Brasil. Depois, a acomodação e com ela a retomada de posições anteriores à "revolução", talvez, até mesmo ortodoxas. No texto de Rubem Braga isso fica patente na crítica que faz ao exagero verbal modernista, na utilização desenfreada de "brasileirismos" e "populismos". O certo é que os pós-modernistas, como o próprio Rubem Braga, encontraram uma situação lingüística cômoda para escrever o que queriam e do modo mais fácil, já que eram permitidos alguns usos mais próximos dos praticados no Brasil.

Disso não se pode concluir, entretanto, que a permissividade estivesse instalada. Não. Nessa fase, atendeu-se mais às normas gramaticais e a liberdade lingüística era mesmo relativa à ordem dos termos na frase e ao estilo. A frase passou a ter ordem predominantemente direta e, de longa e labiríntica, com predomínio da subordinação, passou a curta e objetiva, compondo período de duas ou três orações. Além disso, o léxico deixou de ser precioso, extremamente culto, e passou a comum, mais próximo da realidade lingüística brasileira. Passou a haver, inclusive, incorporação de palavras tidas como galicismos, rejeitadas até o Modernismo.

Em relação à gramática, o contraste maior com a norma portuguesa ficou por conta realmente do uso dos pronomes, como está explicado

na crônica transcrita acima. Também há outros usos próprios da norma brasileira. Por exemplo, a utilização predominante do gerúndio, em vez do infinitivo; algumas regências verbais, como a dos verbos *assistir*, *visar*, *obedecer*, *responder* todos usados com complemento direto e o uso de algumas preposições, como *em*, em vez de *a*, como é norma em Portugal.

Algumas dessas renovações pós-modernistas são facilmente encontradas nos textos de Rubem Braga. A linguagem é cuidada, havendo até, em alguns pontos, usos tradicionais, muito distantes da norma objetiva. Na crônica citada, por exemplo, ele emprega um pretérito mais-que-perfeito na frase: "Na véspera o filho *dissera* ao pai que o chefe da repartição estava doente". Mais adiante, mostra-se preocupado com a regra de colocação do numeral depois do pronome indefinido *todos*, fato que foi objeto de metalinguagem, o que prova a preocupação do autor com a elaborção lingüística. Lá está em "Coração de Mãe":

> " E a senhora também! Pensa que eu estou disposta a viver ouvindo desaforos? A senhora precisa deixar de ser...
>
> Depois do verbo 'ser' veio uma palavra que elevou dona Rosalina ao êxtase da fúria. As moças foram empolgadas em um redemoinho de tapas e pontapés escada abaixo, ao mesmo tempo em que dona Rosalina berrava:

— Fora! Para fora daqui, todas duas!

('*Todas duas é galicismo*, conforme algum tempo observou um leitor da Gramática Expositiva Superior de Eduardo Carlos Pereira, residente naquela pensão, em palestra com alguns amigos.)

Outras palavras foram gritadas em tão puro e rude vernáculo que tentarei traduzi-las assim:

—Passem já! Vão fazer isso assim assim, vão para o diabo que as carregue, suas isso assim assim! Não ponham mais os pés na minha casa!

(O leitor inteligente substituirá as expressões 'isso assim assim' pelos termos convenientes; a leitora inteligente não deve substituir nada para não ficar com vergonha.) (Grifamos) (*200 Crônicas*:19)

PEREIRA (1945:326) não aceita nem o uso de *todas duas* nem de *todas as duas*, recomenda o vernáculo *os dois* ou *ambos*[75]. Mas o texto de Rubem Braga é de 1938 e a preocupação com os galicismos já não era tão forte. No entanto, ainda se manifestava até como demonstração do saber lingüístico, atitude que nunca desaparece: ou está presente no próprio uso, ou em comentários sobre ele[76]. A citação é significativa não somente pela revelação do purismo ortodoxo explícito, confirmado até na expressão *puro e rude vernáculo*, que mesmo em sentido anticonvencional marcou presença e o autor a registrou. Também fica patente nesse trecho o comportamento

[75] O texto normativo contemporâneo traz a recomendação de não se usar o artigo antes do numeral em aposição a *todos*, se o substantivo a que se refere estiver ausente, mas, se o substantivo presente, o artigo é obrigatório (cf. CUNHA & CINTRA, 1985:224).

[76] De acordo com COSERIU (1979:120), a língua é um saber que se adquire antes da NORMA. O conhecimento desta implica um domínio de maior grau de "cultura". É exatamente a demonstração desse saber (da língua ou da norma) que produz a metalinguagem.

conservador do autor, próprio da época, na sugestão do narrador aos "cavalheiros", que conhecem a realidade da vida e nada lhes cai mal. Para as "damas", que são finas e puras e tudo lhes pode atingir, sugere outra interpretação acerca dos palavrões travestidos no "isso assim assim", usados em substituição ao xingamento da personagem.

Precisamos registrar que, se o instrumento de trabalho é a palavra, há sempre alguma preocupação com o seu uso. Até mesmo a crônica, em que há uma "linguagem volátil", como diz ARRIGUCCI JR. (1988:5), apresenta marcas de elaboração lingüística. E aqui não falamos daquela preocupação difícil com a simplicidade, da qual Rubem Braga fala no texto "O pavão" ("Eu considerei que este é o luxo do grande artista, atingir o máximo de matizes com o mínimo de elementos"), mas da preocupação purista de continuar dentro da tradição, mesmo quando o ideal não é estar completamente de braços dados com ela. Desse modo, surgem comentários como o da crônica "Faço Questão do Córrego":

> "A esta altura vocês já devem estar desconfiados que hoje não estou nada bom. E têm razão: confesso humildemente que *estou com a chamada cachorra*. A expressão é antiga, e não é bonita; mas eu é que não vou procurar outra." (*As Boas Coisas*:86)

O tipo de texto autoriza o uso de uma expressão como "estou com a chamada cachorra", até porque é da voz do povo. Mas o escritor, pelo

uso do particípio *chamada*, cria o efeito de sentido de *distanciamento*, a idéia da indeterminação discursiva, acerca da voz que considera vulgar aquele estado depressivo, conhecido como "a cachorra". Por meio de tal recurso sugere não ser aquela a voz do autor, que protege a sua face atrás do *chamada* cachorra, deixando implícito que ele não diz aquilo, mas o outro, o povo.

Assim mesmo (ou por isso mesmo), registra o seu juízo de valor sobre a expressão empregada. O autor usa a expressão por uma razão qualquer, talvez até para que servisse como um submotivo para a crônica, que se foi construindo como uma colcha de retalhos, com um tópico daqui e outro dali, como está confessado nesse mesmo texto, desde o início: "Estou fraco de idéias no momento. (...) Às vezes a gente finge que trabalha; o leitor lê a crônica e no fim chega à conclusão de que não temos assunto. (...) A grande vantagem do leitor é que ele pode largar a crônica no meio, ou no começo, e eu tenho de ir tocando com ela, mesmo sentindo que estou falando sozinho. (...) Que me importa: tenho de escrever, vivo disso. Mal."

No texto "*Rita Lee*" faz metalinguagem com seu prosaísmo, a fim de deixá-lo passar. Usa-a para, pela autocrítica, autorizar uma dicção que considerou vulgar, trivial. Assim diz:

> (...) — primeiro a mão com um comprido indicador apontando as *gambiarras... perdão, eu disse gambiarras*? então está dito: gambiarras; ponhamos Rita Gambiarras Lee, coração de magra leoa faminta de luzes.
>
> *É doce escrever bobagens assim*, ela [Rita Lee] inspira isso."

Também em "Achei Melhor não Reclamar", surge a metalinguagem—pretexto para a crônica. Fica evidente que o autor não tem intenção de escrever sobre o uso da língua. Ao contrário, depois de escrever aleatoriamente, percebe certa irregularidade na linguagem e faz dela mais um assunto da crônica, aproveitando o tema inesperado, que, afinal, registra os passos da elaboração do texto. É o que está posto em:

> "Da última vez que falei convosco eu estava parado na Praça da República, no Rio de Janeiro, esperando condução em vão, depois de sair da Rádio Ministério da Educação. *Ão, ão, quanto ão.* Aliás, eu podia ter começado a crônica de antes. Eu atravessara o Campo de Santana depois de vir da Avenida Passos pela Senhor dos Passos a pé (a passo). *Qual, isso é sinal de cansaço mental, escrever assim rimando, tropeçando em palavras, palavra.*
>
> *Reajo, vou escrever direito, contar o que tenho para contar.* Pensando bem, é coisa pouca ou nada. Eu perambulava (...)" (As Boas Coisas:164-65)

Segundo Rubem Braga, a exigência com o uso da linguagem deve obedecer a certos critérios de "dignidade e limpeza", como está

relatado na crônica "Por quem os Sinos Bimbalham". Para falar dessa exigência, que como sabemos é, de acordo com o autor, a simplicidade, ele nos conta o caso de dois escritores de última hora. Um homem, amigo do diretor de um semanário, Joel Silveira, que há muito prometia a este um artigo, sobre economia ou política. E o de uma mulher, "muito recomendada", de quem publicariam uma crônica.

Depois de longo tempo de espera, o diretor do semanário recebe o artigo do amigo e grita ferozmente:

> "— Veja se é possível publicar isto! Leia só as três primeiras palavras: você não conseguirá chegar até a quarta palavra, a linotipo vai engasgar na hora de compor isso!
>
> Olhei — mas Joel já bradava para toda a redação ouvir, aquele começo genial: *'Tirante, é óbvio, ...'*
>
> E indignado:
>
> —A gente tropica na primeira vírgula, passa por cima desse óbvio, bate com a cabeça na segunda, morre!" (As Boas Coisas:177)

O texto da mulher não tem melhor sorte. Depois que o secretário da redação o tem em mãos e o pega para ler, sua expressão "murcha", porque lá está escrito:

> "Natal! Natal! *Bimbalham* os sinos..." (Grifamos)
> (As Boas Coisas:178)

Nos dois casos, a crítica do cronista recai sobre a vulgaridade, os clichês das expressões usadas pelos autores neófitos. Atrás daquelas palavras (tirante, óbvio, bimbalham) estava escondida a "pompa" e a grandiloqüência rejeitada pelos modernistas, com Rubem Braga à frente, na crônica. Esse tipo de linguagem não seria admissível depois que o novo modo de escrever já estava solidificado.

Quanto á sintaxe, Rubem Braga segue o uso brasileiro em relação, principalmente, à ordem da frase e colocação de pronomes, embora sem exageros. Começo de frase com pronome oblíquo é muito raro; no geral eles só aparecem no discurso "do outro" e quando surgem no seu próprio, está, quase sempre, entre aspas para marcar a intenção de reproduzir a oralidade. Em "A Conspiração dos Outros" temos um exemplo em que a fala do narrador está em discurso direto, com um *me* no início da frase, mas entre aspas:

> "Ontem tive um dia mau, um desses dias em que a gente tem vontade de ir até o aeroporto, puxar as notas que tem no bolso e os níqueis e dizer em qualquer balcão de companhia: '*Me dá isso de passagem*'." (*As Boas Coisas*:124)

Quanto à colocação dos pronomes átonos, podemos considerar que Rubem Braga segue a norma brasileira, sem, no entanto, abandonar completamente alguns princípios tradicionais. Isso não significa, porém,

que em seus textos não apareçam, vez por outra, um pronome em início de oração e, nesses casos, não podemos dizer se por inadvertência ou intenção. Mas podemos, mais uma vez, dizer que é difícil ao escritor desvencilhar-se de seus hábitos lingüísticos cotidianos. Vejamos algumas passagens que trazem o uso de pronomes.

Os pronomes enclíticos aos verbos iniciadores de período gramatical, conforme diz PEREIRA (1945:267), em geral, estão de acordo com a prescrição tradicional, como os dos exemplos seguintes:

> "*Mandou-me* um bilhete com letra meio trêmula." 200 (*Crônicas*:131)
>
> "*Contou-me* por exemplo que seu pai, homem de 80 anos, (que se lembra muito bem do tempo em que centenas de burros enchiam o largo do Arouche), seu pai, que mora na Quarta Parada, vai toda semana comprar carne em Mogi da Cruzes, onde é mais barata e bem mais servida." (*200 Crônicas*:142)
>
> *Sinto-me* bem, *oferecendo-me* este copo, na casa silenciosa, nessa noite de rua quieta." (*200 Crônicas*:155)

A regra não é seguida, porém, neste caso em que o pronome abre o período, já que o advérbio (que poderia servir de palavra atrativa) está isolado por pausa. Aqui está uma construção tipicamente brasileira:

> "Enfim, nos *conformamos* — mesmo porque não temos luvas, nem garçom, nem chá." (*200 Crônicas*:95)

Essa construção pode ainda causar certa dúvida porque é o pronome precedido de advérbio, mesmo que seguido de clara pausa, inclusive marcada por vírgula. No entanto, o exemplo que segue é inequívoco: Rubem Braga começa um parágrafo com o pronome átono:

> "*Me lembrei* de uma história de Lúcio Cardoso, que trabalhava na Agência Nacional: Um dia(...)" (*200 Crônicas*:168)

À primeira vista, o "me" da frase abaixo parece estar em desconformidade com a regra, o que não é verdade porque, embora esteja iniciando período, faz parte de uma oração intercalada e tal fato autoriza o uso, conforme explica ROCHA LIMA (1969:474).

> "Não, não era casado — morava com os pais, que sustentava com seu trabalho. 'Aliás — *me disse* subitamente, com um brilho nos olhos e as mãos trêmulas como quem toma coragem para fazer uma confissão sensacional — aliás esse foi o primeiro ideal que me propus a realizar na vida." (*200 Crônicas:*142)

A norma tradicional também é observada nos casos em que o autor coloca enclíticos os pronomes aos verbos antecedidos de sujeito, pronomes ou substantivos, que não sejam de significação negativa (Cf. ROCHA LIMA, op. cit.:475):

> "Aconteceu por exemplo, senhor, que outro dia um velho amigo *deu-me* o prazer de me fazer uma visita." (*200 Crônicas*:143)

O próximo exemplo traz um uso característico do português do Brasil: o pronome oblíquo solto entre os verbos de uma perífrase. No caso da perífrase com gerúndio, ROCHA LIMA (op. cit.:480) explica que são três as colocações admissíveis do clítico: 1. ênclise ao gerúndio; 2. ênclise ao auxiliar; 3. próclise ao auxiliar. Conclui-se, então, ser posição inadmissível, do ponto de vista tradicional, prescritivo, a preferida no Brasil: próclise ao gerúndio, como Rubem Braga o fez nos exemplos a seguir postos:

> "Minha empregada, Mme. Thérèse, que já *ia se conformando* em ser chamada de dona Teresa, caiu doente." (*200 Crônicas*:131)
>
> "É noite de Natal, e estou sozinho na casa de um amigo, que foi para a fazenda. Mais tarde talvez saia. Mas *vou me deixando* ficar sozinho, num confortável melancolia, na casa quieta e cômoda." (*200 Crônicas*:155)

O mesmo caso ocorre com o pronome intermédio entre um auxiliar e um infinitivo, sendo que nesse caso a norma autoriza uma quarta opção que é a próclise ou ênclise ao infinitivo precedido de preposição. Mas a próclise ao infinitivo não precedido de preposição é ainda proibida. Também nesse caso Rubem Braga prefere o uso brasileiro à norma lusitana:

> "Desembrulho a garrafa que um amigo teve a lembrança de me mandar ontem; vou lá dentro, abro a geladeira, preparo um uísque, e *venho me*

> *sentar* no jardinzinho, perto das folhagens úmidas." (*200 Crônicas*:155)

Outro tema objeto das discussões na fase pré-modernista, mas que Rubem Braga usou ao estilo brasileiro, foi a ordem dos termos na frase. As frases são curtas, o léxico comum, ligado à vida do dia-a-dia. Um trecho da crônica "A Empregada do Sr. Heitor" pode demonstrar bem essas características:

> Era noitinha em Vila Isabel... As famílias jantavam. Os que ainda não haviam jantado chegavam nos ônibus e nos bondes. Chegavam com aquela cara típica de quem vem da cidade. Os homens que voltam do trabalho da cidade. As mulheres que voltam das compras na cidade. Caras de bondes, caras de ônibus. As mulheres trazem as bolsas, os homens trazem os vespertinos. Cada um entrará em sua casa. Se o homem tiver um cachorro, o cachorro o receberá no portãozinho, batendo o rabo. Se o homem tiver filhos, os filhos o receberão batendo palmas. Ele dará um beijinho mole na testa da mulher. A mulher mandará a empregada por a janta, e perguntará se ele quer tomar banho. Se houver rádio, o rádio será ligado. O rádio tocará um fox. Ouvindo o fox, o homem pensará na prestação do rádio, a mulher pensará em outra besteira idêntica. O homem dirá à empregada para dar comida às crianças. A mulher dirá que as crianças já comeram. A empregada servirá a mesa. Depois lavará os pratos. Depois irá para o portão. (...) (*200 Crônicas*:3)

Em todo o trecho não encontramos nenhum período com mais de três orações e nenhum termo sintático na ordem inversa. A crônica flui simples e rápida e monótona como a vida das personagens que

marcham pelo cotidiano, repetindo a vida-clichê urbana. A linguagem é referencial e o toque literário nasce, por paradoxal que pareça, da organização simples das frases na abordagem do assunto tão simples e comum que é a vida de todo mundo que vive naquele lugar. O léxico não foge à regra e sai de dentro de todas as casas de família como aquela: os patrões chegando do *trabalho* e das *compras*, a *janta* na mesa, os *pratos* lavados e o *portão*. É também o léxico que, ao mesmo tempo em que denuncia a mesmice da vida, denuncia os hábitos, e objetos a eles relacionados, antigos. Aí vemos o *bonde*, o *vespertino*, o *rádio* (ao chegar em casa, hoje, liga-se a TV) e o *fox*. Afora isso, embora seja uma crônica de fevereiro de 1935, ainda é atual em qualquer subúrbio de cidade grande.

Para estabelecer o confronto entre a norma brasileira e a portuguesa, é preciso registrar que a ordem inversa da frase consistia um princípio da sintaxe lusitana que vigorou no Brasil até o Modernismo. A disposição dos termos na ordem direta era galicismo, pois constituía a norma francesa. Mário Barreto, por exemplo, reagindo à crítica de um consulente, quanto às freqüentes inversões que praticou nos *Novíssimos Estudos* disse:

> "Não vou com certa tendência que atualmente se observa, e a meu parecer funesta, para a introdução em nosso idioma da ordem direta da frase francesa, o período do agente, verbo e

> complemento, — estrutura fraseológica de uma pobreza e monotonia supremas — em substituição da construção indireta que ilustraram tão gloriosamente os nossos antepassados." (BARRETO, 1954:42)

Ainda para abonar sua posição, BARRETO (id. ib.) transcreve trecho de A. F. de Castilho, escritor português, "mestre no traslado da língua francesa para português limpo de galicismos, quer na palavra, quer no boleio da frase". E, assim, afirma Castilho:

> "Uma diferença característica dos períodos, francês e português, é esta: que o francês se adstringe, quase sem exceção, à chamada ordem gramatical, colocando primeiro o sujeito, depois o verbo, por último o complemento, quer este seja atributivo, quer objetivo; isto é, ou designe predicado ou paciente, segundo a natureza neutra ou transitiva do mesmo verbo. O português quanto mais genuíno, tanto mais propende para por primeiro o verbo, e depois o seu agente; e se constantemente o não faz, é porque algumas vezes lho embarga a suprema lei da clareza, outras a da harmonia."

Como nos textos de Rubem Braga não é regra a inversão de termos, ao contrário, o é a ordem direta, podemos afirmar que nesse ponto o autor segue a norma brasileira, já propugnada pelos modernistas, mas naquele tempo ainda envolta pelo clima da novidade, do exagero da ruptura. Os galicismos morfológicos e sintáticos e a colocação pronomimal ocuparam o centro de atenção dos críticos e dos gramáticos, e muita metalinguagem se produziu sobre isso. Mas a

ordem dos termos na frase, de que não se fala tanto, é fator decisivo na fixação da norma brasileira. Afinal, um dos fortes motivos da clareza da frase pós-modernista é esse fato.

Não queremos dizer com isso que a ordem direta não tenha sido anteriormente praticada no Brasil, mas que a sua consolidação ocorreu com a primeira geração pós-modernista, da qual faz parte Rubem Braga. Na voz de Antônio CÂNDIDO (1992:9) encontramos respaldo para essa afirmativa quando ele diz que na crônica, desde Bilac, não havia lugar para a linguagem rebuscada, de vocabulário opulento e com inversões freqüentes. O autor afirma que a crônica brasileira, também depois de 1930, já começava a apresentar um estilo próprio, amalgamando a tradição e a inovação da prosa modernista. Diz ele:

> "Tanto em Drummond quanto nele [Rubem Braga] observamos um traço que não é raro na crônica brasileira: no estilo, a confluência da tradição, digamos clássica, com a prosa modernista. Essa fórmula foi bem manipulada em Minas (onde Rubem Braga viveu alguns anos decisivos de sua vida); e dela se beneficiaram os que surgiram nos anos 40 e 50, como Fernando Sabino e Paulo Mendes Campos. É como se (imaginemos) a linguagem seca e límpida de Manuel Bandeira, coloquial e corretíssima, se misturasse ao ritmo falado de Mário de Andrade, com uma pitada do arcaísmo programado pelos mineiros." (Id.)

O estilo labiríntico de frase, desde início do século 20, vinha perdenddo espaço no Brasil, até mesmo com Rui Barbosa. LACOMBE (1966:16) anota com precisão que o próprio Rui Barbosa, a certa altura da vida, transformou seu estilo, abandonando os longos períodos e passando a adotar outros curtos, precisos e claros. Assim diz LACOMBE:

> "Além da oratória parlamentar, Rui Barbosa desenvolve três atividades literárias: a tribuna popular, a oratória forense e o jornalismo político. Em todas a transformação de seu estilo foi paralela. (...)
>
> Comparem-se, por outro lado, os períodos do discurso do Colégio Anchieta com os primeiros da Campanha Abolicionista. A imponência, o ímpeto, a sonoridade são as mesmas. Como se ganhou, porém, com a simplificação das linhas, com a redução dos períodos, mais curtos e mais claros!" (Ib.)

O autor compara dois trechos de Rui para comprovar a diferença de estilo. Um do final do século XIX, 1893, e o outro de 1915. No do primeiro período, temos uma frase tão longa que ao chegarmos ao final, quase não nos recordamos da primeira proposição:

> "Aos primeiros sorrisos longínquos da minha terra na curva azul de sua enseada o vapor me aproximava rapidamente destas doces plagas, onde minha mãe me embalou o primeiro e meus filhos me velarão, talvez, o último sono, vendo pendurar-se do céu e estremecer para mim o ninho onde cantou Castro Alves, verde ninho murmuroso de eterna poesia debruçado entre as ondas e os astros, parecia-me que a saudade, amado fantasma

> evocado pelo coração, me estendia os braços de toda a parte no longo amplexo do horizonte." BARBOSA (1966:150)

E no segundo lemos frases curtas e ágeis que dão um efeito especial ao texto, deixando em evidência o contraste que o autor almeja fixar:

> "O sertão não conhece o mar. O mar não conhece o sertão. Não se tocam. Não se vêem. Não se buscam. Mas há em ambos a mesma grandeza, a mesma imponência, a mesma inescrutabilidade. Sobre um e outro se estende esse mesmo enigma das majestades indecifráveis. De um e outro ressalta a mesma expressão de energia, força e poder a que não se resiste." BARBOSA (1966:17)

A metalinguagem produzida sobre o português do Brasil e a própria língua escrita em uso mostram que a norma lingüística brasileira pós-modernista já estava mais próxima da realidade lingüística do Brasil. No entanto, a luta pela incorporação definitiva dessa norma na gramática tradicional continua, e até hoje nos deparamos com o "discurso da norma", havendo de um lado os defensores de usos conservadores e, de outro, os defensores das inovações.

Observamos, nessa fase, que ao lado do purismo ortodoxo, que reclama sempre a presença da diacronia na sincronia, passa a vigorar o purismo nacionalista, alçado à língua literária por meio da crônica. Essa age no sentido de preservar a norma lingüística brasileira. Diferentemente do

que aconteceu na primeira fase modernista, em que o nacionalismo era o exagero do uso brasileiro, o purismo nacionalista pós-modernista é o equilíbrio: rejeitam-se palavras e expressões que não fazem parte da norma brasileira.

3.2 Graciliano Ramos

Também na metalinguagem de Graciliano Ramos, registrada em *Linhas Tortas*, crônicas esparsas escritas de 1915 a 1952, publicadas postumamante, podemos perceber que a norma lingüística brasileira ocupou seu espaço. Além disso, a metalinguagem do autor mostra que, segundo entendia, os exageros do Modernismos não eram necessarios. Em verdade, Graciliano os critica com veemência.

O pós-modernismo foi mesmo um período de acomodação. Aqueles exageros lingüísticos foram abandonados e a volta à ortodoxia, embora moderada, foi inevitável. Graciliano Ramos, por exemplo, afirma:

> "Nestes últimos tempos, em conseqüência dos excessos do modernismo, vozes se têm levantado condenando a impureza da linguagem e exigindo a restauração das boas normas literárias. Infelizmente, ou felizmente, os pregoeiros da sintaxe e do estilo escorregam às vezes no solecismo e no lugar comum. É uma incongruência natural neste país, onde os indigentes evitam alusão à pobreza e os mulatos ignoram o preto.
>
> O Sr. José Carlos Borges não comete os deslizes em que são férteis os campeões da lei gramatical. Também não pratica os erros voluntários de certos cidadãos que, escrevendo sistematicamente às avessas, são puristas falhados, tentaram forjar uma língua capenga e falsa. Exprime-se direito, sem penduricalhos, e isto dá à sua prosa uma aparência de naturalidade que engana o leitor desprevenido. Não percebemos o artifício, temos a impressão de que aquilo é espontâneo, foi arranjado sem nenhum esforço. Justificam-se, pois, as restrições e

> o enjoo dos amigos da forma." ("Justificação de Voto". In: *Linhas Tortas*, 1974:158)

No trecho acima, vemos não somente o clamor "pela restauração das boas normas gramaticais", mas também uma aguda crítica aos modernistas que "tentaram forjar uma língua brasileira". Todas essas farpas têm endereço certo: Mário de Andrade. Também em outra crônica, de 1952, o autor faz de novo referências explícitas e pesadas a esse artista. No trecho seguinte, ficaram consignados protestos tanto contra a linguagem de Mário de Andrade, quanto ao fato de se ter promovido a ruptura com a norma lusitana. O escritor, no papel de crítico literário[77], não captou o sentido revolucionário da linguagem de Mário de Andrade e de seus seguidores, e disse:

> "No Brasil, nesse infeliz meio século que se foi, indivíduos sagazes, de escrúpulos medianos, resolveram subir rápido criando uma língua nova do pé para a mão, uma espécie de esperanto, com pronomes e infinitivos em greve, oposicionistas em demasia, e preposições no fim dos períodos. Revolta, cisma, e devotos desse credo tupinambá logo anunciaram nos jornais uma frescura que se chamava 'Gramatiquinha da fala brasileira'.
> Essa gramatiquinha não foi publicada, é claro: não existe língua brasileira. Existirá com certeza, mas por enquanto ainda percebemos a prosa velha dos cronistas. De fato, na lavoura, na fábrica, na repartição, no quartel podemos contentar-nos com a nossa gíria familiar. Seria absurdo, entretanto, buscarmos fazer com ela um romance. Às vezes a expressão vagabunda consegue estender-se,

[77] O livro Linhas Tortas é composto de crônicas, ensaios críticos sobre autores e obras brasileiros.

> dominar os vizinhos, alargar-se no tempo e no espaço.
> Homens sabidos queimam as pestanas para dizer-nos porque uma palavra se fina sem remédio e outra tem fôlego de sete gatos. Respeitamos esses homens, quando eles metem uma delas no dicionário, respiramos com alívio. Estamos na presença de uma autoridade. No correr do tempo, achamos falhas na autoridade e vamos corrigindo, com hesitações e dúvidas, um ponto, outro ponto. Mas afinal é bom que ela nos oriente. Desejamos saber o que nos diz, embora, depois de refletir, a mandaremos para o inferno com muitos desaforos, redigidos, está visto, na sintaxe que abominamos. Enfim tem rugas e cabelos brancos.
>
> Não toleramos é que um novato nos ordene, esquecendo a regra, desrespeito aos frades. Por quê? Os frades não nos fizeram mal e não terem morrido em automóveis, em aeroplanos, não é motivo para os mantermos no papel. Já não existem galeões nem caravelas, mas a gente da minha terra abrasada, população que nem se pode lavar, conserva expressões dos mareantes aqui desembarcados no século XVI." ("Uma palestra". In: *Linhas Tortas*:303)

Graciliano Ramos, apesar de ter proferido tais palavras, sempre esteve próximo da realidade brasileira. Embora mais conservador, nunca foi grandiloqüente e empolado. Ao contrário, talvez tenha realmente encontrado o denominador comum entre o tradicional e o moderno. Por isso, críticos, como SODRÉ (1976:532,) assim se referem a ele:

> "A mais alta figura pós-modernista seria a de Graciliano Ramos que, pela perfeição artística, atingiria o nível de Machado de Assis. No romancista alagoano, realmente, a língua eqüidistante dos cacoetes mais escandalosos do modernismo e dos rigores meramente formais dos

> imitadores de um classicismo superado, serviria de extraordinário instrumento para elaboração de uma obra de profundo sentido humano e social, em que os conflitos individuais e coletivos teriam exata representação. Escritor claro harmonioso e simples, caracterizado por extrema parcimônia verbal, Graciliano ascendeu a uma mestria raramente encontrada entre nós, deixando uma obra em que retrata a vida brasileira do nosso tempo, com seus dramas e os seus desencontros."

Graciliano Ramos deu mesmo mostra de ser um homem moderno, de linguagem atualizada e desprovido de preconceitos lingüísticos. Incorporou o possível da linguagem popular. No primeiro capítulo de *São Bernado*, por exemplo, o narrador faz os planos da preparação do romance, quando pensa distribuir entre amigos todo o trabalho da redação, composição literária e tipográfica do livro. A propósito disso, então, o narrador trava um diálogo com a personagem Azevedo Godim, redator e diretor do *Cruzeiro*. Enquanto os dois apenas falavam sobre o assunto do livro, tudo ia bem. Quando, porém, Azevedo Godim leva ao narrador os dois primeiros capítulos datilografados, há o desentendimento. Sobre isso, LAFETÁ (1974:5) diz que a ruptura entre o narrador e Godim ocorre porque esse queria o livro 'em língua de Camões'. No momento em que o narrador lê o texto de Godim, fica impaciente com a artificialidade da linguagem em que está articulado, e diz:

> "— Vá para o inferno, Godim. Você acanalhou o troço.Está pernóstico, está safado, está idiota. Há lá ninguém que fale dessa forma!
> Azevedo Godim apagou o sorriso, engoliu em seco, apanhou os cacos da sua pequenina vaidade e replicou amuado que um artista não pode escrever como fala.
> —Não pode? perguntei com assombro. E por quê?
>
> Azevedo Godim respondeu que não pode porque não pode." (*São Bernardo*, 1974:32)

A metalinguagem desse trecho evidencia uma posição sobre a língua. Em primeiro lugar, o caráter pedante da língua literária afastada da realidade lingüística ("Está pernóstico (...)", "Há lá quem fale dessa forma!"); em segundo, que não há o que justifique o distanciamento entre a língua literária e a falada. Desse modo, o texto de Graciliano Ramos é todo arranjado em linguagem estilizada, mas simples, a partir de elementos que a realidade lingüística oferece.

O aproveitamento da línguagem popular está também em suas crônicas. Por exemplo, para comentar o golpe comum em que há sempre um "esperto" e um "bobo", sabe usar com fluência a gíria marginal empregada pelos usurpadores dos bens alheios. Aqui está um pequeno trecho da crônica:

> "Engano. Achava-me diante de um verdadeiro *conto de vigário*, a clássica operação que exige um *paqueiro*, um *otário bacana* e um *esparro baratina*. Nenhuma novidade, o velho Salomão estava certo." (Grifamos) ("Contos de vigário":163 [maio de 1937])

Graciliano demonstrava a consciência de que a norma brasileira já estava mesmo bem diferente da portuguesa. Isso se pode reconhecer não somente pela análise de sua linguagem, mas também pela metalinguagem. É o que vemos quando comenta um de seus romances:

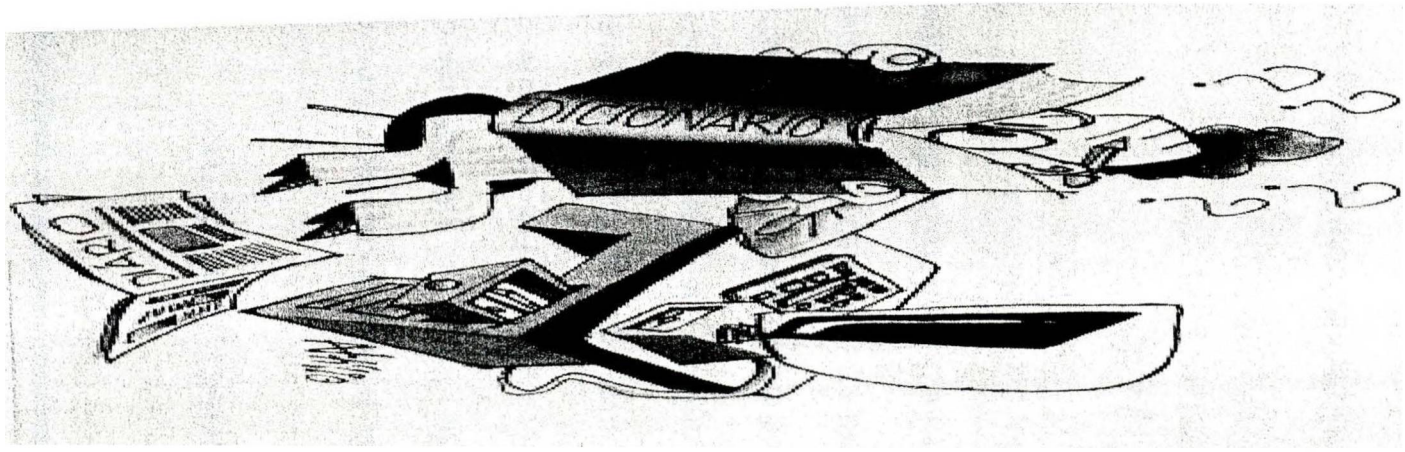
> "Nessas páginas horríveis, onde nada se aproveita, um fato me surpreendeu: as personagens começaram a falar. Até então, as minhas infelizes criaturas abandonadas incompletas, tinham sido quase mudas, *talvez por tentarem expressar-se num português certo demais, absolutamente impossível no Brasil.*" ("Alguns tipos sem importância". In: *Linhas Tortas*:206) (Grifamos)

Desse modo, podemos verificar que na fase pós-modernista a linguagem recortada ao estilo lusitano estava enfraquecida. Também, os exageros dos modernistas não tinham mais sentido, pois já se podia praticar uma linguagem mais próxima da realidade brasileira, sem as pressões dos que queriam a todo custo manter a norma de Portugal no Brasil. Nessa fase, o discurso do narrador também já apresentava linguagem mais próxima da realidade lingüística brasileira. Isso primeiro apareceu, por exemplo, nos romances de Graciliano Ramos e José Lins do Rêgo e constituiu o ponto de culminância, sob o ponto de vista linguístico, do pós-modernismo. Foi o período da solidificação da norma brasileira e, pode-se dizer, o início da prática de um purismo que começou a

funcionar com base nessa norma, ainda não codificada, mas óbvia, por exemplo, no léxico e na sintaxe em ordem direta[78].

Nessa fase, a língua se mostra muito diferente daquela praticada do começo do século até 1930, aproximadamente. As pressões da tradição clássica estavam mais atenuadas, embora ainda presentes. A diferença agora era a existência de uma tradição brasileira com força para se impor. Desse modo, podemos considerar mudado o panorama lingüístico brasileiro, pois o espaço antes ocupado pelas discussões acerca do problema da diferenciação lingüística Brasil/Portugal passou a ser preenchido pelas polêmicas sobre a relação língua/sociedade e os problemas lingüísticos dela advindos.

[78] Segundo MARTINET (1993:61-62), a fonética e a fonologia são níveis em que qualquer diferenciação lingüística começa a se mostrar. Essa diferenciação, porém, fica comumente excluída da maioria dos comentários metalingüísticos produzidos por não-linguistas, porque são transformações sutis, que normalmente passam despercebidas dos usuários.



V CAPÍTULO

O purismo heterodoxo e a norma brasileira

1 A divulgação da Sociolingüística no Brasil

Se remontarmos às origens dos estudos de sociologia da linguagem, ou das primeiras obras lingüísticas em que houve o relacionamento língua/sociedade, forçosamente nos remeteremos à França, primeiro quartel do século XX, 1921, quando foi publicada a obra *Le Langage*, de Joseph Vendryes[79]. Mas, em verdade, a difusão das idéias sociológicas relacionadas à Lingüística não ocorreu de modo pleno nessa década, demorou certo tempo. Como acentua PRETI (1982:3), somente nas décadas de 50 e 60 tais idéias tomaram corpo fora da Europa, especificamente nos Estados Unidos, devido, provavelmente:

"a. à divulgação das pesquisa de Comunicação;

b. à necessidade de maior aproximação com outros povos;

c. à necessidade de melhor conhecimento da própria comunidade;

d. à divulgação dos estudos de Sociologia e Lingüística;

[79] Concluído em 1914, mas publicado em 1921, como esclarece LEROY (1982: 150, nota 1).

e. ao maior conhecimento das obras de Vendryes, Sapir e Boas."

No Brasil, foi na década de 70 que começaram a aparecer trabalhos de Sociolingüística, dentre os quais destacamos, como um dos primeiros, a tese de Doutoramento do Professor Dino Preti, intitulada *Sociolingüística: os níveis de fala*. Esse trabalho foi transformado em livro, publicado em 1982[80]. Na primeira parte da obra, PRETI apresenta sistematização e crítica das teorias que tratam da relação língua sociedade e do problema da variação lingüística. A partir das teorias estudadas, o autor analisa a variedade lingüística brasileira representada no diálogo literário.

Na década de 80, surgiram trabalhos de Sociolingüística, desenvolvidos de acordo com a teoria da variação, de William Labov, que teve como seguidor maior, no Brasil, o paulista Fernando Tarallo. Esse lingüista publicou em 1985 um manual de pesquisa, intitulado *A Pesquisa Sociolingüística*, desenvolveu e orientou inúmeras pesquisas variacionistas. Além desses, em 1987, o Professor Sílvio Elia publicou *Sociolingüística*, obra em que explana e discute temas relativos à aproximação língua/sociedade, retomando, criticando e comentando o

[80] Na apresentação que o Prof. Ataliba T. de Castilho faz do livro, lê-se: "Em suma, estamos diante de um trabalho renovador, destinado a abrir por sua seriedade novas perspectivas às pesquisas lingüísticas no Brasil".

pensamento dos mais representativos teóricos, europeus e americanos, da área[81].

Esses e outros trabalhos foram, aos poucos, promovendo a mudança d atitude diante do estudo e ensino da língua portuguesa do Brasil[82]. Aliada a isso, a atuação dos professores de Lingüística e Língua Portuguesa, nas Faculdades de Letras do país e, mais tarde, também a dos alunos dessas Faculdades, que passavam a lecionar nas escolas de 1º e 2º graus, contribuiu para que as idéias sobre variação lingüística fossem divulgadas.

A nova teoria trouxe benefícios. Um deles foi a tentativa de mudança de atitude frente ao problema da variação, o combate ao preconceito linguístico. Esse fato provocou certa instabilidade quanto às bases do fenômeno da correção lingüística e o fundamental na comunicação verbal passou a ser o *conteúdo* do texto. A *forma*, outrora extremamente valorizada, ficou menosprezada.

É preciso registrar que o deslocamento da atenção da *forma* para o *conteúdo* não surgiu com a Sociolingüística. Essa idéia, primeiramente,

---

[81] Escolhemos comentar essas três obras por dois motivos capitais: porque abordam as teorias da Sociolingüística de modo amplo e porque são representativos do assunto no Brasil. Há, contudo, a partir de 1965, artigos, teses e monografias inscritos na linha da Sociolingüística, mas que descrevem variedades regionais brasileiras ou especificidades do português do Brasil. (Cf. GUIMARÃES: 1994)

[82] Cf. REHFELDT (1981: 41) "A Lingüística no Brasil presta auxílio para a melhoria do ensino porque se encarrega do levantamento e análise dos dados lingüísticos e por instaurar a reflexão, conduzindo-nos a buscar soluções para os nossos problemas que se fazem sentir na área educacional."

foi exterior à Lingüística e, depois, aproveitada no seu âmbito. A seguinte passagem de Jean-Jacques Rosseau, por exemplo, ilustra bem a situação[83]

> "Que uma expressão seja ou não seja o que se chama de francesa ou de bom uso, não é disso que se trata; as pessoas só falam e escrevem para fazer-se entender; desde que sejamos inteligíveis, alcançamos nosso objetivo; mas quando se é claro, melhor ainda. Falai, pois com clareza para quem quer que entenda o francês; essa a regra e estai certo de que, mesmo cometendo uma demasia de cento e cinqüenta barbarismos, não tereis escrito menos bem. Vou ainda mais longe e sustento que é mister, às vezes, cometer erros de gramática para ser claro; é nisso e não em todas as pedantices do purismo que consiste a verdadeira arte de escrever." ("Correspondence générale", t. I XIII: 220-210)

Os estudos da Sociolingüística visavam, então, a implementar nova visão sobre o problema da variação da linguagem, a partir do estudo da relação língua/sociedade. Além disso, passou-se a estudar o reflexo da variação social sobre a norma lingüística. Assim, a concepção de língua incorporou a contraparte social.

[83] Cf. LEROY (1982: 150)

2 *Reformulação de idéias: o ensino de massa e a expansão escolar*

Desde 1938 o prof. Mattoso Câmara já divulgava no Brasil a Lingüística. No entanto, a ressonância dessa ciência era quase insignificante no país, porque ela não constituía disciplina integrante dos currículos das Faculdades de Letras. Somente em 1962 o Conselho Federal de Educação a incluiu como disciplina obrigatória a ser oferecida nos cursos de Letras. E essa é a data que podemos tomar como marco da expansão e divulgação da Lingüística entre os brasileiros.

Ainda assim, sabemos que a atitude dos professores diante língua portuguesa não foi mudada repentinamente. Durante longo tempo, talvez até a década de 70, muitas instituições ainda adotavam apenas o ponto de vista prescritivista para proceder ao estudo da língua. Isso implicava considerar a língua como um objeto monolítico, cuja única vertente estava consolidada nas regras da gramática tradicional.

Não obstante isso, as idéias lingüísticas foram tomando corpo e provocando mudanças de atitudes dos pesquisadores e professores de todo o país. As teorias estruturalistas e a gerativista escaparam das

universidades e faculdades e alcançaram também as escolas de 1º e 2º graus. Também o conhecimento das idéias da Sociolingüística provocaram mudanças não somente nas pesquisas, como também no ensino de língua portuguesa[84].

Em 1961, Mattoso Câmara publicou o *Manual de Expressão Oral e Escrita*, texto que resultou dos cursos dados aos Oficiais-Alunos da Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica. Nesse livro, são divulgadas idéias inovadoras acerca, especialmente, da correção da linguagem. O autor admite que paralelamente à *correção* da linguagem, entendida como a obediência aos cânones tradicionais da língua, há as *discordâncias de uso*, relativas aos casos em que pode haver flexibilidade da norma prescritiva, situações em que o falante pode escolher um uso em detrimento de outro.

Ao fixar o padrão de correto e incorreto a partir da obediência ou não a *uma linguagem normal*, praticada por toda a sociedade, CÂMARA JR. (1977: 88-93) reconhece o caráter variável da linguagem, para o que atribui três fatores: 1. mudanças executadas espontaneamente por um trabalho mental do indivíduo (erros individuais); 2. intromissão da língua popular (vulgarismos); diferenças regionais, que tendem a fazer cisões (regionalismos). Reconhece, porém, que o combate a esses erros

[84] Cf. BACK (1987: 17-8)

é árduo, já que podem ser adotados por grande número de pessoas e difundir-se pelos grupos sociais. Outro problema é também a possibilidade da infiltração dos vulgarismos na norma culta e da propagação dos regionalismos. Nesse ponto, já está a diferença de postura, quanto ao *certo/errado* em relação à tradição. Assim, o autor resume seu ponto de vista:

> "A correção é, portanto, um conceito muito relativo, e, diante da situação real, há duas maneiras de procurar ser correto:
>
> a. insistir intransigentemente no que a norma prescreve, mesmo quando o seu ditame já está quase obsoleto;
>
> b. assumir uma atitude liberal e compreensiva, aceitando sem relutância coisas novas que já sentimos firmadas."

Aliadas a essa postura liberal, vieram outras com suporte na Sociologia e na Sociolingüística. Da Sociologia, a contribuição de Basil Bernstein com a teoria do "déficit lingüístico", dos anos 60 (Cf. BERNSTEIN, 1990:157-78). Em verdade, o sociólogo modificou seu pensamento ao longo do tempo, mas nessa época dizia haver relação causal entre a classe social a que pertence a criança, sua linguagem e rendimento escolar. Portanto, crianças da classe média eram submetidas a um processo de socialização mais elaborado, e a utilização do código lingüístico correspondia a essa situação, isto é, usavam um "código elaborado" e, por isso, obtinham melhores rendimentos na escola. Já as

crianças da classe trabalhadora, submetidas a um baixo grau de socialização, limitavam-se a um "código restrito", e, por isso, não tinham sucesso na escola. Bernstein deixou claro que não havia diferenças de qualidade entre os dois códigos e disse que "cada código tem a sua estética própria".

Paralelamente às descobertas sociológicas de Bernstein, vieram a lume os resultados das pesquisas de Labov. Esse lingüista negou a tese do déficit lingüístico, afirmando estar tal teoria montada sobre dados falsos, já que os informantes se encontravam em *situação de teste* e não *em situação de informalidade*. Para LABOV (1990:179-215), a situação de comunicação é fundamental porque determina a produção lingüística. Desse modo, não aceitou as conclusões de Bernstein acerca da teoria do déficit, do código restrito empregado por pessoas da classe trabalhadora, de baixo nível de socialização, que apenas usam linguagem "particularista", em contraposição com a linguagem "universalista", empregada por pessoas da classe média, cujo código lingüístico é elaborado, em decorrência das melhores condições de socialização.

LABOV (op. cit.) declarou não haver *deficiência lingüística*, mas *diferença lingüística*, provocada por fatores contextuais, que vão da situação de comunicação até a origem geográfica do falante. Essa

diferença implica a existência do dialeto padrão e dos dialetos não-padrão com o mesmo valor lingüístico. Isso quer dizer que os dialetos não-padrão, ou populares, têm seu próprio sistema de regras, isto é, as diferenças entre o padrão e o não-padrão são sistemáticas e regulares.

Ficou claro, então, que a desvalorização dos dialetos populares não era lingüística, mas social. Isso permitiu aos professores entenderem que ambos os dialetos são perfeitos para a comunicação e que o dialeto do aluno deve ser respeitado e preservado.

A partir dos anos setenta, há, também, no Brasil, a divulgação das idéias do sociólogo francês Pierre Bourdieu. A teoria de Bourdieu teve especial ressonância junto aos pedagogos, que nessa época já estavam em busca de causas e alternativas de solução para o problema educacional. Bourdieu alia teorias econômico-sociais para defender a hipótese do "capital lingüístico escolarmente rentável".

Segundo essa teoria, a língua é um bem simbólico como todos os outros da sociedade. Tem, portanto, uma modalidade de prestígio, considerada legítima, dominada pela classe de maior poder econômico-social, e modalidades desprestigiadas, ilegítimas, dominadas pelas camadas de pouco poder econômico-social. O papel da escola, então, seria o de possibilitar às pessoas de baixo poder econômico-social

dominar o capital lingüístico da classe de maior poder, para que se tornasse possível a eliminação do problema do fracasso escolar. De acordo com essa teoria, os alunos das classes sociais baixas fracassam, porque as suas condições sociais não lhes permitem dominar o "capital lingüístico" legitimado pela escola, que é o da classe social mais alta A diferença lingüística é um efeito e não uma causa do fracasso. O objeto de estudo, nesse caso, não é a língua, mas as condições sócio-econômicas em que a linguagem é produzida.

Diante de tantas hipóteses recém-lançadas, no Brasil, a partir dos anos setenta até meados dos anos oitenta, as aulas de português foram tomadas pelos estudos de texto, representados quase sempre por interpretações literais que não contribuíam para o desenvolvimento do raciocínio do aluno. As teorias sociológicas e sociolingüísticas não foram de pronto assimiladas, pela maioria dos profissionais de ensino de línguas, e o problema da variação lingüística do aluno não foi convenientemente abordado na escola (Cf. BACK, 1987:9-20).

Outro agravante da questão foi o fato de os professores, recém-saídos das Faculdades de Letras, levarem para as salas de 1º e 2º graus as teorias lingüísticas aprendidas. Trocaram-se as regras e a terminologia da sintaxe tradicional pelas regras e terminologia das teorias

estruturalistas e gerativista. Tudo isso confundiu muito mais o aluno, evidentemente despreparado para compreender aquelas teorias.

Aliado a esse problema, houve no Brasil, a partir de 1971 a democratização do ensino, institucionalizada pela Lei de Diretrizes e Bases. Entenda-se por democratização a ampliação de oportunidade ao acesso à escola, realizada pelo aumento de oferta de vagas, pela instituição de cursos de alfabetização para adultos e cursos de educação supletiva. Implantou-se um ensino de massa, porém, de baixa qualidade.

O reconhecimento do fracasso da escola diante do ensino da língua, levou as autoridades brasileiras ao estudo de soluções para equacionar o problema. Desse modo, o Ministério da Educação criou uma Comissão Nacional para o Aperfeiçoamento do Ensino/Aprendizagem da Língua Materna. A Comissão, presidida por Abgard Renault e formada por "especialistas de diversas áreas pertinentes ao estudo e ao ensino da nossa língua"[85], levantou, como dado fundamental e determinante, entre outros dois, o fato de a escola precisar valorizar o aspecto sociocultural e lingüístico do aluno. Portanto, diz o texto:

> "Os estudos e pesquisas acerca das variedades lingüísticas e das diferenças entre variedades social

[85] Segundo informação do Ministro da Educação, na época, Marco Maciel, na apresentação do Relatório da referida Comissão.

> e culturalmente privilegiadas e variedades social e culturalmente estigmatizadas não são recentes. No entanto, esses estudos e pesquisas ainda não beneficiaram o ensino da língua, que tem desconhecido a existência e legitimidade das variedades lingüísticas, e não tem sabido reconhecer que seu objetivo último é proporcionar às novas camadas sociais, hoje presentes na escola, a aquisição da língua de cultura, cujo domínio se soma ao domínio das variedades naturalmente adquiridas. Sem esse domínio da língua de cultura pelas camadas social e economicamente desfavorecidas torna-se impossível a democratização do acesso aos bens culturais e da participação política."(In: Ministério da Educação:2)

Partindo desses pressupostos, a Comissão identificou três aspectos relevantes à resolução do problema proposto. Um seria quanto à valorização do magistério, em termos de condições de trabalho e, salariais; outro seria quanto à implantação de programa que ampliasse o tempo de permanência do aluno na escola; e, outro ainda, quanto à formação do professor de língua portuguesa. Relativamente a esse último ponto, a Comissão é incisiva:

> "A Comissão entende que *a formação do professor de língua portuguesa*, em qualquer nível, *deve ser radicalmente modificada, passando a alicerçar-se no conhecimento, compreensão e interpretação das diferenças hoje presentes na escola*, a fim de que haja não só uma mudança de atitude do professor diante das condições socioculturais e lingüísticas dos alunos, mas também, e conseqüentemente, uma *reformulação dos conteúdos e procedimentos de ensino de língua, que tem, como objetivo último, o domínio da*

> *língua de cultura, sem estigmatização das variedades lingüísticas* adquiridas no processo natural de socialização." (Grifamos) (Ib.)

Embora o relatório da Comissão estivesse correto e apontasse soluções para o problema, o governo não tomou providências para viabilizá-las. Mesmo assim, discussões desse tipo cumprem o papel de divulgar posições teóricas sobre a questão da variação lingüística.

Aos poucos, então, foi-se solidificando a idéia, pelo menos nas principais escolas públicas e particulares dos grandes centros, da existência de outras normas lingüísticas, além da culta literária, cuja descrição está nas gramáticas normativas. A par disso, foi-se tomando consciência de que o papel da escola é, valorizando a variedade que o aluno domina naturalmente, apresentar-lhe a norma culta. Mas esse trabalho sempre constituiu dificuldade para o professor que se encontrava (e ainda hoje, em muitos casos) sem condições técnicas e teóricas para enfrentar o problema.

Em relação à contraparte teórica da questão, pode-se dizer que a incerteza causada pela falta de conhecimento acerca do conceito de *norma lingüística*, seu relacionamento com as comunidades lingüísticas e as situações de comunicação foi causadora da insegurança dos professores de língua, quanto ao tratamento da variação lingüística do aluno. Desse modo, perdeu-se a noção sobre que pontos ensinar e

corrigir na fala e escrita dos alunos de todos os níveis. Essa foi a característica marcante da fase de transição por que passou o ensino de língua, antes embasado apenas em regras prescritivas, mas prestes a ingressar na fase dos conhecimentos propriamente lingüísticos. Acrescidos a esses, levam-se em consideração todos os dados da enunciação, ou seja, quem produz o enunciado lingüístico, em que condições e em que época.

Em primeiro lugar, vieram os preceitos da Sociolingüística e com eles a reformulação de idéias: a preocupação dos lingüistas e professores deixou de ser a *língua* (como objeto monolítico) e passou a ser a *norma*.

Paradoxalmente, a partir dessa época, não somente no Brasil, passou-se a ter mais acentuada a impressão de que a língua estivesse em crise. CAPUT (1972), referindo-se especificamente ao francês, afirma que vários fatores concorreram para tal situação: a. o ensino de massa e a expansão escolar que demandava revisão da metodologia e da finalidade do ensino; b. as exigências da vida contemporânea: a cultura facilmente arquivável; c. a diversificação das formas de expressão.

Embora o autor fale sobre a situação do francês, sua descrição adequa-se perfeitamente à situação brasileira. Por isso, podemos dizer que em pouco tempo essas causas geraram efeito: maior número de pessoas

com acesso à escola e aos meios de comunicação, entretanto, com uma configuração cultural diferente daquela considerada erudita, em épocas anteriores. Instala-se, desse modo, em relação à língua, a sensação de que havia crise.

Em verdade, houve um esgotamento da força da norma prescritiva, porque o processo de massificação trouxe, naturalmente, para a escola, a concorrência de outras normas lingüísticas e não contou com condições para equacionar o problema.

3 *As discussões sobre o uso lingüístico e as noções de correto/incorreto*

A maior tolerância com o problema da variação lingüística, a democratização do ensino e as transformações sociais causaram a impressão da "crise". Para agravar a situação, a certeza da variedade, aliada à dúvida a respeito de que procedimento metodológico adotar para enfrentá-la levou muitos professores e a mídia à pergunta sobre quais seriam, ou se existiriam, os conceitos de *correto* e *incorreto* em relação à linguagem.

A par disso, o próprio uso, ao longo do tempo, tem causado um *sentimento de crise* em relação ao funcionamento das línguas. Em 1985, por exemplo, Jaques Maurais, em um livro intitulado *La crise des langues*, reuniu vinte artigos de especialistas de diferentes nacionalidades (suíça, belga, americana, alemã, dinamarquesa, iugoslava, espanhola, uruguaia, entre outras), para comentar "a crise" por que passa a língua de origem desses lingüistas. Em apêndice, inclusive, há um artigo sobre o uso do português cujo título é "*Notre pauvre portugais - ignorée, manipulée et déformée, notre langue materne se meurt, avertissent les puristes. Comment la sauver?*"[86]

[86] Esse artigo foi originariamente escrito em português, publicado pela revista VEJA, em novembro de 1975.

Nele estão inscritas as denúncias sobre o *mau uso* popular e institucional do português, além da indicação da culpa pela crise: a escola, em primeiro lugar, e a mídia, principalmente a televisão, em segundo.

É claro que a posição defendida no artigo brasileiro não reflete o entendimento dos lingüistas contemporâneos sobre o tema. MAURAIS (1985), na introdução ao livro em questão, afirma que, de modo geral, *os princípios democráticos são aceitos para todas as outras áreas do comportamento humano, exceto para a língua*, que parece estar imune a todo tipo de variação. Conclui o autor que a crise provém em boa parte da recusa de se aceitar a diversidade do uso e das normas.

No Brasil, também PRETI (1990) dizia:

> "A língua, pois, não está em crise, como querem alguns mal informados. Ela prossegue em sua evolução, como reflexo das alterações sociais da comunidade".

O problema todo, como se pode concluir, decorre do descompasso existente entre a língua em uso, dinâmica, da qual se extrai a *norma objetiva, implícita*, e a língua descrita na gramática normativa, em que há a *norma prescritiva, explícita*, estática, por um período de tempo. Como esta é a única norma explícita, sem dúvida, tem maior prestígio, e é a que oferece ao usuário o parâmetro do "bom uso", quer falado

quer escrito. O fato de uma ser dinâmica — e conter, natural e imediatamente as alterações que os usuários lhe vão imprimindo — e a outra (relativamente), estática — e não assimilar, a não ser ao cabo de longo período, as transformações decorrentes do uso — provoca essa *sensação* contínua de involução, de crise.

77

Além disso, segundo ALÉONG (s.d.:270) a norma explícita, prescritiva, conta, para a sua difusão, com um aparelho de referência (locutores de prestígio sociolingüístico, academias e instituições divulgadoras do bom uso da língua), com a codificação em dicionários e gramáticas, e, em decorrência do seu papel hegemônico de referência legítima, com a imposição pela escola, imprensa escrita e audiovisual e da administração pública. Conforme BARROS (1996), as normas implícitas não têm, e não terão esse aparato, pois representam a diversidade lingüística, são produto de todas as injuções sociais, e sofrem a interferência das variedades devidas tanto ao usuário quanto ao uso da língua.

As normas implícitas podem ser descritas, mas, se isso acontecer, haverá sempre tantas descrições quantas normas houver nas comunidades lingüísticas que compõem uma dada língua. Jamais, porém, os usos que originam essas normas implícitas serão imobilizadas por tais descrições, não serão prescritivos. De qualquer modo, então,

haverá sempre descompasso entre as normas objetivas, implícitas, e a prescritiva, explícita. Esse é o intervalo em que se localizam as variações lingüísticas, devidas tanto ao uso (níveis de linguagem), quanto ao usuário (dialetos sciais e regionais), e de onde surgem as diferenças que provocam as dúvidas quanto ao que é correto ou incorreto.

Os conceitos de correção e incorreção lingüística, assim como os critérios para a sua delimitação, foram estudados profundamente pelos lingüistas Adolf Noreen, no século XIX, e Otto Jespersen, no século XX. O trabalho de JESPERSEN sobre esse tema foi construído a partir das críticas que fez às opiniões de Noreen e de dois outros lingüistas dinamarqueses, que, embora críticos de Noreen, incorporaram sua teoria, em muitos pontos.

Noreen parte da análise de três critérios — o *histórico-literário*, o *histórico-natural* e o *racional* — para estudar a correção. Refuta, porém, os dois primeiros. Sobre o critério histórico-literário, aponta o fato da impossibilidade de fazer a língua retroceder a épocas passadas de acordo com as "leis da língua", na época as leis da evolução fonética. A essa crítica JESPERSEN (1947) acrescenta que não se conhecem as razões por que certo período particular da história da língua e preferido pelos escritores, em detrimento dos demais Além disso, o autor comenta o caráter arbitrário das regras formuladas pelos

gramáticos. Essas, em última instância, são invenções humanas passíveis de serem sempre reformuladas por gerações futuras. O critério histórico-natural baseia-se na teoria evolucionista, vigente no século XIX, segundo o qual nada seria correto ou incorreto, pois a língua, segundo esse ponto de vista, é um organismo a desenvolver-se em estado de completa liberdade.

Para Noreen, o critério que realmente define a correção lingüística é o *racional*, segundo o qual *o melhor é o que pode ser apreendido mais exata e rapidamente pelo ouvinte e pode ser produzido mais facilmente pelo falante*, ou, de acordo com a modificação proposta por Flodström: "o *melhor é a forma de falar que reúne a maior simplicidade possível com a necessária inteligibilidade*". A melhor elaboração desse conceito é mesmo, como observa JESPERSEN (op. cit.:114), a original, ou seja, a fonte da qual Noreen se utilizou para elaborar sua dissertação, que é de Tegnér: *o que é expressado mais facilmente é mais facilmente compreendido*.

A crítica de JESPERSEN (op. cit.) recai no fato de não terem esses conceitos um ponto concreto de apoio, pois o que é econômico, útil e inteligível pode não estar em plena circulação na língua em dado momento. Portanto, registra ser o uso o mais alto tribunal que decide o que é ou não correto e acrescenta que somente secundariamente se

recorre ao problema de ser ou conveniente ou útil [uma expressão], uma questão que na realidade somente surge quando o uso está vacilante.

Depois de tecer minuciosas críticas à teoria de Noreen, JESPERSEN finaliza afirmando que existe algo em comum entre falantes e ouvintes que lhes permite a compreensão mútua, e isso é a norma lingüística que se aceita de fora, da comunidade, da sociedade, da nação. A partir desse pressuposto, elabora uma lista de sete critérios de correção, que interferem nas respostas às questões sobre a correção da linguagem. Para cada um, assim, apresenta o conceito adotado comumente, tecendo-lhe, em seguida, críticas:

1. o critério de autoridade — as dúvidas quanto à correção/incorreção seriam resolvidas pelo Ministério de Educação, ou Academias, ou pelos dicionários e gramáticas. Contra esse critério há o fato da mutabilidade da língua e cada geração deve saber o que deve dizer.

2. o critério geográfico — os lingüistas afirmam sem cessar que não há dialetos melhores ou piores que outros. No entanto, há sempre a dúvida quanto a esse ponto, pois não é incomum expressões corretas em relação ao dialeto de origem, mas incorretas em relação ao dialeto culto.

3. o critério literário — por esse critério, o correto seria o que está nos melhores escritores de épocas passadas da língua. Há, porem, problemas quanto à eleição de tais escritores.

4. o critério aristocrático — é a linguagem das classes superiores a que deve ser tomada como modelo de correção, a que deve ser imitada por toda a gente. Quanto a esse ponto há também problemas, pois é difícil definir o que seja "linguagem das classes superiores".

5. o criterio democratico — todos os individuos da comunidade lingüistica são igualmente bons, e, portanto, o correto e o que e, estatisticamente, mais usado. No entanto, o uso geral deve receber a contribuição de especialistas, na perseguição do aperfeiçoamento da língua.

6. o critério lógico — ponto de vista do pensamento que julga a correção de uma expressão tendo em conta sua conformidade com as leis universais do pensar. Contra esse critério há o fato da não coincidência entre língua e pensamento lógico, pois uma expressão pode estar lingüisticamente correta e logicamente incorreta.

7. o critério estético - a linguagem correta, segundo esse critério é linguagem bela. A objeção aqui diz respeito ao fato de a beleza da linguagem não estar relacionada com a correção.

Revisados os critérios, JESPERSEN (1947:157) pôde, então, definir como correção lingüística *aquilo exigido pela comunidade lingüística a que se pertence. O que difere é o incorreto lingüisticamente.*

O lingüista franco-suiço Henri Frei, para escrever sua *La Grammaire des Fautes*, em 1921, analisou as duas posições e as encaixou sob duas rubricas, esclarecendo, assim, as funções de cada uma em face do funcionamento da língua. Explica que o conceito de Noreen corresponde a uma *concepção funcional* da língua, isto é, o correto ou incorreto depende dos fatos da linguagem e de seu grau de conformidade a uma função dada que eles têm de cumprir. Já o conceito de JESPERSEN corresponde a uma *concepção normativa* da língua, isto é, o correto é estabelecido pela coletividade. Vistas desse modo, ambas as concepções são aceitáveis, desempenham papel

importante para o estudo da língua e são complementares entre si (Cf. FREI, 1993:17-18).

Como o objetivo de FREI (id.) é estudar as incorreções, os erros e o seu papel para o funcionamento da linguagem, usa as duas concepções, partindo do sentido inverso, ou seja: I) é incorreto o que transgride a norma coletiva; 2. é incorreto o que não é adequado a uma função dada (p. ex. clareza, economia, expressividade, etc.). No primeiro caso, há erros; no segundo, déficit. A tese do autor é exatamente a de que os déficits lingüísticos podem existir para suprimir falhas da linguagem correta e, inversamente, as incorreções, em numerosos casos existem para suprimir déficits. Em relação ao português, podemos exemplificar essa situação com uma frase do tipo: *José saiu com João e sua namorada* que, embora lingüisticamente correta é ambígua, pois tanto pode significar que *José saiu com a sua namorada e também com João*, ou que *José saiu com João e a namorada deste,* e, portanto, pode não cumprir rapidamente a sua função de comunicar um sentido preciso. Nesse caso, seria necessário acrescentar um déficit lingüístico para corrigir a imprecisão da frase, o que poderia acontecer assim: *José saiu com João e a namorada deste*. Fato que mostra constituir o demonstrativo seu(s)/sua(s) um déficit para a língua portuguesa.

A questão do correto/incorreto é também abordada do ponto de vista do contraste entre a norma culta e a popular. Aquela é considerada, por motivos socioculturais, e não lingüísticos, mais correta que essa. Como bem diz BECHARA (1985), nesse caso há duas línguas funcionais, duas variedades de uma língua histórica, e a diferença existente entre ambas está cada vez mais marcada, o que acentua a sensação de haver uma crise da língua. Segundo esse autor, há, em verdade, "três ordens de crise, que acabam desaguando na ação da escola":

1. a crise na sociedade e o privilegiamento da oralidade, do coloquial, do espontâneo e expressivo, em detrimento da tradição escrita culta;
2. a crise da universidade, em razão de a Lingüística não ter constituído corpo doutrinário "capaz de permitir uma descrição funcional integral do saber elocucional, do saber idiomático e do saber expressivo";
3. a crise na escola que, confundindo seu papel, se ateve na exploração das gramáticas descritiva e geral, e desprezou a gramática normativa, exatamente na qual deveria centrar-se, para capacitar o aluno a dominar a língua funcional culta.

Todos esses fatores contribuem para que, estando em confronto as duas variedades, culta e popular, nas modalidades falada ou escrita, o contraste entre correto e incorreto seja acentuado, considerando-se

corretos os usos da variante culta, a de maior prestígio social, pois própria dos falantes das classes sociais (econômico-culturais) superiores, ou dos escritores considerados de prestígio de uma dada época. Esse é o conceito de correção que, de modo geral vigora na sociedade e no qual estão englobados alguns dos critérios de JESPERSEN.

Isso quer dizer que para a sociedade, de modo geral, interessa, objetivamente, a concepção normativa de correção, a que realmente caracteriza a atitude purista. Por isso, as publicações que trazem os modos "corretos" de falar ou escrever são sempre sucessos editoriais, basta que o título seja atraente e a organização da obra permita consulta rápida e fácil.

4 *A língua culta em uso: obediência a que norma?*

Podemos afirmar que, em relação à variedade brasileira do português, não há norma descrita da língua falada ou da escrita. A propósito disso, disseram CUNHA & CINTRA (1985:8):

> É justamente para chegarem a um conceito mais preciso de 'correção' em cada idioma que *os lingüistas atuais vêm tentando estabelecer métodos que possibilitem a descrição minuciosa de suas variedades cultas, seja na forma falada, seja na escrita.* Sem investigações pacientes, sem métodos descritivos aperfeiçoados nunca alcançaremos determinar o que, no domínio da nossa língua ou de uma área dela, é de emprego obrigatório, o que é facultativo, o que é tolerável, o que é grosseiro, o que é inadmissível; ou, em termos radicais, o que e e o que não é correto." (Grifamos)

Enquanto não há tal precisão dos estudos lingüísticos, toma-se a norma prescritiva portuguesa em vigor para todas as formas dialetais do português (europeu, americano, africano e asiático). No entanto, sabemos que há diferenças, em relação à língua culta falada e escrita, de cada variedade do português. Essas discordâncias localizadas em certos pontos da gramática e do léxico, se comparadas com o que está previsto na norma prescritiva, levam os usuários à desconfortável

situação de *pensarem não saber a sua língua*[87]. Não obstante isso, o conhecimento da norma tradicional é um fator que contribui para a unidade lingüística, pois funciona como um dique frente as inovações próprias da dinâmica da língua falada espontânea em uso. Em relação, por exemplo, à *língua falada culta formal* observamos que, embora haja interferências situacionais e pragmáticas, sentidas no fio do discurso, não é alarmante a divergência entre a norma implícita e a explícita. Em termos gerais, há muitas coincidências entre ambas.

A metalinguagem purista de todos os tempos é uma prova de que existe a preocupação tanto por parte dos falantes comuns, quanto dos especialistas, com a preservação da norma tradicional. Se se trata de discurso escrito culto, os argumentos usados em defesa de usos tradicionais que estão em conflito com modernos, a eles correspondentes, são baseados na norma prescritiva (na gramática tradicional) e nos dicionários. Nesse nível, portanto, os desacordos com a tradição são os "erros" e é o que causa a sensação de "crise da língua".

[87] Referimo-nos em específico ao falante culto, ou seja, àquele versado em sua língua, que conhece os escritores contemporâneos e que tem contato freqüente com a língua escrita. O controle das variáveis sociolingüísticas envolvidas no conceito de falante culto foi realizado pelo Projeto NURC/SP - Núcleo USP e, *objetivamente*, está fundado no nível de escolaridade que - em relação aos informantes que se dispuseram a gravar aulas universitárias, entrevistas, diálogos e conferências - é sempre universitário. Todavia, sabemos que apenas a variável *nível de escolaridade* não é condição necessária e suficiente para a definição de falante culto. Se não se exigir objetividade de critério, pode-se dizer que o falante culto é aquele que se adequa a todas as situações de comunicação, variando seu registro de acordo com as circunstâncias da comunicação, de acordo com PRETI(1990).

A nosso ver, a *crise da língua* tem origem bem definida: tratamento inadequado dispensado às modalidades falada e escrita e a suas variedades. Se o escritor levar para o papel a língua que pratica na fala, com seus implícitos típicos da comunicação oral, preenchidos no intervalo falante-ouvinte, haverá problemas. Mesmo assim, há inovações na língua falada contemporânea em todos os níveis: fonético/fonológico, morfossintático e léxico. Por isso, diz MARTINET (1993:61)

> "En realidad, si los hablantes no tienen en absoluto la impresión de cambio en la lengua que hablan es porque ese cambio no les viene impuesto desde el exterior, sino que ellos mismos son sus agentes inconscientes. La evolución de las estructuras lingüísticas no hace sino reflejar la evolución de las necessidades de los usuarios. No hay contradicción entre el funcionamento de la lengua y su evolución, sino que hay coincidencia. Decir que la lengua cambia porque funciona no es ninguma paradoja."

Por outro lado, a força conservadora é forte e, em graus variados, deixa-se mostrar no discurso, pela metalinguagem produzida em todas as épocas, ou por certas escolhas lingüísticas que denunciam a presença de uma norma em transição ou ultrapassada. Essa é a força purista ortodoxa, presente na língua.

É importante salientar que a luta existente entre a força conservadora e a inovadora é aparente no discurso. Percebe-se a presença da força

conservadora quando há conflito entre dois usos: um novo que vai de encontro a um antigo, cuja permanência é devida aos que conhecem a tradição da língua. A inovação é manifestada pelo uso de léxico e estruturas não autorizadas pela norma prescritiva e seu aparelho de referência. Esse fato demonstra que há dualidade de uso em torno de um mesmo fato gramatical.

No caso de tensão de normas, a atitude do usuario consciente da tradição e da novidade caracteriza o tipo de purismo praticado. A opção pela norma tradicional caracteriza o *purismo ortodoxo* e a opção equilibrada entre a norma contemporânea e a tradicional caracteriza o *purismo heterodoxo*.

Isso quer dizer que a demonstração ostensiva do saber normativo tradicional, característica do purismo ortodoxo, ainda acontece atualmente. Como vimos anteriormente, o purismo era a tentativa de preservação do "antigo e bom português", praticado pelos "barões doutos", os versados na língua e literatura nacionais e sabedores da línguas e literaturas clássicas. Hoje há também um purismo praticado por "doutos". No entanto, a configuração do "douto" contemporâneo, o sujeito capaz de praticar o discurso escrito e oral culto formal, é muito diferente daquela dos séculos anteriores. Um dos fatores que caracterizam essa atitude é o aproveitamento que faz da sincronia da

língua, sem rejeitar ostensivamente a diacronia, para que o discurso seja funcional. O purismo que se pratica dentro desse parâmetro é heterodoxo.

A mudança na conjuntura cultural moderna e a ampliação do campo do conhecimento fizeram desaparecer a figura do "humanista", versado em cultura geral, conhecedor do mundo clássico e da história da humanidade como um todo. Vivemos a era da especialização. Isso implica dizer que se sabe bem apenas o que é pertinente à área de especialização profissional de cada um.

Essa situação alterou a atitude lingüística do homem contemporâneo. Hoje não há mais as discussões acirradas em torno do uso correto da língua, em termos de norma prescritiva. A sensação de que "estão a assassinar o português" vem do conhecimento da diferença, ainda que parcial, havida entre a língua falada e a língua escrita com a norma prescritiva atual[88]. É claro que essa ruptura é natural, pois a norma prescritiva é referente, em muitos pontos, à língua literária de épocas passadas, embora a descrição baseada em autores, pelo menos, do século XX já tenha conseguido algum espaço na gramática tradicional, o

[88] MACEDO (1983:53) faz reflexão em sentido contrário à idéia de que a língua vai sendo assassinada a cada dia, em "Não estão a Assassinar o Português": "Constituiria um interessante estudo sociológico apreender o que se entende, em dado momento, por falar ou escrever bem, ou mal, uma língua, qual o padrão do bom e do mal gosto. Ou ainda, saber se esses conceitos chegaram a valores que transcendem a época em que foram estabelecidos."

que se pode comprovar pela análise da gramática de CUNHA & CINTRA (1985) e, também, de BECHARA (1983), como já o demonstramos.

Mesmo assim, existe diferença entre a norma objetiva, praticada na língua falada, e a norma prescritiva, mais observada em textos escritos. Os motivos dessa diferença são conhecidos: primeiro, a língua falada está em evolução constante; segundo, a norma prescritiva retrata sempre um estado de língua anterior ao da descrição. Portanto, há sempre um intervalo de tempo bastante grande entre as duas.

Não obstante isso, há um cruzamento providencial entre ambas, graças ao qual a língua possui relativo equilíbrio, o que permite a intercompreensão entre pessoas de diferentes gerações. Essa luta de fluxo e refluxo de forças conservadoras e inovadoras na língua pode ser sentida tanto nos textos oriundos da língua falada, quanto nos textos escritos da mídia, de modo geral. A língua literária está excluída de nossos comentários, porque tanto pode ser muito conservadora, quanto muito inovadora, se o autor fizer uso de licença poética. Disso decorre a dificuldade de falarmos de uma "norma literária", que, sob esse ponto de vista, parece ser de depreensão impossível.

Para verificar a existência da força conservadora que constitui o purismo contemporâneo, examinamos a metalinguagem que se produz, principalmente, em jornais, meio que deve trazer sempre linguagem

atual para atingir a massa de leitores. No entanto, não nos escusaremos de tomar a metalinguagem originária de outras fontes, se importante ao alcance de nosso objetivo,

Hoje, o senso comum é o de ser o "purismo uma coisa do passado", superado pela abertura lingüística proporcionada pelo conhecimento das teorias de estudo da linguagem. Contudo, sendo o purismo um fato lingüístico, podemos observá-lo em qualquer tipo de texto, inclusive nos de lingüística. Na *Gramática Descritiva do Português*, de PERINI (1996), há uma *nota do editor* posta apenas para justificar — numa demonstração clara de purismo ortodoxo, e para salvaguardar a editora — que o autor usa certas sintaxes próprias da norma contemporânea, em desacordo com o prescrito na gramática normativa e que representa o uso dos que conhecem a língua portuguesa. Lê-se, *então, na nota:*

"Nota do Editor

> Alguns poderão achar que a linguagem desta *Gramática* se afasta do padrão estrito (sic) usual neste tipo de livro. Assim, o Autor escreve ***tenho que reformular***, e não ***tenho de reformular***, ***pode-se colocar dois constituintes***, e não ***podem-se colocar dois constituintes***, e assim por diante. Isso foi feito de caso pensado, com a preocupação de aproximar a linguagem da gramática do padrão atual brasileiro presente nos textos técnicos e jornalísticos de nossa época.
>
> Aqui, como sempre, manifesta-se a preocupação em reconhecer um padrão existente

> nos textos escritos modernos, ao contrário de um padrão (que para o Autor é fictício) estabelecido pelas normas gramaticais."

A nota do editor é curiosa. Em primeiro lugar, porque esses exemplos colhidos no texto, e outros não citados, não são imperativos na língua padrão, mas variantes e, exatamente por isso, há o conflito. Se são variantes, mas já majoritários no *corpus* tomado como representante da linguagem padrão do Brasil[89] — textos técnicos e jornalísticos (se é que se pode considerar o texto desse tipo de *Gramática* como *técnico* e não, *científico*) — não haveria necessidade da observação. Em segundo lugar, os "problemas" gramaticais inerentes aos exemplos não foram discutidos pelo autor. Tudo isso nos leva a concluir que o editor quis apenas justificar alguns usos variantes, em relação ao que está previsto na gramática normativa como "uso correto". Em verdade, a nota funciona como uma "errata" aberta que informa o seguinte ao leitor que conhece a variante tradicional: "Nós sabemos que a norma prescritiva impõe tal uso, mas, para ficarmos com a maioria, preferimos esse outro." Enfim, a nota representa uma evidente atitude purista da editora, autorizada pelo autor.

O purismo está presente também na metalinguagem dos jornais. Embora os tempos atuais sejam de mais liberdade lingüística, de

[89] O autor não explorou o *corpus*, usou frases forjadas para a descrição.

aceitação de expressões que, mesmo em desacordo com a tradição já foram *adotadas* pela sociedade, há sempre alguém preocupado em preservar a tradição da linguagem. Assim, não é impossível nos depararmos com comentários sobre a língua, em especial para reclamar de algum desvio da norma prescritiva, ou alguma agressão à clareza e economia do texto. Há muitos exemplos, de leitores, de jornalistas, de articulistas e, principalmente, do *ombudsman,* criticando a falta de fidelidade do jornal à tradição da língua. Note-se que isso ocorre até na *Folha de São Paulo*, que é considerado um jornal moderno e avançado.

No "Painel do Leitor", por exemplo, há uma carta em que se reclama d falta de coerência do jornal, porque esse criticou o uso de anglicismos, mas os emprega. A carta do leitor diz o seguinte:

> Incoerência
>
> "Manifesto minha indignação pela incoerência da Folha em seu editorial de 8/1, criticando, com toda razão, a 'estrangeirização' do país, mais especificamente a onda de slogans publicitários em inglês, sendo que na mesma edição circulava, para todo o Brasil, o caderno *Folhateen*.
>
> Henrique Mauricio Campos (Goiânia, GO)"
>
> (Folha de São Paulo, 16 de janeiro de 1996)

Outra reclamação semelhante diz respeito à grafia da palavra *ebola* que, tendo gerado dúvidas por ter sido escrita como proparoxítona, paroxítona e oxítona, foi discutida tanto pelo *ombudsman*, quanto pelo

"comentarista de linguagem" (e ex-*ombudsman*) da Folha Josué Machado. A conclusão de ambos foi a de que a palavra é paroxítona e deveria ser escrita sem acento e, portanto, essa seria a grafia "oficial" adotada pelo jornal. Mas não foi o que aconteceu, e o jornal seguiu usando a palavra com acento na antepenúltima sílaba, então, o leitor advertiu:

> Ébola, ebola, ebolá
>
> "Gostei muito das explicações do *ombudsman* sobre a grafia correta da palavra 'ebola' (Folha, 21/5) e da complementação sobre o assunto feita por Josué Machado uma semana depois. Por isso, foi com muita surpresa que vi escrito 'ébola' nas edições da Folha dos dias 27 e 28 e, pasmem os leitores, também na coluna do nosso ilustre *ombudsman*. É o caso de se dizer que santo de casa não faz milagres.
>
> Haroldo Lívio Castello Branco"
>
> (Folha de São Paulo, 08 de junho de 1995)

Também na coluna "Tendências e Debates", vez por outra, aparece a preocupação explícita com a linguagem, mesmo sem que esse seja o tema central do artigo. É o que há no artigo " 'Lei Piranha' ou o Fim do Casamento à Moda Antiga", de Saulo Ramos. Nesse texto, o advogado critica a lei nº. 8.971, de 29 e dezembro de 1994, proposta pelo Legislativo Federal, a respeito dos "direitos das concubinas e dos concubinos". As observações do autor foram feitas para rebater os comentários de um senador, sobre a morosidade do judiciário

brasileiro e, por causa disso, Saulo Ramos resolveu aproveitar "a chance para devolver algumas *porradas* ao Legislativo Federal" (grifamos). Então vêm as críticas igualmente ao conteúdo e à falta de precisão gramatical do texto da lei. O primeiro comentário é acerca da redação do texto legal: "Além de pessimamente redigida, a tal lei, sob o pretexto de regular os direitos (...)"; depois, a transcrição de artigos entremeadas de ironias para os legisladores, pela falta de preparo, explícita na imprecisão lingüística. Diz o autor:

> "A coisa começa devagar, no artigo primeiro, em que é instituído o direito à pensão alimentícia em favor da 'companheira comprovada de um homem solteiro *(ainda bem que não a de dois)*, separado judicialmente, divorciado ou viúvo' desde que com ele viva há mais de cinco anos ou, simplesmente, que tenha um filho dele, para o que são suficientes nove meses.
> *A redação desse artigo é tormentosa* porque não há quem possa entender um homem solteiro que seja separado judicialmente, divorciado ou viúvo. *Nosso legislador, porém, inventou a teratológica figura, que é tudo ao mesmo tempo*: basta ser homem e ter a companheira ou a aventura.
>
> *No parágrafo único dessa coisa*, vem outra que transcrevo integralmente: 'Igual direito e nas mesmas condições é reconhecido ao companheiro da mulher solteira, separada judicialmente, divorciada ou viúva'. *Igual problema gramatical resulta desse inciso*, pois me parece ser muito difícil a mulher solteira ser separada judicialmente, divorciada ou viúva." (Grifamos)

Percebe-se que o autor se mostra irritado, simultaneamente, com a falta de cuidado quanto à redação da lei e com o o seu conteúdo. As críticas à linguagem estão explícitas nos comentários e, também, implícitas nas escolhas lexicais que faz ao longo do texto, para mostrar, talvez, que está vigorando um "vale-tudo" lingüístico-social, pois a lei protege mais o concubinato do que o casamento. O título já traz o 'Lei Piranha', embora entre aspas, e o *porrada*, já citado; depois vem o "Mas terão [os juízes] *saco* para decidir, com calma, a avalanche de besteiras que a lei provocará?" E, entre outras, ainda essa:

> "Podem esperar, essa leizinha imoral logo logo será invocada até pelos companheiros(as) do mesmo sexo, pois será repulsiva a discriminação, já que se *esculhambou geral*, além da interpretação gramatical permitir tal entendimento, graças ao 'a' grafado depois do 'o', consagrando a possibilidade de união entre companheiro e companheiro, ou entre companheira e companheira, posto que ninguém está obrigado a separar o que está ou não entre parênteses, já que se acabou com os parentes e a redação do monstrengo permite essa leitura, que nós, complicadamente, chamamos de hermenêutica."

Como o purismo é um fenômeno que acontece em todas as áreas e atividades do comportamento humano, não é estranho surgirem críticas a rupturas que, ao mesmo tempo, representam atitudes social e lingüística. Isso é o que aconteceu quando o senador Júlio Campos, no exercício no cargo de presidente interino do Congresso, "quebrou a

liturgia" do cargo, isto é, rompeu a tradição, ao usar uma expressão popular, formada por uma palavra francesa, "*chéri*", e uma gíria brasileira, "balaio", que o senador disse ser "expressão utilizada pelos bororos, tribo indígena do Mato Grosso, para indicar que uma discussão está encerrada", mas, em verdade, essa é uma expressão da gíria de prostíbulo. O fato teve tamanha repercussão que foi assunto de um jornal da importância da *Folha de São Paulo*, que noticiou, usando "tom" irônico:

> MUDANÇA DE HÁBITO
> **Senador usa termo dos bororos**
> **da Sucursal de Brasília**
>
> Júlio Campos lança moda entre colegas
>
> O Senado já não é o mesmo. Na ausência do sisudo José Sarney (PMDB-AP), o senador Júlio Campos (PFL-MT) vem assumindo a presidência da Casa.
> Nessas ocasiões, tem recorrido a expressões que alteram o que Sarney costuma chamar "liturgia do cargo"
> Na semana passada, por exemplo, Campos recorreu a uma expressão estranha ao ritual da Casa para informar que já havia esgotado o prazo de cinco minutos previsto para o discurso de um colega: *'Chéri, fechou o balaio'*, disparou o presidente em exercício." (Grifamos)
> (Folha de São Paulo, 25 de maio de 1996)

Além desses tipos de comentários metalingüísticos ocasionais, a Folha traz alguns outros sistemáticos. Eles têm espaço reservado na coluna de Josué Machado, "Dito e Escrito", e na de Marcelo Leite, "Na Ponta da

Língua". O *ombudsman*, cuja atribuição é "criticar o jornal sob a perspectiva do leitor", tem como uma de suas tarefas exercer a vigilância sobre a linguagem usada no jornal, o que implica verificar a clareza, a precisão e propriedade da linguagem e a obediência à norma tradicional da língua. Se todos esses objetivos fossem perseguidos e alcançados, o *ombudsman* faria, proporcionalmente, críticas à linguagem a partir dos pontos de vista normativo e funcional. No entanto, o que ocorre é serem as suas observações, de modo predominante, relativas à concepção normativa, o que transforma o espaço da crítica à língua numa espécie de "consultório gramatical" às avessas, porque o leitor não escreve para fazer perguntas ao colunista, mas para apontar "erros de português", numa prova inconfundível de que o cidadão comum também está preocupado com a preservação da tradição lingüística normativa.

Na coluna do dia 26/03/95, Marcelo Leite foi explícito quanto aos objetivos de suas observações sobre a linguagem do jornal. Disse ele:

> "O leitor terá notado que tenho implicância particular com erros, em especial os de português. Tento combatê-los com as armas da transparência, do rigor e, por que não, do humor."
> (Folha de São Paulo - Na Ponta da Língua, 26/03/95)

O conceito de erro para o *ombudsman* é claro: tudo o que não estiver de acordo com a norma prescritiva é erro. É com essa idéia que o

ombudsman denuncia erros ortográficos e gramaticais. Na coluna de 02 de abril, por exemplo, denuncia a "excrescência: 'jogar suas fixas na aposta' " e, também, "outro tropeço na letra-encruzilhada [x]: 'taxados ora de nacionalistas ora'..." Essa última ortografia desencadeou polêmica, pois a Secretaria da Redação não aceitou a correção e respondeu: "Tachar/taxar pode ser das duas formas." Marcelo Leite foi verificar a informação em dicionários e acrescentou que a justificativa da Secretaria do jornal vinha de "um estranho comentário de Leite de Vasconcelos citando Aires da Mata Machado no *Novo Dicionário Aurélio*". O argumento, no entanto, não convence o jornalista, razão pela qual optou pelo emprego distinto e predominante das formas homófonas *tachar/taxar*.

As gafes sintáticas dos jornalistas fornecem muita matéria para os comentários de Marcelo Leite. No jornal de 09/04/95, por exemplo, reproduz um subtítulo da coluna "Saia Justa":

> "Advogada conta que marido tinha pesadelos e a via exibindo o holerite e mandando ele lavar uma pilha de louça"
> (Folha de São Paulo - Na Ponta da Língua, 09/04/95)

e denuncia:

> "Mandando ele; nossa. Qualquer criança deveria saber que o certo é 'mandando-o lavar louça'. É preciso sair uma enormidade dessas no alto de uma página de jornal para se descobrir que até

> adultos — pior, jornalistas, que são profissionais da palavra — ignoram coisas tão básicas." (Id.)

O exagero do *ombudsman* é proporcional à gafe do jornalista. Não é verdade que Marcelo Leite só "descobriu" que os adultos usam o pronome acusativo na função de sujeito depois de ler o título no jornal, pois esse uso é corrente na língua falada coloquial do Brasil. NASCENTES (1953:127), por exemplo, já dizia que na linguagem familiar o emprego do pronome reto como acusativo é aceitável, normal nesse nível de linguagem[90]. Portanto, se é um uso generalizado no país, não se pode aceitar que o *ombudsman* tenha "descoberto" nessa oportunidade que os adultos não o realizam.

Ainda sobre essa matéria, Marcelo Leite anota a impertinência do emprego da palavra *holerite*, por *contracheque*, invocando a lição do *Novo Manual de Redação* que condena o uso de regionalismos no jornal. Diz ele:

> "Tem mais: se tivesse seguido o que manda o "Novo Manual de Redação", o redator jamais poderia ter escrito 'holerite'. Como está explicado no verbete 'regionalismo' (p. 107), esse termo só é usado em São Paulo como sinônimo de contracheque." (Id.)

[90] "Confesso que na linguagem familiar não falo de outro modo, mesmo porque sinto um tom pouco brasileiro no emprego dos pronomes átonos *o, a, os, as*." (Id.)

Uma correção funcional que o *ombudsman* faz refere-se ao uso das locuções verbais formadas de auxiliar IR + infinitivo. A reclamação tem razão de ser, segundo ele, porque não há economia nas expressões assim formadas, isto é, seria muito mais rápido para o leitor ler, por exemplo, *aprenderá* do que *vai aprender*. Como o jornal tem empregado não somente locuções de auxiliar no presente + infinitivo, com sentido de futuro, mas, também, auxiliar no futuro + infinitivo, com sentido de futuro, Marcelo Leite indignou-se e reclamou:

> "A língua portuguesa tem coisas esquisitas, como o uso do verbo 'ir' na condição de auxiliar com sentido futuro: 'Ele vai aprender, vai corrigir-se'. Como os jornalistas são muito mais esquisitos que a linguagem da qual se servem, além de viciados em tendências e antecipações, agora deram para criar o futuro do futuro.
> Por alguma razão misteriosa, generaliza-se na imprensa a mudança do tempo do próprio auxiliar: 'Ele irá aprender, irá corrigir-se'. Não deve estar errado, mas é supérfluo, redundante. Esquisito."
> (Folha de São Paulo - Na Ponta da Língua, 25/02/96)

Como no caso precedente, e na mesma coluna, outra crítica quanto à falta de economia da linguagem nos jornais é dirigida às tautologias. Condena que o jornalista se sirva de expressões cristalizadas como 'há dois anos atrás', ou 'duas línguas diferentes'.

As participações dos leitores no sentido de apontar erros do jornal e do *ombudsman* são sinais de que, em questões de linguagem a tradição

tem força. Como usuários da língua, podemos observar que quem conhece a norma lingüística e percebe uma transgressão a ela aplica uma sanção ao transgressor. Segundo pensamos, essa sanção pode-se realizar de três modos: primeiro, pode ser *explícita* e dirigida diretamente ao transgressor, por meio de metalinguagem que corrija a transgressão; segundo, pode ser *explícita*, mas não dirigida diretamente ao transgressor; terceiro, pode ser *implícita*, sem metalinguagem para corrigir a transgressão, quando se pode repetir a expressão, já corrigida, causadora do conflito.

O público, quando percebe alguma discordância entre a linguagem do jornal e a norma tradicional, aponta o "erro". Na coluna de Marcelo Leite há registros desse tipo de manifestação. No dia 26/05/96, por exemplo, o *ombudsman* registra que o leitor Jorge Roberto Laborda escreveu-lhe para chamar a atenção sobre um "escorregão" gramatical cometido no dia 05/05, quando escreveu: "*Mais mal* ainda fica a Redação **Folha** quando se conhece o compromisso..." A propósito disso escreveu o jornalista:

> "O leitor Roberto Laborda, que alertou sobre um erro em fax do dia 16, até que foi simpático. Contou que buscou nas gramáticas — inutilmente — uma justificativa para a malfadada expressão e que, desde então, uma dúvida o perseguia: 'A busca foi mal feita ou houve da parte do prezado jornalista um tipo de escorregão vernacular a que todos estamos sujeitos?'"
>
> (Folha de São Paulo - Na Ponta da Língua, 05/05/96)

Em seguida, Marcelo Leite reconhece o erro e passa a explicar o porquê do erro, antes de apresentar a norma:

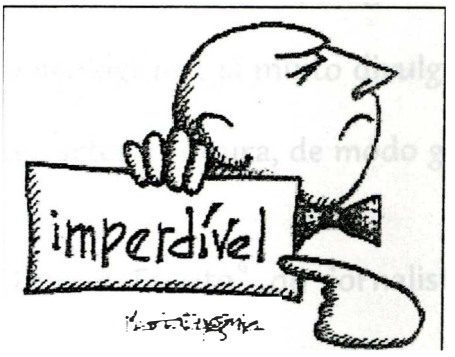
> "As gramáticas recomendam que a forma 'mais mal/bem' seja usada, preferencialmente, com adjetivos e particípios." (Ib.)

Outra participação de leitor refere-se à matéria publicada sobre o uso da locução verbal formada de auxiliar IR no futuro + infinitivo de futuro, citada acima. O *ombudsman* informou em 17/03 que "um atento leitor" indicou abonação da estrutura no dicionário *Caldas Aulete* e, também, no *Dicionário Gramatical de Verbos do Brasil* (EDUSP). Prefere, contudo, aceitar a conclusão do leitor:

> " 'Todavia isso não invalida o seu ponto de vista de redundância, de excrescência da linguagem desnecessária, embora saibamos que não se trata de impropriedade gramatical'."
> (Folha de São Paulo - Na Ponta da Língua, 17/03/96)

> Sobre linguagem ainda há, na **Folha**, a coluna "Dito e Escrito" de Josué Machado. Essa funciona à moda antiga, no estilo dos consultórios gramaticais e agrada muito aos leitores, como se pode ver pela carta de Ricardo A. Setti, publicada no *Painel do Leitor*.

"Imperdível



Aproveito o recente lançamento do livro 'Manual da Falta de Estilo', do jornalista Josué Machado, para dizer que sua coluna na Folha, 'Dito e Escrito', é uma das melhores coisas para se ler no jornal: original, saborosa, inteligente, irônica — e bem escrita, claro. Para usar uma palavra que ele provavelmente detestaria, é imperdível."
Ricardo A. Setti, diretor de redação da revista 'Playboy (São Paulo, SP)"

(Folha de São Paulo - Na Ponta da Língua, 09/04/95)

Nesse depoimento de um leitor, mas também profissional do jornalismo, vê-se a heterodoxia que vigora na norma lingüística atual. De um lado a importância atribuída à linguagem "correta", de acordo com os cânones tradicionais, mesmo em tempo de abertura geral, quanto aos costumes e conteúdo dos temas abordados nos jornais; de outro, o uso de um neologismo recém atualizado pela linguagem da mídia, "imperdível", ainda em processo de adoção pela comunidade lingüística brasileira, para criar o efeito de sentido de ênfase que o leitor desejava naquele momento. Pelo comentário do leitor,

percebemos que a imagem que ele tem do colunista é a de alguém realmente conservador, pois, segundo imagina, não aprovaria o emprego do neologismo, já muito divulgado, especialmente nos círculos voltados para artes e cultura, de modo geral.

A coluna "Dito e Escrito" do jornalista Josué Machado é a versão moderna de *O que se não Deve Dizer*, de Cândido Figueiredo, embora nem sempre seja construída na base de "consultas". O autor faz também comentários a propósito de curiosidades lingüístico-normativas, sempre, entretanto, adotando o ponto de vista tradicional. A diferença existente entre essa coluna e os consultórios gramaticais antigos é que o colunista contemporâneo dá uma "pincelada" humorística no texto, ironizando fatos e personagens (políticos, principalmente), pelas inadequações lingüísticas e também por suas atitudes. Desse modo, a imagem da ortodoxia purista do texto fica disfarçada e, assim, o leitor não sente o peso da autoridade do saber lingüístico-normativo e não a tem como pedante.

No dia 27/05/96, por exemplo, o colunista respondeu a questões formuladas por leitores de São Paulo, Campinas e Salvador sobre o sentido da dupla negação em português. O assunto surgiu a partir da observação da fala do porta-voz da República, Sérgio Amaral, que disse: "o Presidente não estimula qualquer iniciativa nesse sentido

(reeleição)". Os "consulentes" queriam saber se a dupla negação, como em lógica e matemática, significa uma afirmação. Diante disso, Josué Machado respondeu:

> "No latim também [a dupla negação significa afirmação], mas não em português. Nem em francês. Faz parte da sintaxe da nossa língua o reforço formado pela dupla negação. A língua é assim, que se há de fazer?
> (Folha de São Paulo -Dito e Escrito, 27/05/96)

Mais adiante, Josué Machado aproveita o exemplo de um dos leitores para comprovar que o uso de *qualquer* para reforçar uma negativa é, em português, "anglicismo triste", e cita:

> " 'I don't have any money in my pocket', exemplo do leitor Marden Ribeiro, traduz-se por 'Não tenho nenhum dinheiro (ou dinheiro nenhum) no bolso'. Ou 'não tenho dinheiro algum '. E não 'não tenho qualquer dinheiro'. Se não tem qualquer, tem algum. (Id.)

O colunista não considerou em nenhum momento da sua exposição o fato de esse ser um uso divulgado no português do Brasil, mas apenas o de ser um anglicismo, portanto, condenado. Depois de repudiar o qualquer com sentido de negação, passou a considerar o problema da dupla negação no português. E começou brincando:

> "A dupla negativa 'não tenho nenhum' afligiu alguns leitores. Um deles, Fredie Didier, chega a dizer que 'Não quero nada' significa que quero alguma coisa'.
> Por todos os ACMs! Brincadeirinha do Fredie.

> Isso só teria sentido se fosse dito por um daqueles políticos que dizem o contrário do que pretendem, todos sabem disso e ninguém estranha." (Id.)

O tom irônico e de brincadeiras continua, mesmo quando o colunista passa à última parte da exposição: a comprovação do uso, na literatura portuguesa do século passado (Castilho e Camilo) e na literatura brasileira (Machado de Assis e Rui Barbosa). O texto apresenta-se desta maneira:

> " 'Eu não quero nada' continua significando que não quero coisa nenhuma, neca, nonada, picas, como dizem pessoas rudes e registra o Aurélio. 'Não quero nada' é negativa perfeita e reforçada. Tem o sentido de não, no, non, no, non, non, nein, niet.
> Um patrício do Didier, Rui Barbosa, escreveu:
> 'Ninguém nunca jamais reconheceu...'
> ('Discursos e Conferências'.)
> O luso Castilho:
> 'De que nunca jamais foi nem sequer aberto.'
> Veja quantas negativas juntinhas e harmoniosas reforçando a idéia de negação.
> Machado de Assis:
> 'A agulha não disse nada.'
> 'A linha não respondia nada; ia andando.'
> Camilo Castelo Branco:
> 'Não há relação nenhuma entre sensibilidade moral e raízes capilares.'
> E Antônio Pereira Figueiredo, na Bíblia:
> 'A nós não é permitido matar ninguém'. (S. João, 18:31) (Serve para a polícia do Pará.)
> Pode-se encher o jornal de domingo com exemplos de dupla negação de autores variados, de Gil Vicente a Luíza Brunet, passando por todos os portugueses e brasileiros que usaram da pena com brilho. Seria quase tão agradável como ouvir a 'Voz do Brasil' ou o encantador horário político obrigatório." (Grifamos) (Id.)

Também respondendo à consulta, Josué Machado explica o problema da concordância verbal com verbo transitivo na voz passiva. O leitor pergunta se a frase: "Podem-se considerar o narcisismo e a vaidade como espécies de sensibilidade" pode ter o verbo no singular, entendendo-se que o verbo *poder* tem sujeito oculto. O jornalista responde à questão explicando que o "se" é partícula apassivadora e que "o narcisismo e a vaidade" são os sujeitos. Cita a análise lógica pela qual se interpreta o infinitivo "considerar" como sujeito e, portanto, o verbo poderia ficar no singular, mas acrescenta que falta naturalidade a essa interpretação, e conclui:

> "Essa é uma análise um tanto forçada, porque com o 'pode-se' no singular pode-se concluir também que o 'se' poderia ser sujeito — como o 'on' francês. Construção, portanto, mais francesa do que portuguesa. Não fica bem, embora defensável por especialistas mais tolerantes."

Mais uma vez nenhuma consideração ao *uso*, que já consagra a construção com verbo no singular, quando se considera o efeito de sentido de indeterminação do sujeito. Não há dúvida de que embora seja uma construção adotada pelo povo e já presente em jornais, ainda não tem prestígio para aparecer no discurso considerado culto. Sobre essa questão, BECHARA (1983b: 91) deixa claro que na língua padrão o verbo transitivo seguido de "se" está na voz passiva e, portanto,

concordará sempre com o sujeito. Não obstante, cita Martinz de Aguiar que traça a evolução do pronome "se", em estágios:

> 1º caso — pronome reflexivo — função inicial e própria do 'se' como em latim;
> 2º caso — pronome apassivador — o pronome indica atividade e passividade, sendo essa a mais marcada;
> 3º caso — pronome indeterminador do agente — o agente nunca foi expresso e, por isso, o 'se' acabou assumindo a função de indeterminador;
> 4º caso — pronome indeterminador de sujeito de verbos intransitivos;
> 5º caso — pronome indeterminador de sujeito de qualquer verbo.

Também quando fala de concordância verbal, BECHARA (op. cit.: 40) diz que se deve ter cuidado especial com a concordância do verbo acompanhado do "se" e sujeito plural posposto. Também nesse ponto, o autor dá a palavra a Martinz Aguiar que diz:

> " 'Vende-se casas e frita-se ovos são frases de emprego antiliterário, apesar da já multiplicidade de exemplos. A genuína linguagem literária requere vendem-se, fritam-se. Mas ambas as sintaxes são corretas, e a primeira não é absolutamente, como fica demonstrado [pela exposição dos casos acima citados], modificação da segunda. São apenas dois estágios diferentes da evolução. Fica também provado o falso testemunho que levantaram à sintaxe francesa, que em verdade nenhuma influência neste particular exerceu em nós.' (In.: Notas e Estudos de Português: 183)"

Esse uso, já em 1942, foi aceito por Martinz de Aguiar que entendeu necessário não somente comentá-lo, mas estudá-lo, para tentar uma explicação (que no caso foi a analogia). Também BECHARA o aceitou, ao citar Martinz Aguiar, sem contestá-lo.

Josué Machado poderia, se não fosse tão purista ortodoxo, discutir a questão sem interrompê-la, simplesmente com uma justificativa como: "Não fica bem, embora defensável por especialistas."

Também na coluna do dia 27/05, há outra consulta: Emílio Marco Antônio Maciel pergunta sobre a formação do plural da palavra "pôr-do-sol" e o colunista dá a sua lição: "nesse caso o verbo se substantiva e flexiona-se como qualquer bom substantivo". E completa:

> "Há uma regra que define o plural dos nomes compostos unidos pela preposição de: só o primeiro elemento vai para o plural: chefes-de seção, corações-de leão, deputados-de-araque, juízes-do-mato sem cachorro, pães-de-ló, senadores-de-francaria etc." (Id.)

Quando o colunista não responde a perguntas dos leitores, publica em sua coluna comentários lingüísticos sobre expressões observadas, vistas ou ouvidas, que despertem alguma curiosidade. Por isso, comentou, no dia 20/05/96, a legenda que leu em uma revista: "Há nove meses das eleições municipais, alguns nomes já começam a despontar nas principais capitais brasileiras" e fez muitas piadas para dar as regras: "o

redator sabe, é claro, que para eventos por ocorrer usa-se a preposição 'a', que o Criador criou para isso mesmo" e "sabe também, por certo, que o 'haver' impessoal foi feito para lembrar o passado".

O *Manual da Falta de Estilo*, também de Josué MACHADO (1994), é um livro de crônicas no estilo da publicadas na coluna "Dito e Escrito", elaboradas a partir do que ele chama "distrações" gramaticais de repórteres, redatores, locutores, analistas, comentaristas e políticos, esses em especial, todos como ele os denomina, seus colaboradores involuntários. O livro, como a coluna, traz um purismo ortodoxo escamoteado nas ironias e piadas que tornam agradáveis a lição gramatical baseada na norma prescritiva.

As crônicas são uma demonstração de como a assimetria do poder se pode exercer pela linguagem. Pelo conhecimento da gramática prescritiva o cronista fica na posição de quem detém o poder e os seus "colaboradores" ficam na posição de pobres coitados, ignorantes, porque não conhecem a sua própria língua. Nada além da norma prescritiva vale para os comentários. Se se estiver em desacordo com ela, está-se fora do mundo, da lógica. Assim, de outro modo, mas no fundo a mesma, volta a velha discussão sobre "o vernáculo".

Na crônica "Folias do Vernáculo", por exemplo, volta a discussão sobre *detalhe*, a propósito da expressão "pequeno detalhe", muito usada na imprensa. E diz o autor:

> Ocorre que *detalhe*, que alguns rejeitam por galicismo, já significa pormenor, minúcia, insignificância. Portanto, não vai bem com pequeno. Detalhe também aparece sempre acompanhado contraditoriamente pelo adjetivo *importante*, então correspondente a 'insignificância importante', idéia cheia de graça." (*Manual da Falta de Estilo*:53)

Nesse caso, o autor tenta assumir uma posição heterodoxa quando deixa implícito aceitar o galicismo que "alguns rejeitam", mas não admite a redundância. Ocorre que o uso consolidou a expressão *detalhe* não apenas com o sentido de "insignificância", mas com o sentido de "parte", e por isso, a lógica da locução "pequeno detalhe".

O tratamento irônico e picaresco empregado no comentário às questões gramaticais, aliados ao tom malicioso dos títulos e subtítulos ("Pronomes e Prazer"; "Com Areia Dói"; "Sons Despudorados"; "Questões de Sexo"; "Falsa Ereção") dão a impressão de que os temas serão abordados a partir de ponto de vista moderno e aberto. Mas isso é apenas uma estratégia, como na coluna jornalística, para tornar palatável o comentário lingüístico-normativo.

As considerações do autor sobre o uso objetivo da língua são contraditórios. Às vezes, quando é conveniente, porque as regras são fluidas, o uso é importante; outras vezes, quando se pode cercar uma questão com as regras, o uso é depreciado, o que caracteriza a posição heterodoxa. Sobre a colocação pronominal no português do Brasil, afirma:

> "O que todos sabemos é que nessa história o que mais importa não são as regras; o que rege a colocação pronominal é a freqüência de uso e sobretudo a *eufonia*, a sonoridade, a fluência da frase. O que significa que, em língua como em sexo, tudo é permitido, desde que ambos concordem, a língua e o sexo." (*Manual da Falta de Estilo*:80)

É claro que tudo isso foi dito depois de o autor ter dado muitas regras de como colocar o pronome, o que fez sob os subtítulos: "Atração e Repulsão", "A Melhor Posição" e "Que tal no Meio?", no melhor estilo apelativo para atrair o leitor.

Páginas adiante, na crônica "O Sexo das Palavras", quando discute a significação e o atual emprego de *bastante*, e diz que "bastante significa suficiente", critica o dicionário Aurélio por ter consignado *muito* como significado de *bastante*, seguindo o critério do uso, da freqüência, da tendência, e diz:

> "Quando for preciso quantificar ou fortalecer a idéia, o *bastante* não fica bem, embora o *Aurélio* até o registre como sinônimo de *muito*. *Mas o*

> *venerável Aurélio registrou todas as tendências, como já lembramos, um critério discutível, mas aceitável, pois quem faz a língua é o povo.* No entanto, como o jornalismo tem algum compromisso com a exatidão, seria bom tomar cuidado com a imprecisão em alguns casos dolorosos. É difícil que a pessoa esteja bastante doente. Será resfriado, cólera, Aids? Ou que a passeata decorria bastante pacífica, como anunciou o repórter de rádio. Não contente, repetiu: 'bastante tranqüila'.
> Seria um enterro bem comportado?"
> (Manual da Falta de Estilo: 97)

Nesse trecho, o critério do uso é considerado duvidoso, impreciso, e não importa ao autor ir de encontro à quase totalidade de textos orais e escritos que trazem o *bastante* na acepção de muito. Esse é exatamente o mesmo caso da luta dos puristas do começo do século que bradavam contra o emprego de, por exemplo, *sucesso*, na acepção de *êxito* e não de acontecimento; ou de *através,* na acepção de *por meio de,* pois, como é notório hoje, o uso consagrou essas acepções.

O *através* ainda é assunto de metalinguagem, e o próprio Josué Machado fala dele na crônica "O Através e a Trombeta". Nesse texto, o autor parte da sempre repetida frase "a declaração do presidente foi feita através do porta-voz" e reclama:

> "Para o presidente falar através do porta-voz dele terá de fazer um orifício no pobre cidadão que porta a voz dele, porque a locução prepositiva através de tem sentido de transpassagem, de travessia. (...)

> O uso de 'através de' como indicador do agente da voz passiva, como no caso do porta-voz, comprova certo descuido. Já que convém colocar as palavras nos lugares certos, como tudo o mais, é bom notar que em construções como as seguintes, todas muitos freqüentes, o 'através de' está mais perdido do que a Justiça em relação aos ladravazes da política e do colarinho branco." (Ib.:60)

O "tom" do livro de MACHADO (op. cit.) é sempre o mesmo: ironias e críticas mordazes dirigidas a todos os que "escorregam" na norma gramatical. O interessante, no entanto, é notar que a primeira crônica traz o título "O por quê deste Livro", com o *porquê* separado e, por isso, o autor encartou uma espécie de *errata* disfarçada, que traz até a figura da capa do livro, com o seguinte teor:

Comédia de erros

Sábio leitor, você estará rindo e perguntando a seus zíperes ou elásticos por que 'O por quê deste livro' e não 'O porquê deste livro' como título dos prolegômenos da página 7 e do 'Índice'. Ignorância? Distração? Coisa de computador maldomado? Teste insidioso para o leitor? Você jamais saberá.

Confirme o uso ilustrado de 'porque, 'por que' e 'porquê' na página 17 ('Com areia, dói') e seja tolerante porque (numa palavra só, sem circunflexo) a vida é assim.

O autor

Na página 17, depois de contar suas piadas envolvendo políticos, conclui:

"1. Não basta haver ponto de interrogação na frase para que se separe o *porquê*.
2. *Porque*, *por que* e *que* vêm em camas separadas:
a) quando se subentende a palavra motivo: 'eu sei *por que* (motivo) o Quércia é assim: porque Deus é bem-humorado'.

b) Quando equivaler a *pelo qual, pela qual, pelos quais, pelas quais*. 'Os caminhos *por que* passa a política são enlameados."

O item 1 poderia ser o álibi do autor, mas a frase precisaria ser uma interrogativa indireta, e esse não é o caso. Isso nos faz lembrar da crônica de Monteiro Lobato, O Colocador de Pronomes, em que a personagem principal, Aldovandro Cantagalo, depois de gastar todas as suas economias na publicação de um livro sobre colocação pronominal, morre ao abrir um dos mil livros já impressos e se deparar com a frase "daquele QUE SABE-ME as dores", a dedicatória que havia cuidadosamente redigido em homenagem a Frei Luís de Sousa "À memória daquele que me sabe as dores — O Autor" e que o tipógrafo "empastelou". No caso presente talvez tenha sido "o tipógrafo", como o autor sugeriu, jamais saberemos... O certo é que o "tom" do livro salvou o autor que pôde encarar humoristicamente o próprio erro. Grande saída! E, assim, mais uma vez fica comprovada a frase de Rui Barbosa: "Não há escritor sem erros."

5 *Os "manuais de redação" jornalísticos e o purismo*

Os manuais de redação dos jornais são uma tentativa de apresentar objetivamente ao jornalista, em particular, ou ao leitor, em geral, normas editoriais do jornal, procedimentos quanto à abordagem e elaboração da notícia e, também, normas gramaticais. Neste trabalho, o nosso interesse recai sobre essa última parte.

Como informa a FOLHA (1994), os "manuais de estilo" dos jornais existem desde a década de 20, época em que traziam apenas as normas gramaticais e estilísticas, baseadas estritamente na língua literária, a serem obedecidas no jornal. Os novos manuais têm configuração diferente, por tratarem de assuntos que dizem respeito ao funcionamento do jornal como um todo e não apenas, como antes, dos procedimentos lingüísticos.

Quanto a esses, os manuais da atualidade pretendem que sejam abordados com menor rigor em relação ao emprego das citações da língua literária, consignadas na gramática prescritiva. No entanto, tal objetivo não é plenamente alcançado, porque não se conseguiu encontrar um ponto de equilíbrio entre as posturas inovadora e conservadora. Portanto, ora o texto é rigoroso quanto ao emprego de

regras próprias da língua literária, ora é tendencioso quanto ao emprego da norma da linguagem coloquial.

Essa tendência da "nova geração" de manuais de estilo se faz sentir também fora do Brasil. Na Espanha, por exemplo, há o *Libro de Estilo de Telemadrid* (1993), organizado em três capítulos, sendo o primeiro destinado à apresentação das normas profissionais; o segundo às normas de estilo, "especialmente as que se referem ao uso correto da sintaxe e do léxico"; e o terceiro, aos apêndices para solução de dúvidas e um dicionário de termos técnicos. Vale registrar ainda que, segundo informações constantes no próprio *Libro da Rádio Televisão Madrid* (RTVM), esse foi o primeiro manual de estilo espanhol a se preocupar com a língua falada.

Na elaboração do manual, trabalhou uma equipe de especialistas coordenados pelos professores Ramón Sarmiento González, titular de Filologia Espanhola na Universidade Autônoma de Madri, e José Fernández Beaumont, professor de Comunicação Audiovisual e Publicidade na Faculdade de Ciências da Informação, da Universidade Complutense de Madri. Os dois grandes objetivos a que visa alcançar o *Libro* são a melhoria da qualidade dos serviços profissionais do canal de televisão e a correção lingüística.

A natureza híbrida dos manuais de redação suscitaram dos autores do *Libro de Estilo* um comentário que se coaduna com os manuais brasileiros. No Prólogo, o presidente da Rádio Televisão Madri (RTVM) afirma:

> "Se ha dicho que los manuales de redacción o libros de estilo non son ni gramáticas ni diccionarios ni simples copias de las normas de la Real Academia. Es verdad, pero non debe desdeñarse esta perspectiva, indispensable para cimentar la personalidad de la cadena sobre el uso correcto del idioma, primer indicador de calidad de un medio de comunicación." (Op. cit. 18)

Exatamente por isso, os manuais misturam posturas: em certos aspectos são liberais e aceitam coloquialismos, em outros, são tradicionais e rejeitam usos muitos difundidos na língua falada e escrita padrão, o que caracteriza a incoerência das normas apresentadas nesses manuais. Note-se que no *Libro de Estilo de Telemadrid*, capítulo *La lengua estándar y el estilo*, há um discurso lingüístico que, se seguido, não teria dado margens a esse tipo de problema. Os autores começam pelo tratamento das funções da linguagem e das dimensões sociolingüísticas (emissor, receptor, contexto) do discurso jornalístico. Esclarecem, então, quanto à função, que a linguagem jornalística é eminentemente referencial e, quanto às dimensões, dizem não haver nem emissor nem receptor real, mas potencial; o emissor é apenas um intermediário entre a notícia e o

receptor; já o receptor é um leitor ideal, não pertencente a um nível sociocultural nem muito alto nem muito baixo. Em relação ao canal (rádio, TV ou imprensa escrita), os autores dizem que esse, juntamente com o receptor, condiciona a linguagem da mensagem. Finalmente, a própria mensagem impõe condições, pois há certas notícias mais adequadas para o rádio, outras para a TV e outras para a imprensa escrita, jornal ou revista.

Ainda de acordo com o *Libro*, a observação a todas essas características permite que a linguagem jornalística cumpra rápida e eficazmente seu objetivo: transmitir informações. Para torná-lo viável, a linguagem dos periódicos traz, muitas vezes, neologismos, barbarismos e solecismos. Mesmo assim, esse tipo de linguagem não pode ser transgressora da norma; ao contrário, precisa estar de acordo com o padrão culto da língua.

Esse é o ponto do conflito: a linguagem precisa ser renovadora para atingir os leitores, mas tem de ser conservadora para não os desagradar. Essa parcialidade diante do receptor está refletida nos manuais.

O *Libro* traz também um subitem intitulado *La norma y los estilos*. Em primeiro lugar, discute-se o problema da variedade lingüística, quando

se esclarece a importância, para o emissor e receptor, da atenção aos dados contextuais ao se elaborar a mensagem:

> "Se entiende por variedad estilística la elección de la forma lingüística adecuada al oyente, en consonancia con la materia y apropriada a la finalidad de la comunicación. (...) Por consiguiente, resultaría socialmente afuncional expresarse en un estilo único". (Op. cit.:113)

Depois disso, há o reconhecimento de que a norma prescritiva é apenas uma entre as várias existentes e que, portanto, a mensagem tem de estar de acordo não somente com outras normas, além da gramatical, que levam à "corrección sociolingüística, esto es, su adecuación al oyente, a la modalidad del código y la materia o tipo de mensaje."

Todos esses princípios teóricos fazem criar a expectativa de que os temas sejam abordados em consonância com eles. No entanto, isso não ocorre e até o capítulo dedicado à língua oral não apresenta outra coisa senão o tratamento normativo tradicional da linguagem, na base do "correto/incorreto", segundo preceitos da Real Academia. O primeiro assunto analisado é a prosódia, para abordar os principais vícios de pronúncia.

Damos a seguir um exemplo de como os fatos de língua em uso são expostos no *Libro*, para que se tenha idéia de como o purismo ortodoxo é presente no manual:

> "3. 2. 6 Pronunciación de la [-d] como [z] y omisión incorreta
>
> | | | |
> |---|---|---|
> | Correcto | Vulgar | Vulgar |
> | Valladolid | Valladoliz | Valladolí |
> | salud | saluz | salú (...)" |

No capítulo relativo ao *Diccionario de Dudas de la Lengua Oral,* a filosofia é a mesma. Logo na introdução do capítulo, por exemplo, podemos ler:

> "Bajo este epígrafe se recoge un repertorio de palavras que son frecuentemente mal utilizadas en la práctica diaria de los informativos."

De acordo com essa idéia, os verbetes estão apresentados deste modo:

> "a base de. Es una locución prepositiva, que significa que algo es tomado como base, fundamento o componente principal de una cosa, como en:
>
> *Lo superó todo a base de una tremenda voluntad.*
>
> Sin embargo, se confunde frecuentemente con en base a, acepción tomada del inglés."
>
> remarcar. Es un galicismo. El DRAE sólo lo documenta con el significado de volver a marcar.
>
> Incorreto:
> Andrés ha querido remarcar...
> Correto:
>
> Andrés ha querido destacar (resaltar)..."

DIAS (1994:34-40) teceu considerações sobre a questão do purismo gramatical no contexto dos manuais de redação dos dois principais jornais de São Paulo, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, e chegou a três conclusões: 1. que os autores dos manuais não têm suporte técnico-científico para discutir problemas lingüísticos como o da norma e variação lingüística; 2. que os manuais divulgam filosofia discutível, quando não pretensiosa, sobre a língua; 3. que a "preocupação dos jornais de 'ensinar' a língua culta à comunidade, acaba por conduzir os manuais a posições nem sempre sustentáveis, em razão das leis socioculturais que presidem ao fenômeno da variação lingüística."

O *Manual de Redação e Estilo*, de *O Estado* de São Paulo, foi escrito por Eduardo Martins, jornalista e assistente de redação do jornal, que teve a colaboração do filólogo Celso Cunha e da professora Flávia de Barros Carone. O objetivo do livro é dar aos jornalistas de *O Estado* "de modo ordenado e sistemático, as normas editoriais e de estilo" adotadas pelo jornal. A pretensão do livro, porém, extrapola os limites da redação do jornal e, como diz o autor, pode ser eficiente para todos quantos precisem de um instrumento que auxilie a escrever com regularidade.

O *Manual de Redação* de *O Estado* é também dividido em três partes: a primeira, "*O Texto e a Edição no Jornal*", trata das normas editoriais; a segunda, "*Normas Internas e de Estilo*", que ocupa a parte central do livro (e também a mais extensa), traz os "princípios necessários para a uniformização do texto do jornal" e normas gramaticais e ortográficas; a terceira, "*Escreva Certo*", é um vocabulário, com objetivo de apresentar a grafia correta de um sem número de palavras.

As normas internas e de estilo apresentadas pelo manual de *O Estado* não fogem à regra da confusão existente nesse tipo de obra quanto ao tratamento do uso da língua. Isso ocorre porque a linguagem do jornal deve estar mais perto da realidade lingüística contemporânea, para permitir uma leitura rápida e fácil. A medida entre o moderno e o tradicional, no entanto, nem sempre é fácil de ser determinada. No caso de *O Estado*, a opção pela tradição está posta claramente logo na introdução, quando o, então, diretor de redação, Augusto Nunes, diz:

> "Habituado a conciliar harmonicamente a tradição e a modernidade, síntese que ajuda a explicar o vigor exibido aos 115 anos de existência, o *Estado* tem consciência de que um idioma vivo, como o Português, está sujeito a mudanças influenciadas pelos novos tempos — e é compreensível que tais mudanças ocorram com velocidade ainda maior na linguagem jornalística. Mas o Estado recusa a tese segundo a qual o empobrecimento da língua é uma imposição da vida contemporânea e rejeita a falácia que considera prerrogativa de pedantes o uso de repertórios vocabulares menos miseráveis.

> Não poderia ser outra a posição de um jornal que sempre conduziu, entre tantas outras bandeiras, a da preservação a qualquer preço da cultura nacional. E que, entre outros tantos feitos, se confunde com as origens da Universidade de São Paulo."

Os verbetes refletem bem essa posição, pois na maioria absoluta dos casos rejeita as tendências da língua em uso. Desse modo, a descrição dos verbetes é predominantemente tradicional, como os seguintes:

> "Assistir. 1 - No sentido de presenciar ou comparecer, exige sempre a preposição a.: Assisti ao jogo. / Mais de 300 pessoas assistiram à inauguração do teatro. / (...)
>
> 'Em função de'. Os dicionários não registram essa expressão. Substitua-a por em virtude de, em conseqüência de, por, por causa de ou equivalente.
>
> Em termos de. Modismo. Evite.
>
> 'Enfocar', 'enfoque'. Palavras vetadas. Use focalizar, examinar, analisar, versão, interpretação, explicação.
>
> 'Viabilizar'. Forma vetada. Use tornar viável."

A colocação de pronomes, "calcanhar de Aquiles" do tradicionalismo, tem tratamento diferenciado em relação aos demais assuntos e é um dos pontos em que há heterodoxia. Em primeiro lugar, há a exposição das regras da colocação do pronome em próclise, ênclise e mesóclise; depois, a opção de *O Estado* quanto ao uso dos pronomes átonos. No final do verbete, lemos, então, o seguinte quanto ao tema:

- No *Estado*

> O *Estado* aceita o uso, no noticiário, do pronome oblíquo *antes* de um verbo, *mesmo que nada o atraia*, e admite também que ele seja *colocado entre dois verbos*, sem necessidade de se ligar por hífen ao primeiro deles. Trata-se de uma característica do português do Brasil que não é mais possível ignorar: *Os caminhoneiros se puseram em fila./ Os filhos lhe pediram licença para sair. (...)*

Quanto a outros exemplos de purismo heterodoxo há os do emprego de *em com gerúndio, regência indireta de esquecer* ou *ganho* por *ganhado*, com ter e haver:

> "Em com gerúndio. Evite as formas em se tratando de, em me vendo chegar, em sendo eleito, em conquistando o governo, etc. *Proceda da maneira mais usual*: tratando-se de, vendo-me chegar, sendo eleito, conquistando o governo. E seja sempre comedido ao recorrer ao gerúndio.
>
> Esquecer. Regências. 1 - (...) 3 - *Modernamente já se admite a forma esquecer de:* esqueceu de fazer o trabalho. / Esqueceu dos amigos. (...)
>
> Ganho. Use *ganho* tanto com ser e estar quanto com *ter e haver*: O jogo foi ganho no primeiro tempo / O time havia ganho a oitava partida seguida. *Ganhado já é de uso raro, mesmo com ter e haver.*"

O *Manual da Redação* (1994) da Folha de São Paulo explicita a preferência "pela linguagem simples admitida pela norma culta" . No entanto, não há definição do que a Redação da Folha entende por

norma culta, tampouco do que se pode entender por "linguagem simples" nesse contexto. Conseqüentemente, o texto do *Manual da Redação* não apresenta firmeza de posição quanto ao uso lingüístico que adota, o que pode levar o usuário mais exigente a desconfiar das informações contidas no livro.

No verbete *linguagem coloquial*, há a reafirmação da fragilidade da posição da **Folha** quanto à atitude lingüística a ser adotada. O critério do jornal é utópico: adotar linguagem coloquial sem "erros gramaticais". Vemos aqui, mais uma vez, a falta de base teórica do Manual na confusão dos planos normativos da língua: na linguagem coloquial, cotidiana, a norma é sempre implícita e as noções de certo / errado referem-se ao que é ou não *normal* nesse nível de linguagem[91]. A noção de "erros gramaticais", ao contrário, é referente ao que é *normativo*, mas nem sempre obedecido pela comunidade de falantes em certas situações de comunicação e, nem por isso, essas transgressões podem ser consideradas erradas pelos falantes. Exatamente por isso, tomar expressões da linguagem coloquial e confrontá-las com a norma prescritiva, redunda no tipo de observação vista na maioria dos verbetes relacionados: *evite, não existe, não use...*

[91] Segundo CUNHA (s.d.), normal é o que a comunidade efetivamente realiza; e normativo é o que está previsto na gramática prescritiva. Ver Também ALÉONG (s.d.).

porque nem todas as expressões coloquiais são reconhecidas como "boas" na gramatica tradicional.

> "linguagem coloquial — O texto de jornal deve ter estilo proximo da linguagem cotidiana, mas sem deixar de ser fiel à norma culta, evitando erros gramaticais, gíria, vulgaridade e deselegância.
>
> Escolha a palavra mais simples e a expressão mais direta e clara possível, sem tornar o texto impreciso. Palavras difíceis e construções rebuscadas dificultam a comunicação e tornam o texto pedante: *Ele não sabe quanto saiu a compra* é melhor que *Ele não dispõe dos custos exatos da transação comercial.*" (Manual da Redação)

Não há, em relação ao português do Brasil, ainda, descrição gramatical completa da norma culta em uso, mas o próprio manual sugere algumas diferenças[92]. Se está recomendado não se usar, por exemplo, "a nível de", por "em nível de", fica subentendido ser aquele um uso freqüente também por jornalistas que, em tese, são usuários da norma culta. Entre outros, há verbetes como os seguintes, que são de purismo bem ortodoxo em relação ao uso atual da língua:

> "a cores — A TV é em cores e não a cores.
> aficionado — Não existe aficcionado.
> além disso/além do que — Evite. Em geral pode ser substituído por *e* ou por um ponto. O tenor italiano Ado Coffo exigiu duas geladeiras e sauna no quarto do hotel. Além disso, determinou que três presuntos de Parma fossem fornecidos a cada dia. É melhor escrever:

[92] O Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta (PROJETO NURC/SP - Núcleo USP) tem procedido a estudos sobre o discurso oral culto da cidade de São Paulo. Para resultados, consulte PRETI (1996)

O tenor italiano Ado Coffo exigiu duas geladeiras e sauna no quarto do hotel e determinou que três presuntos de Parma fossem fornecidos a cada dia. Veja conjunção

a meu ver — É errado escrever ao meu ver. O certo é a meu ver: A meu ver, este assunto está encerrado.

a nível de/em nível de — A expressão ao nível de significa na mesma altura de: ao nível do mar. É errado usar ao nível de significando em termos de ou no plano de: A nível federal, o governo agirá; isso não está ao nível da nossa amizade. O certo seria: em nível federal; no nível da nossa amizade. Apesar de aceitável, evite a expressão, já desgastada pelo uso abusivo.

ao contrário/diferentemente — Erro muito comum, sobretudo na seção Erramos. Ao contrário significa ao invés, exige uma oposição entre dois termos: Ao contrário do que a Folha publicou na edição de ontem, o piloto André Moron morreu no acidente, e não saiu ileso. Sair ileso opõe-se a morrer. Diferentemente é o mesmo que em vez de. Não requer oposição entre dois termos: Diferentemente do que a Folha publicou na edição de ontem, o piloto André Moron perdeu as duas pernas no acidente, e não apenas uma. Não há oposição entre perder uma ou duas pernas.

ao invés de/em vez de — Ao invés de significa ao contrário de: Ao invés de bater, o lutador apanhou. A expressão serve para mostrar a oposição entre dois termos. Não confunda com em vez de, que é em lugar de: Em vez de baixar a portaria, o governador se reuniu com a bancada. É portanto errado escrever: Ao invés de baixar a portaria, o governador se reuniu com a bancada.

aonde — Não é sinônimo de onde. Use apenas com verbos de movimento, regidos pela preposição a, como ir e chegar: Ele vai aonde quer e nunca Estava em São Paulo, aonde jogou uma partida.

ao passo que — Evite. Na maioria das vezes pode ser substituído por enquanto. Veja conjunção.

a par/ao par — Estar ciente de alguma coisa é estar a par: José estava a par do que acontecia. A locução ao par só se usa em relação a câmbio: O dólar está ao par do cruzeiro. De qualquer forma, evite esse jargão econômico." (Manual da Redação)

Em outros casos o jornal aceita o uso não-prescritivo. Os verbos *assistir* e *visar*, por exemplo, já podem ser usados no jornal do modo como empregado na linguagem coloquial:

"assistir No sentido de estar presente, comparecer, ver pode ser transitivo direto (uso coloquial) ou indireto (norma culta): assistir televisão; assistir ao balé. No sentido de prestar assistência é sempre transitivo direto: O médico assistiu o doente.

visar — No sentido de aspirar ou de ter por objetivo, é transitivo indireto, mas já se aceita a regência direta: visar ao cargo ou visar o cargo; visar ao bem público ou visar o bem público. Mas atenção: no sentido de dirigir a vista para ou de dar visto em, é sempre direto: visar o alvo; visar o cheque." (Manual da Redação)

Outro exemplo da flexibilidade do jornal quanto à aceitação da norma objetiva, culta, é o uso do *através*, hoje muito empregado em lugar de *por*, ou como introdutor de agente da passiva. A Redação sugere um aproveitamento parcial do uso: aceita-se o emprego do *através* em lugar de por, mas ainda não o através introdutor do agente da passiva. Assim se apresenta o verbete:

> "através — Embora muitos gramáticos condenem, a palavra através, que originalmente significa de lado a lado, transversalmente, é cada vez mais usada no sentido de por. Assim, um jornalista pode fazer revelações através do jornal, mas a revelação não pode ser feita através do jornalista. Em outras palavras, através não pode ser usado para introduzir o agente da passiva, que em português se constrói com por ou de."

A colocação dos pronomes átonos é outro ponto da posição heterodoxa do Manual da Folha. Baseando-se em critério fonético, afirma a diferença de uso existente entre o português de Portugal e o do Brasil, mas ainda recomenda atenção quanto às "palavras atrativas" que exigem próclise. Desse modo, o assunto é exposto da seguinte maneira:

> "colocação de pronomes — Este é um capítulo da sintaxe em que as gramáticas não concordam. A maior parte da confusão vem do fato de que os pronomes oblíquos (me, te, se, lhe, o, a, nos, vos) são pronunciados de forma diferente em Portugal e no Brasil. Jamais ocorreria a um português, por menos instruído que fosse, dizer: Me parece que. O *e* do *me* praticamente não é pronunciado em Portugal e assim o me antes do parece formaria um encontro consonântico de difícil pronúncia: m'p'rece q'. No Brasil, os pronomes oblíquos têm uma pronúncia mais acentuada. Já deixaram de ser átonos e caminham em direção ao tonalismo; hoje são semitônicos.
>
> Até que esses pronomes se tornem de fato tônicos, adote as seguintes normas:
>
> a) Próclise (pronome antes do verbo) — Dê preferência a este caso. É o mais próximo da linguagem coloquial do Brasil e na maioria dos casos não fere demais a norma culta: Eu o vi; Ele se informou são mais eufônicos no Brasil que Eu vi-o; Ele informou-se. A próclise é obrigatória na

> norma culta quando ocorrem certas palavras que têm uma espécie de poder atrativo: partículas negativas (não, ninguém, nada etc.), pronomes relativos (que, o qual, quem, quando, onde etc.), indefinidos (algum, alguém, diversos, muito, tudo etc.), advérbios e conjunções (como, quando, sempre, que, já, brevemente, aqui, embora etc.);
> b) Ênclise (pronome depois do verbo) — Use-a para evitar começar frase com pronome. É também comum com infinitivos, em orações imperativas ou com gerúndio. Na norma culta, prevalece sobre a próclise se não houver partícula que atraia o pronome. Não pode ser usada com futuro do presente ou do pretérito;
>
> c) Mesóclise (pronome no meio do verbo) — Evite ao máximo. Na norma culta substitui a ênclise em verbos no futuro do presente ou do pretérito: Dir-lhe-ei; Fá-lo-ia." (Manual da Redação)

Como se pode observar, não é fácil romper a tradição da língua, mesmo quando há contra ela uma força intensa como a do uso efetivo. Numa época como a que vivemos, em que o moderno se sobrepõe ao antigo, não é possível — mesmo em se tratando da língua, área para a qual, como disse MAURAIS (1985) parece não haver espaço para a democracia — a prática exclusiva do purismo ortodoxo.

Muitos usos praticados nas normas implícitas, informais, cada vez mais adotados pela sociedade, alcançam a norma culta formal, ganham espaço, ficam resistentes aos combates ortodoxos e conquistam lugar na língua escrita. A única saída é a tolerância, a aceitação. Essa é

característica do purismo praticado nesse período, o purismo heterodoxo, como demonstramos ao longo desse capítulo.

Considerações finais

Este trabalho visou a demonstrar ser o purismo lingüístico um fato que acompanha o desenvolvimento da linguagem e que se apresenta com diferentes configurações a partir da concepção de língua em vigor.

A análise do purismo como fenômeno lingüístico revela uma atitude do homem perante a língua. Para captarmos essa atitude em sua inteireza, observamos a metalinguagem — produzida por filólogos, gramáticos, literatos, críticos literários, estudiosos e usuários — representativa das várias fases por que passou o português do Brasil. Em cada uma há uma atitude diferente, condicionada por fatores sociopolíticos, que se mostra na luta entre a norma culta objetiva e a prescritiva.

Como vimos, o purismo lingüístico da língua escrita formal culta é relacionado à norma prescritiva. Em primeiro lugar, há o reconhecimento da tradição, quando há a luta pela manutenção da norma prescritiva,

baseada nos textos clássicos. Depois, pela afirmação da nacionalidade brasileira, vigora a luta contra a norma prescritiva, que não representa a cultura nacional. Por último, há uma atitude de aparente descaso diante dessa norma, pelo reconhecimento da funcionalidade da variação lingüística. Observamos que em todas as fases existe uma tradição e ela é o centro do problema na constituição do purismo.

Nesse caso, predomina a prescrição. Talvez essa preocupação com a norma prescritiva seja explicada pelo que diz FRANÇOIS (1979:88): "Diante, ao mesmo tempo, da atração pelos problemas lingüísticos e da sua dificuldade, decisões radicais do tipo *dites, ne dites pas* talvez representem o refúgio mais fácil, a maneira mais cômoda de se ter o domínio de uma língua e, inclusive, isso talvez tenha fixado mais profunda e universalmente a atitude prescritiva." Mostramos que o purismo surge quando há um confronto entre uma norma tradicional e uma objetiva. No caso do discurso escrito formal, como é o caso do que analisamos, a tradição é na norma prescritiva.

A intuição do usuário a respeito dessa característica conservadora do purismo faz com que, hoje, o *purismo* seja rejeitado. Poucas pessoas, atualmente, admitem ser puristas, porque a idéia de purismo está

associada a uma certa postura ideológica perante a língua. Na linguagem comum, *purismo* significa simplesmente o exagero da vernaculidade e representa uma atitude de preconceito diante da evolução natural da língua.

Nosso trabalho procurou provar que o purismo é um fenômeno lingüístico e como tal existe e se manifesta em todas as épocas. Podemos dizer que ele é um efeito da natureza funcional da linguagem. Isto é, se a língua é um instrumento de comunicação, um bem comum, todos os usuários são seus depositários e atribuem-se o direito de cuidar dela FRANÇOIS (op. cit.:87). Desse modo, até hoje, quando o tema *purismo* parece estar ultrapassado, mostramos que ele existe e persiste.

A persistência do purismo no português do Brasil é clara. Em primeiro lugar, no começo do século, as polêmicas lingüísticas revelam ter vigorado naquela fase a certeza de que a língua portuguesa devia ficar fixada no período clássico, tido como o de maior esplendor e beleza. A língua era conhecida como um organismo que nascia, evoluía e morria. Portanto, tendo esse organismo alcançado a fase de maior desenvolvimento na cadeia evolutiva, cumpria cuidar dele, o que consistia em preservá-lo de "influências nefastas" que o iriam corromper até levá-lo à morte. Assim,

não se admitiam interferências de palavras estrangeiras, nem de palavras novas ou velhas. As palavras estrangeiras, especialmente francesas, representavam o perigo de transformar a língua, descaracterizá-la. As novas, desprestigiadas, eram negadas por desviarem a língua do caminho da perfeição. As velhas eram rechaçadas por fazerem parte de uma fase mais pobre da formação da língua. Enfim, tudo, no fundo, levava a um só caminho: preservar a tradição clássica do português. O purismo ortodoxo foi praticado para se alcançar esse objetivo.

Na fase seguinte, há outro tipo de preocupação. É preciso registrar, no entanto, que essas mudanças não acontecem sem conflitos. A metalinguagem registra as incertezas causadas pelas transformações sociais e científicas. Assim, o discurso de Monteiro Lobato revela, quanto à língua, a incerteza entre o evolucionismo e o sociologismo, demonstrada ora no apego, ora na negação da norma prescritiva.

A análise da metalinguagem praticada nessa fase mostrou que a atitude de Mário de Andrade perante a língua portuguesa do Brasil foi bem diferente daquela de Lobato. Mário estava influenciado pelas teorias antipassadistas européias. No Brasil, a negação do passado levou à afirmação da nacionalidade, o que implicou romper o artificialismo da língua escrita,

calcada na norma portuguesa, sem concessões a usos brasileiros. Como procuramos ressaltar ao longo do terceiro capítulo, Mário de Andrade tinha consciência de que sua linguagem não era a reprodução do uso lingüístico popular, mas uma estilização, embora inspirada em palavras e estruturas colhidas da boca do povo. Além disso, tinha consciência dos exageros que cometeu para "forçar a nota", abrir a crise, fazer os brasileiros refletirem sobre sua condição lingüística e, sobretudo, dar coragem para que se começasse a levar para o papel uma linguagem menos distante da realidade lingüística nacional. Por isso, consideramos essa a época do início da prática do purismo nacionalista.

Embora criticado, Mário de Andrade alcançou seu objetivo. A língua portuguesa do Brasil depois do Modernismo não é mais a mesma. A metalinguagem dessa fase revela que o estigma passou a estar na imitação do uso lingüístico dos clássicos que, para essa sincronia, começou a ser visto como pedante e complicado. Nesse período, solidificou-se o uso brasileiro e fez-se também uma metalinguagem purista que o consagrou, trabalhando no sentido de preservá-lo.

Em todas as fases, todavia, a força da tradição se fez sentir. No quinto capítulo, por exemplo, demonstramos que, embora haja, nos tempos

atuais, mais liberdade em relação ao uso da língua, há também uma força conservadora. Por isso, convivem, nas redações dos jornais, a linguagem livre das matérias jornalísticas e os Manuais de Redação, que trazem normas tradicionais e visam a regular esse tipo de linguagem, tentando preservar usos que insistem em desaparecer. Pode-se dizer, assim, que há hoje um fluxo inovador, representado pela atualização da língua padrão adequada ao uso brasileiro, e um refluxo conservador, representado pela resistência a alguns desses usos. Pratica-se, desse modo, o purismo heterodoxo.

O purismo é, pois, no contexto geral da língua, um fato. Um dos fenômenos que atuam no sentido da preservação de normas tradicionais e, portanto, persistente, embora com configurações diferentes em todas as fases por que passa a língua. Por isso, podemos dizer que tem razão ROSENBLAT (1989:XXIX) quando afirma:

> "La conservación es la gran fuerza cohesiva del idioma. Si nosotros estudiamos cuatro mil años de historia lingüística indo-europea, nos impressionará todo lo que se ha mantenido invariable. Pero, siempre, frente a la conservación, se abre paso la innovación."

Referências Bibliográficas

1 *Obras de Lingüística, Filologia e Gramática:*

AITCHISON, Jean. *El Cambio en las Lenguas: ¿ progreso o decadencia?* Trad. espanhola por Ladislao Castro Ramos y Vicente Forcadeli Durán. Barcelona, Editorial Ariel, 1993.

ALÉONG, Stanley. Normes Linguistiques, Normes Sociales, une Perspective Antropologique. In: BEDARD, Edith et MAURAIS, Jacques. *La Norme Linguistique*. Paris / Conseil de La Langue Française : Éditions le Robert, s.d.

ALI, Said. *Dificuldades da Língua Portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

ALMEIDA, Maria José de. *Étude sur les Attitudes Linguistiques au Bresil*. Thèse présentée a la Faculté des Études Superiores, Université de Montreal (xerox).

ALMEIDA, Napoleão M. de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 32 ed. São Paulo : Saraiva, 1983.

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Rio de Janeiro : Ediouro, s/d. (Texto cedido pela Difusão Européia do Livro, publicado na coleção Clássicos Garnier).

_____. *Retorica*. Madrid : Centro de estudios Constitucionales, 1990.

ARAÚJO, Murilo. *Quadrantes do Modernismo Brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro : Livraria São José, 1972.

AUROUX, Sylvain. *Lois, Norme et Regles*. Histoire, Épistémolgie, Langage. 13/1/91.

BACK, Eurico. *Fracasso do Ensino de Português: proposta de solução*. 2 ed. Petrópolis : Vozes, 1987.

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo : Hucitec, 1988.

_____. *Estética da Criação Verbal*. Trad. do francês por Ermantina Galvão Gomes Pereira; rev. Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BALLY, Charles. *El Lenguage y la Vida*. Buenos Aires : Editorial Losada, 1941.

BARBADINHO NETO, Raimundo. *Tendências e Constâncias da Língua do Modernismo*. Rio de Janeiro : Acadêmica, 1972.

BARBOSA, Rui. *Réplica do Senador Rui Barbosa às Defesas da Redação do Projeto da Câmara dos Deputados*. 2ª tiragem inteiramente correta. Separata das Pandectas Brasileiras: dezembro de 1902.

_____ *Escritos e Discursos Seletos*. 2 ed. São Paulo : Aguilar, 1966.

_____. *Obras Completas de Rui Barbosa: Réplica.* Vols. XXIX e XXX, 1902, Tomos II e III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1953.

BARRETO, Mário. *Fatos da língua Portuguesa.* 2 ed. Rio de Janeiro : Organização Simões, 1954.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria do Discurso: fundamentos semióticos.* São Paulo : Atual, 1988.

_____. A Respeito do Discurso Oral Culto: definições e imagens. In. PRETI, Dino (org.) *O Discurso Oral Culto.* São Paulo : FFLCH/USP, 1996 (no prelo).

BARROS, João de. *Gramática da Língua Portuguesa.* 3 ed. org. por José Pedro Machado. Lisboa : Sociedade Astória, 1957.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa.* 28 ed. São Paulo: Nacional, 1983.

_____. *Lições de Português pela Análise Sintática.* 12 ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1983.

_____. *Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?* 2 ed.São Paulo : Ática, 1985.

BÉDARD, Édith e MAURAIS, Jaques. *La Norme Linguistique.* Québec / Conseil de la Langue Fraçaise et Paris : Éditions le Robert, s.d.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral II.* Trad. Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP : Fontes, 1989.

BERNSTEIN, B. Social Class, Language and Socialization. In: GIGLIOLI, Pier Paolo (org.). *Language and Social Context*. London/New York : Penguin Books, 1990. [1ª ed. 1972]

BEZERRA, Antônio Ponciano. *Norma e Linguagem: um estudo sobre a representação da norma em gramáticas de língua portuguesa*. Tese de doutorado, apresentada à FFLCH, da Universidade de São Paulo, 1984.

BORBA, F. da Silva & NEVES, M. H. de Moura. Resenha de "A Gramatiquinha de Mário de Andrade: texto e contexto". In: *Cad. Est. Ling*. Campinas (21): 115-118, jul./Dez. 1991

BRAIT, Beth. As Vozes Bakhtinianas e o Diálogo Inconcluso. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de & FIORIN, J. L. *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: em torno de Bakhtin Mikhail*. São Paulo : EDUSP, 1994.

_____. *Ironia em Perspectiva Polifônica*. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1996.

BRANDÃO, Roberto de Oliveira. Os Manuais de Retórica Brasileiros do Século XIX. In: Perrone- Moisés, Leila. *O Ateneu: retórica e paixão*. São Paulo : Brasiliense/EDUSP, 1988.

BRÉAL, Michel. *Ensaios de Semântica*. Trad. Eduardo Guimarães et al. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.[1ª ed. 1897].

BRUNOT, Ferdinand. *Histoire de la Langue Française*. Tomo VI. Le XVIIIe siècle, La Langue Postclassique. Paris : Librairie Armand Colin, 1932.

CABRAL, Leonor Scliar. *As idéias Lingüísticas de Mário de Andrade*. Florianópolis : Editora da UFSC, 1986.

CALVET, Louis-Jean. *La Guerre des Langues*. Paris : Payot, 1987.

_____. *Linguistique et Colonialisme*. 2 ed. Paris : Payot, 1988.

CÂMARA JR. *Dispersos*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1972.

_____. *História da Lingüística*. 2 ed. Petrópolis : Vozes, 1975.

_____. *Manual de Expressão Oral e Escrita*. 7 ed. Petrópolis : Vozes, 1977.

_____. *Dicionário de Lingüística e Gramática*. 13 ed. Petrópolis : Vozes, 1986.

CAPUT, Jean-Paul. Naissance et Évolution de la Notion de Norme en Français. In: *Langue Française*, nº 16, 1972.

CARVALHO, J. G. Herculano de. *Teoria da Linguagem*. Lisboa Almedina, 1974

CARVALHO, Joaquim Brandão de. "Phonological Conditions on Portuguese Clitic Placement: on Syntactics Evidence for Stress and Rythmical Patterns". *Linguistics*. Berlin, Mouton de Gruyter, 1989, nº 27, p. 405-36.

CASEVITZ, Michel et CHARPIN, François. L'héritage Gréco-latin. In: BÉDARD, Édith e MAURAIS, Jaques. *La Norme*

Linguistique. Québec / Conseil de la Langue Fraçaise et Paris : Éditions le Robert, s.d., p. 45-68

CATACH, N. Norme et Variation: autor de l'Académie Française, au XVIIe siècle. In: *La Variation dans la Langue en France du XVIe au XIXe siècle*. Paris : Editions du CNRS, 1989.

CHADENSON, Robert et al. *Vers une Approche Panlectale de la Variation du Français*. Provence : Didier Érudition, 1993.

COSERIU, Eugenio. *Sincronia, Diacronia e História*. Rio de Janeiro : Presença/EDUSP, 1979

_____. *Tradição e Novidade na Ciência da Linguagem*. Rio de Janeiro : Presença/EDUSP, 1980.

_____. *Teoria da Linguagem e Lingüística Geral*. Trad. Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro : Presença, 1987.

_____. A Língua Literária. In: *Na Ponta da Língua*, nº 121, Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1992 (Resumo da conferência proferida no Colóquio Internacional da Língua Portuguesa Literária. Liceu Literário Português, Rio de Janeiro).

_____. *Competência Lingüística*. Madrid : Gredos, 1995.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática Histórica*. 7 ed. rev. Rio de Janeiro : Ao Livro Técnico, 1976.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 2ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1987.

CUNHA, Celso. *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1979.

_____ . *Uma Política do Idioma*. 3 ed. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1975.

_____ . *Língua, Nação, Alienação*. Rio de Janeiro Nova Fronteira, 1981.

_____. Conservação e Inovação no Português do Brasil. In: *O Eixo e a Roda*. Belo Horizonte, 1986 (5), p. 199-230

_____. *O Projeto NURC e a Questão da Norma Culta Brasileira*. s.d., xerografado.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. *O Discurso da Violência*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1974.

DORIAN, Nancy C. Purism vs. Compromise in language revitalization and Language Revival. *Language in Society*, 23, 479 - 494.

ELIA, Sílvio. *Ensaios de Filologia*. Rio de Janeiro Acadêmica, 1963.

_____. *Sociolingüística: uma Introdução*. Rio de Janeiro Padrão, 1987.

_____ *A Língua Portuguesa no Mundo*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. O Português do Brasil. In *Lexikon der Romanistschen Linguistik (LRL)*. Tübigen : Max Niemeyer Velag, 1994, p. 559-76

FÁVERO, Leonor Lopes. *As Concepções Lingüísticas no Século XVIII: a gramática portuguesa*. Campinas, SP : Editora da UNICAMP, 1996.

FIGUEIREDO, Cândido. *O que se não Deve Dizer*. 6 ed. Lisboa Livraria Clássica, 1943, 2v.

_____. *Lições Práticas da Língua Portuguesa*. 6 ed. Lisboa Livraria Clássica, 1944, 4v.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de Análise do Discurso*. São Paulo : Contexto/EDUSP, 1989.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 3ed. Rio de Janeiro : Forense/Universitária, 1987.

FRANÇOIS, Alexis. *La Grammaire du Purisme et l'Académie Française au XVIIIe Siècle*. Genéve : Slatkine Reprints, 1973.

FRANÇOIS, Denise. "A noção de Norma em Lingüística: atitude descritiva, atitude prescritiva". In: MARTINET, Jeanne. *Da Teoria Lingüística ao Ensino da Língua*. Rio de Janeiro : Ao Livro Técnico, 1979.

FREI, Henri. *La grammaire des Fautes*. Genève-Paris Slatkine Reprints, 1993 [1ª ed. 1921].

GENOUVRIER, Émile; GUEUNIER, Nicole & KHOMSI, Abdelhamid. Les Français devant la Norme. In: BÉDARD, Édith e MAURAIS, Jaques. *La Norme Linguistique*. Québec / Conseil de la Langue Fraçaise et Paris : Éditions le Robert, 1983, p. 761-87

GILES, Howard & COUPLAND, Nikolas. *Language: Contexts and Consequences*. Great Britain : Open University Press, 1991.

GOMES, J. Maria Barbosa. *Mário de Andrade e a Revolução da Linguagem* (A Gramatiquinha da Fala Brasileira). João Pessoa : Editora Universitária, 1979.

GRAÇA, Heráclito. *Fatos de Linguagem*. Rio de Janeiro Viúva Azevedo, 1994.

GUILHAUMOU, Jacques. *La Langue Politique et la Revolution Française: de l'événement à la raison linguistique*. Paris Méridiens Klinksieck, 1989.

GUIMARÃES, Eduardo. "Sinopse dos estudos do Português no Brasil". In: *Relatos*. Campinas/UNICAMP : Publicação do Projeto Histórias das Idéias Lingüísticas de um Saber Metalingüístico e a Construção da Língua Nacional, 1994.

HARRIS, Roy. *Language, Saussure and Wittgenstein: how to play games with words*. London/New York : Routledge, 1990

HALLIDAY, M. K. A et al. "Os Usuários e os Usos da Língua". In: As *Ciências Lingüísticas e Ensino de Línguas*. Petrópolis : Vozes, 1974

HAUY, Amini Boainain. *História da Língua Portuguesa*: I. Séculos XII, XIII XIV. São Paulo : Ática , 1989.

HAVRÁNEK, Bohuslav. Emploi et Culture de la Langue Standard. In: BÉDARD, Édith e MAURAIS, Jaques. *La Norme Linguistique*. Québec / Conseil de la Langue Fraçaise et Paris Éditions le Robert, s. d., p. 815-833

HJELMSLEV, Louis. "Langue et parole", 1943. In: *Essais Linguistiques*. Copenhague : Travaux du Cercle Linguistique de Copenhague, 1959.

_____. *El Lenguaje*. Madrid : Gredos, 1976.

HOUAISS, Antônio. *Sugestões para uma Política da Língua*. Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Cultura / Instituto Nacional do Livro, 1960.

JESPERSEN, Otto. *Humanidad, Nación, Individuo: desde el punto de vista lingüístico*. Buenos Aires : Revista de Occidente Argentina, 1947.

_____. *La Philosophie de la Grammaire*. Trad. de l'Anglais par Anne-Marie Léonard. Paris : Gallimard, 1992.(1ª ed 1924)

KARABETIAN, Stéphane. *Theories et Pratiques des Grammaires*. Paris : Retz, 1988.

KEHDI, Valter. *Formação de Palavras em Português*. São Paulo: Ática, 1992.

KELLER, Rudi. *On Language Change: the invisible hand in language*. Translated by NERLICH, Brigitte. London/New York : Routledge, 1994.

LABOV, William. The Logic of Nonstandart English (1969). In: GIGLIOLI, Pier Paolo (org.). *Language and Social Context*. London/New York : Penguin Books, 1990. (1ª ed. 1972)

_____. The Study of Language in its Social Context (1970). In: GIGLIOLI, Pier Paolo (org.). *Language and Social Context*. London/New York : Penguin Books, 1990. (1ª ed. 1972)

LADMIRAL, Jean-René. Pour une Psychosociologie du Conflit Linguistique. In: GUILLOREL, H. & HARTWEG, F. (ords.). *Langues et Conflits*. Institut de Politique Internationale et Européenne. Université de Paris X - Nanterre, 1987.

LAPIERRE, Jean-William. *Le Pouvoir Politique et les Langues: Babel e Leviathan*. Paris : Press Universitaires de France, s.d.

LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de Retórica Literária*. 2 ed. Trad. R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.

_____. *Lingüística Românica*. Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.

LE BIDOIS, Robert. Purisme et Laxisme. In: *Le Français dans le Monde*. Revue De L'enseignement du Français Hors de France, nº 39, mars 1966.

LEITE, Marli Quadros. O Purismo no Discurso oral Culto. In: PRETI, Dino (org.) *O Discurso Oral culto*. São Paulo : FFLCH/USP, 1996. (no prelo)

LEROY, Maurice. *As Grandes Correntes da Lingüística Moderna*. 5 ed. rev. São Paulo : Cultrix, 1982.

LESSA, Luís Carlos. *O Modernismo Brasileiro e a Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1966.

LOBO, Tânia. "Observações sobre a Sínclise Pronominal no Século XV nas Variantes Européia e Brasileira do Português Contemporâneo". *Comunicação apresentada ao VI Encontro da Associação Portuguesa de Lingüística*. Porto, 1990.

_____. *A Colocação dos Clíticos em Português: duas sincronias em confronto*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1992.

MACHADO, Josué. *Manual da Falta de Estilo*. São Paulo : Editora Best Seller, 1994.

MALMBERG, Bertil. *La Lengua y el Hombre*: Introducción a los Problemas Generales de la Lingüística. Madrid : Ediciones ISTMO, 1966.

MARCHAND, Frank (org.). *La Norme Linguistique*. Manuel de Linguistique Appliquée, tome 4. Paris : Delagrave, 1975.

MAROUZEAU, J. *Aspects du Français*. Paris : Masson, 1963.

MARTINET, André. *Le Français sans Fard*. Paris : PUF, 1974.

_____. *Evolution des Langues et Reconstruction*. Paris : PUF, 1975.

_____. F*unción y Dinámica de las* Lenguas. (Traduzido do francês Fonction et Dynamique des Langues. Armand Colin Éditeur : 1989) Madrid : Gredos, 1993.

MARTINS, Ana Maria. *Clitic Placement from Old to Modern Portuguese*. University of Maryland at College Park, 1992. (Texto xerografado)

MARTINS, Nilce Sant'ana. *História da Língua Portuguesa*: V. Século XIX. São Paulo : Ática , 1988.

MATHESIUS, Vilèm. Sur la Nécessité de Stabilité d'une Langue Standard. In: BÉDARD, Édith e MAURAIS, Jaques. *La Norme Linguistique*. Québec / Conseil de la Langue Fraçaise et Paris Éditions le Robert, s.d., p. 809-13

MAURAIS, Jacques (org.). *La Crise des Langues*. Paris : Gouvernement du Québec; Conseil de la Langue Française; Le Robert, 1985.

MAZIÈRE, Francine (org.). *La Genese de la Norme*. Colloque de la SHESL, Janvier, 1994. Seconde série nº 11, juin, 1995.

MELO, Gladstone Chaves de. *A Língua e o Estilo de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro : Organização Simões, 1950.

_____. *Alencar e a "Língua Brasileira"*. 3 ed. Rio de Janeiro : Conselho Federal de Cultura, 1972.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes para o Aperfeiçoamento do Ensino/Aprendizagem da Língua Portuguesa*, 1986.

MONTEIRO, Clóvis. *Português na Europa e Português na América*. 3 ed. Rio de Janeiro : Acadêmica, 1959.

MONTEIRO, José Lemos. *Os Pronomes Pessoais no Português do Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

MOREL PINTO, Rolando. Cem anos de língua portuguesa no Brasil. *Suplemento do Centenário*, O Estado de São Paulo, 1976.

_____. *História da Língua Portuguesa*: IV. Século XVIII. São Paulo : Ática , 1988.

NASCENTES, Antenor. *O Idioma Nacional*. Rio de Janeiro Livraria Machado, 1929, 4v.

_____. *O Linguajar Carioca*. Rio de Janeiro : 1953. [1ª edição 1922, com título *O Linguajar Carioca em 1922*]

NEUSTUPNÝ, J. V. Language Purism as a Type of Language Correction. In: Jernudd, B. H. & Shapiro, M. J. (ed.) *The*

Politics of Language Purism. New York : Mouton de Gruyter, 1989.

NUNES, Jairo. *Directionality of Cliticization, Distribution of Clitics, and Null Objects in Brasilian Portuguese*. University of Maryland at College Park, 1992. (texto xerografado)

O'DONNELL, W. R. & LORETTO, Todd. *Variety in Contemporary English*. 2 ed. London/New York : Routledge, 1991.

OLIVEIRA, Fernão. Grammatica da Lingoagem Portuguesa, 1536. In: SILVEIRA, Olmar G. da. *A "Grammatica" de Fernão de Oliveira*. Texto reproduzido da 1ª edição (1536). Rio : Jornal do Commercio - Rodrigues & Cia. 1954.

OMENA, N. P. *Pronome Pessoal de Terceira Pessoa. Suas Formas Variantes em Função Acusativa*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1978.

PAIVA, Dulce de Faria. *História da Língua Portuguesa*: II. Século XV e meados do século XIV. São Paulo : Ática, 1988.

PADLEY, G. A. La Norme dans la Tradition des Grammariens. In: BÉDARD, Édith e MAURAIS, Jaques. *La Norme Linguistique*. Québec / Conseil de la Langue Française et Paris : Éditions le Robert, s.d., p. 69-104

PENNYCOOK, Alastair. *The Cultural Politcs of English as an International Language*. London/New York : 1994.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Expositiva: curso superior.* 65 ed. São Paulo, 1945.

PERINI, Mário. *Gramática Descritiva do Português.* São Paulo Ática,1996.

PIMENTEL PINTO, Edith. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos*, 1 - 1820/1920, fontes para teoria e história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

_____. As Relações de Lobato com a Gramática. In: *Suplemento Cultural*, O Estado de São Paulo, p. 6, Ano II : 89, 9/7/1978.

_____. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos*, 2 - 1920/1945, fontes para teoria e história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

_____. *História da Língua Portuguesa: VI. Século XX.* São Paulo : Ática, 1988.

_____. *A Gramatiquinha de Mário de Andrade: texto e contexto.* São Paulo : Duas Cidades, 1990.

_____. (org.) *O Escritor Enfrenta a Língua.* São Paulo : FFLCH-USP, 1994.

_____. A Contribuição de Alencar para uma Expressão Brasileira. In: *José de Alencar: sua contribuição para a*

expressão brasileira. Edições Cadernos da Serra, Coleção Imbuí, Ensaios e Crônicas, nº 4, s/d e s/l.

PRETI, Dino. *Sociolingüística: os níveis de fala*. 4 ed. rev. e modificada. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

_____ . *A Gíria e outros Temas*. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

_____. Mas Afinal como Falam (ou deveriam falar) as Pessoas cultas? In: *Suplemento Cultural*, O Estado de São Paulo, p. 4, Ano VII : 559, 22/09/1990.

_____ Tradução e Aceitabilidade Social das Formas Lingüísticas. In: *A Tradução: alvos e ferramentas*. IV Encontro Nacional de Tradutores. Universidade São Paulo, 1990b.

REHFELDT, Gládis K. *O Ensino da Língua Portuguesa: por uma gramática do texto*. Porto Alegre : EST/FAPA/EDUCS, 1981

REY, Alain. Usages, Jugements et Prescriptions Linguistiques. In: *Langue Française*, nº 16, 1972.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Serões Gramaticais*. 2 ed. Salvador : Livraria Catilina, s/d. [1ª ed. de 1890]

_____. Ligeiras Observações. In: *Estudos Gramaticais e Filológicos*. Salvador : Aguiar & Souza, 1957.

_____. *A Redação do Projeto do Código Civil e a Réplica de Dr. Ruy Barbosa: Tréplica*. 3 ed. rev. de acordo com a 1 ed.

por Deraldo Ignacio de Sousa. Salvador Aguiar & Souza, 1950.

RIBEIRO, João. *Gramática Portuguesa - Curso Superior.* 11 ed. Rio de Janeiro/São Paulo : Livraria Francisco Alves, 1904.

RIVAROL. Prospectus du Noveau Dictionnaire. In: *Discours Préliminaire du Noveau Dictionnaire de la Langue Française.* Paris, 1797.

ROCHA LIMA, Carlos H. da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa.* 14 ed. Rio de Janeiro : Briguiet, 1969

ROSENBLAT, Angel. *Estudios sobre el Habla de Venezuela: buenas e malas palabras.* 3 ed. Venezuela : Monte Avila Editores, 1989. [1ª ed. 1956]

SANDMANN, Antônio José. Salto de Etapa(s) na formação de Palavras. *D.E.L.T.A.*, Vol. 10, Nº 1, 1994 (83-87)

SAPIR, Edward. *A Linguagem: Uma Introdução ao Estudo da Fala.* Trad. J. Mattoso Câmara. São Paulo : Perspectiva, 1980.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral.* 12 ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

SILVA NETO, Serafim da. *História da Língua Portuguesa.* 4 ed. Rio de Janeiro : Presença, 1986.

_____. *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil.* 5 ed. Rio de Janeiro : Presença, 1986b.

SIMPSON, Paul. *Language, Ideology and Point of View.* London/New York : Routledge, 1993.

SOBRINHO, Barbosa Lima. *A Língua Portuguesa e a Unidade do Brasil.* Rio de Janeiro : José Olímpio, 1958.

SPINA. Segismundo. *História da Língua Portuguesa: III. Século XVI e século XVII.* São Paulo : Ática, 1987.

SWIGGERS, Pierre. History of Linguistics: an overview. In: BRIGHT, Willian (ed.) *International Encyclopedia of Linguistics.* vol.2, New York/Oxford : Oxford University Press, 1992.

_____. Reflections on (Models for) Linguistic Historiography. In: *Understanding the Historiography of Linguistics. Problems and Projects.* HÜLLEN, W, 1990, p. 21 - 34.

TARALLO, Fernando. *A Pesquisa Sociolingüística.* São Paulo Ática, 1985.

TÔRRES, Artur. *Comentários à Polêmica entre Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro.* São Paulo : Nacional, 1959.

TRUDEAU, Danielle. *Les Inventeurs du Bom Usage (1529-1647).* Paris : Éditions de Minuit, 1992.

WOLF, Lothar. La Normalisation du Langage en France. In: BÉDARD, Édith e MAURAIS, Jaques. *La Norme Linguistique.* Québec / Conseil de la Langue Fraçaise et Paris : Éditions le Robert, s.d., p. 105-37

VERÍSSIMO, José. Uma Lição de Português. In: *Letras Brasileiras*. Rio de Janeiro: ed. A Noite, vol. 27, Janeiro de 1946.

VILELA, Mário. A Norma "Purista" no Século XVIII (com base num exemplo). Porto : Separata da *Revista de História*, vol. IV - Centro de História da Universidade do Porto, 1982.

WEINSTEIN, Brian. Francophonie: purism at the international level. In: Jernudd, B. H. & Shapiro, M. J. (ed.) *The Politics of Language Purism*. New York : Mouton de Gruyter, 1989

2 *Obras de literatura e Crítica Literária:*

ALENCAR, José. Post-scrito. In: _____. *Lucíola*. São Paulo Piratininga, s/d.

_____. Às Quintas. In: PIMENTEL PINTO, Edith. *O Português do Brasil*: textos críticos e teóricos, 1 - 1820/1920, fontes para teoria e história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978

_____. Bênção Paterna. In: _____. *Sonhos d'Ouro*. São Paulo : Piratininga, s/d.

_____. Beotices. In: PIMENTEL PINTO, Edith. *O Português do Brasil*: textos críticos e teóricos, 1 - 1820/1920, fontes para

teoria e história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

_____. O Nosso Cancioneiro. In: PIMENTEL PINTO, Edith. *O Português do Brasil*: textos críticos e teóricos, 1 - 1820/1920, fontes para teoria e história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

_____. Pós-escrito. In: PIMENTEL PINTO, Edith. *O Português do Brasil*: textos críticos e teóricos, 1 - 1820/1920, fontes para teoria e história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

_____. Questão Filológica. In: PIMENTEL PINTO, Edith. *O Português do Brasil*: textos críticos e teóricos, 1 - 1820/1920, fontes para teoria e história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

ANDRADE, Mário de. O Movimento Modernista. In: *Aspectos da Literatura Brasileira*. Col. Obras Completas de Mário de Andrade. São Paulo : Martins , s/d. (p. 231-620)

_____. *Macunaíma: o Herói sem Nenhum Caráter*. Col. Obras Completas de Mário de Andrade. São Paulo : Martins , s/d.

_____. *O Baile da Quatros Artes*. Col. Obras Completas de Mário de Andrade. São Paulo : Martins , s/d.

_____. *Obra Imatura*. Col. Obras Completas de Mário de Andrade. São Paulo : Martins , s/d.

ARRIGUCCI JR. Davi. Braga de Novo por Aqui. In: _____ (org.)*Os Melhores Contos de Rubem Braga*. 2 ed. São Paulo : Global, 1988.

AZEVEDO, Hilário de. José de Alencar - destino de uma vocação. In: *José de Alencar: sua contribuição para a expressão brasileira*. Edições Cadernos da Serra, Coleção Imbuí, Ensaios e crônicas : 4, s. l. /s.d.

BANDEIRA, Manuel. *Poesia Completa e Prosa*. Rio de Janeiro Aguilar, 1986.

BARRETO, Lima. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo : Ática, 1983.

_____. *Crônicas Escolhidas*. São Paulo Ática/Folha de São Paulo, 1995.

_____. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. 4ª ed. São Paulo, Ática, Série Bom Livro - Texto integral, com ortografia atualizada pelo Acordo de 1943 e alterações da lei n. 5 765, de 1971 — 1994.

BRAGA, Rubem. *As Boas Coisas da Vida*. 4 ed. Rio de Janeiro Record, 1991.

_____. *200 Crônicas Escolhidas*. 9 ed. Rio de Janeiro : Record, 1993.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 6 ed. Belo Horizonte, ed. Itatiaia, v. 1 , 1981a.

_____ *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 6 ed. Belo Horizonte, ed. Itatiaia, v. 2, 1981b.

_____ A Vida ao Rés-do-chão. In: ANDRADE, Carlos Drummond de et al. *Para Gostar de Ler*. v.5 (Crônicas) São Paulo : Ática, 1992.

CARDOSO, Zélia A. *A Literatura Latina*. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1989.

CAVALHEIRO, Edgar. *Monteiro Lobato: vida e obra*. São Paulo : Brasiliense, 1955 (2v.).

COUTINHO, Afrânio. *A Tradição Afortunada (O Espírito de Nacionalidade na Crítica Brasileira)*. Rio de Janeiro : José Olympio, EDUSP, 1968.

_____. *Introdução à Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1976.

COUTINHO, Afrânio (org.) *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro : Editorial Sul Americana, 1969, v. II.

_____. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro : Livraria São José, 1959, V. III. T. 1.

_____ *A Tradição Afortunada*. São Paulo José Olympio, 1968.

FARIA, João Roberto. Mário de Andrade e a Questão da Língua Brasileira. In: *Estudos sobre o Modernismo.* Curitiba : Criar, 1982.

JOÃO ANTÔNIO. Conheçamos Lima Barreto, um Descobridor do Brasil. In: *Crônicas escolhidas: Lima Barreto.* Folha de São Paulo. São Paulo : Ática, 1995.

LACOMBE, Américo Jacobina. Rui, Escritor. In: LACERDA, V. C. de. *Rui Barbosa: escritos e discurso seletos.* Rio de Janeiro : Aguilar, 1966.

LAFETÁ, João Luís. O Mundo à Revelia. In: RAMOS, Graciliano. *São Bernardo.* 22 ed. São Paulo : Martins, 1974.

LOBATO, J. B. Monteiro. *A Barca de Gleyre.* São Paulo Ed. Nacional, 1944.

_____. *Cidades Mortas.* São Paulo : Brasiliense, 1946.

_____. *A onda Verde e o Presidente Negro.* São Paulo Brasiliense, 1951.

_____. *Idéias de Jeca Tatu.* São Paulo : Brasiliense, 1955.

_____. *Críticas e Outras Notas.* São Paulo : Brasiliense, 1956.

_____. *Cartas Escolhidas.* São Paulo : Brasiliense, 1964.

LOPEZ, Telê Porto Ancona. *Mário de Andrade: ramais e caminhos.* São Paulo : Duas Cidades, 1972.

_____. *Marioandradiando.* São Paulo : HUCITEC, 1996.

MOISÉS, Massaud. A Crônica. In: . *A Criação Literária O(prosa II)*. 15 ed. rev. e atual. São Paulo : Cultrix, 1994.

NUNES, Cassiano. A Correspondência de Monteiro Lobato. *Suplemento Cultural*, O Estado de São Paulo, p. 3, Ano II : 89, 9/7/78.

QUEIRÓS, Raquel de. *100 Crônicas Escolhidas*. 2. ed. Rio de Janeiro : José Olímpio, 1970.

RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 22 ed. São Paulo Martins, 1974

_____. *Linhas Tortas*. 2 ed. São Paulo : Martins, 1967.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira: seus fundamentos econômicos*. 6 ed. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1976.

3 Obras de Sociologia, História e Filosofia

ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, M. *Temas Básicos de Sociologia*. Trad. de Álvaro Cabral. 2 ed. Cultrix,1978.

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. 5 ed. São Paulo : Melhoramentos, EDUSP, 1971.

BURNS, E. M. *História da Civilização Ocidental.* 2 ed. Trad. Lourival Gomes Machado et al. Porto Alegre: Globo, 1972.

BOSI, Alfredo et. al. *O Brasil Republicano; Sociedade e Instituições (1889 - 1930).* 2v. 3ed. São Paulo : DIFEL, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* 26 ed. São Paulo : Companhia da Letras, 1995. [1ª ed. 1936]

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777 - 1808).* 6 ed. São Paulo : HUCITEC, 1995.

REALE, Miguel. Posição de Rui Barbosa no Mundo da Filosofia. In: LACERDA, V. C. de. *Rui Barbosa: escritos e discurso seletos.* Rio de Janeiro : Aguilar, 1966.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Essai sur l'Origine des Langues où il est Parlé de la Mélodie et de l'Imitation Musicale.* Introduction, notes, et chronologie par KINTZLER, Catherine. Paris : GF-Flamarion, 1993.

4 *Dicionários*

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia.* Trad. coord. por Alfredo Bosi. 2 ed. São Paulo : Mestre Jou, 1962.

AULETE, Caldas. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa.* 2 ed brasileira. Rio de Janeiro : Delta, 1968.

COROMINAS, J. *Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castelhana*. Madrid : Gredos, 1954.

FERNANDES, Francisco. *Dicionário de Verbos e Regimes*. 37 ed. São Paulo : Globo, 1990.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2 ed. rev. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1986.

FIGUEIREDO, Cândido. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 5 ed. Lisboa/Rio de Janeiro: Bertrand/W. M. Jackson, 1939.

GREIMAS, A. J. & COURTÉS, J. *Dicionário de Semiótica*. Trad. Diana L. P. de Barros et al. São Paulo : Cultrix, 1989.

LUFT, C. Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. São Paulo Ática, 1987.

MORAIS, António de. *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*. 3 ed. Editorial Confluência, 1987, s.l.

5 *Manuais de Redação e Jornais*

FOLHA DE SÃO PAULO. *Novo Manual da Redação*. São Paulo, Empresa Folha da Manhã, 1992 (edição eletrônica em CD ROM).

_____. *Primeira Página 1921 - 1995.* 3 ed. São Paulo, Empresa Folha da Manhã, 1995.

_____. *CD - ROM Folha: fotos, infográficos e texto integral - manual da redação.* São Paulo : Empresa Folha da Manhã, 1995.

LIBRO DE ESTILO DE TELEMADRID. Madrid Ediciones Telemadrid, 1993, v. 1.

MARTINS, Eduardo (org.) *Manual de Redação e Estilo.* São Paulo : O Estado de São Paulo, 1990.